

**DANIEL BARBOZA NASCIMENTO**

**O Público e o Privado no Ensino Superior  
do Estado do Espírito Santo.**

**DANIEL BARBOZA NASCIMENTO**

**O Público e o Privado no Ensino Superior  
do Estado do Espírito Santo.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação do Centro pedagógico da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação na área História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais, sob a orientação da Professora Dra. *Izabel Cristina Novaes*.

*07 de outubro 2008.*

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

N244p Nascimento, Daniel Barboza, 1970-  
O público e o privado no ensino superior do estado do  
Espírito Santo / Daniel Barboza Nascimento. – 2008.  
303 f. : il.

Orientador: Izabel Cristina Novaes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito  
Santo, Centro de Educação.

1. Ensino superior - Espírito Santo (Estado). 2. Universidades  
e faculdades públicas - Espírito Santo (Estado). 3. Universidades  
e faculdades particulares - Espírito Santo (Estado). 4. Educação e  
Estado. 5. Educação - História. 6. Reforma universitária. 7.  
Privatização na educação. I. Novaes, Izabel Cristina. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.  
Título.

CDU: 37

---

A Maria José e Cinthia, sempre.

A minha mãe, Lindaura Barboza Nascimento, que me alimentou com mais profundo exemplo de vida, sempre me deixou a sua luz.

A minha orientadora, Professora Dra. Izabel Cristina Novaes, que com a paciência de uma aranha que tece a sua teia, me oportunizou perceber as inúmeras possibilidades de nosso ato de investigação.

Aos companheiros Arthur Araújo, Josué Nicácio, Madson Batista e Rodrigo Martins, Luiz Carlos que no debate da e na ação-engajada, sem que soubessem, muito contribuíram para o meu estudo e formação.

Aos Trabalhadores em Educação do Espírito Santo que em sua filogênese, nos avanços e recuos, nos constituímos.

À turma 20 do PPGE-UFES.

## O Pequeno Burguês

Felicidade  
Passei no vestibular  
Mas a faculdade é particular  
    Particular  
    Ela é particular  
    Particular  
    Ela é particular

Livros tão caros  
Tantas taxas para pagar  
Meu dinheiro muito raro, alguém teve que emprestar  
O meu dinheiro, alguém teve que emprestar  
O meu dinheiro, alguém teve que emprestar

Morei no subúrbio  
Andei de trem atrasado  
Do trabalho ia pra aula  
Sem jantar e bem cansado  
Mas lá em casa a meia noite, tinha sempre a me esperar  
Um punhado de problemas e crianças pra criar  
    Para criar, só crianças pra criar  
    Para criar, só crianças pra criar

Mas felizmente  
Eu consegui me formar  
Mas na minha formatura  
Não cheguei participar  
Faltou dinheiro pra beca  
E também pro meu anel  
Nem o diretor careca entregou o meu papel  
    O meu papel, o meu canudo de papel  
    O meu papel, o meu canudo de papel

E depois de tantos anos  
Só decepções, desenganos  
Dizem que sou um burguês  
Muito privilegiado  
Mas burguês são vocês  
Eu não passo de um pobre coitado  
E quem quiser ser como eu vai ralar um bocado  
    Um bom bocado, vai ralar um bom bocado  
    Um bom bocado, vai ralar um bom bocado  
    Um bom bocado, vai ralar um bom bocado...

**Martinho da Vila**

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABE – Associação Brasileira de Educação

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

ADP – Ação Democrática Parlamentar

ADUFES – Associação dos Docentes da UFES

AL – Aliança para o Progresso

APEESP – Associação Profissional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário

ARENA – Aliança da Renovação Nacional

Assopaes – Associação de Pais de Alunos do Espírito Santo

BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

BANDES – Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo

BC – Banco Mundial

BNE – Banco Nacional de Educação

CA – Centro Acadêmico

CA – Centro de Agronomia

CA – Centro de Artes

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior

CBM – Centro Biomédico

CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e econômicas

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEG – Centro de Estudos Gerais

CEP – Conselho de Ensino e Pesquisa

CES – Conselho de Ensino Superior

CEUNES – Coordenação Universitária do Norte do Espírito Santo

CF – Constituição Federal

CFE – Conselho Federal de Educação

CIA – Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency)

CMM – Comissão Meira Mattos

CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos

COFAVI – Companhia Ferro e Aço de Vitória

CONCLAP – Conselho Superior das Classes Produtoras

CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso.

CP – Centro Pedagógico

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras  
CRUTAL – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária  
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão  
CT – Centro Tecnológico  
CU – Conselho Universitário  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
DA – Diretório Acadêmico  
DB – Documento Básico  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DL – Decreto-Lei  
EAPES – Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior  
EMESCAM – Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia  
EPEM – Equipe de Planejamento do Ensino Médio  
EPES – Equipe de Planejamento do Ensino Superior  
ES – Espírito Santo  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EUA – Estado Unidos da América (United States American)  
FAESA – Faculdade Espírito Santense de Administração  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista  
FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias do Espírito Santo  
GRECA – Grupo Executivo para Racionalização da Cafeicultura  
GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária  
GV – Grande-Vitória  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
IES – Instituições de Ensino Superior  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPAD – Instituto de Pesquisa e Aplicação do Direito  
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
IPESUL – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais no Rio Grande do Sul  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica  
JK – Juscelino Kubitschek  
LDB-EN – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

LO – Lei Orgânica  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEC – Ministério da Educação  
MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo  
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo  
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento  
PINES – Plano de Interiorização da UFES no norte do Espírito Santo  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio  
PRP – Partido Republicano Paulista  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
RN – Rio Grande do Norte  
SENAC – Serviço Nacional do Comércio  
SENAI – Serviço Nacional da Indústria  
SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UDF – Universidade do Distrito Federal  
UDN – União Democrática Nacional  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UnB – Universidade de Brasília  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USAID – Agência Estadunidense para o desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development)  
USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, por período, 1900-1968.

Tabela 02 - Temas do fórum do IPES, em relação à universidade, e aos seus responsáveis.

Tabela 03 - Prontos comuns do projeto educacional do IPES e a Política Educacional após 1964.

Tabela 04 - Número de inscritos, vagas, excedentes/relações no ensino superior no Brasil, 1960-1971.

Tabela 05 - Entidade mantenedora das escolas superiores no Brasil, 1956-1965.

Tabela 06 - Expansão do ensino superior 1962-1973. Cursos por forma de organização e por dependência administrativa.

Tabela 07 - Expansão do ensino superior 1962-1973. Matrículas por forma de organização e por dependência administrativa.

Tabela 08 - Participação do MEC no orçamento da União: 1964 – 1978.

Tabela 09 - Nº de cursos superiores autorizados e negados pelo CFE (por ano).

Tabela 10 - Crescimento de matrículas no ensino superior (1968 – 1977).

Tabela 11 - Síntese dos acordos MEC/USAID.

Tabela 12 - Evolução dos gastos públicos com educação por esfera de governo – Brasil, 1960-2003.

Tabela 13 - Evolução do Produto Interno Bruto e renda *per capita* – Brasil, 1990-2000.

Tabela 14 - Percentual de participação do setor educacional no orçamento total, por programa - Brasil, 1995 – 1999.

Tabela 15 - Execução orçamentária do MEC referente aos gastos com pessoal inativos nas IFES – Brasil, 1995-2001.

Tabela 16 - Quadro geral do ensino superior público – Brasil, 1960-2003.

Tabela 17 - Quadro geral do ensino superior privado – Brasil, 1960-2003.

Tabela 18 - Investimentos no Espírito Santo 1976-80.

Tabela 19 - Mantenedoras de IES no ES: quanto à data de criação.

Tabela 20 - IES no ES: quanto à localização geográfica e data de criação.

Tabela 21 - Quantidade de IES e cursos oferecidos.

Tabela 22 - Quantidade de cursos oferecidos por IES.

Tabela 23 - Quantidade de cursos aberto/oferecidos por ano.

Tabela 24 - Quantidade de cursos aberto/oferecidos por período.

Tabela 25 - Relação de cursos superiores de formação e de tecnologia.

Tabela 26 - Criação de cursos até 1970.

Tabela 27 - Criação de cursos por período até 1990.

Tabela 28 - Criação de cursos por período até 1995.

Tabela 29 - Relação de cursos existentes em período anterior a 1995-2000.

Tabela 30 - Relação de cursos criados entre 96/00 e não existentes em períodos anteriores.

Tabela 31 - Cursos criado por ano no período de 1996-00.

Tabela 32 - Cursos criados entre 2006 e 2008.

Tabela 33 - Cursos criados somente entre 2006-08.

Tabela 34 - Nº de cursos oferecidos por turno e vagas oferecidas em 2008.

Tabela 35 - Cursos criados até a federalização.

Tabela 36 - Criação de cursos na UFES por ano – Geral.

Tabela 37 - Criação de cursos na UFES por ano – Vitória.

Tabela 38 - Criação de cursos na UFES por ano – Alegre.

Tabela 39 - Criação de cursos na UFES por ano – São Mateus.

Tabela 40 - Cursos da UFES criados até 1965.

Tabela 41 - Criação de cursos na UFES e das IES-privadas por ano no ES.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....                                                                                                                                                                                   | 6   |
| LISTA DE TABELAS.....                                                                                                                                                                                                  | 9   |
| SUMÁRIO .....                                                                                                                                                                                                          | 11  |
| RESUMO .....                                                                                                                                                                                                           | 13  |
| INTRODUÇÃO:.....                                                                                                                                                                                                       | 1   |
| 1. O PÚBLICO E O PRIVADO EM HANNAH ARENDT: algumas considerações.....                                                                                                                                                  | 21  |
| 2. O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO. ....                                                                                                                                                                             | 31  |
| a) <i>A gens e desenvolvimento do público e do privado no campo educacional</i> .....                                                                                                                                  | 31  |
| b) <i>O público e o privado como categoria de análise em educação</i> .....                                                                                                                                            | 37  |
| 3. AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE. ....                                                                                                                                                                                    | 52  |
| 4. A UNIVERSIDADE NO BRASIL. ....                                                                                                                                                                                      | 57  |
| 5. O POPULISMO E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO .....                                                                                                                                                                   | 67  |
| a) <i>O nacional-desenvolvimentismo e o desenvolvimento associado</i> .....                                                                                                                                            | 67  |
| b) <i>Constituição de grupos de pressão das elites econômicas no período anterior ao golpe de 64.</i> .....                                                                                                            | 68  |
| O ISEB: INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS .....                                                                                                                                                                | 68  |
| O IBAD: INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA. ....                                                                                                                                                                 | 70  |
| O IPES: INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS .....                                                                                                                                                                  | 72  |
| c) <i>O contexto internacional e a Aliança para o Progresso</i> .....                                                                                                                                                  | 86  |
| 6. DITADURA MILITAR E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 68: a velha acumulação primitiva..                                                                                                                                    | 91  |
| 6.1 <i>O processo de Reforma Universitária: o legado de resistência e dominação</i> .....                                                                                                                              | 91  |
| A) COMO OCORRE A OFERTA? .....                                                                                                                                                                                         | 92  |
| B) COMO CORRE A DEMANDA? .....                                                                                                                                                                                         | 93  |
| 6.2 <i>A “construção social” da justificativa da política de privatização do ensino ou a constituição de uma nova “divisão social do trabalho” educacional do ensino superior.</i> .....                               | 98  |
| A) ACORDOS MEC/USAID: .....                                                                                                                                                                                            | 103 |
| B) PLANO ATCON: .....                                                                                                                                                                                                  | 112 |
| C) COMISSÃO MISTA: .....                                                                                                                                                                                               | 115 |
| D) COMISSÃO MEIRA MATTOS. ....                                                                                                                                                                                         | 117 |
| E) GTRU: .....                                                                                                                                                                                                         | 120 |
| 6.3 <i>A LEI 5.540: a Reforma Universitária em lei.</i> .....                                                                                                                                                          | 125 |
| 7. A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR E A UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: uma nova (ou velha) “acumulação primitiva” (ver k. marx) e novos cercamentos (revolução industrial)..... | 135 |
| 7.1. <i>DITADURA NEOLIBERAL: a moderna acumulação primitiva e a continuidade do cercamento.</i> ....                                                                                                                   | 137 |
| A) AS INFLUÊNCIAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....                                                                                                                                | 137 |
| 7.2. <i>A DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS UNIVERSIDADES: (re)formas e (de)formações.</i> .....                                                                                                            | 139 |
| A) O (DES) AJUSTE NEOLIBERAL .....                                                                                                                                                                                     | 139 |
| B) BRASIL: QUEM TE USA NÃO TE AMA! .....                                                                                                                                                                               | 140 |
| C) E ESPALHARAM QUE INVENTARAM A RODA.....                                                                                                                                                                             | 142 |
| 7.3. <i>A REPERCUSSÃO E REBATIMENTO NAS UNIVERSIDADES: possíveis respostas.</i> .....                                                                                                                                  | 143 |
| A) AS MURALHAS QUE O CERCAM... OS MODERNOS GUARDIÕES .....                                                                                                                                                             | 145 |
| 8. O ESTADO E O ESPÍRITO .....                                                                                                                                                                                         | 151 |
| 9. OS AVANÇOS DO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO ES .....                                                                                                                                                                  | 160 |
| 10. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....                                                                                                                                                                      | 178 |

|                                                                                                                                                     |                                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <b>11. O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO ES NO NASCEDOURO DA UFES .....</b>                                                                              | <b>197</b>                           |
| <i>a) Predomínio de café e de seu declínio até 1960/1970.....</i>                                                                                   | <i>197</i>                           |
| <i>b) Os grandes projetos industriais até 1982. ....</i>                                                                                            | <i>198</i>                           |
| <b>12 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO ES: um debate.....</b>                                                              | <b>203</b>                           |
| <i>a) Adentrando a floresta. ....</i>                                                                                                               | <i>204</i>                           |
| <i>b) Dê quê barro somos feito? Do mesmo, só que o forno é diferente. ....</i>                                                                      | <i>208</i>                           |
| <b>13. PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR NO ES: qual é a sua história? .....</b>                                                               | <b>212</b>                           |
| <i>13. 1 A OFERTA PRIVATIZADA: O Ensino superior privado no ES, um pouco de sua história e</i><br><i>considerações sobre a situação atual. ....</i> | <i>212</i>                           |
| A) AS MANTENEDORAS: .....                                                                                                                           | 212                                  |
| B) AS MANTIDAS: .....                                                                                                                               | 213                                  |
| C) OS CURSOS: .....                                                                                                                                 | 218                                  |
| 13.2 A OFERTA PÚBLICA.....                                                                                                                          | 235                                  |
| <b>14. PRELEÇÃO .....</b>                                                                                                                           | <b>241</b>                           |
| <i>a) O público e o privado no ES: concomitantemente uno.....</i>                                                                                   | <i>241</i>                           |
| <i>b) Análise qualitativa da oferta de curso entre o setor público e privado no ES .....</i>                                                        | <i>241</i>                           |
| <b>BIBLIOGRAFIA CITADA .....</b>                                                                                                                    | <b>246</b>                           |
| <b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....</b>                                                                                                                | <b>257</b>                           |
| <b>APÊNDICE .....</b>                                                                                                                               | <b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                                 | <b>306</b>                           |

## RESUMO

Buscando compreender os processos sociais, políticos e histórico sobre o Público e o Privado no Ensino Superior no Espírito Santo. Efetua-se considerações sobre o público e o privado em Hannah Arendt, seus pressupostos teóricos, dialogando com a temática, desdobrando com a análise do Público e o Privado em educação propriamente, o que exigiu a compreensão da gens e desenvolvimento do público e do privado no campo educacional e, o mesmo, como categoria de análise em educação. Passando pelas origens da universidade no mundo e no Brasil, dialogando com debate político educacional concomitante, expressos em diferentes posições ideológicas, em particular, aquelas apresentadas pelo IPES, que fomenta e aponta proposições para a universidade no Brasil, a serviço do mercado num contexto internacional de “Aliança para o Progresso”. Diante desse emaranhado de proposições, chega-se à ditadura militar e à análise de sua política educacional, em particular o processo de reforma universitária (nunca sem resistência), suas motivações e propósitos. Um casamento se presencia entre o IPES e a política educacional aplicada pelos governos militares, bem como com o dito “Plano Atcon”. Chega-se à LEI 5.540 (a Reforma Universitária em lei). Percorre-se o período mais recente dos governos civis, untados no Consenso de Washington, na aplicação e co-elaboração de mais “recomendações”, apontamos o debate expressos na política educacional no período mais recente. Passando da floresta e buscando a interação com a nossa árvore em particular, verificamos o processo de constituição da universidade no ES, o momento histórico e econômico percorrido, passando do café à industrialização/urbanização, chegando ao nascimento e consolidação da oferta privada no ES. Constituímos um minucioso quadro comparativo entre a oferta pública e a privada no ensino superior no ES. Podemos apontar que o processo que vive o ensino superior no ES, em sua porta de entrada pública, é substancialmente universitário, diurno e urbano, enquanto no outro extremo, a entrada privada ser predominantemente oferecido em faculdades, noturno e rural. Nestes dois últimos aspectos, no setor privado, as polaridades vêem-se quase em equilíbrio. Diante de todas as posições que defendem, de que existam imposições externas na definição das políticas educacionais, e não as negamos, é certo que não podemos desconsiderar as movimentações, lutas e disputas, vivenciadas no Brasil, em nosso

estado e em cada instituição. É, forte e verdadeira, a impressão de que as atuais reformas no ensino superior apontam para uma aproximação com as aplicadas e projetadas há quatro décadas, assim, podemos suspeitar de que muito do que se fez e se faz na questão do acesso e permanência do ensino superior se deve ao IPES, logo, aos pensamentos e ações, ainda que sofrendo influências externas, ações e pensamentos de sujeitos históricos constituídos em nosso meio. Se outrora se afirmou que vivíamos um processo de usaidização, ou um transplante cultural, agora podemos estar vivendo uma “*ipesização*”. Se ainda transplante, de gerações talvez, mas não, de algo alienígena.

Palavras chaves: universidade, público, privado, ensino superior, escola pública, escola privada, política educacional, história da educação, reforma universitária, privatização.

## ABSTRACT

Looking for understanding the social political and historical processes about the public and private in the Upper Level of education in Espírito Santo, some considerations about the public and private in Hannah Arendt and his theoretical concepts are made, dialoguing with the thematic, unfolding it in the analysis of Public and Private properly in Education, what demanded the comprehension of the genesis and development of the public and private in the educational field and, the same, as a category of analysis in education. Going through the origins of the university in the world and in Brazil, dialoguing with the concomitant political educational debate, expressed in different ideological positions, in particular, those presented by IPES that foments and points propositions to the University in Brazil, serving the market in an international context of "Alliance to the Progress". Facing this bewilderment of propositions, we come to the military dictatorship and the analysis of its educational policy, in particular the process of university reform (never without resistance), its motivations and purposes. It's witnessed a match between the IPES and the educational policy applied by the military governments as well as the said Atcon Plan. Then we come to the Law 5.540 (the University Reform in law). The most recent period of the civil governments is covered, buttered in the Consensus of Washington, in the application and co-elaboration of more "recommendations". We point to the expressed in the educational policy in the most recent period. Passing through the forest and looking for the interaction with our tree in particular, we verified the process of the constitution of the University in ES, the historical and economical moment covered, going from the coffee to industrialization/urbanization to come to the onset and consolidation of the private offering in ES. We constituted a minute comparative picture between public and the private offerings one in the higher education in ES. We can point that the process that the higher education in ES lives through, in its door of public entrance, is substantially offered in universities, diurnal and urban, while in the other extremity, the private entrance is predominantly offered in colleges, nocturnal and agricultural. In these two last aspects, in the private sector, the polarities are seen almost in balance. Facing all the positions that they hold, that there should be external impositions in the definition of the educational policies, and

we do not deny them, it is certain that we cannot disrespect the movements, fights and disputes, lived deeply in Brazil, our state and each institution. It is strong and true the impression that the current reforms in higher education point to an approximation to those applied and projected four decades ago, thus, we can suspect that much of what has and is been done in the issue of the access and permanence in higher education is owned to the IPES, therefore, to thoughts and actions, despite suffering external influences, action and thoughts of consisting historical citizens in our environment. If long ago it was said that we lived a process of USAidation, or a cultural transplant, we can be living now an "IPESization". If still transplant, of generations perhaps, but not, of something foreign.

## INTRODUÇÃO:

*Depois do dilúvio neoliberal, nossas escolas serão muito piores do que já são agora. Não se trata apenas de um problema de qualidade pedagógica, ainda que também o seja. Trata-se de um problema político e ético: nossas escolas serão piores porque serão mais excludentes.*

Pablo Gentili.

O exercício acadêmico ao qual nos propomos é compreendido por nós como uma exigência para superarmos os limites do mundo da pseudoconcreticidade. As investigações detalhadas, criteriosas e, sobretudo, engajada nos permitirá marcar um encontro, senão com a essência do fenômeno em estudo, pelo menos se aproximando ao máximo, rompendo substancialmente com os limites de sua aparência (KOSIK, 1986).

O que exatamente faz com que nos mobilizemos para efetuar uma investigação tão aprofundada? Então, em outras palavras, qual é o nosso objeto de estudo? Assim sendo, o nosso estudo procurará investigar o processo de Privatização do Acesso ao Ensino Superior no Estado do Espírito Santo, realizando um quadro comparativo entre o ensino público e privado, destacando as suas principais características, evoluções, contradições e convergências, diferenças e especificidades, etc., bem como e, sobretudo, apontar<sup>1</sup> como se encontra a luta entre o pensamento público e privado no interior da própria universidade, ou seja, se é verdade que nos últimos anos verificamos uma gigantesca ascensão da oferta do ensino privatizado, contrastando com o "quase congelamento" da oferta pública ao ensino superior (UFES), e se é igualmente verdade que os diferentes atores da comunidade universitária se posicionaram e se posicionam frente a essa questão. Em uma palavra, o projeto neoliberal que exacerba a exclusão social encontra parceiro no interior da UFES, bem como, em órgão de sua direção? (SILVA JR. 2004, 2005 e 2007).

---

<sup>1</sup> Cf. Dias (2001: 91-5), Vahl (1980) e Gentili (1998).

Isto posto, outra situação que acreditamos ser importante destacar é que boa parte da nossa História da Educação (sem ser provinciano) é hegemonizada pela seguinte característica: relata-se em um nível macro as transformações no mundo e seu rebatimento na América Latina (visão da floresta); em seguida, quando vão descrever a situação no Brasil (visão da árvore), cometem um grande equívoco, em nosso entendimento, pois o que é caracterizado como nossa História da Educação é na verdade a “história” do eixo Rio - São Paulo. É como se fosse possível estabelecer uma linearidade metafísica (MARTINS, 1988 e 1989; SAMPAIO, 2000). Acreditamos que os acontecimentos verificados no eixo Rio – São Paulo fazem parte da História da Educação, mas não é a História da Educação, por mais importantes que sejam tais manifestações<sup>2</sup>.

Sendo assim, defendemos a existência de uma história a ser "revelada", que é própria do ES, que pode ter as suas similitudes – certamente – com a floresta nacional, bem como com outras árvores, mas, com certeza, essa nossa árvore tem muito de peculiar, tem muito de próprio e específico que não é percebido e que precisa vir à tona.

Isto posto, temos, como exemplo, nas palavras de Tedesco (2001, p. 108), que há, pelo menos, três idéias muito difundidas que permitem clarificar a informação:

[...] A primeira delas é que não há uma associação unívoca entre privatização da educação, modernização e desenvolvimento social; a segunda é que não há uma associação unívoca entre privatização e desregulamentação do funcionamento das instituições educacionais e a terceira é que não há uma associação unívoca entre privatização e melhores resultados de aprendizagem.

Como argumenta Chauí (2001: 22), “deram origem a um tipo novo de publicidade e *marketing* no qual não se vendem e compram mercadorias, mas os símbolos delas, isto é, vendem-se e compram-se imagens que, por serem efêmeras, precisam ser substituídas rapidamente”. Em uma palavra, sabemos que tudo isto ocorreu em um lugar, mas não sabemos o que ocorreu e como ocorreu no ES, ou pouco sabemos. Ainda assim, de forma dispersa.

---

<sup>2</sup> Em outro lugar, esta questão é chamada de história comparada.

## **Primeiras palavras: o público e o privado.**

De forma aparente, poderíamos sugerir que a discussão do público e do privado em educação poderia ser expressa em “campos de força,”<sup>3</sup> como se um e outro estivessem protegidos em sua redoma um do outro. A metáfora do campo de força nos apontaria a uma possibilidade: “pureza”, estabilidade e impermeabilidade seriam, entre outras, as suas características fundantes de um e de outro, sem história, metafísico.

Somente aparentemente, isto é, forçando muito a realidade, é que poderíamos ficar na metáfora do campo de força, para entender e refletir sobre a complexidade entre o público e privado no Brasil e, em particular, na educação superior com seus desdobramentos em nosso Estado. Tal metáfora nos auxilia em um aspecto: discutir e analisar público e privado não pode ser a partir de “campos de força”, que nos sugerem pureza, estabilidade e impermeabilidade. Entender público e privado no Brasil, à luz da história e do que nos apresenta a sua historicidade, é estar diante de permeabilidade, “impurezas” e interpenetrabilidade.

Não somos daqueles que defende que não mais exista o público e o privado e suas fronteiras (ainda que em movimento), mas o certo é que o estado puro, ou o “tipo ideal,”<sup>4</sup> no mundo concreto, profano, ontológico, não se manifesta, ou seja, não verificamos no mundo real a condição ideal.

Permeabilidade é uma condição e, ao mesmo tempo, uma possibilidade, que nos sugere a perda de “pureza”, ou a sua condição de impuro: alguns veriam aqui conflitos e disputas, movimentos de fronteiras e, outros, ainda, a impossibilidade de

---

<sup>3</sup> Pierre Bourdieu defendia, em 1982, em aula inaugural no Collège de France. “A sociologia não é um capítulo da mecânica, dizia, os campos sociais são campos de forças, mas também campos de lutas para transformar ou conservar estes campos de forças”. E acrescentou: “A relação prática ou pensada que os agentes mantêm com o jogo faz parte do jogo, e pode estar no princípio de sua transformação”. Contra todos os que o acusavam de atribuir peso excessivo às estruturas e de se apoiar num determinismo desmobilizador, ele proclamava sua crença na liberdade do homem. Sua vida e sua obra estão aí como testemunhas desta forte convicção. É, sem dúvida, esta vontade de superar as “falsas antinomias” da tradição sociológica – entre interpretação e explicação, entre estrutura e história, entre liberdade e determinismo, entre indivíduo e sociedade, entre subjetivismo e objetivismo – que dá originalidade à sociologia de Pierre Bourdieu.

<sup>4</sup> Ver Max Weber. Para este teórico tipo ideal é um instrumento de análise sociológica para a compreensão da sociedade por parte do cientista social com o objetivo de criar tipologias puras, destituídas de tom avaliativo, de forma a oferecer um recurso analítico baseado em conceitos.

sua definição. Se permeabilidade aponta para o ato de se deixar profanar, logo de predicado, a interpenetrabilidade nos sugere e resgata a condição de sujeito, sujeito de ambos.

Além dos termos público e privado, tivemos contato com as concepções sobre: *estatal*, *público não estatal*, *publicização do privado*, *publicização do público* e *privatização*. Estes três últimos termos nos desafiam: o privado que se reivindica público, o público que se quer privado e o público que se quer público.

## 1. O PÚBLICO E O PRIVADO EM HANNAH ARENDT: algumas considerações.

*Sem a vitória sobre as necessidades da vida na família, nem a vida nem a “boa” vida é possível; a política, porém, jamais visa à manutenção da vida. No que tange aos membros da polis, a vida no lar existe em função da “boa” vida na polis.*

Hannah Arendt (1993)

Em um período recente, podemos dizer que é comum encontrarmos, no debate sobre o público e privado em educação, a presença dos referenciais apresentados por Hannah Arendt. Mais comum ainda é a presença da referida autora nas áreas de filosofia, sociologia, política, bem como no Direito. É como se tivéssemos em um renascimento de suas proposições e conceitos.

A apropriação das fundamentações de Arendt nestas áreas já se encontra em estado adiantado, ou poderíamos dizer até paradigmática, um mirante, um referencial onde os diferentes pesquisadores, estudiosos e teóricos sobre diferentes assuntos, que se defrontam com a questão do público e do privado, terão, querendo ou não, que se posicionar sobre as elaborações de Arendt: concordando, discordando, concordando parcialmente ou parcialmente discordando. O fato é que não poderá desconhecer ou desconsiderar as formulações “arendtianas”.

Qualquer posição diante do acervo de Arendt sobre o público e o privado não pode desconhecer a complexidade de seu pensamento e o debate que o cercou, com quem a autora dialogou e o seu tempo. É comum encontrarmos uma citação de Arendt em relação à singularidade da questão da esfera social, onde afirma que:

[...] mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional (ARENDT, 1993: 37).

A análise sobre as esferas pública e privada é um dos temas centrais no pensamento de Hannah Arendt. Esta centralidade se justifica pela defesa que faz da autonomia e da dignidade da política – condição perdida, segundo ela, com a

inversão de valores ocorrida na modernidade, que melhor veremos adiante, quando a lógica privada ganha dimensão pública e a política passa a se constituir numa mera esfera administrativa atribuída ao Estado.

Como afirmamos anteriormente, o pensamento e as contribuições de Arendt não podem ser resumidas apenas a esta questão. Buscamos apresentar os pressupostos que sustentam as esferas pública e privada no pensamento de Hannah Arendt, com quem a autora dialogou e em seguida apresentamos algumas considerações e a sua relação com o nosso objeto de estudo. Isto posto, discutindo as esferas pública e privada, Arendt afirma que:

[...] Segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” (ARENDT, 1993: 33).

A autora localiza, na cidade-estado grega, a origem da vida na e da esfera pública, como distinção de nossa condição animal, pré-política, segunda vida e o seu *bios politikos*, bem como, uma vida na ação e em discurso para predominância do segundo na esfera pública, pois a ênfase:

[...] Passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão não como forma especificamente humana de responder, replicar e enfrentar o que acontece ou o que é feito. O ser político, o viver numa *polis*,<sup>5</sup> significa que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência (ARENDT, 1993: 35-6).<sup>6</sup>

Parece simples a constatação da gens da esfera pública em Arendt, e uma constatação é necessária [...] “todos os que vivem fora da *polis* – escravos e bárbaros – eram *aneu logou*, destituídos, naturalmente, não da faculdade de falar,

---

<sup>5</sup> Pois a *polis* era para os gregos, como a *res pública* para os romanos, em primeiro lugar a garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra essa futilidade e reservado à relativa permanência, senão à imortalidade, dos mortais (ARENDT, 1993: 66).

<sup>6</sup> Para os gregos alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era freqüentemente comparado à organização doméstica (Arendt, 1993: 35-6).

mas de um modo de vida no qual a preocupação central de todos os cidadãos era discorrer uns com os outros” (ARENDT, 1993: 36).

[...] O que nos interessa neste contexto é a extraordinária dificuldade que, devido a esse fato novo, experimentamos em compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre a esfera da polis e a esfera da família, e finalmente entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aqueles pertinentes à manutenção da vida, divisão esta na qual se baseava todo o antigo pensamento político, que via como axiomática e evidente por si mesma (ARENDT, 1993: 37).

Aqui temos, em uma primeira constatação, a distinção entre o interior e o exterior da polis: os bárbaros/estrangeiros (para o último extremo da distinção) e o espaço doméstico, a esfera da família (para o primeiro extremo). Assim sendo, a esfera pública seria alicerçada numa negação do exterior e de grande fração/fragmentação no interior da cidade-estado. A esfera pública seria um espaço/mentalidades/cultura de “homens iguais, de proprietários e de “livres” das obrigações domésticas/laborais”, sendo que o que impediu que a polis

[...] violasse as vidas privadas dos seus cidadãos e a fez ver como sagrado os limites que cercavam cada propriedade não foi o respeito pela propriedade privada tal como a concebemos, mas o fato de que, sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse [...]. O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências [...]. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorrido da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar (ARENDT, 1993: 39-40).

Como já relatamos acima, a autora apresenta uma outra distinção, localizada no interior da polis, expressa em esfera doméstica/privada e pública. A primeira, a esfera da necessidade e, a segunda, a “esfera da polis, ao contrário, era a esfera da liberdade e, se havia uma relação entre essas duas esferas, era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na polis” (ARENDT, 1993: 40).

[...] Uma vez que todos os seres humanos são sujeitos à necessidade, tem o direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo [...]. No entanto, o poder pré-político com o qual o chefe da família

reinava sobre a família e seus escravos, e que era tido como necessário porque o homem é um animal “social” antes de ser animal “político”, nada tem a ver com o caótico “estado natural” de cuja violência, segundo o pensamento político do século dezessete, os homens só poderiam escapar se estabelecessem um governo que, através do monopólio do poder e da violência abolisse a “guerra de todos contra todos” por “atemorizar a todos”. Pelo contrário, todo o conceito de domínio e de submissão, de governo e de poder no sentido em que o concebemos, bem como a ordem regulamentada que os acompanha, eram tidos como pré-políticos, pertencentes à esfera privada, e não à esfera pública (ARENDT, 1993: 40-1).

Aqui, chegamos a duas esferas importantes com suas respectivas caracterizações fundamentais: a esfera privada, expressa no espaço doméstico/familiar e no reino da necessidade, onde temos o uso da força,<sup>7</sup> (a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*, ou seja, o subjugar mulheres e escravos); e a esfera pública, expressa na polis, no discurso e na liberdade, sem o uso da força e, sim, pela busca da e na persuasão (democracia direta).

[...] A *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão. Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais. É verdade que esta igualdade na esfera política muito pouco tem em comum com o nosso conceito de igualdade: significa viver entre pares e lidar somente com eles, e pressupunha a existência de “desiguais”; e estes, de fato, eram sempre a maioria da população da cidade-estado (ARENDT, 1993: 41-2).<sup>8</sup>

A conclusão que podemos extrair do que se apresentou até o momento é a de que a garantia da liberdade, da igualdade, da persuasão (ou seja, o não uso da força), do discurso, do ócio, portanto a garantia da esfera pública, deu-se a partir da perpetuação da desigualdade, da ausência de liberdade, do uso constante da violência, da ação e do trabalho na esfera privada doméstica. Logo, para que se

---

<sup>7</sup> É razoável lembrar a similitude com Rousseau, pois “a mais antiga de todas as sociedades e a única natural, é a família”, entretanto, reconhece que “ainda assim, os filhos só permanecem ligados ao pai enquanto necessitam dele”. Quando cessa a necessidade, e logo, a dependência, os filhos quebram este vínculo. A continuidade desta organização familiar passa a depender de convenções, o filho somente se submete à hierarquia familiar em proveito próprio. Mesmo na família, a célula social mínima, existe uma organização hierarquizada, baseada na dependência, que é um claro produto de desigualdade de forças, mas que somente se mantém enquanto há um interesse que o justifique.

<sup>8</sup> A igualdade, portanto, longe de ser relacionada com a justiça como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade; ser livre significa ser isento da desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se numa esfera onde não existiam governo nem governado (Arendt, 1993: 41-2).

garantissem a *polis*, ou o discurso livre do cidadão espartano, os mesmos compreendiam 0,0015% da população. Desconsidera-se o seu alicerce, a sua sustentação: mulheres, escravos e estrangeiros.

Assim, podemos afirmar que para se garantir o nascimento da *polis* e a sua dinâmica e funcionamento foi necessário subjugar extraordinariamente a maioria absoluta de sua população.<sup>9</sup> Estamos diante de um exemplo de Esparta que é considerada mais autoritária e excludente que Atenas, porém, para além desta situação, nada nos sugere que, em Atenas, tenha sido diferente. Isto posto, mesmo que Atenas tenha sido diferente, por ser mais “democrática”, ainda assim suspeitamos que a população de cidadãos não ultrapasse a 1% da população de escravos e mulheres, sem contar os estrangeiros. Corroborando com os nossos apontamentos, aos olhos de Arendt, temos que:

[...] Politicamente, isto significa que quanto maior é a população de qualquer corpo político maior é a probabilidade de que o social, e não o político, constitua a esfera pública. Os gregos, cuja cidade-estado foi o corpo político mais individualista e menos conformista que conhecemos, tinham plena consciência do fato de que a polis, com sua ênfase na ação e no discurso, só poderia sobreviver se o número de cidadãos permanecesse restrito (ARENDT, 1993: 52).

Dando um salto temporal em sua análise e a tornando ainda mais complexa, Arendt busca compreender as mutações do espaço doméstico/privado e afirma que, nas sociedades contemporâneas, “um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a ação espontânea ou a ação inusitada” (ARENDT, 1993: 50).<sup>10</sup>

E que com o surgimento da sociedade de massas:

---

<sup>9</sup> Não nos cabe aqui entrar na polêmica do censo da época, pois pode ser que os 60 cidadãos presentes à praça pública em Esparta (ver nota de rodapé nº 22, *in* ARENDT, 1993: 42) sejam 100% de sua população (de cidadãos). É sabido que os estrangeiros não eram cidadãos e não participavam do censo e que os escravos e as mulheres eram contados junto com os animais que eram de propriedade dos cidadãos.

<sup>10</sup> Aqui parece estarmos próximos das formulações Durkheimianas de Solidariedade orgânica e mecânica.

[...] Pelo contrário, indica apenas que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares haviam antes sido absorvidas por grupos sociais; com o surgimento da sociedade de massas a esfera do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade. Mas a sociedade em quaisquer circunstâncias, e a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que a distinção e a diferença reduziram-se a questões privadas do indivíduo [...]. Esta igualdade moderna, baseada no conformismo inerente à sociedade e que só é possível porque o comportamento substitui a ação como principal forma de relação humana, difere, em todos os seus aspectos, da igualdade dos tempos antigos, e especialmente da igualdade na cidade-estado grega (ARENDT, 1993: 51).

Todavia, uma observação se faz necessária em relação ao trabalho e às mutações no percurso para se chegar à e da sociedade moderna, onde:

[...] A mais clara indicação de que a sociedade constitui a organização pública do próprio processo vital talvez seja encontrada no fato de que todas as comunidades modernas em sociedades de operários e de assalariados; em outras palavras, essas comunidades concentram-se imediatamente em torno da única necessária para manter a vida – o labor (ARENDT, 1993: 56).

De uma maneira um tanto difusa, podemos verificar certa centralidade da questão do trabalho nos apontamentos de Arendt sobre o público e o privado, destinando inicialmente e, originalmente, a este último, o espaço prioritário do trabalho e que encontra-se intimamente associado ao público.

[...] O fato de uma atividade ocorrer em particular ou em público não é, de modo algum, indiferente. Obviamente, o caráter da esfera pública muda segundo as atividades que nela são admitidas, mas, em grande parte, a natureza da própria atividade também muda. A atividade do labor, embora sempre relacionada com o processo vital em seu sentido mais elementar e biológico, permaneceu estacionária durante milhares de anos, prisioneira da eterna recorrência do processo vital a que se refere. A promoção do labor à estatura de coisa pública, longe de eliminar o seu caráter de processo – o que teria sido de esperar se lembrarmos que os corpos políticos sempre foram projetados com vistas à permanência e suas leis sempre foram compreendidas como limitadas impostas ao movimento – limitou, ao contrário, esse processo de sua recorrência circular e monótono e transformou-o em rápida evolução, cujos resultados, em poucos séculos, alteraram inteiramente todo o mundo habilitado (ARENDT, 1993: 56).

Efetuada as considerações acerca da mutação da sociedade, bem como da localização do labor, vamos agora entender um outro aspecto do público, que para

além da administração da coisa pública, ou da defesa dos interesses privados pela gerência privada, Arendt destaca que:

[...] A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos; e, embora a intimidade de uma vida privada plenamente desenvolvida, tal como jamais se conheceu antes do surgimento da era moderna e do concomitante declínio da esfera pública, sempre intensifica e enriquece grandemente toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, esta intensificação sempre ocorre às custas da garantia da realidade do mundo e dos homens (ARENDT, 1993: 60).

Mesmo que garantido o olhar e a presença do outro para a confirmação do estatuto da condição de público, ou seja, o que é do interesse “coletivo” o que é comum a todos, é certo que “no entanto, há muitas coisas que não podem suportar à luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado.”<sup>11</sup>

Mas nós homens e mulheres, porque somos seres sociais, também desenvolvemos relações que vão muito além da mera sobrevivência. É que a capacidade de projetar levou-nos a cogitar para muito além das meras explicações naturais de fenômenos. Desde sempre se especulou sobre a morte, sobre as nossas origens ancestrais e sobre tudo o que não conhecemos através dos sentidos. Daí deriva a formação social de relações que transcendem em muito as necessidades do instinto de sobrevivência.

[...] A abstenção cristã das coisas terrenas não é, de modo algum, a única conclusão a se tirar da convicção de que o artifício humano, produto de mãos mortais, é tão mortal quanto os seus artifícios. Pelo contrário: esse fato pode também intensificar o gozo e o consumo das coisas do mundo e de todas as formas de intercâmbio nas quais o mundo não é fundamentalmente concebido como *koinon*, aquilo que é comum a todos. Só

---

<sup>11</sup> E nas palavras de Arendt: É claro que isto não significa que as questões privadas sejam geralmente irrelevantes; pelo contrário, veremos que existem assuntos muitos relevantes que só podem sobreviver na esfera privada. O amor, por exemplo, em contraposição à amizade, morre ou, antes, se extingue assim que é trazido à público [...] (1993: 61). E ainda ressalta que: O que a esfera pública considera irrelevante pode ter um encanto tão extraordinário e constante que todo um povo pode adotá-lo como modo de vida, sem com isso alterar-lhe o caráter essencialmente privado. O modelo encantamento com “pequenas coisas”, embora pregado pela poesia do século XX em quase todas as línguas européias, encontrou sua representação clássica no *petit bonheur* do povo francês. Após o declínio de sua vasta e gloriosa esfera pública, os franceses tornaram-se mestres da arte de serem felizes entre “pequenas coisas”, dentro do espaço de suas quatro paredes, entre o armário e a cama, entre a mesa e a cadeira [...] (ARENDT, 1993: 61).

a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais [...]. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis. Pois, diferentemente do bem comum tal como o cristianismo o concebia – a salvação da alma do indivíduo como interesse comum a todos – o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa permanência. É isto o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que estiveram e aqueles que virão depois de nós (ARENDT, 1993: 64-5).

E sentencia que é “o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho, através dos séculos, a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo. Durante muitas eras antes de nós – mas já não agora – os homens ingressavam na esfera pública por desejarem que algo seu, ou algo que tinham em comum com outros, fosse mais permanente que as suas vidas terrenas”.<sup>12</sup>

Poderíamos nos perguntar se o objetivo da *polis* era a de preservação do interesse privado. Ou seja, da auto-preservação quando na ação e nos discursos dos livres e dos iguais proprietários, que se organizavam no espaço público e na administração da coisa pública, portanto somente do interesse dos iguais.

A leitura atenta da produção “arendtiana” pode nos levar a perguntar se não estamos diante de um pensamento que corrobora com os escritos *contratualista* e ou *jusnaturalista*, quando estamos diante de proposições binárias do tipo público e privado, político e pré-político, liberdade e necessidade, violência e persuasão, ação e discurso. Reconhecemos o risco em que nos encontramos, sugerindo tal possibilidade, mas o certo é que um maior aprofundamento com tal propósito é estimulante. Em uma palavra: Hannah Arendt seria uma defensora do contratualismo? O debate contratualista normalmente responde sobre como era o homem no estado natural? Se bom ou Mau? E quais os motivos e quais as

---

<sup>12</sup> Nas palavras de Arendt “assim a desgraça da escravidão consistia não só no fato de que o indivíduo era privado de liberdade e visibilidade, mas também no medo desses mesmos indivíduos obscuros de que, por serem obscuros, morreriam sem deixar vestígios algum de terem existido” (ARENDT, 1993: 65).

finalidades do contrato? Garantia da liberdade? Garantia da ordem? Garantia da propriedade? A combinação de dois elementos ou de todos? Limitações da liberdade individual? Da propriedade?

[...] É em relação a esta múltipla importância da esfera pública que o termo “privado”, em sua acepção original de “privação”, tem significado. Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto ou ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para eles é desprovido de interesse para outros (ARENDT, 1993: 68).

Diante das argumentações apresentadas por Arendt podemos verificar uma garantia e amplificação da liberdade, da liberdade para poucos. O esplendor da *polis* é a otimização da liberdade individual, dos iguais, dos proprietários, ou seja, dos livres, poucos, ricos e tiranos.

[...] A distinção entre as esferas pública e privada, encarada do ponto de vista da privacidade e não do corpo político, equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado (ARENDT, 1993: 82). [...] mas é impressionante que, desde os primórdios da história até o nosso tempo, o que precisou de ser escondido na privacidade tenha sido sempre a parte corporal da existência humana, tudo o que é ligado à necessidade do próprio processo vital e que, antes da era moderna, abrangia todas as atividades a serviço da subsistência do indivíduo e da sobrevivência da espécie. Mantidos fora da vista eram os trabalhadores que, “com o seu corpo, cuidavam das necessidades (físicas) da vida”, e as mulheres que, com seu corpo, garantem a sobrevivência física da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias – não somente porque eram a propriedade de outrem, mas porque a sua vida era “laboriosa”, dedicada a funções corporais. No início da era moderna, depois que o labor “livre” perdeu o seu esconderijo da privacidade do lar, os operários passaram a ser escondidos e segregados da comunidade como criminosos, atrás de altos muros e sob constante supervisão. O fato de que a era moderna emancipou as classes operárias e as mulheres quase no mesmo momento histórico deve, certamente, ser incluído entre as características de uma era que já não acreditava que as funções corporais e os interesses materiais deviam ser escondidos. E é o mais sintomático ainda da natureza destes fenômenos que os poucos vestígios remanescentes da estrita privacidade, mesmo em nossa própria civilização, tenham a ver com “necessidades” no sentido original de sermos carentes pelo fato de termos um corpo (ARENDT, 1993: 82-3).

Uma forte impressão e, está correta, mesmo que, inicialmente, nos pareça complexo assim compreender, é a idéia de que, a partir do pensamento de Arendt, poderíamos

entender que o público também pode ser percebido como um debate “público” entre cientistas, sobre determinada teoria, doença etc.; um debate público efetuado sobre os rumos da universidade, envolvendo os seus diferentes atores internos e os externos que assim se posicionarem; uma eleição de Reitor, de DCE, de sindicato, ou associação de moradores, onde diferentes posições se apresentam e se encontram em disputas, alianças ou não; a questão do valor das mensalidades de uma faculdade particular e/ou sobre a qualidade do ensino ali efetuada pode ser entendida como uma questão de ordem pública, de interesse público, mesmo que em espaços privados ou isolados. Eis que aos olhos de Arendt estaríamos diante do fundamental, que é o processo argumentativo.

Isto posto, sintetizamos as nossas observações sobre o legado de Arendt sobre o público e o privado em: a) a gens da esfera pública onde se garantiu a liberdade, a igualdade, o ócio e o discurso no mundo grego-romano teve como base a não liberdade, a desigualdade, a força, o labor e ação no espaço doméstico/privado; b) a necessidade de um maior aprofundamento quanto às possibilidades de encontrar no pensamento de Arendt traços e heranças contratualistas/jusnaturalistas e, por fim; c) que a compreensão de público em Arendt ultrapassa o convencional do que entendemos de público e privado e suas fronteiras muito bem delineadas.

Por fim, apresentamos algumas críticas de Habermas ao pensamento Arendtianos.<sup>13</sup> Segundo Freitag e Rouanet (1990), Arendt adere a um conceito Aristotélico do político, incompatível com as condições do estado moderno e que no fundo tem implicações conservadoras: primeiro, porque na *polis* grega somente os cidadãos participam da forma do consenso [...] os demais são excluídos; segundo, exclui do sistema a ação do estrategista, que visa, não só ao entendimento mútuo, mas à competição pelo poder. Habermas vê na ação estratégica um momento da ação política; por fim, a concepção de poder comunicativo de Arendt não permite distinguir o falso consenso do verdadeiro, pois a diferença entre poder, violência e comunicação, em sociedades concretas, não é nunca tão nítida como supõe H. Arendt (para esta questão ver o papel da ideologia em Habermas).

---

<sup>13</sup> Segundo Freitag e Rouanet, 1990.

## 2. O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO.

### a) A gens e o desenvolvimento do público e do privado no campo educacional

Cury (2005) apresenta, historicamente, como se foram constituindo as relações entre o público e o privado na educação brasileira, retomando, inicialmente, o papel das instituições que foram centrais para esta relação: a Igreja, a Família, o Estado e a Iniciativa Privada. O autor vai demonstrando como a liberdade de ensino foi, e continua sendo, uma das bandeiras sempre presentes nas legislações educacionais brasileiras.

De acordo com Cury, em 30 de junho de 1821, a regência do reino Português, por meio da figura de D. João e de um decreto<sup>14</sup> assinado em 28 de junho daquele ano, permitiu a qualquer cidadão o ensino de escolas de primeiras letras. Assim:

[...] Portugal ansiava por um liberalismo que garantisse a propriedade privada, extinguisse a Inquisição, promovesse a liberdade de imprensa e a separação de poderes, entre outros instrumentos tendentes a abolir antigos privilégios. O Estado pretendia, à moda do jusnaturalismo, justificar-se como poder *ex contractu*, em que sujeitos livres e iguais (cidadãos) postulam um poder que os reja nos termos da lei (CURY, 2005: 3).

Ele contém em si alguns elementos preciosos para se pensar como, historicamente, deram-se as relações entre público e o privado na educação escolar no Brasil. E, desde o início, nos impõem uma pergunta primordial: Quem cuidará da educação escolar no Brasil? A esta questão Cury afirma que

[...] O estado e a iniciativa privada. O Estado, diz o decreto, é educador e é, assim, *como convém* ser. Mas, o erário público, impotente, não agüentaria universalizar *esse indispensável estudo das primeiras letras*. Daí o repasse parcial dessa responsabilidade para a iniciativa privada” (CURY, 2005: 4).

---

<sup>14</sup> As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação portuguesa, considerando a necessidade de facilitar por todos os modos a instrução da mocidade no indispensável estudo das primeiras letras, atendendo a que é possível desde já estabelecer, como convém, escolas em todos os lugares deste Reino por conta da fazenda pública; e querendo assegurar a liberdade que todo o cidadão tem de fazer o devido uso de seus talentos, não seguindo daí prejuízos públicos, decretam que publicação deste em diante seja livre a qualquer cidadão o ensino e a abertura de Escolas de primeiras letras, e qualquer parte deste reino, quer seja gratuitamente, quer por ajuste dos interessados, sem dependência de exame ou de alguma licença. Cópia do trecho do decreto de acordo com Cury (2005: 4).

De que maneira figuraria esse repasse? Como autorização, permissão ou concessão do Estado? Essa abertura ao privado incluía vários outros interesses e instituições, quais?

[...] Desse modo, a educação escolar é posta em cena como tendo que obedecer a quatro senhores: ao estado, pois ele é o sujeito capaz de garantir o comum para todos; à família, pelo princípio *ex generatione*; à iniciativa privada, que invoca o mercado e cobre a importância do estado; e à Igreja, que pede a seu favor a proteção da tradição (CURY, 2005: 5).

A igreja, a família, o estado e a iniciativa privada são atores significativos que entrarão em cena na realidade brasileira, igreja cuja herança colonial não será pequena e permeará nossa evolução histórica, então vejamos:

#### A igreja:

[...] Designa-se como Padroado o privilégio concedido a pessoas ou instituições, não necessariamente pertencentes aos quadros da Igreja católica, de nomear para cargos eclesiásticos. Esse privilégio era dado ao poder civil.<sup>15</sup> Em troca de apoio a construções de igrejas e manutenção do clero, o poder régio ganhava o privilégio de nomear bispos, controlar documentos e mesmo de arrecadar tributos. Uma das responsabilidades cabíveis ao Estado era propagar e manter a fé entre os indivíduos por meio da catequese. Desse modo, cabia ao imperador o exercício do Padroado [...]. O clero passa a ser parte da família rural na qual um descendente quase sempre se torna sacerdote. Através de patrimonialismo, ele transforma em parte de estrutura de poder (CURY, 2005: 6).

Mas, quando da emergência dos Estados laicos, da separação entre Igreja e Estado, ao menos, formalmente, verificou-se uma redução, uma limitação:

[...] Ao privado, mercê de sua longa presença histórica, ela invocará, para sua tarefa educativa, a obediência a um mandato transcendente. A Igreja seria *mater et magistra* em todos os assuntos pertinentes à socialização das novas gerações, incluídas a moralidade e a fé destas (CURY, 2005: 7).

#### Família:

[...] a possibilidade de uma educação escolar dada na família, mesmo após a infância, deita raízes na própria formação colonial brasileira e em nossas tradições patriarcais. Contudo, a permanência no tempo exercido por tal tradição revela também histórica negligência das nossas elites para com acesso de todos a uma escolarização institucionalizada, dada a ausência de uma rede escolar sistemática durante muito tempo (CURY, 2005: 8).

---

<sup>15</sup> Cury nos lembra que no Brasil, durante décadas a Igreja católica foi uma das poucas instituições presentes em todo o território nacional.

Cury (2005: 8) nos lembrando os escritos de Arendt (1991: 41) cita que:

[...] Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão”, e que a “ausência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional” (ARENDT, 1991: 37).

### O estado

[...] Ao estado se impõe a tarefa de educar, nos espaços da escolarização, porque o bem trazido por esta poderia ter uma distribuição desigual entre os iguais. O direito à educação decorre de dimensões estruturais coexistentes na própria consistência do ser humano. [...] e como nem sempre o indivíduo pode sistematizar este impulso, como nem sempre ele é, desde logo, consciente deste valor, cabe a quem representa o interesse de todos, sem representar o interesse específico de ninguém, dar a oportunidade de acesso a este valor que desenvolve e potencializa a razão individual [...]. Porque o ponto de partida fica garantido a partir das vontades individuais, só a *intervenção* de um poder maior poderá fazer desse bem um ponto inicial para uma igualdade de condições. Esse poder maior é representado pelo Estado, e nele reside o princípio do *direito positivo* da obrigatoriedade. E como o Estado não poderia obrigar um serviço que é um direito do sujeito sem que a ele correspondesse um acesso sem privilégios, surge então o princípio da gratuidade (CURY, 2005: 10).

Portanto, a educação escolar é um *serviço público* cuja base não é o dever da família, nem da iniciativa privada e nem do Estado. “O dever do estado, em matéria de educação escolar, impõe-se porque há o direito do estudante de aprender” (CURY, 2005: 10).

### Iniciativa privada.<sup>16</sup>

[...] Por sua vez, como se coloca a ligação da educação escolar com a iniciativa privada, se aquela é serviço e esta se rege pela vontade individual? Normalmente se invoca o princípio da liberdade associada ao da propriedade. Nesse sentido, ao lado do reconhecimento dessa possibilidade, o princípio de liberdade pôde abrir as portas da escola sob a

---

<sup>16</sup> É muito sugestivo o texto a seguir onde expressa a aplicação dessas definições na política educacional efetuada no Estado do Espírito Santo: “a família seria concebida como “fonte de conservação e desenvolvimento da raça e base primária da educação, disciplina e harmonia social”. O estado, com a cooperação dos municípios, “orientaria a educação, atendendo aos problemas morais, culturais, econômico, desportivos e eugênicos, visando à formação e o aperfeiçoamento do indivíduo”. Como se vê as teorias eugênicas e de melhoria da raça, que davam seus últimos suspiros, além da rejeição ao estrangeiro, ainda pretendiam sobreviver na Constituição do Estado do Espírito Santo (SOARES, 2005: 55).

iniciativa privada desde que *sub lege* [...]. Se o princípio da educação tem sua matriz no princípio da igualdade, já a educação escolar sob instituições privadas apóia-se na liberdade de ensino (CURY, 2005: 11).

A inter-relação entre essas quatro instituições perpassa por nossa história como um todo e não poderia estar ausente de nossa legislação. Sendo assim, e somente assim, que é entendido o código legal, uma impressão digital de diferentes tempos e interesses em disputa na sociedade. Passemos agora para uma maior e lapidada análise das bases legais apresentadas em seguida.

### Bases Legais

Em nosso nascimento constitucional, ou quando de nossa “independência do reino de Portugal, já se verifica uma considerada liberdade constitucional do cidadão em aberturas de escolas e um não controle por parte do Estado, pois:

[...] A constituição de 1824, no seu art. 179, garantia “a inviolabilidade dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade” e de acordo com Almeida (1989: 57), em virtude desta lei, todo cidadão poderia abrir uma escola elementar sem obrigações de exame, nem licença ou autorização [...]. O Ato Adicional de 1834 também não vedava aos particulares a iniciativa de escolas livres e segundo Cunha (1980: 82) a partir da década de 1870, liberais, conservadores e positivistas convergiam na aspiração genérica da liberdade de ensino. Assim, lentamente, vai-se gestando a prática de uma base legal da qual proceda ao reconhecimento das instituições [...] (CURY, 2005: 12-3).

A ânsia pela liberdade de ensino, defendida por vários próceres leigos e religiosos, e a penetração do ideário positivista no governo central são alguns dos condicionantes pelos quais o marechal Hermes da Fonseca, presidente da república, e o ministro Rivadávia Correia assinam o decreto nº 8.659, de 5/04/1911. De acordo com Cury, inspirado no positivismo, a Lei Orgânica do ensino superior e do fundamental, na República, será o primeiro documento onde a desoficialização<sup>17</sup> do ensino é explicitamente assumida. Assim, “a iniciativa privada não perde a liberdade de atuação, mas agora ela é denominada academia e volta a ser regrada pelos

---

<sup>17</sup> A desoficialização assegurada pela Reforma Rivadávia propiciou a abertura de escolas de todos os tipos. Surgiram instituições de ensino sérias e, sob o impacto de um mercado propício, também as famosas “academias elétricas” (CURY, 2005: 15).

institutos da concessão e equiparação, sendo controlada e fiscalizada pelo Conselho Superior de Ensino” (CURY, 2005: 14-5).

Mais de cem anos depois, o que ocorre não é diferente e, ainda, fortalece-se uma condição secundária no dever de educar, de oferecer educação ao seu povo, em que se entendia que o dever primeiro e natural de educar era da família. A Constituição de 1934 entendeu que, “traçar as diretrizes da educação nacional” seria uma competência privativa da União (CURY, 2005: 17). E,

[...] ainda no contexto estadonovista, cumpre lembrar o art. 125 da constituição outorgada de 1937, o qual assinala que, no dever da educar, o Estado se torna subsidiário do dever primeiro e natural da família e dos pais. Ao Estado cumpriria ser complemento das lacunas deixadas pela educação particular [...] (CURY, 2005: 19).

Em 1942, dizia-se na Lei Orgânica nº 4244, em seu art. 70, que “as pessoas naturais e as pessoas jurídicas de direito privado, que mantenham estabelecimentos de ensino, são consideradas como no desempenho de função de caráter público” [...] (CURY, 2005: 19). Eis aqui a lapidação do projeto liberal em educação, no que diz respeito à relação do público e do privado: que a presença do público seja contingenciada e que as ações da esfera privada sejam elevadas à caráter público, uma relevância social e notória.

Segundo Cury, (2005: 20). “o Regime Militar, instalado em 1964, com todo seu contexto já conhecido, pela lei 5540/68, acata tanto a liberdade de ensino quanto o regime de autorização e reconhecimento para as instituições privadas com homologação ministerial”.

## **A Constituição de 1988**

Segundo Cury (2005: 22) mantendo longa tradição, a atual Constituição Federal, também tem como princípio do ensino, no inciso III do art. 206: “*pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino*” (grifo do autor). A coexistência é a partilha de um objeto por dois ou mais entes, ao mesmo tempo. Nela, a existência de um dos entes não só permite a do

outro, como o próprio conceito contém, em si, o respeito à diferença. É uma existência simultânea dessas instituições (CURY, 2005). Em outros termos, a legislação ganhou, assim, novos contornos, por meio dos dispositivos à coexistência institucional, autorizando avaliação e lucratividade.

Isto posto, no caso da lucratividade, há uma mutagênese extraordinária e que de acordo com Cury (2005: 23):

[...] O art. 213 e o art. 150, inciso VI, item “c”, identificam explicitamente uma modalidade de instituição privada na educação escolar – as de finalidade não-lucrativa – e reconhecem nelas uma espécie de propriedade privada não-capitalista. Por oposição lógica, haveria a espécie das que podem ter finalidade lucrativa.

Qual é o significado desta transformação conceitual? Que implicações temos para o campo educacional e para a relação do público e do privado? Veja o que nos diz Cury:

[...] Essa formulação legal diferencia-se um pouco de legislações passadas em que a educação privada era uma concessão do Estado. A noção de coexistência institucional (art. 206, III) acabou por deslocar a categoria concessão para a de autorização e avaliação de qualidade (art. 209) (CURY, 2005: 24).

Resta, agora, analisar, o estatuto da autorização e sua relação com a noção de serviço público. Os juristas estudiosos do direito administrativo fazem uma distinção entre serviço público próprio e impróprio. De acordo com Cury:

[...] No fundo, os serviços públicos se dividem em duas espécies: os próprios e impróprios. Os próprios são do Estado, mas neles caberiam importante distinção: os indelegáveis, porque exclusivos do Estado não comportam delegações aos particulares [...] e os delegáveis, que, no caso, se submetem aos critérios da concessão ou permissão (CURY, 2005: 24).

Assim, podemos afirmar que:

[...] A educação escolar não caberia como luva no estatuto dos serviços públicos impróprios? À primeira vista, não resta dúvida. Mas ela, enquanto serviço por excelência, não seria uma atribuição própria do Estado? Se a educação escolar implica a cidadania e seu exercício consciente, se ela qualifica para o mundo do trabalho, se ela é, ao menos na etapa do ensino fundamental, gratuita e obrigatória, se ela é progressivamente obrigatória no ensino médio, se a educação infantil é também dever do Estado se educação escolar é dever do estado e se ela visa *ao pleno desenvolvimento*

*da pessoa*, como retirá-la dos objetivos fundamentais da República do Brasil postos no art. 3º da Constituição? Como não tê-la como serviço público de caráter próprio? Então como entender a passagem da concessão e da permissão para o estatuto da autorização? (CURY, 2005: 25).

Efetuada este longo percurso, no qual verificamos a gens e desenvolvimento do público e do privado no campo educacional, a partir das contribuições de Cury, bem como as suas possíveis e respectivas bases legais, agora, de forma elementar, poderíamos nos perguntar: o público e o privado poderiam ser considerados categoria de análise em educação? Se sim, quais poderiam ser as suas contribuições para o campo educacional?

## **b) O público e o privado como categoria de análise em educação**

Severino<sup>18</sup> entende o público e o privado como categoria de análise em educação e, para tanto, parte de uma problemática nevrálgica do debate que envolve as categorias do público e do privado: a introdução do termo *estatal*, muitas vezes entendido como equivalente ao conceito de público.

O autor distingue três situações histórico-sociais em que se pode perceber claramente a dicotomia entre público e privado:

[...] Num primeiro momento, dos primórdios da colonização, aos anos de 1930, o público encontra-se subsumido pela atuação hegemônica da Igreja. Tem-se, nesse período, a ausência de afirmação da categoria do público como medida da política educacional no país; mas não ocorre uma afirmação extremada do privado, posto que essa dimensão se dilui e se camufla sob a ideologia do comunitarismo cristão. Em segundo momento, marcado pelo avanço do capitalismo e pela formação de uma classe média, a dimensão pública afirma-se como alternativa positiva (SEVERINO, 2005: 31-2).

Por fim, o conteúdo da categoria público é novamente alterado com a instauração do regime Militar, em 1964, esvaziando o sentido de público, reduzindo a uma expressão tecnoburocrática do estatal e equacionando-o ao mercadológico, em que

---

<sup>18</sup> Severino, Antônio Joaquim. O público e o privado como categoria de análise em educação, 2005.

a sociedade civil não é mais a comunidade dos cidadãos, mas a comunidade dos produtores e dos consumidores em relação ao mercado. E afirma que:

[...] Após duas décadas sob a tutela de um estado autoritário e autocrático, em que a dimensão pública se reduzira à expressão meramente tecnoburocrática do estatal, ela acaba deslizando-se para uma mera identificação do civil ao mercadológico, ou seja, a sociedade civil não é mais a comunidade dos cristãos, mas a comunidade dos produtores e dos consumidores em relação ao mercado. [...] O dilema que vivemos hoje se expressa exatamente por esta ambigüidade, pela qual vivemos a dimensão pública se esvazia, impondo a minimização do estado na condução das políticas sociais, que ficam dependentes apenas das leis do mercado, tido como dinâmica própria da esfera do privado. Daí o ímpeto privatizante que varre a sociedade e a cultura do Brasil nas últimas três décadas, sob o sopro incessante e denso dos ventos ideológicos do neoliberalismo. A oferta de educação pública, assim como dos demais chamados serviços públicos, é um dentre outros empreendimentos econômico-financeiros a ser conduzido nos termos das implacáveis leis do mercado (SEVERINO, 2005: 33-4).

Em todas essas três situações, as categorias de público e de privado padecem de uma limitação congênita, que compromete sua validade político-educacional, impondo-se, aos atuais teóricos e práticos da educação, uma inconclusa tarefa de redimensioná-la, com vistas a assegurar-lhes eficácia e legitimidade. “Para tanto, é preciso ter presente a historicidade da construção dessas categorias” (SEVERINO, 2005: 34).

[...] Na verdade, as relações de poder no interior da sociedade brasileira continuam moldadas nas relações de tipo escravocrático que a fundaram [...]. Trata-se, no Brasil, de uma instituição que, apesar de estatal, não é efetivamente pública, é autenticamente privada, apesar de custeada com o sangue e o suor do trabalho realizado pelo conjunto da sociedade civil [...]. Desse modo, o direito acaba desvirtuado pelo seu próprio enviesamento ideológico. Se, de um lado, ele é visto pelos que dele dependem como meio para contar com o usufruto do bem comum, de outro, é usado por aqueles que dele pouco precisam, para salvaguardar seus privilégios. No campo específico da educação, a legislação passa a ser então estratégia ideológica, prometendo exatamente aquilo que não pretende conceder. [...] nessa luta sem tréguas, o caráter público da educação vai sendo, cada vez mais, comprometido (SEVERINO, 2005: 36-7).

Hoje, sintetiza o autor, vive-se a seguinte ambigüidade: a dimensão pública esvazia-se, impondo a minimização do Estado na condução das políticas públicas, dependentes apenas das leis de mercado, da dinâmica própria da esfera do privado. Finalizando o texto, Severino (2005) nos chama a atenção para a necessidade de compreendermos as categorias do público e do privado a partir de sua historicidade.

[...] Desse ponto de vista, foram pequenos os avanços realizados pela nova LDB. Na verdade, ela continua totalmente comprometida com a dicotomia público/privado, disfarçando mal sua verdadeira opção. Ao mesmo tempo em que formula conceituações e diretrizes para a educação pública, com relação à educação conduzida por entidades privadas, consagra sua total soberania, de fato. As exigências parecem ficar exclusivamente com o ensino estatal [...]. No fundo, a proposta parece ter como pano de fundo uma tendência à privatização generalizada do ensino. Como não se quer fazer isso declaradamente, dadas as resistências políticas ainda existentes, o processo vai sendo induzido aos poucos (SEVERINO, 2005: 39).

Ressaltando a “*fecundidade dessa categoria* para a compreensão da educação brasileira como um todo, com seus determinantes políticos, econômicos, sociais e culturais”, Buffa<sup>19</sup> evidencia como a literatura debatida permite apreender aspectos significativos sobre a educação e a sociedade brasileira, evidenciando, assim, a fecundidade e atualidade da categoria/análise “público e privado”.

O que significa tomar o público e o privado como categoria de análise da educação? O que quer dizer categoria de análise? Uma categoria de análise é um conceito que nos permite dar uma “arrumação”, um “arranjo” no campo que se quer investigar.

De acordo com Buffa (2005) os conceitos de público e privado podem ser tomados como categoria de análise da educação não resta dúvida. Os inúmeros estudos publicados<sup>20</sup> atestam tal afirmativa. O que gostaríamos de focalizar nesse momento

---

<sup>19</sup> Buffa, Ester. O público e o privado como categoria de análise em educação, 2005.

<sup>20</sup> Neste (momento Buffa percorre um longo período da história da educação e nos dá relevo para as publicações de a) Saviani: “*Educação brasileira: estrutura e sistema*” (1973) sugere como hipótese explicativa as diferentes posições dos grupos em conflito que teriam dificultado a definição de objetivos comuns, e, daí, a ausência do sistema educacional; b) Villalobos: “*Diretrizes e bases da educação, ensino e liberdade*” (1973) dá especial atenção ao conceito de liberdade de ensino uma vez que em torno dele se concentrou o prolongado debate, pois tanto os que defendiam o ensino público quanto os que defendiam o ensino privado o faziam em nome da liberdade de ensino; c) Roque Spencer: “*Diretrizes e bases da educação*” (1960) uma grande fonte historiográfica; d) Florestan Fernandes: “*Educação e sociedade no Brasil*” (1966) mais do que apresentar as mazelas e vicissitudes dos diferentes projetos de lei, o autor apresenta dados sobre as precárias condições do ensino no país, e expõem princípio, objetivos, métodos, valores, enfim concepções que apontam para a defesa da escola pública; e) Bruneau: “*O catolicismo brasileiro em época de transição*” (1974) dedica um capítulo ao estudo do desenvolvimento político da Igreja católica na discussão da LDB; f) Cruz: “*Vinte anos a serviço da educação*” (1966) o capítulo III é dedicado à atuação da AEC na tramitação da LDB; g) Cury: “*Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*” (1978) realiza um estudo sobre o conflito entre lideranças católicas e os Pioneiros que emergira durante a Constituinte de 30; h) Lima: “*Educação, igreja e ideologia: uma análise sociológica da elaboração da LDB*” (1978) o título já diz tudo; i) Buffa: “*Ideologia em conflitos: escola pública e escola privada*” (1979) descreve o conflito entre os defensores do ensino público e privado, entende que o que estava em jogo era o destino das verbas públicas para o ensino; j) Martins: “*Um retrato sem retoques*” (1981) discute processos de privatização do ensino pós-reforma universitária de 68; l) Saviani: “*Uma estratégia para a defesa da escola pública: retirar a educação da tutela do Estado*” (1984) retoma a história do conflito alertando para equívocos propondo uma solução bem como a estratégia e as tática para tal; m) Cunha: “*Universidade crítica*” (1983) dedica um capítulo às Diretrizes e Bases retomando os

é a *fecundidade dessas categorias* para a compreensão da educação brasileira como um todo, com seus determinantes políticos, econômicos, sociais e culturais. Em uma palavra, nos pergunta: do que é possível conhecer da educação brasileira a partir dessa categoria de análise? A resposta, própria de seu estilo e propriedade, aponta para a necessidade de se salientar uma questão conceitual, ou seja:

[...] Nos debates ocorridos nos anos de 1930 e, depois, em 1950-60, parece que não havia dificuldades de entendimento do que fosse público e privado. Público era o ensino mantido com recursos governamentais e privado era o ensino mantido por particulares [...]. O conflito que se estabeleceu nos anos 30 se referia à laicidade do ensino público e nos anos 50, basicamente ao destino das verbas públicas e nunca propriamente à existência da escola particular. Quando, mais tarde, a liderança do grupo privatista deixa de ser a Igreja para ser o empresariamento do ensino, os argumentos mudam” (BUFFA, 2005: 51).

Aqui, Buffa argumenta, com este deslocamento da liderança e com as transformações ocorridas na sociedade brasileira, que se passou a exigir uma maior e melhor explicitação deste conceito: “é assim que são feitas distinções conceituais entre *público* (o que é destinado ao conjunto da população), *estatal* (o que mantido pelo Estado), *privado*, regido pela lógica do lucro e o *privado conceitual, filantrópico, comunitário* (BUFFA, 2005: 51).

Se, aos olhos de nossa autora, ocorreu uma movimentação conceitual em relação ao público e ao privado, no que diz respeito ao uso e destinação das verbas públicas, encontraremos, igualmente, de acordo com Buffa, modificações de conotações em relação à própria expressão “*liberdade de ensino*” em diferentes momentos históricos, pois:

---

conflitos ideológicos vivenciados; n) Paiva: “*Perspectivas e dilemas da educação popular*” (1984) focaliza as transformações no setor católico quanto a questão da escola privada; o) Cunha: “*Escola pública, escola privada e a democratização do ensino*” (1986) destaca, nesta coletânea, o texto de Cury e Nogueira, por mostrar a mudança do discurso dos defensores do ensino particular (a liderança migra dos católicos para o setor empresarial efetivamente) mudam os argumentos, mas a defesa consistia ainda em conseguir recursos públicos para as escolas privadas; p) Saviani: “*Política e educação no Brasil*” (1987) analisa a tramitação dos projetos que se tornaram as leis 4024/61, 5540/68 e 5692/71, salientando o desenrolar dos conflitos ideológicos e o significado político do texto que se converteu em lei; q) Cunha: em diversos artigos escritos no decorrer dos anos 80 e 90, sempre defendendo a escola pública como exigência da democratização do ensino nos mostra os vários significados da expressão *liberdade de ensino*; r) Cury: “*O público e o privado na educação brasileira contemporâneas: posições e tendências*” (1992) focalizou a genealogia das diversas argumentações em torno da laicidade ou gratuidade do ensino, à luz dos textos constitucionais, sobretudo da constituição de 1998 e das LDBs; s) Pinheiro: “*O público e o privado na educação Brasileira; um conflito na Constituinte (1987-88)*” (1991) entende que o conflito público-privado na educação é o sintoma maior de um problema que diz respeito às relações entre Estado e sociedade no Brasil (BUFFA, 2005: 43-50). É verdade que poderíamos acrescentar outros autores ou textos a lista, mas é verdade que ela já é reveladora da complexidade e desafios que persegue esta temática.

[...] Enquanto a Igreja apresentava argumentos doutrinários à defesa da liberdade de ensino como forma de assegurar o pluralismo ideológico e combater o perigo do totalitarismo, mais recentemente, os proprietários e dirigentes de estabelecimentos de ensino apresentam argumentos centrados nas inúmeras vantagens do ensino particular quando comparado ao público [...] (BUFFA, 2005: 52).

Se é verdade que, do ponto de vista conceitual, verificaram-se mutações, o mesmo podemos dizer quanto à relação entre o público e o privado, “pois são sempre apresentadas como conflituosas [...] mas que foi assumindo fisionomias diversas no decorrer da história” (BUFFA, 2005). Se, inicialmente, concentrava-se no ensino médio, confessional e sob a liderança da Igreja católica, a partir dos anos 80, do século XX, a sua liderança é empresarial e a sua concentração no ensino superior. Os defensores da escola pública precisam dialogar com a questão da quantidade, portanto, pugnando pela expansão da sede, mas também precisam lutar pela garantia da qualidade. Em nosso entendimento esta é uma falsa dicotomia, pois a quantidade não pode ser desprovida de qualidade e a qualidade não pode deixar de ser em quantidade...

Para Buffa (2005) por meio desta categoria de análise, é possível compreender também as relações entre sociedade e escolarização. Argumentando que uma sociedade desigual tem uma escola desigual, nos diz que:

[...] as transformações sociais acarretam modificações substanciais na escolarização que começa cada vez mais cedo e termina cada vez mais tarde [...] assim dada a atuação sempre diferencial do estado, fica um espaço enorme para a atuação da iniciativa particular [...] (BUFFA, 2005: 53).

Segundo Buffa (2005) pelas categorias de público e privado é possível uma análise mais apurada da legislação educacional bem como a configuração da “clientela” atendida por ambas em diferentes épocas. Para a autora, este último problema, friso, a questão da clientela, pode traduzir-se em outros fenômenos, tais como: diferentes soluções para atender a cobertura, criação de outros “tipos” e definição na legislação para além do universitário, e diferentes “tipos de soluções” com a “participação” da comunidade para o financiamento do ensino. Assim, observamos o quanto que pode ser fértil olhar a educação pela porta de entrada das categorias do público e do privado.

Fazendo nossa uma questão levantada por Lombardi (2005), ou seja, a sua questão inicialmente apresentada é: seriam as palavras público e privado categorias de análise para o marxismo? O autor discute à luz do marxismo se as categorias “público e privado” podem ser considerados categorias de análise para essa perspectiva metodológica e teórica.

Para Lombardi,<sup>21</sup> (2005: 67) “as palavras, conceitos e categorias [...] não se explicitam simplesmente pelo entendimento etimológico, não fazem sentido em si mesmo, mas no interior de concepções teórico-metodológicas”. Afirma que, o sentido de “público e privado” só pode ser entendido por referência à época moderna, ao advento do modo capitalista de produção, que *re-introduziu* esses termos para mascarar o exercício do poder de Estado por uma classe, em seu próprio benefício, jogando uma cortina de fumaça sobre as relações sociais, como se o estado moderno fosse um bem comum e o exercício administrativo fosse para o bem de todos. E que público e privado deva ser entendido para além de seu significado etimológico. Apresentado este percurso, Lombardi nos diz que:

[...] Acho suficiente o percurso realizado; meu objetivo foi mostrar que a dicotomia entre público e privado só faz sentido enquanto fundamentação burguesa, capitalista, do Estado moderno. Essas elaborações, portanto, cumprem uma função de justificação ideológica de princípios fundamentais ao ideário liberal: liberdade, propriedade, sociedade civil e, enfim, do Estado como uma instituição contratualmente criada pelos homens para garantir a liberdade e a igualdade de direito a todos. Na filosofia política burguesa, portanto, tem-se uma mera justificação ideológica do estado existente (LOMBARDI, 2005: 86).

Com base no exposto, pode-se afirmar que os conceitos de *público* e *privado* constituem categorias filosóficas e políticas fundamentais às diversas vertentes da *concepção liberal* que, enquanto parte dessa concepção de mundo, servem para fundamentar e justificar a indissociabilidade entre a liberdade e a propriedade, bem como a distinção entre sociedade civil e Estado, como destaca Lombardi (2005: 86-7) ao mesmo tempo em que essas categorias se foram forjando historicamente, como expressão ideológica da burguesia, passando a constituir dimensão fundamental do pensamento burguês, também conformadas e consolidadas como categorias básicas no âmbito do direito. E mais,

---

<sup>21</sup> Lombardi, José Claudinei. O público e o privado como categoria de análise em educação? Uma reflexão desde o Marxismo, 2005.

[...] Privado aparece como uma referência aos direitos e liberdades dos indivíduos enquanto cidadão; público, como referido à constituição e a competência do estado burguês, bem como do governo e dos serviços públicos articulados a esse Estado. Ao contrário da ideologização burguesa, numa perspectiva crítica do assunto, deve-se conceber o estado como aparelho burguês. E o público e o privado, como categorias *ideológicas* usadas para legitimar a propriedade privada e possibilitar as condições de funcionamento da economia capitalista. A visão crítica do Estado pressupõe o entendimento do conteúdo de classe do Estado, isto é, que o Estado burguês é um instrumento de dominação de uma minoria contra a maioria, dos proprietários contra os não-proprietários, que a igualdade burguesa é meramente formal e que a liberdade não é para todos (LOMBARDI, 2005: 87).

Tendo como base nos pressupostos do entendimento do Estado burguês, Lombardi (2005: 94) retoma a pergunta inicial: “seriam as palavras *público* e *privado* categorias de análise para o marxismo”? Certamente são conceitos que servem para explicitar a situação desigual dos homens no interior da sociedade [...]. “Foram, portanto, conceitos elaborados para normatizar essa desigualdade, daí constituírem certamente categorias jurídicas” (LOMBARDI, 2005: 94-5).<sup>22</sup>

E finaliza:

[...] Acho que é isso o que se faz elegendo o público e o privado como categorias centrais para análise histórica da educação. Desde, o marxismo, considero complicado tomar essas categorias burguesas como *categorias de análise científica*. Talvez seja mais produtivo buscar entender o processo histórico de organização das escolas em nosso país, analisando como foi impregnado pela *ideologia burguesa da dicotomia entre o público e privado!* (LOMBARDI, 2005: 95).

Corroborando com Lombardi, Alves (2005)<sup>23</sup> aponta como se deu a relação entre o público e o privado ao longo da história da educação brasileira, argumentando inicialmente que é “impossível ignorar as denúncias de que a coisa pública, no campo da educação, tem sido caudatária dos interesses das empresas particulares de ensino e que, as recorrentes negociatas, por elas empreendidas, ferem, sistematicamente, o bem comum.

---

<sup>22</sup> Com base nas observações sobre a filosofia política e sobre o direito, ensejei meu entendimento, no qual se podem conceber o público e o privado como categorias da filosofia, da política e do direito. Mas, enquanto tais constituem justificativas teoricamente para a burguesia distinguir sociedade civil de Estado, acobertando e encobrindo as dimensões da vida econômica e social que provocam a distinção entre classes (LOMBARDI, 2005: 95).

<sup>23</sup> Alves, Gilberto Luiz. A inovação nas práticas educativas das escolas estatais e particulares: subsídios para a discussão da relação entre o público e o privado na educação brasileira, 2005.

Explicitando um questionamento: se existiria uma esfera educacional pública, voltada para o atendimento da maioria da população? Responde que não, pois numa sociedade de classes, o Estado, que administra e controla a educação, é um instrumento de realização dos interesses privados, pois “mesmo quando afirmam princípios favoráveis a transformações sociais, realizam, paradoxalmente, uma prática de sentido contrário, contribuindo para a reprodução de uma escola anacrônica, em nada articulada às necessidades educacionais contemporâneas”. E sentencia:

[...] Posso enumerar casos e mais casos dessa discutível apropriação de recursos públicos pelo ensino particular, mas seria supérfluo. [...] A indagação, em face das negociatas descritas e do tráfico de influência, pode turvar nossa visão para outros aspectos relevantes da relação entre o público e o privado. Os exemplos expostos, no entanto, permitem a explicação de um relevante questionamento: existiria, concretamente, uma esfera educacional pública voltada para o atendimento da maioria da população? A resposta categórica é não. Afinal, numa sociedade de classes, o Estado, que administra e controla a educação vista por muitos como pública, é, ele próprio, um instrumento de realização dos interesses privados da classe que detém o poder. Logo, só por equívoco poderia ser tomado como a expressão tácita do público, pois não lhe é pertinente o tratamento das questões sociais pela perspectiva do *bem comum*. Por isso, no plano institucional da educação, caberia, mais apropriadamente, falar em escola estatal e em escola particular. Ambas, porém, concebidas para a realização dos interesses privados da classe hegemônica (ALVES, 2005: 107-8).

Acentua, porém, que “essa argumentação não nega a necessidade nem a possibilidade da luta, no espaço político da escola estatal, exercida com a intenção de pleitear os interesses estratégicos dos trabalhadores” (ALVES, 2005: 108).

Araújo,<sup>24</sup> “discute a tese de que a história da educação revela que a esfera do público e do privado se afiguram como um campo de disputas que demonstra não só a existência de antagonismo, como também de intercâmbios e de convívio”. Evidencia, assim, que estas categorias só podem ser apreendidas em sua historicidade. Logo, “significa entender que, tomar estas categorias como estanques, pode levar a um imobilismo na compreensão de nossa história educacional que, desde os primórdios, fez do intercâmbio e da definição ambígua dos termos um norte propulsor para servir a grupos específicos da esfera social”. Afirma, assim: “a

---

<sup>24</sup> Araújo, José Carlos Souza. O público e o privado na história da educação brasileira: da ambivalência ao intercâmbio, 2005.

categorização que faz figurar, como que binariamente, o público e o privado<sup>25</sup> não se podem constituir em idealizações que imobilizem a compreensão da história da educação” (ARAUJO, 2005: 126). Ao contrário, trata-se de respeitar as configurações locais, regionais, estaduais, nacionais, pois elas explicitam as mediações de aproximações e de antagonismos, entre as dimensões pública e privada. “As categorias – por exemplo, público e privado – são construções destinadas ao exercício de análise, compreensão e interpretação das referidas prática e concepções, dos problemas concretos e das aspirações e superá-los” (ARAUJO, 2005: 125).

E nos afirma ainda que:

[...] Dessa forma, pode-se afirmar que categorizar é um exercício epistêmico não isento de neutralidade: estabelecer fronteiras entre o público e o privado, buscar suas origens, mapear os projetos e as realizações escolares nas dimensões pública e privada, apontar os antagonismos e os intercâmbios entre tais dimensões são tarefas muito enriquecedora para o pesquisador em história da educação (ARAUJO, 2005: 126).

Araújo (2005: 127) afirma que, Luzuriaga, “aproxima dois componentes – o público e o religioso – que historicamente se conflitam ainda em nossos dias, porém sua obra argumenta na direção de que o público em educação escolar veio configurando-se sob os auspícios da iniciativa religiosa”.

No período analisado por Luzuriaga estava ainda em

[...] Gestação afirmar a dimensão pública compreendida como um espaço secular, laico, universal, entretanto, a defesa da dimensão religiosa é sustentada como um componente importante na configuração da dimensão pública, mesmo em nossos dias. Observa-se a seguir a defesa da escola particular como promotora do interesse público (ARAUJO, 2005: 127).

De acordo com Araújo (2005) é em torno dessas dimensões pública e religiosa que veio explicitando-se, historicamente, uma ambivalência, no sentido de reconhecimento de valores de significados mutuamente opostos. “Há o

---

<sup>25</sup> Segundo o *Discionário Houaiss*, referenciando que o vocábulo *público* é “concernente ao público, do público, que é de interesse, utilidade do público, que é propriedade pública”, e *privado* significa “pertencente a cada indivíduo, particular, próprio, individual”. Porém, tais distinções sinonímicas não podem desconhecer a história como um movimento, como concretos e aspirações e superá-los (Araújo, 2005: 125).

reconhecimento da necessidade de o poder público gerir a instrução pública como um dever de justiça para com todos em vista da “igualdade de fato”. Configurada com o estado, como gerenciador do interesse público, do interesse geral” (ARAUJO, 2005: 131).

Como já destacamos anteriormente, aqui verificamos a tentativa de se legitimar a ação da iniciativa privada, como promotora de um interesse público, de um sentido social. Vejamos:

[...] No entanto, ambivalentemente, embora os interesses particulares sejam privados, opostos ao interesse público, apresentam-se como devotados ao atendimento do público, assentando-se na concepção de que os projetos privados têm um interesse público, tem um sentido social. E tal direcionamento argumentativo estrutura tanto os interesses privados preocupados com o empresariamento das instituições escolares quanto com os interesses privados, de natureza confessional, que concebem educação escolar como uma irradiação da evangelização (ARAUJO, 2005: 131).

Pode-se inferir, então, que o campo educacional é um campo de disputas ditado pelo antagonismo entre interesses confessionais, públicos (de caráter secularizante – porque voltados à universalidade, à obrigatoriedade e à gratuidade) e empresarial. E esse antagonismo pode estruturar-se do ponto de vista concepcional, do ponto de vista organizacional (leve-se em conta, por exemplo, a gestão escolar, as dimensões curriculares), ou do ponto de vista político-educacional (ARAUJO, 2005).<sup>26</sup>

O objetivo desse percurso, até aqui feito, foi o de trazer à reflexão a concepção de que tem sido inerente ao ideário liberal assumir e viver tal ambivalência entre o público e o privado, seja privatizando o público, seja publicizando o privado. E essa trama, entre o público e o privado, exemplificada com alguns textos de época já citados, não é vivida em instâncias constituintes da esfera pública sem embates, sem discussões, oposições antagonismos, divergências, reações e resistências. Porém, tal trama implicava também consenso, intercâmbio, convívio, reciprocidade e parceria. Por conseguinte, ela está sujeita a equívocos, ambigüidades e ambivalências – do ponto de vista concepcional ou do ponto de vista da efetivação

---

<sup>26</sup> Eis um exemplo nos apresentado por Araújo: em 1867, Liberato Barreto defendia que “limitar a esfera do ensino privado, quando o ensino oficial não satisfaz a todas as necessidades, é prescrever a ignorância” [...]. Tais posicionamentos demonstram a defesa do ensino privado, levando em conta a fragilidade da educação pública de então. Além disso, argumenta em defesa da necessidade social à qual vem atender os interesses privados (2005: 132).

política-educacional – está sempre envolvida com as artimanhas entre o público e o privado. De acordo com nosso autor estamos diante de um passado que insiste em se fazer presente:

[...] No entanto, tal contemporaneidade encontra ecos em séculos anteriores, como pôde ser verificado em alguns posicionamentos citados inicialmente. Categoricamente, estabelecer barreiras entre o público e o privado pode conduzir a compreensão do movimento da história educacional a uma imobilização. Na verdade, há um intercâmbio representado seja pelos interesses sociais na configuração da educação escolar – interesses estes publicizados ou privatizados, confessionais ou não, não implicando apenas uma mão única -, seja promovendo pela iniciativa pública ou privada, porque, apesar da concorrência e da rivalidade dos interesses privados em relação aos públicos – o que implicaria assumir posicionamentos dicotômicos -, observa-se a busca do intercâmbio, da parceria, da convivência inclusive por agentes da representação pública para instituir, alimentar ou fortalecer os interesses privados. Embora as categorias público e privado apresentem limites quanto à possibilidade de propiciar uma inteligibilidade do movimento histórico-educacional, elas guardam rumor com o nosso tempo presente (ARAUJO, 2005: 142).

Noronha<sup>27</sup> analisa a questão do público e do privado, tendo por base o momento histórico contemporâneo, que apresenta, como um de seus marcos, uma transformação do papel do Estado. A autora toma como base a configuração do modo de produção capitalista, para demonstrar que a “trajetória de constituição do público e do privado na história da educação, [...] guardando as especificidades de como o processo se produz nas formações sociais “periféricas”, dentro do sistema capitalista mundial” (NORONHA, 2005: 145).

Apropria-se como um dos pressupostos centrais de análise, a categoria trabalhada por Gentili: o “*monopólio do conhecimento*”. Assim, afirma que o princípio educativo, que tem como fundamento o conhecimento, torna-se um princípio de exploração das classes subalternas, que se vêem submetidas aos desígnios e diretrizes dadas pela classe dominante, classe esta que mantém o monopólio dos conhecimentos socialmente significativos. Assim sendo estes direitos

[...] Estão saindo da esfera das relações entre o estado e a sociedade civil (que constitui historicamente o âmbito do público) e passando gradativamente para a esfera da sociedade civil, que se estrutura atualmente como âmbito do público não-estatal (NORONHA, 2005: 147).

---

<sup>27</sup> Noronha, O. Maria. O público e o privado: teorias e configurações nas práticas educativas, 2005.

Dessa forma, perpetua-se o princípio dado por uma relação histórica determinada, em que a apropriação do conhecimento é condicionada pela posição que os indivíduos ocupam na organização da produção.

Gomes<sup>28</sup> tem como objetivo discutir o conceito de público e privado a partir de sua raiz filosófica, mais especificamente da filosofia do direito. A esfera do privado na educação brasileira pareceu bem satisfeita com sua redução a simples critério econômico, de escola que deve se manter por si mesma, como empresa lucrativa ou filantrópica (GOMES, 2005). O autor nos alerta para que:

[...] Num momento em que a questão de *privatizar* ou *não privatizar* o ensino, de legitimar a escola estatal ante a escola empresa parece ser puramente econômica, percebe-se que o Estado entrará e sairá incólume em seu poder, qualquer que seja a solução, pois não se questionara a restrição desse poder de ditar políticas e conteúdos para qualquer esfera da educação (GOMES, 2005: 162).

Saviani (2005) nos apresenta e problematiza quatro assertivas básicas para a compreensão das categorias do público e do privado na educação.<sup>29</sup> São elas: o público e o privado constituem categorias correlatas e indissociáveis entre si; o público e o privado são categorias originárias e específicas da época moderna; só se pode considerar público e privado categorias educacionais, a partir do século XIX, pois é somente a partir daí que se configura nitidamente a educação pública; só é possível fazer de público e privado em educação no Brasil a partir de 1890.

[...] Primeira asserção: o público e o privado constituem categorias correlatas e indissociáveis entre si. Como categorias correlatas e indissociáveis, entende-se que público e privado se comportam como pólos opostos que se supõem um ao outro. Portanto, o público só pode ser compreendido por referência ao privado e vice-versa (SAVIANI, 2005: 168).

Afirma que “se aí não se detecta a vigência da educação pública, não se poderia concluir que, conseqüentemente, estaria vigorando a educação privada, pois, a rigor, esta categoria não seria aplicável a esse tipo de sociedade na época considerada” (SAVIANI, 2005: 168). A segunda asserção que considera que público e privado são categorias originárias e específicas da época moderna, encontra-se em relevo que:

---

<sup>28</sup> Gomes, Paulo de Tarso. O público e o privado: sobre o direito de educar as consciências, 2005.

<sup>29</sup> Saviani, Dermeval. O público e o privado na história da educação brasileira, 2005.

[...] Na sociedade capitalista defrontam-se no mercado proprietários aparentemente iguais, mas de fato desiguais, realizando, sob a aparência da liberdade, a escravização do trabalho ao capital. Instala-se a cisão entre a aparência e a essência, entre o direito e o fato, entre a forma e o conteúdo, entre o privado e o público (SAVIANI, 2005: 168-9).

Tendo como base o debate sobre assertivas, que apresenta, argumenta e defende o pressuposto de que só tem sentido o debate educacional sobre público e privado a partir de um tempo histórico específico, Sanfelice<sup>30</sup> nos apresenta como argumento primordial a idéia de que escola estatal e escola pública não são equivalentes, se entendemos público como o que pertence ao povo. Se, afirma o autor, retomar as teses centrais do marxismo, não poderemos concordar com a equivalência entre estatal e público, já que o Estado não pode ser considerado neutro, pois atende a interesses específicos da classe dominante.

Assim, Sanfelice afirma que “o que é ideologicamente explicitado como educação pública, na realidade, destina-se ao interesse privado e a educação estatal assim deve ser denominada, pois não é do interesse comum, do público, mas do privado”. Para tanto, é necessário visitar o conceito de estado no âmbito do pensamento marxista, no qual ele é considerado a “instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe” (SANFELICE, 2005: 177).

Desta forma, podemos entender que:

[...] Enquanto Estado defensor dos interesses da propriedade privada, a educação estatal pode estar portanto, atrelada aos mesmos objetivos. O que é ideologicamente explicitado como educação pública, na realidade, destina-se ao interesse privado, e a educação estatal assim deve ser denominada pois não é do interesse comum, do público, mas do privado (SANFELICE, 2005: 179).

Portanto,

[...] Se a natureza do estado, na visão marxista, é a que se delineou acima, o Estado ou o que é estatal não é público ou do público, mas tende ao favorecimento do interesse privado ou aos interesses do próprio Estado com sua autonomia relativa. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil pode então ser formulada do seguinte modo: a) sempre tivemos, desde os primórdios da colonização, uma educação escolar estatal, b) tivemos iniciativas privadas na educação escolar e c) nunca tivemos educação pública escolar (SANFELICE, 2005: 182).

---

<sup>30</sup> Sanfelice, J. Luís. A problemática do público e o privado na história da educação brasileira, 2005.

Considerando que “grande parte dos trabalhos recentes sobre o estado preocupam-se, pelo contrário, em explorar a sua “autonomia relativa” e as complexidades que envolvem suas relações com a sociedade, argumenta que é esta postura que lhe “parece mais conseqüente e ao mesmo tempo o grande desafio. Ou seja,” como explorar e explicar suas relações com a sociedade? (SANFELICE, 2005).

[...] O papel do Estado, em sua autonomia relativa, necessita de uma investigação profunda, pois, caso contrário, a formulação das políticas sociais e, dentre elas, a política educacional não serão entendidas nas suas múltiplas contradições (SANFELICE, 2005: 185).

Também argumenta que a historiografia, de maneira geral, consagrou a terminologia “educação pública” como sinônima de “educação estatal”. Sendo assim, e “nesse sentido, referimo-nos à educação pública para expressarmos a educação oferecida pela escola pública e, muito raramente, a defesa da escola pública não é outra coisa senão a defesa da escola estatal” (SANFELICE, 2005: 178).

[...] A problemática do estatal e do privado na história da educação no Brasil deverá ser aclarada por meio de uma compreensão extensa da natureza do Estado, dos primórdios da colonização até hoje, em suas diferentes configurações políticas, e do papel que ele exerceu ao longo do tempo na preservação dos interesses que beneficiem a propriedade privada dos meios de produção e a acumulação de capital (SANFELICE, 2005: 182).

Para Sanfelice (2005), só com o fim do estado é que teremos a escola pública. Finaliza, dizendo que a problemática do público e do privado, “abordada à luz do pensamento marxista”, será um esclarecimento de que, no âmbito da sociedade capitalista, prevalecem os interesses eminentemente privados e o mesmo ocorre na educação, seja na forma como ela se estrutura diretamente vinculada ao estado, seja sob os auspícios da iniciativa privada. “Os fins últimos dessa educação não transcendem os limites da própria sociedade capitalista”.

[...] Hoje,<sup>31</sup> os privatistas chegam a anunciar que a educação oferecida pelo estado é uma concorrente desleal uma vez que eles se encontram expostos às leis de mercado enquanto praticam, em verdade, a mercantilização da educação [...]. A dimensão real desse ordenamento, por exemplo, as reformas que o Estado promove na educação escolar, talvez não possa ser explicada no interior do próprio Estado. O modo de produção capitalista nas suas diferentes manifestações em cada sociedade, na medida em que revolucionam continuamente as condições de produção material, impõe

---

<sup>31</sup> Sustentamos que mais uma vez, ou seja, novamente são utilizados os argumentos constituídos a partir dos anos 40 ou até mesmo anteriores...

exigências ao Estado e à própria educação escolar. Se não olharmos o movimento histórico do capital e suas configurações distintas em cada sociedade, bem como os vários contornos políticos que o estado assume face a esse movimento, a questão da relação entre o estatal e o privado pode ficar obscurecida [...]. O fato definitivo é a constatação de que a educação escolar estatal nunca foi pública e não poderia sê-lo numa sociedade assentada na preservação da propriedade privada dos meios de produção (SANFELICE, 2005: 183-4)

Nesse sentido não houve uma problemática do público e do privado, mas a problemática é a ausência de interesse público. O estado deve desaparecer, para que o público assuma suas funções. Isso se estendida à educação escolar que hoje, estatal ou privada, está totalmente subordinada ao ordenamento imposto pelo Estado vigilante e avaliador. “Sem estado não deverá haver educação estatal e muito menos privada, mas somente pública” (SANFELICE, 2005).

[...] Se isto se constitui em mera utopia, caberá à história demonstrar, mas é a lógica conseqüente no âmbito do pensamento marxista, pois caso contrário vamos defender a escola estatal que está aí, o que estrategicamente pode ser necessário, mas não como objetivo último (Sanfelice, 2005: 184). Rigorosamente, entretanto, escola estatal não é escola pública, a não ser no sentido derivado pelo qual o adjetivo “público” se relaciona ao governo de um país ou estado: o poder público (SANFELICE, 2005: 178).

### 3. AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE.<sup>32</sup>

*O ensino superior brasileiro incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã a invasão francesa, esta depois daquela.*

Luiz Antonio Cunha

Propomo-nos, nesta unidade, tratar sucintamente do surgimento da universidade, suas primeiras formulações e diferentes manifestações espaciais. Em seguida, registraremos a origem da universidade no Brasil, questões que lhe potenciaram, bem como aquelas que lhe estabeleceria limites em sua origem.

Camacho (1997) muito nos esclarece quanto à questão das origens da universidade, ressaltando o fato de que, para conhecermos o que venha a ser universidade, teremos que levar em conta, necessariamente, “várias concepções, suas relações com a sociedade e seu grau de autonomia frente a esta sociedade”, e da “qual é a sua própria razão de existir” (CAMACHO, 1997: 42).

Normalmente tais origens se resumem a uma procedência greco-romana, medieval e ou produto da industrialização das sociedades. Qualquer que seja a resposta, uma ou outra se prende ao mundo ocidental. Perguntamos-nos se outras sociedades, que não se encontram neste escopo, poderiam ter produzido tal instituição, ou seja, se constituíram a sua universidade? Seria possível tal “especulação” ou a universidade é essencialmente greco-romana-ocidental-burguesa. Indagando sobre esta questão, obtivemos respostas que nos surpreenderam, dentre elas temos, de acordo com Gustavo Ford:

[...] Quanto às Universidades Africanas, foram várias! A que citei no Seminário, trata-se da Universidade de Sankore, localizada na cidade universitária Tumbuctu, localizada no antigo Império de Mali, por volta do século IX. Local de grandes estudos religiosos e de direito, para onde iam grandes eruditos. Houve outras tantas, no Império Etíope, no Zimbawe e, não podemos deixar de falar de Alexandria, localizada na civilização Egípcia, uma civilização negro-africana. Se tiver interesse posso separar alguma referência para você, ok? Fico muito feliz com sua trajetória e o fato

---

<sup>32</sup> Poderíamos ter escrito no singular, mas optamos em utilizar as origens para que já se explicita a pluralidade decorrente do próprio fenômeno.

de ampliar a visão de universidade para além da base greco-romana. Um exercício difícil e que apresenta algumas dificuldades para encontrarmos fontes em língua portuguesa.<sup>33</sup>

Luis Eduardo Wanderley (apud CAMACHO, 1997: 43) nos diz que “a universidade é um lugar privilegiado para conhecer a cultura universal, as variadas ciências e divulgação do saber”. Tendo como propósito primeiro o ensino, a pesquisa e a extensão, e que carrega intrinsecamente as contradições sociais, servindo ora para a manutenção do *status quo*, ora para impulsionar transformações sociais.

Cipriano Luckesi (1985) realiza em rápidas palavras uma retrospectiva do conceito e práticas de universidade, corajosamente, arrisca uma categorização, delimitação possível quanto desejada.<sup>34</sup> Para tanto, busca distinguir a

[...] Universidade que temos e de clarear a nossa tentativa de construir a universidade que pretendemos, ou seja, não uma mera consumidora e repetidora de informações importadas para “profissionalizar, mas sim um recanto privilegiado onde se cultive a reflexão crítica a realidade e se criem conhecimentos com bases científicas” (LUCKESI 1985: 29-33).

Sendo assim, “cada mestre produzia a sua escola, fazia escola”. Eis a experiência vivida na Antiguidade Clássica, onde discípulos se reuniam em torno de um mestre cuja considerável bagagem de conhecimento era transmitida. Tal experiência encontrou seu algoz “nas invasões bárbaras” (LUCKESI et al, 1985: 30).

Segundo Camacho (1997), a característica da universidade, devido às suas origens, é descrita por Luis Pinguelli Rosa, onde verificamos a argumentação de que a universidade surgiu de uma comunidade de estudantes e mestres que criaram provas e regras para o ingresso e para passagem de uma categoria a outra, paralelo às corporações, então vejamos:

[...] A universidade tal como é vivenciada e idealizada hoje, quando já se fala em transição para a sociedade pós-industrial nos países capitalistas avançados [...] tem suas raízes mais remotas nas corporações pré-capitalistas medievais, das quais ela guarda resquícios [...]. É, entretanto, curioso fazer um paralelo entre universidade de hoje e a da Idade Média, ressaltando as peculiaridades e anacronismos do caso brasileiro. A

---

<sup>33</sup> Os documentos demonstram que as primeiras universidades da Europa foram fundadas muito depois da Universidade de Sankore, em Tombuctu, cujos professores eram todos africanos.

<sup>34</sup> O tema “as origens da universidade”, não foi o seu objeto principal, contudo, nos foram proveitosos as considerações reflexões encontradas.

autonomia<sup>35</sup> tão buscada e cultivada como ideal, e ainda a ser conquistada no Brasil, foi uma característica da universidade medieval, à semelhança das corporações autônomas de artesão e das associações de ofícios em que se organizava a nascente burguesia nos centros urbanos. Ela surgiu como uma comunidade de estudantes e mestres, que criam provas e regras para ingresso e passagem de uma categoria à outra [...] (ROSA, 1984: 98).

Luckesi (1985) afirma que é no final da idade média – uma vez mais encontramos a visão do mesmo associado às trevas, desprovida de qualquer produção significativa, bem como um hiato entre o clássico e o moderno – que é observado o nascimento da universidade. Mesmo sobre os escombros da sociedade, de sua gens, consideramos que a universidade tem preocupações com a mesma, com sua manutenção, sobretudo. O fato é que a Igreja Católica protagonizou a unificação do ensino superior somente em um órgão – a universidade – do qual não se abria mão de seu controle, da guarda que se manifestava pelo dogmatismo, imposições de verdades no mínimo absolutas.

Quanto ao fato da autonomia, observamos acima que a universidade sofrera uma gigantesca influência da igreja católica. Rosa (1984) nos diz que a igreja ajudou em muito na luta da universidade pela conquista de sua autonomia. Encontramo-nos diante de um dilema, contudo. O certo é que as universidades foram responsáveis pela unidade do espírito e da cultura fundada na visão de mundo da cristandade a nível europeu, dentre outros.

[...] A autonomia da universidade medieval defendida a duras penas, em uma luta, às vezes, sangrenta, com greve e repressão, frente às autoridades locais dos burgos. Foi possível preservá-la em uma época anterior aos Estados Nacionais modernos, graças à proteção da Igreja, que, através da bula papal, chegou, em certa ocasião, a reconhecer o direito de greve dos universitários, o que mais uma vez dá à medida do atraso das legislações repressivas em países como Brasil [...]. A aliança com a Igreja não foi gratuita - as universidades foram responsáveis pela unidade do espírito e da cultura fundada na visão de mundo da cristandade, a nível europeu, usando o latim como língua culta, superando às barreiras lingüísticas e permitindo grande mobilidade de professores e alunos de uma universidade à outra em diferentes países (ROSA, 1984: 99).

Portanto, podemos afirmar que Camacho (1997) e Luckesi (1985) concordam que a universidade original auxiliou, em muito, a manutenção das estruturas feudais, sobretudo o poder papal. No século XVI, confirmando a sua negação, de um lado,

---

<sup>35</sup> Texto escrito em 1984, passados 23 anos Trindade (2001) e outros chamam atenção para a situação precária em que se encontra a questão da autonomia, afirma-nos que pouco se avançou e até mesmo tenha tido retrocesso.

verifica-se o desenvolvimento da mentalidade individualista e, de outro, o desenvolvimento da ciência moderna. Logo, um fracionamento do conceito e prática da universidade, bem como um descompasso da mesma, “dogmática por nascimento”, com espírito do renascimento que observava com suspeita toda a pretensa verdade, como também seus proprietários e proclamadores.

Concomitante ao nascimento da Renascença e da Reforma, intensifica-se o conhecimento humano, tanto quanto à fragmentação dos órgãos de transmissão do saber (para poucos), a partir de uma atitude defensiva, sobretudo de guardião das verdades já constituídas (definidas e definitivas provavelmente). Podemos afirmar, com segurança, que a universidade de então (em grande parte sob tutela da Igreja) não acompanhou o espírito difundido pela renascença e pela reforma.

Nos séculos XVII e XIX, com o movimento iluminista e a nascente industrialização, respectivamente, o primeiro questiona o tipo de saber das sumas medievais; o segundo será responsável pelo golpe de misericórdia na universidade medieval e pela entronização da universidade napoleônica (na França), caracterizada pela progressiva perda do sentido unitário da alta cultura, e a crescente aquisição de caráter profissionalizante, com toda sua carga iluminista e positivista (LUCKESI, 1985). Nascendo de necessidades profissionais, a sua efetivação dar-se-á através de estabelecimentos isolados, como eram também seus objetivos.

Paralelo à concepção napoleônica de universidade – pragmática e utilitarista, sobretudo – e como mais uma cria do industrialismo vivido na Europa, verifica-se (como nos diz LUCKESI) outra mentalidade endereçada à pesquisa científica. A universidade busca, então, a liderança do pensamento para constituir-se como centro da pesquisa. Com este propósito, acontece a criação em 1810 da universidade de Berlim (Alemanha) tornando-se seu marco.

Isto posto, precedida a originárias de instituições do mundo greco-romano, as universidades modernas assumiram formas específicas no Oriente Islâmico e no Ocidente Cristão, bem como no mundo capitalista/socialista (CAMACHO, 1997). Observamos uma enorme lista de universidades, no sentido moderno do termo, apresentadas por Wanderley (2003) onde temos, sendo a mais remota Bolonha, em (1108):

[...] Paris (1211), Pádua (1222), Nápoles (1224), Salamanca (1243), Oxford (1249), Cambridge (1284), Coimbra (1290), Praga (1348), Viena (1365), Heidelberg (1386), Leipzig (1409), Tübingen (1477), Lovaina (1425), Barcelona (1450), Basileia (1460), Upsala (1477), Leiden (1575), Edimburgo (1789), Götting (1737), Moscou (1755), São Petersburgo (1789), Londres (1736), Lima (1551), México (1553), Córdoba (1613), Harvard (1636), Yale (1701), Princeton (1746) e Berlim (1810) (Wanderley, 1983: 16).<sup>36</sup>

De acordo com Camacho (1997), a universidade de Berlim nasceu já sob os auspícios de idéias liberais, buscando a integração entre o ensino e a pesquisa. E sobre a situação da América Latina, mas de colonização espanhola,

[...] As universidades foram criadas logo no início da colonização, a partir do século XVI, sendo as primeiras as do Peru, México, Chile, Guatemala e Argentina. Na Argentina, a universidade de Córdoba notabilizou-se pelo movimento reformista de 1918, que estendeu suas influências para boa parte dos demais países do Continente (CAMACHO, 1997: 46).

E o Brasil? É outro caso e veremos mais adiante, mas preliminarmente deixamos as palavras de Camacho (1997: 46) “a colonização portuguesa instalou o ensino fragmentado em escolas de ensino superior, surgindo apenas em 1920, no Rio de Janeiro, a primeira universidade”.

Camacho (1997) destaca que Darcy Ribeiro (1960) discorda da opinião que as universidades modernas sejam herdeiras das suas congêneres medievais. Aos seus olhos, a universidade moderna é fruto da revolução industrial. Isto posto, seriam as universidades atuais, da América Latina, produto das universidades régias e pontifícias luso-espanhola do século XVI, ou com as hispano-americanas da colônia. Coerente com que anteriormente afirmou, as universidades atuais seriam produto do processo civilizatório empreendido a partir da Revolução Industrial.

De acordo com Rosa (1984), Darcy Ribeiro entende que, historicamente, a universidade desempenhou papéis específicos diferentes:

[...] Integradora e unificadora cultural, na França; formuladora do desenvolvimento nacional autônomo, na Alemanha; incorporadora e difusora de conhecimento científico, no Japão; formadora de contingentes profissionais ideologicamente orientados para a transformação social planejada, na União Soviética (ROSA, 1984: 101).

---

<sup>36</sup> Volto a chamar atenção para a possibilidade da existência de universidades africanas anterior a Bolonha, ou seja, “trata-se da Universidade de Sankore, localizada na cidade universitária Tumbuctu, localizada no antigo Império de Mali, por volta do século IX. Local de grandes estudos religiosos e de direito, para onde iam grandes eruditos. Houve outras tantas, no Império Etíope, no Zimbawe e, não podemos deixar de falar de Alexandria, localizada no Egito, uma civilização negro-africana”.

#### 4. A UNIVERSIDADE NO BRASIL.

*Muitas são as maneiras de entender o significado da Universidade no Brasil, havendo, pelo menos, um consenso geral: ela foi uma criação tardia no país, mesmo em relação à América Latina. Ocorre que a universidade brasileira foi o produto tardio de um conglomerado de escolas superiores pré-existentes [...].*

Camacho (1997: 41)

*O ensino superior brasileiro, no que diz respeito às idéias políticas e filosóficas, foi antes um instrumento de conservação das crenças tradicionais do que um centro irradiador das novas doutrinas [...].*

Roque Spencer M. de Barros

José Murilo de Carvalho (1980), preocupado em encontrar uma resposta sobre o fato de que, a partir do início do processo de descolonização e independência das colônias espanholas e portuguesas nas Américas, que apresentaram desfechos tão distintos,<sup>37</sup> verifica-se duas situações bastante curiosas: a primeira diz respeito ao que se observou em relação aos desdobramentos dos domínios espanhóis, onde a colônia se fracionou em mais de uma dezena de países republicanos; a segunda, difere do caso descrito anteriormente, pois observamos que a colônia portuguesa, ao se “emancipar” (é verdade, com a “ajuda inglesa”), consegue (não sem resistência, evidentemente, como nos revela as revoltas e lutas do período) uma significativa centralidade política e, sobretudo, territorial. Como já observamos uma enorme diferença quanto aos domínios espanhóis, essencialmente quanto à adoção do regime de governo e organização geopolítica, em nosso caso, “adotamos” a monarquia que, segundo Carvalho, garantiu a unidade territorial.

Carvalho parece concordar que um dos fatores que mais reforçou tal situação, resguardadas as particularidades locais, foi a presença do ensino universitário nas colônias ou sua ausência (como no caso brasileiro). As colônias espanholas tiveram,

---

<sup>37</sup> O estudo que Carvalho (1980) realiza sobre a elite política imperial é esclarecedora onde nos permitiu o encontro com as questões apresentadas a seguir.

antes do início do processo de descolonização, 04 (quatro) universidades, o que permitiu – segundo o autor – um maior número de seus membros terem contato com um número variado de ideologias, sobretudo, os ventos republicanos,<sup>38</sup> abrindo, assim, grandes possibilidades de resistência e a busca da emancipação local frente ao domínio do Império Espanhol.

Como ocorreu o domínio português na América? Na condição de colônia, não foi “permitido” ao Brasil (ou o mesmo não se permitiu!) à experiência de viverem práticas universitárias. No máximo, a elite da elite teria tais experiências em solo europeu, principalmente em Coimbra. Pasmem!! Até 1808, tem-se o registro de apenas 2.500 brasileiros diplomados, e mais da metade são religiosos.<sup>39</sup>

A exposição acima nos permite vislumbrar que o acesso ao ensino superior, nas condições apontadas, teve um papel de hegemonizar o pensamento da elite, como também sua prática fundamentalmente. Tanto é, que temos um razoável convívio com o Império, com a centralidade do poder e, também, o propósito de unidade territorial. Concomitante, temos a sintonia com alguns propósitos de tutela da Coroa Portuguesa em um primeiro momento, realizamos, em rápidas palavras, uma tentativa de expressar a pré-história do ensino superior no Brasil – se assim podemos dizer.<sup>40</sup> Vamos agora destacar alguns apontamentos sobre a universidade no Brasil propriamente dito.

O bloqueio continental europeu, imposto por Napoleão à Inglaterra, não pode ser aceito por Portugal, submetido que estava ao poderio britânico em termos econômicos e políticos. Percebendo a indisposição de Portugal em seguir as determinações napoleônicas de não se efetivar comércio com a Inglaterra (eis a idéia fundamental do bloqueio econômico), a França Napoleônica invade o reino de Portugal. Diante da invasão, a sede do reino transferiu-se para o Brasil em 1808, numa esquadra que transportou os tesouros da Coroa, a alta burocracia civil, eclesiástica, os livros da biblioteca nacional e os órfãos da Casa Pio de Lisboa (CUNHA, 1986).

---

<sup>38</sup> Lembremo-nos da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos, se não nos falha a memória, a primeira colônia que realiza tal feito.

<sup>39</sup> Estaria aqui o corpo de docentes dos colégios Jesuítas?

<sup>40</sup> Se não no Brasil, pelos menos a influencia de seu perfume.

Por mais paradoxal que seja, é com a vinda de D. João VI para a colônia que se institui o ensino superior (quem diria, devido a um gigantesco movimento republicano europeu e suas contradições). Isto posto, podemos afirmar que a criação da universidade, no Brasil, foi tardia, mesmo se compararmos, como implicitamente já afirmamos, com a América Latina.

Segundo Camacho (1997) existe uma convergência quanto a um ponto sobre a questão da universidade no Brasil. Pois bem, em uma palavra, a instalação das escolas superiores e, posteriormente, das universidades no Brasil foi tardia, e esse retardamento encontra-se intimamente ligado ao atraso relativo de Portugal e/ou ao “desinteresse” da metrópole em instalar as escolas de nível superior na Colônia.

A partir de nossos apontamentos, no início deste tópico, verificamos que não foi por acaso que se monopolizou e se centralizou na metrópole o ensino superior. Portanto, fica no ar uma questão: sendo verdadeiro que suas colônias desde o século XVI passaram a ter diversas universidades, estaria a Espanha muito mais avançada que Portugal?

Segundo Camacho (1997) Luiz Antonio Cunha diverge:

[...] Dos defensores da tese do atraso do início do ensino superior e, posteriormente, das universidades no País. Para ele, os defensores do “atraso” brasileiro estão engrossando o coro daqueles que lamentam que o Brasil não tenha sido colonizado pelos espanhóis ou mesmo pelos holandeses: caso em que teríamos tido universidades desde o início da colonização. A polêmica, entretanto, parece girar em torno do entendimento do que seja “escola superior” ou “universidade”, a organização, a estrutura e possíveis diferenças ou semelhanças entre essas instituições (CAMACHO, 1997: 49-50).

E nas palavras de Cunha:

[...] Pensam assim, em geral, aquelas pessoas que definem previamente uma organização administrativo-pedagógica própria do ensino superior, a universidade. Desta maneira, todo o ensino superior não universitário é visto como impróprio, já que a forma institucional universitária seria da própria natureza desse grau de ensino (CUNHA, 1986: 11-2).

Em a “*Universidade Temporã*”,<sup>41</sup> Cunha (1986) não concorda que tal condição tenha sido devido à influência da Coroa, como no início deixamos ser entendido. Descrevemos, também, que a Espanha encontrou, em suas colônias, povos que estavam em um estágio cultural mais avançado, o que dificultava a divulgação da cultura dos conquistados. Diante de tal situação, Cunha argumenta que a implantação das universidades em suas colônias cumpria o propósito de otimizar a dominação e o controle da população local.

Participando deste debate, Camacho (1997) destaca algumas questões curiosas quando Cunha revela as diferenças culturais entre Espanha e Portugal, bem como da população de suas respectivas colônias. Este não estaria reforçando a tese do atraso da criação das universidades do Brasil? Se foi verdadeiro que se implantaram as universidades nas colônias como sendo parte de uma estratégia de dominação, como verificamos em Carvalho (1980,) expresso na doutrinação da elite da colônia, então é razoável a posição de Camacho.

Destacamos, ainda, o fato de Cunha ter sublinhado o pequeno contingente populacional de Portugal em relação à Espanha, onde, segundo ele, permitiu-se a esta última transferir recursos docentes para as colônias. “Seria essa a razão, segundo Cunha, que permitia à Espanha poder transferir recursos docentes para as colônias, sem prejudicar as suas universidades, o mesmo não ocorrendo com Portugal” (CAMACHO, 1997: 52).

Contudo, uma maior população – seis vezes a de Portugal – não exigiria um corpo docente igualmente maior?<sup>42</sup> Logo, verificamos que, para tal feito, foi exigido da

---

<sup>41</sup> O que nasce fora do tempo próprio – em nosso caso tardiamente com certeza.

<sup>42</sup> Também destaca a diferença entre os recursos docentes da Espanha e de Portugal. A Espanha tinha então oito universidades (Universidade de Salamanca, Valença, Lerida, Barcelona, Santiago de Compostela, Valadolid, Oviedo e Alcalá) de grande prestígio em toda a Europa. Portanto, podemos suspeitar que as mesmas pudessem ser catalizadoras e aglutinadoras de populações de educandos para além de seu território, com destaque especial para a Universidade de Salamanca que possuía 6 mil alunos e 60 cátedras. Portugal, por sua vez, possuía apenas uma, a Universidade de Coimbra e, mais tarde a de Évora de pequeno porte. Enquanto a população da Espanha chegava a de 9 milhões de habitantes, Portugal tinha 1,5 milhões de pessoas. Com mais habitantes e maior número de universidades, a população letrada da Espanha era muito maior do que a de Portugal (CAMACHO, 1997: 51). Diante do acima exposto, podemos igualmente dar outro foco: proporcionalmente Portugal tinha uma universidade para cada 750 mil habitantes e a Espanha tinha uma universidade para cada 1,5 milhões habitantes, então, sob este ponto de vista, proporcionalmente a Espanha tem menos universidades. Outro aspecto é quanto à complexidade, mais universidades e maiores, exigiram mais

Espanha um esforço maior. Não queremos, com isto, polemizar ou diminuir as riquíssimas e preciosas contribuições de Luiz Antonio Cunha, mesmo porque tais questões não deixam de ser secundárias, bem como as considerações de Camacho (1997) e sublinhamos que não é o fato de ficarmos de um ou outro lado: do atraso ou não, da indiferença ou não da colônia quanto à questão da criação ou não de universidades.

Não vemos neste debate ganhadores ou perdedores, vitoriosos ou isolados. O que entendemos é que não se fez em profundidade o debate e seu real foco não foi encontrado e abordado. Então, afirmamos que: o problema não se resume a questão de um país ser mais ou menos avançado que o outro, se um encontrou povos para colonizar mais avançado que o outro. Com certeza não é esta questão pertinente para nós. O que entendemos (e o que está faltando às abordagens) é que Portugal e Espanha, frente as suas colônias, adotaram estratégias diferentes de controle e dominação.<sup>43</sup> Não vemos outra coisa: são formas de controle e dominação distintas.

Por último, Camacho (1997) nos lembra que Cunha também

[...] não concorda com a idéia de que Portugal bloqueou o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, impedindo que na Colônia se desenvolvessem as ciências e as artes. Argumenta que, se isso fosse verdade, não teriam sido criados tantos cursos de Teologia e de Filosofia nos colégios dos jesuítas, onde chegou a existir até um curso de matemática (CAMACHO, 1997: 51).

Camacho (1997) destaca que, diferentemente do império, a nova ordem jurídica (República), liberando anseios federativos, propiciou a iniciativa e criação de instituições de ensino superior em alguns estados. Diversas são as iniciativas: Manaus (1909), a Universidade de São Paulo (1911) e Paraná (1912). Entretanto, é a universidade do Rio de Janeiro (1920) que compreende a pujança de tal termo.

---

e diferentes profissionais. Podemos dizer que estava mais difícil para a Espanha a absorção de “demandas estudantis” provenientes das províncias como o fez Portugal, bem como exportar mão de obra qualificada (professores) para criar universidades em suas províncias, eis o paradoxo. Mas o fato é que se criaram universidades nas províncias e se encaminharam à força laboral.

<sup>43</sup> Não é nada fácil este caminho do debate, pois alguns podem ver a universidade como uma demonstração de evolução de um povo, outros vêem a criação de universidade uma mostra de aculturação.

Muito reveladores são os dados apresentados por Teixeira (1989: 111-123) quando nos diz que “com efeito, o que foi essa expansão depois da longa estagnação de todo o período do Império”, no que diz respeito à consolidação e expansão do ensino superior no Brasil: “até 1900 tinham sido criadas 24 escolas; entre 1900 e 1910 criaram-se outras 13 escolas; 1910 a 1920 criaram-se mais 34, e de 1920 a 1930 outras 15, sendo o total, até 1930, de 86 escolas”. Isto mesmo, quando se criou efetivamente a universidade, o Brasil já dispunha de 86 escolas (ou mais) de ensino superior, ou seja, esperou-se por 86 escolas para, efetivamente, constituir-se universidade no Brasil. Continuando, de 1930 a 1945 foram criados 95 novos estabelecimentos, mais do que nos 122 anos anteriores,<sup>44</sup> passando o total a 181. O interstício de 1945 a 1960 foi ainda superior. Nestes últimos 15 anos foram criados 223 estabelecimentos, passando o total a 404. Ou seja, 42 escolas a mais do que todas já criadas até então. O mesmo vai se repetir no pequeno período de 1960 a 1968, quando são criadas mais 375 novas escolas. Como podemos melhor visualizar na tabela:<sup>45</sup>

**Tabela 1:** Criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, por período, 1900-1968.

| <i>Período</i> | <i>Nº de escolas criadas</i> | <i>Acumulada</i> |
|----------------|------------------------------|------------------|
| Até 1900       | 24                           | 24               |
| 1900 a 1910    | 13                           | 37               |
| 1910 a 1920    | 34                           | 71               |
| 1920 a 1930    | 15                           | 86               |
| 1930 a 1945    | 95                           | 181              |
| 1945 a 1960    | 223                          | 404              |
| 1960 a 1968    | 375                          | 779              |

Fonte: Anísio Teixeira (1989: 111-123).

Depois de realizar uma sinopse das experiências e suas possibilidades das universidades acima elencadas, Camacho (1997) efetua uma breve análise das primeiras instituições de ensino superior no Brasil, que vingaram com o nome de universidade, que foram: Universidade do Rio de Janeiro (1920), Universidade de São Paulo (1934), Universidade do Distrito Federal (1935), Universidade do Brasil (1939).<sup>46</sup>

<sup>44</sup> Aqui levamos em conta a data da chegada da família real e a criação do primeiro curso superior no Brasil. Sobre estes dados ver também Sampaio (2000) e Morhy (2004).

<sup>45</sup> Sobre o período mais recente estaremos mais adiante melhor desenvolvendo a nossa abordagem.

<sup>46</sup> Universidades sucedidas para Cunha.

Diante da reflexão de fatores exógenos à colônia lusitana, fica-nos alguns questionamentos: haveria algum tipo de movimento pró ou contra a criação da universidade no interior do Brasil? A “sociedade” brasileira e sua elite ficaram indiferentes aos movimentos da Coroa? <sup>47</sup> São muitos os questionamentos que nos perseguem e, entendemos, limitadas as nossas possibilidades para um maior aprofundamento, mas gostaríamos, ainda assim, de expressar algumas reflexões que Orso (2007: 44)<sup>48</sup> nos apresenta, pois “a questão que nos preocupava, entretanto, não está propriamente no surgimento tardio da universidade no Brasil, mas nos motivos que levaram a isso e nos motivos que levaram à sua criação nesse momento”.

[...] O atraso não ocorreu devido à ausência de projetos que propunham a sua criação, nem propriamente devido à dificuldade financeira. Entre a primeira proposta de criação da universidade e sua criação de fato, passaram-se 351 anos. A primeira iniciativa nesse sentido partiu do Jesuíta Marçal Beliarde, ainda no período colonial, em 1592 (ORSO, 2007: 44).

Corroborando as proposições de Teixeira (1969) e Morhy (2004) sobre este tema, Orso sustenta que:

[...] Somente durante o Império foram apresentados 42 projetos com a finalidade de se criar a universidade, ou seja, determinados segmentos da sociedade brasileira estavam conscientes da necessidade de se criar essa instituição, mas acabavam sofrendo a pressão de outros setores que discordavam do modelo a ser adotado. Em função disso, impediam sua concretização (ORSO, 2007: 44).<sup>49</sup>

Então, percorrendo todo o período colonial, é fato que *as primeiras preocupações dos políticos do Primeiro Império, em relação à educação, não foram, como era de se esperar, com o ensino primário e secundário, mas com o ensino superior* (ORSO, 2007: 45).<sup>50</sup> Estas preocupações se cercavam de um debate e preocupações que não podemos ignorar, pois “apesar de a idéia de se criar a universidade no Brasil já estar presente desde a Colônia, é durante o Império, depois da Independência, que ela adquire maior força [...] pautada nos modelos coimbrão e napoleônico” (ORSO, 2007: 45).

---

<sup>47</sup> Portuguesa em um primeiro momento e brasileira/Imperial num segundo.

<sup>48</sup> Orso nos agracia, em seu texto, com uma continuidade da melhor tradição (Romanelli, Buffa, Saviani) de buscar encontrar os movimentos de grupos ideológicos no debate educacional.

<sup>49</sup> Roque Spencer Maciel de Barros destaca cinco tentativas: em 1823, 1842, 1847, 1879, 1881 – todas elas malogradas. O insucesso das iniciativas, como dito antes, ardoroso defensor do liberalismo, as razões são de ordem filosóficas (ORSO, 2007: 45).

<sup>50</sup> Sobre este aspecto, Romano (2006: 23) nos adverte que exceto os positivistas.

Esta pauta esta agenda sendo “presa” aos modelos acima descritos, “esses modelos eram criticados principalmente pelos liberais, que os acusavam de serem centralizadores e avessos aos ideais de liberdade, uma vez que propunham a extinção das faculdades provinciais ou sua subordinação à Corte” (ORSO, 2007: 45).

Se, anteriormente, estávamos diante de questões sobre o avanço cultural ou não da metrópole e/ou se os povos colonizados eram ou não mais evoluídos, que, como afirmamos, encobre o fundamental que era identificar as estratégias de controle e domínio, neste momento, deparamo-nos diante de como se deu o debate no interior da colônia lusitana, do império. Mas, sobretudo, como a elite “tupiniquim” se deteve diante desse tema, refletiu e se viu no debate sobre a constituição da universidade no Brasil? Pois “quando se falava em universidade, temia-se que fosse criada de acordo com o modelo napoleônico, centralizador. Portanto, havia um conflito entre os que defendiam o ensino livre e os que defendiam a criação da universidade” (ORSO, 2007: 46). Assim sendo:

[...] O pensamento centralizado passou a ser tomado como o maior obstáculo à universidade. Como o modelo germânico, que defendia a autonomia, a liberdade de pensamento e opunha-se ao ultramontanismo, era defendido pelos liberais como único modelo alternativo a esses, também encontrava oposição, ganhou força a defesa da liberdade de ensino. Isso fez com que a universidade fosse aceita apenas na medida em que a descentralização era permitida (ORSO, 2007: 46).

Diante do acima exposto, Orso (2007: 47) destaca que “dessa forma, com ou sem universidade, o fundamental passou a ser a defesa do ensino livre”. No debate endógeno, o mesmo transitou de uma reflexão:

[...] Circunscrito ao binômio centralização/descentralização, passa-se a um debate em que se chocam e entrecruzam diversas concepções de universidade e de liberdade. Temperada pela questão religiosa, pelas idéias positivistas e pelo influxo do modelo universitário alemão (germanismo pedagógico) que, apesar de exercer forte influência sobre as idéias da época, não chegou a ser implementado, a discussão passou a girar em torno do problema da liberdade de ensino (ORSO, 2007: 47).

Temperada e/ou aquecida “pela questão religiosa, pelas idéias positivistas e pelo influxo do modelo universitário alemão”, podemos suspeitar de uma diversidade na base, no fundamento da crítica à universidade e que o seu ponto de unidade se

dava exatamente na luta contra o centralismo, o estatismo e todas as suas variedades, pois como nos assegura Orso (2007) essa, porém, não comportava um sentido unívoco.

[...] Os “liberais clássicos” diziam defendê-la por coerência doutrinária decorrente do “direito natural”, como garantia da liberdade de consciência e da afirmação da individualidade; os positivistas, porque nela identificavam a condição necessária à regeneração social e à instalação do estado definitivo, no qual a ciência positiva imperaria. Quanto aos católicos, convictos de possuírem a verdade absoluta, eram favoráveis enquanto não se opunha à verdade revelada e lhes permitiam abrir escolas e propagar a doutrina ultramontana. Dessa forma, a discussão deslocou-se e passou a travar-se uma disputa entre os que defendiam a criação da universidade e os que defendiam o ensino livre (ORSO, 2007: 47).

Muito inusitado é pensar que, no Brasil, a luta anti-universidade, ou pelo menos a que estava sendo apresentada pelo Império, era a liberdade de ensino. Como é possível a universidade rivalizar com o livre pensar, e o que nos parece, não era uma questão menor, ou seja:

[...] Nesse contexto, a liberdade de ensino acabava por tornar-se o obstáculo central à criação da instituição universitária propostas pelos seguidores do centralismo imperial. Em outras palavras, a questão do ensino superior era posta mais ou menos nos seguintes termos: universidade ou liberdade de ensino (ORSO, 2007: 47).<sup>51</sup>

O que cada grupo realmente defendia? Quais eram realmente as suas diferenças com a proposição apresentada pelo Império? Pois não eram apenas os positivistas que discordavam dos projetos “napoleônicos”. “Cada um com seu motivo, tanto os liberais quanto os católicos e os positivistas, opunham-se à criação da universidade.

[...] Assim, a aspiração universalista não encontrava apoio entre os positivistas, que viam nela a volta ao espírito medieval;<sup>52</sup> entre os liberais, que defendiam a “liberdade de ensino”, independente da existência da universidade, e entre os católicos ultramontanos (a maioria deles partidário da “liberdade de ensino” para a Igreja, com exclusão da “liberdade de ensinar o erro”), que a partir da questão religiosa estavam arredios em relação aos propósitos do Estado (ORSO, 2007: 48).<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> Contudo, como a criação da universidade era proposta com base no modelo coimbrão e encontrava apoio dos políticos que sustentavam as velhas idéias centralizadoras, era vista como suspeita de trazer em seu bojo os modelos administrativos da instituição napoleônica que excluía a liberdade de ensino [...] (ORSO, 2007: 48).

<sup>52</sup> Ver leis dos três estados de A. Comte.

<sup>53</sup> Citando Barros (1997b: 53)

Como é do conhecimento geral, em 1870 é fundado o Partido Republicano Paulista (PRP). A oligarquia de São Paulo se organizava e dava maior visibilidade as suas posições. Isto posto, “a partir daí, aprofunda-se a crise do Império e recrudesce o debate sobre a questão da universidade” e de acordo com Orso, Roque Spencer M. de Barros, nos dirá que:

[...] Se a universidade que se propõe é apenas a que atende aos interesses do Império, a resistência cada vez maior contra este, manifestada ora como exigência de modificação, ora como exigência de extinção, se traduz numa resistência cada vez maior contra aquela [...] (ORSO, 2007: 49).*(sic)*

A universidade que é edificada no Brasil é untada em um debate que persegue longos passos, contradições, idas e vindas, com disputas entre metrópole e colônia, Império e República, religião e laicização, grupos intra-elites e seus diversos interesses. Mas, sobretudo, elite contra o povo, como bem destacou, na epígrafe, o liberal *Roque Spencer M. de Barro* e, como bem defendeu, nas palavras a seguir: “nos leva a crer que, embora tardia, a universidade brasileira provavelmente floresceu no momento exato em que poderia fazê-lo; antes, talvez, ela tivesse sido apenas uma instituição anacrônica, a serviço da centralização e do poder” (1997<sup>a</sup>: 56, apud: ORSO, 2007: 59). Ou seja, uma centralizadora, a outra (a que vinga) liberal e com o propósito de edificar intelectualmente a elite burguesa.

A seguir apresentaremos a origem e desenvolvimento da universidade no Espírito Santo, seus desafios e possibilidades, caminhos e descaminhos.

## **5. O POPULISMO E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO**

### **a) O nacional-desenvolvimentismo e o desenvolvimento associado**

Entendemos como necessário expor, de forma sucinta, o entendimento sobre o nacional-desenvolvimentismo, desenvolvimento associado (ou capitalismo associado), bem como a relação entre ambos. A discussão que persegue ambas as teorias econômicas é de como deve se comportar o Brasil e seu governo em relação ao desenvolvimento econômico: se independente e autônomo, frente às grandes potências econômicas, digo países desenvolvidos ou se deve aliar, associar as mesmas, para que se possa “almejar um lugar ao sol”. Ambas as posições expressaram uma conduta política e econômica, transformando-se em um legado e teoria econômica.

Isto posto, o nacional-desenvolvimentismo, identifica-se,

[...] Na dependência do Brasil diante dos países desenvolvidos, um obstáculo ao desenvolvimento [...]. A eliminação do obstáculo externo, bem como a implantação de um capitalismo avançado, pela industrialização, seriam condições do desenvolvimento, integrado ao interesse de toda nação (CUNHA, 1989: 54).

Para Fávero (1991):

[...] Durante o governo de JK, definiu-se a implantação do modelo de desenvolvimento industrial capitalista associado ao capitalismo monopolista internacional, com ampla abertura da economia para os capitais externos. A grande burguesia industrial brasileira passou a se associar ao grande capital privado multinacional, e o aparelho de estado passou a sofrer amplo processo de reformulação estrutural, preparando-se para uma atuação que teria como objetivo acelerar o desenvolvimento econômico do país, através, sobretudo, da industrialização e do estímulo ao setor privado nacional e estrangeiro. O papel do estado foi sendo alterado qualitativamente, de modo a poder organizar o conjunto das forças sociais e resolver as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, permitindo a reprodução deste último. Gradativamente, foram-se minando as bases sociais de sustentação do bloco de poder nacional-desenvolvimentista (FÁVERO, 1991: 13).

Associado a esse processo, a nossa autora observa uma metamorfose:

[...] Substituindo-se o princípio da defesa nacional [...], pela doutrina de segurança, entendida nos aspectos internos e externos. A diferença entre esses dois princípios, de acordo com o presidente Castello Branco (1967), é clara: de um lado, há o conceito tradicional de defesa nacional, que mais dá ênfase aos aspectos militares da segurança externa do país: e, de outro, o de segurança nacional, com caráter bem mais abrangente, compreendendo também a defesa das instituições e incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna [...]. A segurança não era um fim em si. Articulava-se com a economia e dela dependia (FÁVERO, 1991: 14).

Podemos afirmar, então, que, neste período, o motor das crises políticas e econômicas encontrava-se circunscrito à decisão do Brasil em seu desenvolvimento, se autônomo ou heterônomo, ou seja, se passaria a pautar-se nos pressupostos do nacional-desenvolvimentismo ou se no capitalismo associado, se um desenvolvimento com partilha de riquezas ou se apenas um desenvolvimento em benefício de sua elite econômica e política.

#### **b) Constituição de grupos de pressão das elites econômicas no período anterior ao golpe de 64.**

### **O ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros**

O ISEB, criado em 14 de julho de 1955 e extinto em 13 de abril de 1964, portanto logo após a deposição de João Goulart, apresenta uma posição sinuosa frente aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais, exigindo de nós um olhar mais atento. Apesar de o ISEB ter passado por sucessivas e diferentes fases de atuação [...], apesar de em sua terceira fase ter acompanhado o movimento político pelas reformas de base [...], Fazenda, em seu livro “Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio”,<sup>54</sup> 1988, sobre o ISEB<sup>55</sup> destaca que:

---

<sup>54</sup> O presente trabalho foi apresentado originalmente como tese de Doutorado.

<sup>55</sup> De acordo com Cunha, o ISEB foi criado para ser um “centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário”. Onde se aplicasse as categorias e os dados das ciências sociais “à compreensão crítica da realidade brasileira”, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem “o incentivo e a produção do desenvolvimento nacional”. Compunha-se de pessoas tidas como notório saber, nomeados pelo Ministro da Educação, destacando-se Álvaro Vieira Pinto, Candido M. de Almeida, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e Hélio Jaguaribe, ao lado de outros intelectuais das mais diferentes correntes de pensamento... (1982: 53)

[...] Consideramos extremamente relevante situarmos seu período de atuação de 56 a 60 como o momento decisivo em que se constitui a ideologia dominante presente nas reformas educacionais que posteriormente se sucederam. [...] O que mais me chamou atenção relacionou-se ao fato de o ISEB ter estado diretamente ligado ao MEC e durante todo esse tempo ter sido [...] um *dos mentores intelectuais da ideologia das reformas* [...], ou seja, ter se constituído numa ideologia intencionalmente forjada, porém acima de qualquer suspeita (grifo da autora).

Cunha (1989) parece concordar, de certa forma, com esta posição, ao afirmar que:

O nacionalismo ganhou um espaço institucional com a criação, em 1955, no Ministério da Educação, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), principal órgão de elaboração e difusão desta ideologia até março de 1964. É interessante notar que o nascimento do ISEB se dá ao mesmo tempo em que o próprio Estado que o criou patrocinava a aliança do capital “nacional” com o capital “estrangeiro”, internacionalizando setores inteiros da economia ou propiciando a emergência de setores novos já totalmente internacionalizados (CUNHA, 1989: 53).

Na condição de produtor de ideologias e acima de qualquer suspeita, o ISEB passa a exercer atração nos diversos segmentos políticos, sociais e da intelectualidade. Podemos verificar então, no interior do ISEB, uma luta dos diferentes projetos em disputa na sociedade brasileira.

[...] A heterogeneidade dos quadros do ISEB fazia com que ao lado de intelectuais elitistas, como Jaguaribe, para que as massas deveriam ser “conquistadas” para o desenvolvimento comandado pela burguesia industrial, houvesse populismo radical, como Vieira Pinto, para quem o desenvolvimento seria o “pensamento natural” das massas, as quais não erram nem se corrompem (CUNHA, 1989: 53-4).

Seriam verdadeiras ou aparentes estas disputas no Interior do ISEB? Nas palavras de Fazenda (1988: 80):

[...] O Estado, então, eximia-se de toda e qualquer responsabilidade dos estudos desenvolvidos por este grupo de intelectuais. Por outro lado, os intelectuais não se limitaram nesse momento a um simples exercício do pensar... Este duplo “descomprometimento” gerado pelo *pacto do silêncio*, assumido entre os elaboradores do projeto científico desenvolvido pelo ISEB e o Estado... (grifo da autora).

Com toda a diversidade e disputas em seu interior, podemos verificar, em forma de embrião no ISEB, em um período que se inicia quase uma década antes do Golpe e da Ditadura Militar, a gestação de posições pilares das reformas adotadas pelos militares, como bem nos adverte Fazenda (1988: 80) “acreditamos que o grupo do

ISEB tenha realmente sido um dos principais responsáveis pela formação das cabeças que se idealizaram as reformas educacionais dos anos 60”.

Corroborando as considerações gerais de Fazenda (1988: 81)

[...] A ideologia forjada no ISEB até 64 e a instalação do IPES<sup>56</sup> posteriormente, reorganizando o Estado e tentando consolidar sua posição de detentor dos interesses multinacionais e associados, legitimando a política econômica através da fórmula de regime tecnocrático que tomava decisões aparentemente racionais, foram sem dúvidas dois momentos decisivos que não podem deixar de ser citados e parcialmente examinados [...].

[...] Por outro lado, a compreensão ou o estudo dessas interferências pelas quais passou a administração do estado permite-nos não só perceber as implicações do aparelho de formulação de diretrizes, como compreender o papel dos políticos, das ligações empresariais, da manipulação dos blocos multinacionais, das estratégias dos focos de ação específicos e deliberados (com liderança e organização elaboradas), *enfim, de como a classe dominante, sob a proteção do Estado, impôs seu peso sobre a sociedade civil* (grifo nosso).

Podemos afirmar que, de certa forma, o ISEB foi precursor das propostas desenvolvidas pelo IPES, que veremos a seguir, mas com o cuidado de não apenas enxergar uma correia de transmissão, deixando de perceber o seu protagonismo e singularidade. Antes de adentrarmos em uma análise mais acurada sobre o IPES, somos exigidos a apresentarmos rápidos comentários sobre o IBAD.

### **O IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática.**

De acordo com Dreifuss (1986: 101-2), em seu livro “1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe”, observamos que “os interesses multinacionais e associados consideraram outras formas de representação de interesses, além do controle da administração paralela ou do uso do *lobbying* sobre o executivo. Eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, [...]”.

---

<sup>56</sup> IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), no item 6.3 iremos apresentar a sua análise em profundidade.

Perseguindo tal objetivo, assim o fizeram “através da criação de grupos a ter notoriedade nacional, em fins da década de cinquenta foi criado o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática” (Dreifuss, 1986: 101-2). A formação do IBAD foi descrita pelo embaixador norte americano Lincon Gordon como um “grupo industrial de moderadores e conservadores”, foi criado em fins da década de cinquenta paralelamente à projeção política do CONCLAP-Rio.<sup>57</sup>

O IBAD<sup>58</sup> foi instituído com o alegado e ambíguo propósito de “defender a democracia”. Encontrara como seus principais ativistas e articuladores membros da CONCLAP, das American Chambers of Commerce e de outras associações de classe importantes, assim como o foram os membros da ESG<sup>59</sup> e figuras de proa das tradicionais associações de classe do Rio e S. Paulo (DREIFUSS, 1986: 101-2).

De acordo com Dreifuss, o grupo inicial constituiu-se de ex-Integralista, instrutores da ESG, do campo empresarial, da CONCLAP (capital nacional) e de agentes da CIA e do capital estrangeiro, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista. Saindo de uma primeira fase embrionária e organizacional, integralista e anticomunista, aspirando à representação do capital nacional e multinacional, com ligações militares e com ações paramilitares, nas quais, de acordo com Dreifuss (1986: 101-2):

[...] A princípio, o IBAD não teve um impacto muito visível. Ele operava de novo reservado, procurando apoio das mais diversas fontes para atingir seus objetivos, preparando, a infra-estrutura para ações futuras, até outubro de 1961, ele havia estabelecido firmes contatos com João Mendes da Costa Filho, da Ação Democrática Parlamentar – ADP, que se tornou um canal do IBAD no Congresso. [...] O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais e regionais [...]. O IBAD sincronizou suas atividades às de organizações paramilitares e ligou-se também ao clero católico conservador e de extrema direita.

---

<sup>57</sup> Leia-se: Conselho Superior das Classes Produtoras/CONCLAP.

<sup>58</sup> Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Sendo seus fundadores ostensivos Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Faria Barros e Aloísio Hanner. Havia, porém outra versão da fundação do IBAD. Ao apoiar publicamente o IBAD, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, lembrou que logo após João Goulart haver assumido o governo, ele foi procurado no palácio das Laranjeiras por um grupo de representantes das classes conservadoras. Eles eram Rui Gomes de Almeida, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e das American Chambers of Commerce, Zulfo de Freitas Mallman, da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, e Jorge Behring de Mattos, do CONCLAP e da ADESG. Esses representantes comunicaram a Carlos Lacerda que as forças econômicas brasileiras se organizariam imediatamente para “defender a democracia, as instituições efetivas e o regime”. Assim nasceu o IBAD, conforme declarou o Governador da Guanabara. (Dreifuss, 1986: 101-2).

<sup>59</sup> Escola Superior de Guerra, ligado ao Exército.

Chegaram à condição de protagonistas, pois “os integrantes multinacionais e associados intervieram nas eleições presidenciais de 1960, apoiando o candidato Jânio Quadros”. No entanto, o IBAD conseguiu notoriedade ainda maior durante a presidência de João Goulart, especialmente durante a campanha eleitoral de 1962, “quando serviu de conduto de fundos maciços para influenciar o processo eleitoral e coordenou a ação política de indivíduos, associações e organizações ideologicamente compatíveis” (DREIFUSS, 1986: 103).

Em julho de 1962, quando a ação política para as eleições de outubro ao Congresso atingia o seu clímax, nesta época, o IBAD estava coordenando seus esforços com

[...] Outra organização importante, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. O próprio Hasslocher era membro do IPES. A duplicação e interligação de pessoal, as fontes financeiras comuns e a ação simbiótica eram tão fortes que levaram o líder do IPES, Jorge Oscar de Melo Flores, a comentar que o “IPES havia meramente se aglutinado ao IBAD”. Ele deveria ter dito o mesmo a propósito da interação do IPES com os escritórios técnicos, os militares da ESG e os empresários multinacionais e associados (DREIFUSS, 1986: 104).

Efetuada as considerações e diante do acima exposto, podemos passar agora para a exposição do IPES.

## **O IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais**

Inicialmente, gostaríamos de destacar que a matriz teórica da compreensão do IPES, numa perspectiva crítica no campo geral, encontra-se nos escritos de Dreifuss (1986) e, no campo específico da educação, encontraremos as contribuições de diversos autores<sup>60</sup> e, em particular, Souza (1981). A diversidade de contribuições e de posições nos erigirá uma perspicácia dobrada em nossas análises.

De acordo com Cunha (1989) podemos verificar um pouco da atmosfera e de como se encontram as disputas entre defensores do projeto nacional desenvolvimentista e o contraponto apresentado pelos defensores do capital associado, então vejamos:

---

<sup>60</sup> Fazenda (1988); Cunha (1989); Fernandes (1984); Góes (1985); Silva (1989); Gadotti (1990); Fonseca (1992); Germano (1993); Reis (2002); Gaspari (2002<sup>a</sup>) e (2002b); Minto (2006); Orso (2007).

[...] Deputados e senadores que apoiavam o movimento pelas reformas organizaram um bloco suprapartidário denominado Frente Parlamentar Nacionalista, composta de congressistas eleitos sob as mais diversas legendas, desde o PTB até o PSD. A FPN pretendia representar os interesses da nação, no sentido que o ISEB dava ao termo, incluindo nela a burguesia “nacional”, a qual compreendia setores que correspondiam, de fato, a essa pretensão (CUNHA, 1989: 58-9).

E mais:

[...] Em oposição à FPN, organizou-se a Ação Democrática Parlamentar, integrada principalmente por deputados e senadores da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático, muitos deles eleitos à força de fundos financeiros fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD, doados por empresários e pelo governo norte-americano. O IBAD pretendia apoiar candidatos “democratas” às eleições legislativas de 1962, de modo a formar um congresso contrário ao movimento pelas reformas que já se esboçavam (CUNHA, 1989: 59).

Em nossas leituras e estudos, não encontramos neste fenômeno algo de espontâneo e, sim, que “a burguesia industrial e outras classes dominantes estavam sendo, desde 1962, organizadas sob um projeto alternativo de *reformas de base*” (CUNHA, 1989: 59). Nesse ano, foi fundado, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES.

Para Góes (1999: 8-9):

[...] Esta luta de foice no escuro se processava em uma sociedade: [...] em que os intelectuais orgânicos da classe dominante atuavam no Congresso Nacional, formavam opinião pública através dos meios de comunicação de massas, da escola, de parte das igrejas, de organizações tipo IPES e IBAD, instrumentalizando conceitos ideológicos de “civilização ocidental e cristã”, corrompendo com o dinheiro da embaixada americana (eleições de 1962) com o objetivo político de conservação das estruturas, contra as reformas ou qualquer mudança, escamoteando a discussão da luta de classes.

Para Cunha (1989: 59), o IPES foi:

[...] Destinado a ser o contraponto civil da Escola Superior de Guerra (ESG) no antagonismo ao ISEB. O IPES foi criado por um grupo formado de empresários ligados aos círculos da ESG, de altos funcionários do aparelho de estado e de signatários eclesiásticos. Era uma sociedade civil que se mantinha à custa de contribuições de pessoas jurídicas e físicas, voltadas para a defesa da ordem capitalista e da “democracia”, combatendo a luta de classes e a atitude xenófoba diante do capital estrangeiro [...].

Silva (1989: 129), argumenta que:

[...] No desenvolvimento da tarefa de difusão e defesa da ideologia da segurança nacional, a ESG contou com o auxílio de outras entidades,

destacando-se o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Este organismo foi criado por um grupo de empresários das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, em 1961, e permaneceu em atividade durante dez anos ininterruptos. Durante esse período desempenhou um papel singular na história dos grupos de pressão e de propaganda ideológica atuantes na sociedade brasileira.

Nas palavras de Gadotti (1990: 58):

[...] Mesmo antes de 1964 o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), criado por empresários de São Paulo, com o apoio de empresas estrangeiras e do Ministério da Educação e Cultura, já traçava as linhas de uma política educacional privatista e autoritária. Mas é só em 1968, em seu manifesto intitulado “A educação que nos convém”, que este projeto aparece de forma elaborada.

Para Fonseca (1992: 40),

[...] a partir daí, os conflitos entre os setores da camada que defendia a escola pública e a liberdade de ensino foram absorvidos num projeto elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. Neste projeto, o ensino privado é amplamente favorecido como um dos desdobramentos do Estado autoritário.

De acordo com Germano (1993: 129).

[...] Extrapolando a esfera estrita do Estado, a questão educacional passa a preocupar também setores das classes dominantes. Assim entre outubro e novembro de 1968, realiza-se, no Rio de Janeiro, um Fórum denominado “A educação que nos convém” organizado pelo IPES – o “estado-maior da burguesia nacional associada”, segundo Dreifuss -, pela PUC/RJ e com a colaboração do Jockey Club Brasileiro [...].

Para Reis (2002: 34-5):

[...] Pretendiam destruir, em seus fundamentos, a ordem e as tradições nacional-estatistas que Jango representava, e pôr no lugar uma alternativa *Internalista-liberal*, centrada na abertura econômica para o mercado internacional, no incentivo aos capitais privados, inclusive estrangeiros, em uma concepção diferente do papel do estado na economia, mais regulador do que intervencionista. Tais perspectivas tinham sido elaboradas no âmbito do IPES.

Eis, então, alguns dos adjetivos e definições sobre o IPES encontrado na literatura: “contraponto civil da Escola Superior de Guerra (ESG) no antagonismo ao ISEB”; “desenvolvimento da tarefa de difusão e defesa da ideologia da segurança nacional”; “grupo formado de empresários ligados aos círculos da ESG, de altos funcionários do aparelho de estado e de signatários eclesiásticos”; “defesa da ordem capitalista e

da “democracia” e combate à luta de classes e à atitude xenófoba diante do capital estrangeiro”; “estado-maior da burguesia nacional associada”; gerido e “criado por empresários de São Paulo, com o apoio de empresas estrangeiras e do Ministério da Educação e Cultura”; onde “traçava as linhas de uma política educacional privatista e autoritária”; “o ensino privado é amplamente favorecido como um dos desdobramentos do Estado autoritário”; “papel singular na história dos grupos de pressão e de propaganda ideológica”.

Como podemos verificar, o IPES e sua atuação não passaram despercebidas, estaremos, a seguir, melhor entendendo e compreendendo a sua origem, desenvolvimento e atuação na história do Brasil, na educação e, em particular, a análise de suas proposições e ações frente às questões da universidade e, sobretudo, para a universidade pública.

De acordo com Maria Inês Salgado de Souza: em seu livro “Os Empresários e a Educação: O IPES e a política educacional após 1964,”<sup>61</sup> a partir de sua análise, encontrar-se-á, o “discurso educacional do novo bloco de poder, antes e depois da conquista do Estado por aqueles que representavam os interesses do capital multinacional e associado (SOUZA, 1981: 13), “com o objetivo de preservar a ordem capitalista e conduzir as reformas para a produtividade e justiça social” (SOUZA, 1981: 40).

Quanto ao seu desenvolvimento e articulações em outros estados da federação, observamos que:

[...] a política de estender as atividades do IPES ao País todo, promovendo a criação de entidades semelhantes nos demais estados, foi seguida de recomendação de que se mantivessem o “contato e a recomendação com os IPES regionais”. Decorridos dois anos de sua criação, o IPES já possuía congêneres no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Dessas entidades regionais, a que parece ter subsistido mais tempo em firme atividade foi o IPESUL, sediado no Rio Grande do Sul (SOUZA, 1981: 22).<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> O presente trabalho foi apresentado originalmente como dissertação de Mestrado em Educação, em 1978. Seu ponto de partida foi uma análise a respeito da publicação “A educação que nos convém”, que reuniu uma série de sugestões de eminentes figuras do meio empresarial e tecnoburocrata acerca da política educacional no Brasil.

<sup>62</sup> Para além do eixo Rio-São Paulo, encontramos em Dreifuss (1986: 501-75), apêndice B, “ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES”, articulações nas seguintes cidades:

Uma organização política empresarial, com preocupações centradas na discussão e formulação da política educacional adotada pela Ditadura Militar, existindo antes e pós-golpe militar, de certa maneira, com contribuições de parte do pensamento Isebiano, com influências de militares e dirigentes da ESG, financiamentos de empresas nacionais e após 1966 com apoio ostensivo de empresas estrangeiras, bem como de órgãos governamentais (SOUZA, 1981). Tal quadro exigirá de nós ainda mais atenção em seu diagnóstico e compreensão.

Dividindo o IPES em dois grupos, Guanabara X São Paulo, a nossa autora entende que “o primeiro teria um espírito mais reformista e o segundo dirigia mais para uma propaganda anticomunista”, optando então em estudar com mais afinco o primeiro.<sup>63</sup> Portanto, não estamos aqui apresentando todo o IPES, mas apenas a sua presença na Guanabara e sua atuação frente às questões educacionais, o que não retira a sua importância para o estudo em relevo. Para a nossa exposição, estaremos seguindo o mesmo itinerário apresentada por Souza (1981).

### **O seu ideário:**

De acordo com Souza (1981), dois documentos são citados como inspiradores da atuação e doutrina do IPES, que foram produzidos e/ou criados pouco antes da gens do IPES: a encíclica *Mater et Magistra*<sup>64</sup> e o programa de ajuda dos Estados Unidos aos países latino-americanos, *Aliança para o Progresso*. Nas próprias palavras de seus fundadores, “O lançamento da *Aliança para o Progresso*<sup>65</sup> e da encíclica *Mater*

---

Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife; e no apêndice H (idem: 627-38), “lista de contribuintes do IPES”, temos: Bahia, Minas Rio Grande do Sul e por fim, temos a “Companhia Telefônica do Espírito Santo”.

<sup>63</sup> Heloísa Maria Murgel Starling em seu livro, *Os Senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, que é a sua dissertação de Mestrado. Buscou nos revelar a História do IPES-Minas Gerais e dos “Novos Inconfidentes”. Em seu capítulo 1, páginas 41-75, nos mostra o IPES em Minas Gerais. Isto posto, para além da polarização/dicotomia ou complementaridade apresentada por Souza, verificamos a existência do IPES em outros Centros Urbanos. Até o momento não encontramos a existência do IPES além dos locais já citados, mas não nos surpreenderá se em outras localidades encontrarmos o IPES o que não prejudicará na orientação de nossa exposição.

<sup>64</sup> Dado em Roma, junto de São Paulo, aos 15 de maio do ano de 1961, terceiro do nosso Pontificado. João PP. XXIII. Como curiosidade, no município de Pindamonhangaba - SP encontramos uma escola com este nome.

<sup>65</sup> Góes nos afirma que a “Aliança para o Progresso” constituía-se na grande ideologia contra a revolução cubana e financiava “ilhas de sanidade” hostis ao governo reformista de Jango (1985: 9).

*et Magistra* deu nova perspectiva aos empresários brasileiros, chamado-os ao cumprimento de seus deveres imediatos, a que não podem fugir, no sentido de uma participação permanente na vida pública”.<sup>66</sup>

## **O projeto educacional do IPES:**

A educação no contexto doutrinário do IPES. Como era a educação compreendida no ideário do IPES? Destacamos inicialmente, a partir das contribuições de Souza, que:

[...] No documento sobre reforma de base, ao tratar da reforma educacional parte dos pressupostos de que a educação levaria à solução do problema social [...]. E, em última análise, garantiria a produtividade exigida para o desenvolvimento econômico e social do sistema educacional brasileiro, apontando três questões: “a insuficiência do sistema; a inadequação do conteúdo de ensino e a ausência de uma justa conceituação sobre os investimentos na educação”. Ao tratar dos aspectos operacionais da reforma, faz-se distinção entre o progresso educativo sistemático e a educação de massa (SOUZA, 1981: 46).

Para além da discussão e/ou não se limitando apenas à relação escola e desenvolvimento econômico e/ou buscando subjugar o funcionamento da escola a este primeiro e último objetivo, o IPES apresenta outros objetivos ali difundidos:

[...] Propunham revogação da vitaliciedade da cátedra, a conscientização das despesas com educação como investimento rentável, o combate à hipertrofia da escola pública (sic), participação compulsória dos estudantes e suas famílias, além dos poderes públicos e instituições privadas, no financiamento do ensino particular em troca dos benefícios de diferencial de renda proporcionados pela escola (SOUZA, 1981: 47).

Aqui, verificamos alguns indícios que nos chamam a atenção quanto ao nosso propósito de estudo frente às proposições apresentadas pelo IPES e somos obrigados a dar relevo: “revogação da vitaliciedade da cátedra; a conscientização das despesas com educação como investimento rentável; o combate à hipertrofia da escola pública, participação compulsória dos estudantes e suas famílias (SOUZA, 1981: 47).

---

<sup>66</sup> IPES. Que é o IPES? Boletim informativo 3 (25/08/1964).

Não são insignificantes e de pouca importância tais proposições, pois estamos, aqui, diante das posições dos empresários brasileiros em relação aos dilemas e desafios da educação sobre o seu ponto de vista.

O primeiro Simpósio sobre a reforma da educação, organizado pelo IPES, iniciou-se em dezembro de 1964 e se estendeu até janeiro do ano seguinte, tendo consumido quatro meses de trabalhos preparatórios. João Roberto Moreira<sup>67</sup> foi autor de um dos documentos prévios para discussão no Simpósio, texto este que tinha o seguinte título: “Delineamento geral de um plano de educação para a democracia no Brasil”, tendo sido publicado em edição especial.

De acordo com Souza (1981), os temas em que subdivide o trabalho são: Educação para a democracia; Meios, fins e problemas da escola primária no Brasil; Educação popular e educação de adultos; A escola secundária, o desenvolvimento econômico e a mobilidade social no Brasil; A universidade e o desenvolvimento social e econômico.

Tendo como máxima: “os nossos problemas democráticos resultam, em grande parte, da deseducação do nosso povo”. Souza (1981: 53) nos apresenta, de acordo com as posições assumidas por Moreira, em seu texto para o Simpósio do IPES, que “para sanar tal problema propõe a revisão dos currículos das escolas primárias e secundárias, como também a reorganização e redistribuição do que ele chama de escolas terciárias (ensino superior)”.

Uma questão que entendemos digna de registro é o fato que, neste primeiro texto, apresenta-se a tese de que o ensino secundário não deveria ter um caráter finalista, logo, não deveria ser profissionalizante. Que premissas são defendidas neste documento acerca da universidade e do ensino superior? Entendendo que a universidade teria sido: “Vítima, desde sua criação, da demagogia populista, reflexo da desordem política, do oportunismo das novas elites, que a industrialização intermitente, a inflação crônica e espoliadora criou, sem base nos reais valores

---

<sup>67</sup> Ex-funcionário da UNESCO e colaborador do IPES.

sociais, políticos e empresariais”.<sup>68</sup> Assim sendo, a universidade teria surgido no Brasil cheia de vícios e mazelas, que deveriam ser enfrentados.

As posições assumidas pelo IPES, a partir do texto de Moreira (colaborador do IPES) pugnam para uma visão elitista, meritocrática da educação,<sup>69</sup> pois o “ensino superior, em países ainda em desenvolvimento, não pode ser direito de todos, mas tão só daqueles que tem aptidão e preparação para dele beneficiar-se. Quanto à questão da estrutura e funcionamento, o documento se aterá sobre a forma da Universidade e para tanto se fará uma longa exposição e análise do modelo Estadunidense.

Souza (1981) nos chama atenção para a questão da relação entre educação e desenvolvimento que é entendida como a espinha dorsal do projeto do IPES, principalmente quando tratam da “reorganização da escola secundária e do ensino universitário, as necessidades do desenvolvimento econômico e social surgem como as balizas desses dois níveis educacionais” (SOUZA, 1981: 53).

Quanto à questão dos recursos destinados à educação, Souza (1981) argumenta que o plano de Moreira (s/d) “considera já resolvida a questão das escolas privadas, com as soluções apresentadas pela Lei de diretrizes e Bases, com o estabelecimento da gratuidade subvencionada pelos poderes públicos para aqueles que não podem pagar. E de acordo com Moreira (Apud SOUZA, 1981: 65):

[...] A escola não tem nenhuma responsabilidade pela existência de classes sociais. O que lhe compete [...] é oferecer igual oportunidades de educação [...]. Neste sentido, as bolsas de estudo ou as matrículas e taxas pagas pelo Estado às instituições privadas, leigas e religiosas, tendo em vista alunos pobres, são um poderoso meio de igualação de oportunidades e de atendimento a um dos direitos humanos: a preferência de escolha, que tem a família quanto à educação dos filhos.

Tendo como base os escritos de seu especialista na educação, o IPES realiza o Simpósio sobre a reforma da educação e, agora, veremos os principais elementos contidos no “Documento Básico”. O ensino superior é visto como o nível destinado a

---

<sup>68</sup> Moreira, J. R. “Delineamento geral de um plano de educação para a democracia no Brasil” (p. 36).

<sup>69</sup> Entendemos também como uma concepção de educação Lockean, ou seja, para pouco, exatamente para os bem dotados e a elite social e dual, pois Locke via a possibilidade de uma educação para a elite e outra para o povo.

distinguir um duplo objetivo: “[...] satisfação de nossa demanda de mão-de-obra, especialmente, mas também para a formação de quadros diferentes, realmente capacitados para conduzirem com sabedoria nosso destino, nesta época de crise em que vivemos” (SOUZA, 1981: 68).

Citando Souza (1981), Gadotti afirma que o IPES parecia uma entidade a favor de um “capitalismo progressista”, oferecendo cursos com a finalidade de “combater o avanço das esquerdas no país” e que segundo a autora, o Mobral também fazia parte da estratégia política dos empresários, preparando o trabalhador para o consumo (GADOTTI, 1990: 58).

No diagnóstico que se faz do ensino superior, o documento declara, entre outros que: “[...] sua qualidade não é satisfatória, e sua *produção não se ajusta às necessidades* de nosso desenvolvimento econômico e social (SOUZA, 1981: 68). Logo, podemos dizer que “ao tratar das relações entre educação e desenvolvimento, terá como paradigmas as teorias de economia da educação, que consideram esta como um investimento, contribuindo para o aumento da produtividade e da renda.

Em relação à realização do Fórum da educação, podemos perceber, então, a origem remota do documento “A educação que nos convém”: “o grupo de dirigentes do IPES sentiu a necessidade de participar mais agressivamente, ou mais concretamente da solução da crise educacional e colocou-se nos moldes antigos da entidade, à testa de um trabalho pressionador do Estado” (SOUZA, 1981: 79).

As medidas de ordem prática que propõe são idênticas às do projeto do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU):<sup>70</sup> adoção da estrutura departamental em substituição ao antigo sistema de cátedra, a racionalização da administração universitária.

Do ponto de vista da educação e desenvolvimento, o que se demonstra é que tem-se por base a “doutrina do liberalismo econômico de Hume e Adans Smith, onde, através dos postulados do liberalismo clássico, restabelece-se a importância do capitalismo humano ao lado do capitalismo físico e financeiro” (SOUZA, 1981: 96).

---

<sup>70</sup> Sobre o GTRU veremos posteriormente.

Acrescentamos que a doutrina do IPES comporta uma visão Lockeana da educação, onde podemos ver: “[...] é preciso educar as massas – e urgentemente – mas é preciso também continuar a dar atenção a um tipo de educação que mantenha a preparação das elites dirigentes, dos empresários, dos técnicos de nível superior... (SOUZA, 1981: 97). Na tabela 2 veremos os temas do fórum, em relação à universidade, e aos seus responsáveis.

Com uma perspicácia de *Lince* a nossa autora encontra alguns indícios de cizânia entre o pensamento e posição no interior do IPES, como descreve abaixo: “uma nota ainda mais dissonante é dada numa das conferências, no que se refere ao problema da divisão entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos:

[...] na presente conjuntura não nos parece válido confiar na superação desta diacronia, como pretendia a visão ingênua do progressivismo, ainda vasada em documento como a *Aliança para o Progresso* ou mesmo *Populorum Progressio*...<sup>71</sup> (SOUZA, 1981: 98).

Em outra passagem, temos na questão relacionada a finalidades da educação, o seguinte: encontra-se aí o auge da oposição ao restante das idéias defendidas pela maioria dos participantes do fórum. Encontramos posições que desenvolvem raciocínios favoráveis de que a educação para o desenvolvimento seja, sobretudo, técnica e utilitária. Outro enfoque propõe que ela seja predominantemente cultural (SOUZA, 1981: 100).

Quanto ao financiamento e recursos para educação: as propostas para solucionar o problema do financiamento da educação são de três gêneros. A primeira das propostas objetivas e sucintas: solucionar a questão da expansão do ensino; aumento da produtividade do sistema sem maiores recursos; estabelecer métodos racionais de administração. A segunda vai preocupar-se em estabelecer fórmulas que estendam o financiamento àqueles que usufruem do sistema educacional: [...] financiamento do nível superior, pela clientela que participa de seus benefícios,

---

<sup>71</sup>Encíclica *Populorum Progressio* - Carta Papal. Roma, junto de São Pedro, 26 de março, solenidade da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo festa da Páscoa, de 1967, IV do nosso pontificado. PAULUS VI, PAPA.

proporcional aos diferenciais do rendimento dessa clientela; extinção da gratuidade do ensino superior para as classes de renda média e alta. A terceira oferece poucas soluções concretas e é também contrária a isenção de taxas escolares (SOUZA, 1981: 101-2).

**Tabela 2:** Temas do fórum do IPES, em relação à universidade, e aos seus responsáveis

| Ensino Superior |                                                                                                                                                     |
|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tema V          | Conferencista: Estrutura da Universidade<br>Suzana Gonçalves<br>Francisco Lemos Lopes S. J.<br>Paulo Affonso Horta Novaes (IPES)                    |
|                 | Debatedores: Alvanir Bezerra de Carvalho<br>Maurício Joppert da Silva (IPES)                                                                        |
| Tema VI         | <i>Zoneamento e Localização do Ensino Superior no Brasil</i><br>Conferencista: Nair Fortes Abu-Merhy<br>Debatedores: Peri Porto                     |
|                 | Universidade, Tecnologia e Empresa<br>Conferencista: Lucas Lopes<br>Luiz Vitor D'Arinos Silva (IPES)                                                |
| Tema VII        | Debatedores: Alvanir Bezerra de Carvalho<br>Guilardo Martins Alves                                                                                  |
|                 | Financiamento das Universidades<br>Conferencista: Clemente Mariani Bittencourt<br>Laércio Moura S.J.                                                |
| Tema VIII       | Debatedores: Alvanir Bezerra de Carvalho<br>Oscar de Oliveira (IPES)                                                                                |
|                 | Financiamento do corpo Discente e o Banco da Educação<br>Conferencista: Raimundo Padilha<br>Paulo de Assis Ribeiro (IPES)                           |
| Tema IX         | Debatedores: João Paulo de Almeida Magalhães                                                                                                        |
|                 | Vinculação da Universidade e da Empresa<br>Conferencista: Theóphilo de Azevedo Santos (IPES)<br>João Bina Machado                                   |
| Tema X          | Debatedores: Osvaldo Tavares Ferreira (IPES)<br>Alvanir Bezerra de Carvalho                                                                         |
|                 | Fundamentos para a Política Educacional Brasileira<br>Conferencista: Luiz Gonzaga do Nascimento Silva                                               |
| Tema XI         | Glycon da Paiva (IPES)<br>Clemente Mariani Bittencourt                                                                                              |
|                 | Debatedores: Alvanir Bezerra de Carvalho<br>Vitor Silva<br>Rubem Maciel (IPES)<br>Maurício Joppert da Silva (IPES)<br>Paulo de Assis Ribeiro (IPES) |

Fonte: Souza 1981, p. 83-4.

Quanto ao financiamento e recursos para educação: as propostas para solucionar o problema do financiamento da educação são de três gêneros. A primeira das propostas objetivas e sucintas: solucionar a questão da expansão do ensino; aumento da produtividade do sistema sem maiores recursos; estabelecer métodos

racionais de administração. A segunda vai preocupar-se em estabelecer fórmulas que estendam o financiamento àqueles que usufruem do sistema educacional: [...] financiamento do nível superior, pela clientela que participa de seus benefícios, proporcional aos diferenciais do rendimento dessa clientela; extinção da gratuidade do ensino superior para as classes de renda média e alta. A terceira oferece poucas soluções concretas e é também contrária a isenção de taxas escolares (SOUZA, 1981: 101-2).

Como síntese do Fórum, temos: *Objetivos e métodos da educação*: primeira, exclusivamente pragmática, dentro da linha da economia da educação e, segunda, menos pragmática, mais aberta; *Educação e desenvolvimento*: 1ª- considera esta uma relação dada e necessária; 2ª- não vê como superar o fosso entre desenvolvidos e não-desenvolvidos; e 3ª- acredita-se que o desenvolvimento é que deve servir à valorização da pessoa humana numa perspectiva mais humanista; *Financiamento*: Na questão dos recursos financeiros predomina a linha de raciocínio pragmática, reforçando-se as teses de racionalização com a extinção de gratuidade e incentivo fiscais para a ajuda à educação e, por fim, *Universidade e tecnologia*: Criação ou adaptação de tecnologia por parte das universidades. Encontrando as duas posições, temos uma maioria que defende o papel da educação como treinamento de recursos humanos e que seja apenas como uma tarefa adaptativa. Outros entendem para além desta função, portanto, admitem, para a universidade brasileira, a função de criadora de cultura e tecnologia própria (Souza, 1981: 103-4).

Passado por este longo percurso chegou-se então, ao Projeto Educacional do IPES, para tanto, precisamos voltar ao “Delineamento geral de um plano de educação para a democracia”, de João Roberto Moreira, ao “Documento Básico” do simpósio sobre a reforma da educação e ao relatório do Fórum: “A educação que nos convém” onde podemos afirmar que “esta opção por um suporte teórico de natureza econômica e a crença na correlação positiva entre educação e crescimento da renda está presente, nos três documentos” (SOUZA, 1981: 105).

Já o fórum, na maior parte da conferência sobre o ensino superior, trata de problemas da universidade e busca dar “respostas” à questão da crise estudantil. Desse modo, elaborou-se finalmente o documento “A educação que nos convém”:

na qual se destaca que “o traço essencial da política educacional que se propõe é a formação de recursos humanos necessários para se manter o crescimento de uma economia capitalista” (SOUZA, 1981: 08). Ver tabela apêndice I.

O projeto educacional do IPES se configura, pois, em vários momentos, a partir de diferentes segmentos das elites, que passam a propor um conjunto de medidas para a transformação da educação Brasileira em um instrumento da hegemonia dos setores dominantes da sociedade [...]. Souza (1981) nos apresenta as similitudes das propostas do IPES com o que foi gestado no interior dos planos governamentais dos Governos Militares e suas políticas educacionais, a saber:

[...] a) Programa de Ação Econômica do Governo (1964-66): O PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) foi o primeiro plano do Governo Castelo Branco, formulado após o golpe de 1964;

b) Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-76): neste plano “o estudo prévio dos problemas educacionais denominado “Diagnóstico Preliminar – Educação I” tem um enfoque nitidamente econômico, onde busca-se à “formação interna de recurso humanos”;

c) O Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968-70): este terceiro plano não mais se restringia ao objetivo de contenção do processo inflacionário, partindo igualmente para a aceleração do desenvolvimento econômico e social;

d) Metas e Bases para a Ação do Governo – 1970-72): o desenvolvimento é o objetivo principal. Para o ensino superior, previa-se a consolidação da reforma universitária da universidade e dos estudantes nos programas de desenvolvimento;

Destarte, neste quarto plano, “a educação continua a ser ligada a três pontos: o desenvolvimento econômico ou o progresso produtivo, o desenvolvimento social ou redistribuição da renda e o produtivo para o qual se voltam os dois primeiro: a segurança nacional” (SOUZA, 1981: 133).

a) I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972-74): argumenta que dar “continuidade e aceleração da revolução do processo educacional brasileiro” é “tornar a população brasileira tanto um fator de produção pelos efeitos da escolarização sobre a produtividade de recursos, quanto destinatária dos resultados do processo” (SOUZA, 1981: 135).

b) II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975-79):

**Tabela 3:** Prontos comuns do projeto educacional do IPES e a Política Educacional após 1964.

|                               |                                                                                                                            |
|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Suporte teórico</i>        | <i>Teorias econômicas como a do “fator residual” e a do “capital cultural”</i>                                             |
| Objetivo final                | Desenvolvimento econômico do país dentro da ordem capitalista.                                                             |
| Finalidade do ensino superior | Através de cursos diversos formar a mão-de-obra adequada para as solicitações do mercado de trabalho de alto nível técnico |
| Financiamento da educação     | Extinção da gratuidade no nível superior                                                                                   |
| Planejamento educacional      | Um aumento da produtividade sem maiores investimentos                                                                      |

Fonte: Resumo dos tópicos apresentados por Souza, 1981: 194-5

Ao analisar todos os planos e governos militares até 1979 nossa autora argumenta que:

[...] Por aí chega-se (sic), pois, ao cerne da problemática educacional brasileira: a necessidade, expressa por todos os planos, sem exceção, de uma destinação técnico-produtiva do ensino: “a educação deverá transmitir conhecimentos científicos e desenvolver habilidades técnicas, formação profissional de diferentes níveis para as múltiplas tarefas da civilização tecnológica de nossos dias, bem como cientistas aptos a criar novos conhecimentos e novas técnicas que tenham por consequência o aumento de produtividade dos sistemas econômicos, assegurando o prosperar contínuo da sociedade (SOUZA, 1981: 140).

Diante do exposto, poderíamos nos perguntar quais as relações das proposições construídas e desenvolvidas no interior do IPES e, deste, na intercessão com outros “grupos de pressão”, bem como com a Ditadura Militar e a gestação da política educacional de privatização.

E sobre o Ensino Superior temos:

[...] A tônica foi, de início, colocada na necessidade de sua expansão para atender aos interesses do desenvolvimento econômico [...] e tendo em vista as exigências do mercado de trabalho, sendo proposta: realização da reforma universitária; reforma do financiamento,<sup>72</sup> passando a contar com a participação direta da comunidade; aprofundamento das relações da universidade com o meio (cultural e empresarial) e com a comunidade e, por fim, integração escola/ empresa/ governo (SOUZA, 1981: 146).

<sup>72</sup>Aumento da importância dos recursos privados, pelas contribuições a serem cobradas dos estudantes universitários a partir de 1968 e financiamento ao ensino privado condicionado à concessão de bolsas de estudos pelos estabelecimentos (SOUZA, 1981: 149).

Apresentada a origem do IPES, seu desenvolvimento e relações com outros grupos de pressão (capital nacional e estrangeiro), bem como a sua relação com a Ditadura Militar. Apresentado as suas proposições e formulação sobre a educação, o ensino superior e a tese da universidade como um apêndice do desenvolvimento e segurança nacional. Portanto, apresentado o protagonismo do IPES na formulação do ideário burguês e privatista de proposta de reforma educacional e universitária, vamos agora refletir algumas considerações, sobre como se deu tal processo e participação dos diferentes atores, em particular, os defensores da escola pública e os seus adversários, “os guardiões da livre iniciativa e liberdade de ensino”: o pensamento privatista em educação. Antes, porém, faremos algumas referências mais detalhadas sobre a “Aliança para o Progresso”.

### **c) O contexto internacional e a Aliança para o Progresso**

*Sabemos que a política externa dos Estados Unidos não se interessa realmente pela democracia autêntica e, sim exclusivamente, pelos governos que favorecem, incondicionalmente, a política norte-americana.*

*Poerner (1968: 263)*

Então, compreendido os agentes de pressão internos, no sentido de disputar o modelo de desenvolvimento sob o ponto de vista de um dos pensamentos empresariais: o desenvolvimento associado e que buscavam, no campo educacional, adequar o sistema de educação aos seus interesses. Segundo Cunha (1989: 189) é recomendável “uma referência ao incentivo dado a esse processo de modernização pelo governo norte-americano e suas agências”. No ano de 1949 os EUA procuraram elaborar uma estratégia de prevenção do deslocamento dos países subdesenvolvidos para a “órbita comunista”. Se o estranhamento com a URSS e, sobretudo, com a revolução Chinesa, levou os EUA a uma luta anticomunista, é com a pequena ilha que as suas ações serão aceleradas.

[...] A indústria modernizadora do governo dos EUA sobre a educação escolar brasileira foi acelerada a partir de 1961, como parte da estratégia de “prevenção do comunismo”, então localizada como ameaça efetiva e vizinha: a disseminação da revolução cubana em outros países latino-americanos” [...]. O primeiro passo foi o encorajamento da invasão de Cuba por refugiados anticomunistas treinados e armados pela Central Intelligence Agency. A invasão, em abril de 1961 foi, contida e o passo seguinte foi a conquista da confiança dos governos latino-americanos. Em agosto deste ano realizou-se em Punta del Este, no Uruguai, a reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em nível ministerial, para aprovação do plano decenal da Aliança para o Progresso, lema da política continental do presidente norte-americano J. Kennedy (CUNHA, 1989: 193).

Se o caminho beligerante não foi suficiente para acabar com a luta e a resistência do povo cubano, outro caminho perseguido pelo governo estadunidense foi o sufoco econômico, associado à pressão dos governos latino-americanos contra a opção ideológica e econômica de Cuba, pois, como vimos, em agosto de 1961, realizou-se em Punta del Este, no Uruguai, a reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em nível ministerial, para a aprovação do plano decenal da Aliança para o Progresso.

Tendo os EUA apresentado as suas considerações e objetivos e, “em meio à euforia provocada pelos créditos<sup>73</sup> da Aliança para o Progresso, realizou-se em janeiro de 1962, também em Punta del Este, a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres (ministros de relações exteriores) das Repúblicas Americanas”.

[...] Dessa reunião, o governo norte-americano pretendia obter, finalmente, a esperada cobertura política para intervir militarmente em Cuba. Mas, nem todos os governos latino-americanos concordavam com esse intento, destacando-se na defesa da autodeterminação do povo cubano os representantes do México e do Brasil. O representante do governo brasileiro, o ministro das relações exteriores Santiago Dantas, encontrava-se sob fogo cruzado: pressão interna pró-Castro, principalmente dos estudantes universitários, a quem a revolução cubana fascinava; pressão externa dos EUA, ameaçando cortar os créditos da Aliança para o Progresso (e outros), caso não votassem nas posições daquele país. A posição de Santiago Dantas, conciliatória, defendia, ao mesmo tempo, a autodeterminação de Cuba e sua neutralização diante das potências

---

<sup>73</sup> Os Estados Unidos comprometeram-se a contribuir com aproximadamente 20 bilhões de dólares para financiamento externo no prazo de 10 anos, e a América Latina incumbiu-se de providenciar o financiamento interno e propor as reformas requeridas, de acordo com os objetivos da Aliança: [...] que previa a adoção em cada país de planos integrais de educação encaminhados a alcançar metas precisas na próxima década, a fim de elevar o nível cultural dos povos da América latina e capacitá-los na participação construtiva do desenvolvimento econômico e social (FAZENDA, 1988: 57). De acordo com Fazenda: diríamos que a idéia desenvolvimento estava diretamente relacionada aos hábitos de consumo, ou seja, povo desenvolvido é aquele que mais consome os produtos fabricados pelas sociedades tecnicamente desenvolvidas (1988: 56).

hegemônicas. No entanto, foi vitoriosa a proposta norte-americana de expulsão de Cuba da OEA, com 14 dos 20 votos (o Brasil se absteve) e de condenação a sua posição de adesão ao comunismo (com aprovação brasileira). A participação brasileira na reunião de Punta del Este contribuiu para enfraquecer o intuito intervencionista dos EUA, ao mesmo tempo em que não hostilizava a ponto de ter os créditos cortados. Mas esta conciliação durou pouco tempo, pois, internamente, o processo de radicalização política se acelerava” (CUNHA, 1989: 195).

Com as palavras de Cunha, evidenciam-se os propósitos dos EUA com a “Aliança para o Progresso”, uma forma de comprar o apoio dos governos latino-americanos frente à questão de Cuba, aliado a uma campanha anticomunista e adstração dos sistemas educacionais, subjugados a estes interesses, mesmo que tal posição e discurso não fosse assumido.

[...] O outro lado da moeda do imperialismo ignorava esses conflitos, apresentando a “ajuda” internacional como “desinteressada”. Se analisamos o texto final da Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, realizada em Santiago do Chile, em março de 1962, encontramos apenas ligeiras e remotas referências aos conflitos sociais em curso e às interferências neles da potência hegemônica no mundo capitalista” (CUNHA, 1989: 195-6).

Mas a ilha entra em cena novamente: “poucos meses após a realização (em março) da Conferência sobre a Educação e Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina, chegava ao clímax a crise de Cuba, referência oculta e negativa daquela”,<sup>74</sup> Cunha (1989), ainda destaca que:

[...] O ministro brasileiro, Paulo de Tarso, identificado com os setores mais sectários do governo, proferiu dois discursos na reunião, não poupando críticas à OEA, pela expulsão de Cuba e à Aliança para o Progresso, pelas promessas não cumpridas e pelo apoio aos opositores das “reformas de bases”, no Brasil (CUNHA, 1989: 199).

Num debate sobre os fins e objetivos para a educação, o seu uso concreto para os povos e suas nações e a relação da Aliança para o Progresso com os sistemas nacionais de educação, temos:

---

<sup>74</sup> Em outubro de 1962, a marinha norte-americana bloqueou aquela ilha a fim de forçar a retirada de instalações lançadoras de mísseis classificados como ofensivos, chegando os EUA e a URSS à beira de um confronto armado. Retirados os foguetes, o bloqueio naval foi suspenso, mantendo os países membros da OEA o bloqueio econômico (CUNHA, 1989: 199).

[...] Não se tratava de difundir entre homens marginalizados, dentro de um espírito paternalista, gostos ou vontades de um pequeno número de privilegiados. Educar não é popularizar uma determinada cultura. É dar a todos os homens a consciência de sua possibilidade de modelar o mundo. Ora, isso somente será possível se as estruturas sócias não constituírem obstáculos a essa expressão cultural”. No caso particular da alfabetização, o objetivo não seria integrar os analfabetos num mundo já feito, mas dar-lhes meios para transformá-lo. A ajuda externa poderia acelerar esse processo, mas não dependia dela para atingir seus fins. Poderia, também, atrasá-lo. Seria este o caso da Aliança para o Progresso, “cada vez mais amparada pelos grupos conservadores e antireformistas e cada vez mais impopular entre os que participam da transformação social: operários, camponeses, profissionais ou estudantes. A Aliança, nascida com um espírito revolucionário, estaria formando, contraditoriamente, ao lado da contra-revolução. Numa alusão à expulsão de Cuba da OEA, dizia o ministro que a América já não estava toda presente àquela reunião: em vez de união, houve ruptura, pela qual seriam todos responsáveis (CUNHA, 1989: 200-1).<sup>75</sup>

Com um viés ideológico evidente, ou seja, a defesa do modo de vida capitalista e sua ideologia<sup>76</sup> ao fim da reunião, o Brasil assinou as recomendações, na pessoa de seu ministro de educação.

[...] A dependência do governo brasileiro diante dos recursos financeiros da Aliança para o Progresso e de outros organismos internacionais (...) controlados pelos EUA, não permitia maiores liberdades, mesmo de um ministro identificado com os grupos empenhados na radicalização... (CUNHA, 1989: 202).<sup>77</sup>

Após descrever a situação de origem e os propósitos da Aliança para o Progresso, chamaremos a atenção para o posicionamento de Cunha em relação aos desdobramentos dos conflitos internos da “Aliança” e a repercussão em seus países membros:

---

<sup>75</sup> O texto aprovado ao fim da reunião reforçava as recomendações modernizadoras das anteriores. Em ordem decrescente, as três prioridades estabelecidas pelos ministros foram as seguintes: I – preparação de pessoal administrativo, docente e técnico e a consideração do bem-estar dos estudantes; II – planejamento integrado da educação e desenvolvimento dos recursos humanos, modernização dos sistemas administrativos de educação e das pesquisas pedagógicas; III – ampliação dos serviços de ensino de grau médio, formação de maior número de “dirigentes para impulsionar o progresso econômico e social”, desenvolvimento do ensino primário rural a fim de equipará-lo ao ensino primário urbano, “integração” dos adultos na vida cultural, social e econômica se sua “comunidade” (CUNHA, 1989: 201).

<sup>76</sup> Além de loas endereçadas à liberdade, à democracia, à justiça social e à Aliança para o Progresso, os fins da educação geral estavam voltados para a anestesia da luta política que sacudia a América Latina, particularmente o Brasil (CUNHA, 1989: 201).

<sup>77</sup> Depois de apoiar as formulações gerais da “definição de propósitos”, dizia ser necessário acrescentar-lhe as seguintes proposições: 4 - ou cumprimos os compromissos que assumimos em Punta del Este, ou nosso esforço conjunto de desenvolvimento não beneficiará nossos povos; será mero instrumento de perpetuação de privilégio de minorias que insistem em sobrepor seus interesses aos interesses nacionais (CUNHA, 1989: 202-3). Era em um total de sete, destacamos o item 4.

[...] Contrastando com o restante do texto, contradizendo-o em quase tudo, só me é possível entender sua inclusão como resultado de um propósito de composição política. Ao mesmo tempo em que os princípios da Aliança para o Progresso eram compartilhados, reforçando a posição dos seus promotores, os EUA, sua aplicação prática era julgada insatisfatória, senão contraditória com eles, reforçando a posição do governo brasileiro e dos setores políticos radicais contra quem os recursos eram empregados. Este aspecto do texto era destinado, muito provavelmente, para ser lido no Brasil, principalmente pelos grupos políticos radicais (CUNHA, 1989: 203).

E, por fim,

[...] A comparação dessa declaração em separado do ministro brasileiro da educação. Em 1963, com os textos das demais reuniões, comparados, por sua vez, com o desdobramento da política educacional no Brasil dos anos 60 e 70, sugere a existência de um mecanismo complexo pelo qual o imperialismo atua nesse campo. Fica, de princípio, rejeitada a explicação ingênua e simplista de que essas reuniões constituíram, na realidade, meras comunicações dos planos da potência imperialista – EUA – aos governos submetidos. A declaração em separado contraria isso, assim como forte impressão deixada pelos textos de 1961 e 1962 de que os dirigentes do aparelho escolar no Brasil já pensavam – quando não praticavam – o que nas reuniões se recomendavam aos demais. Em outros casos, minha impressão é a de que os setores do aparelho escolar conseguiam colocar nos textos das reuniões a recomendação de medidas não-aceitas por todos, no Brasil, mas que correspondiam às suas posições, então reforçadas. Assim, sou levado a pensar que o imperialismo atuava no campo educacional – pelo menos no tocante a essas reuniões – através do reforço de certos setores internos, enfraquecendo outros. Por outro lado, setores internos, mas não hegemônicos no interior do aparelho de estado, particularmente no aparelho escolar, procuravam reforçar suas posições pelo endosso internacional às suas teses (CUNHA, 1989: 204).

Com esta última citação de Cunha, cristaliza-se em nós o pressuposto plurilateralidade do processo vivido de reforma universitária no Brasil, no qual verificamos a presença de agentes e interesses internos e externos que se confrontam e ou se ajustam. Pois como nos adverte Góes (1999):

A tomada do poder no Brasil em 1964 não foi um simples golpe latino-americano, nem mais um pronunciamento, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculadas a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais e expressivos. [...] O novo estado emergiu do figurino do IPES com objetivos programados, metas estabelecidas e, naturalmente, com os homens que se apossaram do poder (Góes, 1999: 32).

## 6. DITADURA MILITAR E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 68: a velha acumulação primitiva.

### 6.1 O processo de Reforma Universitária: o legado de resistência e dominação

*A política educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno círculo e designado pelo poder central. De um modo geral os estudos e as recomendações produzidas por estes atores proporião a expansão do ensino superior e a racionalização de suas atividades enquanto estratégia para fazer face às pressões desenvolvidas por professores e estudantes com vista a sua reformulação econômica. Estes trabalhos procurariam também imprimir ao ensino superior uma dimensão instrumental, uma vez que visariam ajustá-lo às modificações que o campo econômico experimentava na 2ª metade dos anos 60.*

*Martins (1989: 22)*

As palavras de Martins são bastante ilustrativas da situação que vivia o ensino superior na segunda metade dos anos sessenta, repercutindo as lutas sociais e os interesses econômicos. “A política educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno círculo e designado pelo poder central”. A resposta pedagógica e administrativa que o regime ofereceu, sobre a questão do ensino superior, foi a “racionalização de suas atividades enquanto estratégia, para fazer face às pressões desenvolvidas por professores e estudantes, *com vista a sua reformulação econômica*”. Lembramos que foram estes últimos os primeiros a pautar a questão da urgência da reforma universitária. Por fim, o grupo de notáveis e “estes trabalhos” procurariam também imprimir, ao ensino superior, uma dimensão instrumental, uma vez que visariam a ajustá-lo às modificações que o campo econômico experimentava na segunda metade dos anos sessenta.

Tomamos o cuidado de olhar o problema, o fenômeno de diferentes tempos e espaços. Teremos contatos com textos dos anos 60 e 70, mas também com escritos atuais sobre este mesmo assunto. Observamos textos da crítica, da contestação, mas, também, aqueles que buscavam justificar o regime e as propostas apresentadas. Assim, defendemos que a reforma universitária teve assento em interesses concretos, de diferentes posições, é verdade, mas o fato é que se deu a partir de lutas sociais reais.

Antes, porém, entendemos ser necessário destacar qual problema, qual a crise que vivia o ensino superior no Brasil? Para tanto Freitag (1986: 86) argumenta que “as aspirações educacionais, despertadas na população com a ideologia democratizante, às quais não correspondia uma estrutura de ensino verdadeiramente aberta e democrática, levaram a um congestionamento na entrada às universidades”. Pois, “a pressão sobre estas aumentou de forma mais aguda de 64 a 68”. Este foi um período que segundo Freitag (1986: 86) com a:

[...] concentração de propriedade, capital, renda e mercado [...] com isso, ficavam dificultadas as possibilidades de ascensão da classe média via poupança, investimento e reprodução de capital, através da instalação de pequenas empresas, artesanatos e de exercício de profissional liberal. Em consequência, a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficientes diante de uma procura cada vez maior” (Apud CUNHA, 1975: 238).

Isso não só significava um desperdício de recursos humanos e uma falha nas formas de investimento em educação, seja por parte do indivíduo, seja por parte do estado, mas significa acima de tudo uma ameaça para a “segurança nacional” já que descontentamento estudantil se canalizava em atividades políticas sobre as quais o Estado estava perdendo o controle. É este o verdadeiro sentido da crise oficialmente admitida (FREITAG, 1986: 86-7).

### **a) Como ocorre a oferta?**

Martins<sup>78</sup> procura explicar, em nível de Brasil, no período que compreende 1964 a 1980, o hiato existente na oferta das universidades públicas e a crescente demanda observada, bem como, em virtude deste fato, constata-se um enorme crescimento da oferta privatizada através do surgimento de inúmeras faculdades particulares.

Florestan Fernandes (1988: 13) em seu texto “Robotização Pedagógica”,<sup>79</sup> salienta que Martins “apanhou o nascimento *in plux* da escola superior isolada e a moldagem

---

<sup>78</sup> Martins (1988), em seu livro “Ensino Pago: um retrato sem retoques”, que originalmente foi apresentado como dissertação de Mestrado em Sociologia na PUC de São Paulo, em 1979, muito nos auxiliará para uma maior compreensão das questões por nós apresentado.

<sup>79</sup> Neste texto produzido especialmente para prefaciar o livro já citado, Fernandes declara que o autor “avançou corajosamente na desmistificação do objeto de sua investigação e realizou um enquadramento vigoroso” desdobrando a análise que começamos em a “A reforma universitária consentida” e o que se pretendia verdadeiramente com aqueles acordos tutelados pelos do EUA.

do ensino universitário necessário à reprodução do sistema capitalista de poder das nações capitalistas centrais e a superpotência da periferia”. Para Martins (1989), o sistema federal de educação, em fins dos anos 60, sofria uma grande pressão, basicamente efetuadas pela classe média, que se clamava por ampliação de vagas. A incapacidade do sistema universitário, da época, em absorver os estudantes que eram aprovados nos vestibulares, gerando o famoso problema dos excedentes, constituía em constantes focos de tensão e mobilização social como podemos constatar na Tabela 4.

**Tabela 4** - Número de inscritos, vagas, excedentes/relações no ensino superior no Brasil, 1960-1971.

| <i>Ano</i> | <i>Nº de inscritos<br/>(A)</i> | <i>Nº de vagas<br/>(B)</i> | <i>% inscritos/vagas<br/>(C)</i> | <i>Nº de excedentes<br/>no ano (C = A - B)</i> | <i>%excedentes<br/>no ano</i> |
|------------|--------------------------------|----------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1960       | 64.637                         | 35.909                     | 1,8                              | 28.728                                         | 44,4                          |
| 1961       | 70.147                         | 38.971                     | 1,8                              | 31.176                                         | 44,4                          |
| 1962       | 70.942                         | 47.295                     | 1,5                              | 23.647                                         | 33,3                          |
| 1963       | 86.716                         | 51.009                     | 1,7                              | 35.707                                         | 41,2                          |
| 1964       | 97.481                         | 57.342                     | 1,7                              | 40.139                                         | 41,2                          |
| 1965       | 110.384                        | 58.334                     | 1,9                              | 52.500                                         | 47,4                          |
| 1966       | 123.379                        | 58.752                     | 2,1                              | 64.627                                         | 52,4                          |
| 1967       | 183.150                        | 79.630                     | 2,3                              | 103.520                                        | 56,5                          |
| 1968       | 214.966                        | 89.582                     | 2,4                              | 125.414                                        | 58,3                          |
| 1969       | 276.904                        | 115.377                    | 2,4                              | 161.527                                        | 58,5                          |
| 1970       | 328.931                        | 145.000                    | 2,3                              | 183.931                                        | 55,9                          |
| 1971       | 400.958                        | 239.782                    | 1,7                              | 161.176                                        | 40,2                          |

**Fonte:** Ministério da Educação e Cultura, Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente de Nível Superior, in “Revista Debate e Crítica”, março de 1975. nº 5: 34.

No período de 1964 a 1968, o número de candidatos às escolas superiores cresceu na ordem de 120%, taxa superior à elevação do número de vagas, que foi de 53% no mesmo período. Esta situação resultou num aumento substancial do número de excedentes, na ordem de 212%, no mesmo período. O número absoluto de excedentes foi muito elevado, atingindo, no vestibular de 1968, o número de 125.000 em todo o país (MARTINS, 1988: 93 e 1989: 21-2).

## **b) Como corre a demanda?**

A seguir, procuramos argumentar, numa linha de demonstração, apontando para os elementos indicadores da validade do crescimento da demanda. Esta procura maior está também relacionada com o processo de concentração da propriedade e da

renda em curso da sociedade brasileira desde a década de 50, e que acentua-se com a política econômica adotada a partir de 1964.

[...] A incapacidade de ascensão social através da poupança e/ou investimento em pequenos negócios, dificulta ou quase impossibilita pelo processo de concentração, é reorientada para a promoção nas burocracias das empresas públicas ou privadas. As camadas médias passam a valorizar a educação como o meio que poderia viabilizar o seu projeto de ascensão nas condições burocráticas ou técnicas, passando a investir em educação ou pressionando o governo a dispor mais com o setor educacional. Um outro aspecto vem ser a ampliação da taxa de matrículas do ensino médio, que cresceu 4,3 vezes entre o período de 1947 a 1964 (MARTINS, 1989: 57).

Resumidamente, a demanda reprimida representada pelos excedentes; a expansão dos quadros burocráticos; a necessidade de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho; o aumento da população estudantil nos graus anteriores<sup>80</sup> compreendem os fatores que influenciaram no crescimento da demanda.

**Tabela 5:** Entidade mantenedora das escolas superiores no Brasil, 1956-1965.

| <i>Ano</i> | <i>Públicas (%)</i> | <i>Particulares (%)</i> |
|------------|---------------------|-------------------------|
| 1956       | 51                  | 49                      |
| 1957       | 52                  | 48                      |
| 1958       | 56                  | 44                      |
| 1959       | 56                  | 44                      |
| 1960       | 56                  | 44                      |
| 1961       | 57                  | 43                      |
| 1962       | 60                  | 40                      |
| 1963       | 62                  | 38                      |
| 1964       | 61                  | 39                      |
| 1965       | 57                  | 43                      |

**Fonte:** Ministério do planejamento e Coordenação Econômica. EPEA, in "Educação e dependência", Manfredo Berger, Porto Alegre, Difel, 1976: 189.

De acordo com a Tabela 6, Martins nos apresenta um quadro no qual discrimina a presença ano a ano (1956-65) do ensino superior público x privado. Destacamos o fato de que o ensino público, anterior à reforma universitária, apresenta uma maior participação, se comparado ao do setor privado. No entanto, a partir da política educacional do governo militar, sobretudo após a reforma universitária, constatamos uma diminuição constante da presença do setor público. Como prova, é a conclusão que podemos extrair a partir de uma observação mais atenta das Tabelas a seguir.

<sup>80</sup> Ver: Martins (1989), Cunha (1986) e Fonseca (1992: 42-3).

A política privatista, na educação brasileira, não tem como marco exclusivo o movimento de 1964.<sup>81</sup> No entanto, foi a ditadura militar instalada em 1964 que consolidou o modelo de privatização da educação, notadamente do ensino superior. Pode-se afirmar que a política de privatização da educação está diretamente imbricada na política de privatização do estado, pois esta política tem como correspondente a concepção de educação como bem de consumo, sujeito à livre concorrência.

Agora que já destacamos o problema e verificamos as causas da origem do crescimento da demanda, vamos continuar a nossa reflexão com os seguintes questionamentos: como foi enfrentada e que meios o governo militar utilizou para resolver tal situação? Antes, porém veja a Tabela 6 e 7:

**Tabela 6:** Expansão do ensino superior 1962-1973.  
Cursos por forma de organização e por dependência administrativa.

| <i>Forma de organização e dependência administrativa</i> | 1962            |          | 1973            |          | Participação no crescimento |       |      |              |
|----------------------------------------------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|-----------------------------|-------|------|--------------|
|                                                          | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Por item (1962/1973)</i> |       |      | <i>Total</i> |
| Universidades (a):                                       |                 |          |                 |          |                             |       |      |              |
| Federal                                                  | 370             | 57       | 666             | 52,4     | 269                         | 80,0  | 47,6 | 14,4         |
| Estadual                                                 | 50              | 8,0      | 163             | 12,8     | 113                         | 226,0 | 18,2 | 5,5          |
| Municipal                                                | -               | -        | 17              | 1,3      | 17                          | -     | 2,7  | 0,8          |
| Particulares                                             | 230             | 35       | 426             | 33,5     | 196                         | 85,2  | 31,5 | 9,6          |
| Total                                                    | 650             | 100      | 1.272           | 100      | 622                         | 95,7  | 100  | 30,3         |
| Estabelecimentos Isolados(b)                             |                 |          |                 |          |                             |       |      |              |
| Federal                                                  | 30              | 8,1      | 58              | 3,2      | 28                          | 93,2  | 2,0  | 1,4          |
| Estadual                                                 | 80              | 27,6     | 187             | 10,4     | 107                         | 137,7 | 7,5  | 5,2          |
| Municipal                                                | 15              | 4,1      | 215             | 12       | 200                         | 133,3 | 14   | 9,8          |
| Particulares                                             | 245             | 86,2     | 1.338           | 74,4     | 1.093                       | 446,1 | 76,5 | 53,3         |
| Total                                                    | 370             | 100      | 1.798           | 100      | 1.428                       | 385,9 | 100  | 69,7         |
| (a + b):                                                 |                 |          |                 |          |                             |       |      |              |
| Federal                                                  | 400             | 39,2     | 724             | 23,8     | 324                         | 81,0  | 15,8 |              |
| Estadual                                                 | 130             | 12,7     | 350             | 11,4     | 220                         | 169,2 | 10,7 |              |
| Municipal                                                | 15              | 1,5      | 232             | 7,5      | 217                         | 144,6 | 10,6 |              |
| Particulares                                             | 475             | 46,6     | 1.764           | 57,5     | 1.289                       | 271,3 | 62,9 |              |
| Total                                                    | 1.020           | 100      | 3.070           | 100      | 2.050                       | 201,0 | 100  |              |
| Universidades                                            | 650             | 63,7     | 1.272           | 41,4     | 622                         | 95,7  | 30,3 | Total        |
| Estabelecimentos Isolados                                | 370             | 36,3     | 1.798           | 58,6     | 1.428                       | 385,3 | 69,7 |              |
| Total                                                    | 1.020           | 100      | 3.070           | 100      | 2.050                       | 201,0 | 100  |              |
|                                                          | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Por item (1962/1973)</i> |       |      | <i>Total</i> |
| Público                                                  | 545             | 53,4     | 1.306           | 42,5     | 761                         | 139,6 | 37,1 |              |
| Particular                                               | 475             | 46,6     | 1.764           | 57,5     | 1.289                       | 271,3 | 62,9 |              |
| Total                                                    | 1.020           | 100      | 3.070           | 100      | 2.050                       | 201,0 | 100  |              |

Fonte: 1962 - SEEC e 1972 - DAU

Revista Vozes: 461.

<sup>81</sup> Neste caso ver a nota de rodapé nº 09.

Entre outros interessados na ampliação/privatização da oferta de vagas no ensino superior, verificamos a pressão empresarial de indivíduos que vêm, na abertura de uma escola isolada, um grande negócio. Contribuíram para a criação dessas escolas isoladas outros fatores, como o processo de interiorização, reforçando e reforçado pelo provincianismo. A expansão do ensino, pelo viés privatizante, significou resolver a pressão social por mais vaga,<sup>82</sup> aliviando a demanda sobre as universidades públicas e gratuitas, assim como mostrou-se mecanismo de ampliação das bases de legitimação do estado autoritário (CUNHA, 1986).

**Tabela 7:** Expansão do ensino superior 1962-1973  
Matrículas por forma de organização e por dependência administrativa.

| <i>Forma de organização/<br/>dependência administ.</i> | 1962            |          | 1973            |          | Participação no crescimento |        |      |              |
|--------------------------------------------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|-----------------------------|--------|------|--------------|
|                                                        | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Por item (1962/1973)</i> |        |      | <i>Total</i> |
| Universidades (a):                                     |                 |          |                 |          |                             |        |      |              |
| Federal                                                | 40.461          | 52,7     | 185.915         | 52,0     | 145.454                     | 359,4  | 51,8 | 20,6         |
| Estadual                                               | 11.632          | 15,2     | 45.407          | 12,7     | 33.775                      | 290,0  | 12,1 | 4,8          |
| Municipal                                              | -               | -        | 2.004           | 0,8      | 2.004                       | -      | 0,7  | 0,3          |
| Particulares                                           | 24.645          | 32,1     | 124.086         | 34,7     | 90.441                      | 403,5  | 35,4 | 14,1         |
| Total                                                  | 76.738          | 100      | 357.412         | 100      | 280.674                     | 365,7  | 100  | 39,8         |
| Estab. Isolados(b)                                     | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Por item (1962/1973)</i> |        |      | <i>Total</i> |
| Federal                                                | 5.100           | 17,9     | 10.143          | 2,2      | 5.043                       | 98,9   | 1,2  | 0,7          |
| Estadual                                               | 4.409           | 15,5     | 37.840          | 8,3      | 33.431                      | 758,2  | 7,9  | 4,7          |
| Municipal                                              | 1.119           | 3,9      | 37.103          | 8,2      | 35.984                      | 3215,7 | 8,5  | 5,1          |
| Particulares                                           | 17.815          | 62,7     | 368.739         | 81,3     | 350.924                     | 1969,8 | 82,4 | 49,7         |
| Total                                                  | 28.447          | 100      | 453.825         | 100      | 452.382                     | 1492,5 | 100  | 60,2         |
| (a + b):                                               | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Por item (1962/1973)</i> |        |      | <i>Total</i> |
| Federal                                                | 45.561          | 43,2     | 196.058         | 24,2     | 150.497                     | 330,3  | 21,3 |              |
| Estadual                                               | 46.041          | 15,3     | 83.247          | 10,3     | 67.206                      | 418,9  | 9,5  |              |
| Municipal                                              | 1.119           | 1,1      | 39.107          | 4,8      | 37.988                      | 3398,8 | 5,4  |              |
| Particulares                                           | 42.460          | 40,4     | 492.825         | 60,7     | 450.365                     | 1060,7 | 63,8 |              |
| Total                                                  | 105.181         | 100      | 811.237         | 100      | 706.056                     | 671,2  | 100  |              |
|                                                        | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Por item (1962/1973)</i> |        |      | <i>Total</i> |
| Universidades                                          | 76.738          | 73,8     | 357.412         | 44,1     | 280.674                     | 365,7  | 39,8 |              |
| Estab. Isolados                                        | 28.447          | 27,0     | 453.825         | 55,9     | 452.382                     | 1492,5 | 60,2 |              |
| Total                                                  | 105.181         | 100      | 811.237         | 100      | 706.056                     | 671,2  | 100  |              |
|                                                        | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Absoluto</i> | <i>%</i> | <i>Por item (1962/1973)</i> |        |      | <i>Total</i> |
| Público                                                | 62.721          | 59,6     | 318.412         | 39,3     | 255.691                     | 406,6  | 36,2 |              |
| Particular                                             | 42.460          | 40,4     | 492.825         | 60,7     | 450.365                     | 1060,7 | 63,8 |              |
| Total                                                  | 105.181         | 100      | 811.237         | 100      | 706.056                     | 671,2  | 100  |              |

Fonte: 1962 - SEEC e 1972 - DAU

Revista Vozes, p. 462.

A expansão fazia-se necessária, em primeiro lugar, para dar suporte aos projetos de desenvolvimento traçado pelo estado e, em segundo, para atender à demanda reprimida por vagas neste nível de ensino. “Esta expansão controlada deu-se via

<sup>82</sup> Por sinal uma pressão muito incômoda para os militares, mas os mesmos vão “transformar o limão em uma limonada”. Ou seja, vão (re)significar tais protestos e reivindicações e com isto, tentar sedimentar o apoio da classe média.

privatização do ensino, fato que garantiu a expansão do sistema universitário, aliviando o estado de grandes investimentos em educação” (FONSECA, 1992: 41-2).

Deve-se recordar que, após 64, cresce a participação do Estado em termos empresariais na vida econômica do país, pois “80% das empresas estatais hoje<sup>83</sup> (existentes no Brasil) foram criadas a partir de 64, sendo que, desde então, o Estado passou a produzir uma infra-estrutura emergente para a expansão e crescimento da economia privada (MARTINS, 1988: 66)”. No caso da educação, não observamos, por parte dos militares, nenhum pudor: os benefícios e auxílios foram diretos e imediatos. Os cortes das verbas para o ensino foram drásticos, como nos apresenta a Tabela 8.

**Tabela 8** - Participação do MEC no orçamento da União: 1964 – 1978.

| <i>Ano</i> | <i>% s/total</i> | <i>Ano</i> | <i>% s/total</i> | <i>Ano</i> | <i>% s/total</i> |
|------------|------------------|------------|------------------|------------|------------------|
| 1964       | 9,74             | 1969       | 8,69             | 1974       | 4,95             |
| 1965       | 11,07            | 1970       | 7,33             | 1975       | 5,4              |
| 1966       | 9,7              | 1971       | 6,78             | 1976       | 4,66             |
| 1967       | 8,71             | 1972       | 5,62             | 1977       | 5,3              |
| 1968       | 7,74             | 1973       | 5,21             | 1978       | 4,17             |

Fonte: MEC.

A privatização do ensino superior brasileiro colocava-se perfeitamente dentro da lógica do regime implantado, e seria inclusive bem aceita e incentivada pelo novo regime, pois desafogava o orçamento público. Ao apoiar a criação de estabelecimentos superiores particulares, o a política educacional “inclinou-se para uma política de rentabilidade, ou seja, uma ampliação das chances educacionais para os setores das camadas médias urbanas, sem envolvimento com seus custos” (MARTINS, 1988: 66).

Para os proprietários de escolas, na perspectiva de responsáveis por essa ampliação, os seus empreendimentos constituíam uma “alternativa” educacional legítima, “uma vez que o estado e as escolas confessionais não seriam capazes, por si só, de atender a grande demanda educacional produzida nas últimas décadas na sociedade brasileira” (MARTINS, 1988: 42).

---

<sup>83</sup> Texto produzido em 06/04/1980.

Vamos mais uma vez destacar que o governo, através de seus órgãos, permitiu e incentivou que o setor privado participasse da solução da crise, sobretudo porque, “sem investimentos”, o estado conseguiu “democratizar” o ensino superior, deixando que a iniciativa privada se encarregasse desta expansão.

De acordo com o que relatamos acima, verificamos que o surto de oferta (resolvendo a crise?) efetua-se através da privatização do ensino superior. Restamos destacar se o propósito primeiro é a democratização do acesso ao ensino. Encontramos então uma enorme contradição. A realidade nua e crua da oferta privatizada por ela mesma diz o contrário.

## **6.2 A “construção social” da justificativa da política de privatização do ensino ou a constituição de uma nova “divisão social do trabalho” educacional do ensino superior.**

*Num país como o Brasil, de população tão grande e tão pobre, o estado não pode deixar de assumir a tarefa de educar o seu povo. É a bandeira da escola pública que se desfalda, como a escola que vai impedir a educação como privilégio de poucos.*

João Batista Herkenhoff

Podemos, agora, começar a busca e exposição dos meios utilizados para a instalação da política de privatização do ensino superior adotada pelos militares. Os dados existentes tendem a indicar que uma das “feições mais salientes das transformações do ensino superior foi a sua própria expansão”. Esta se encontrava calcada no princípio da “expansão com contenção” que procurava, de forma insistente, forjar um cenário em que o estado parecesse incapaz, por ele mesmo, de atender a crescente demanda de acesso ao ensino superior (MARTINS, 1989: 8).

Como testemunho desta situação, vejamos abaixo as tabelas 09 e 10:

**Tabela 9** - Nº de cursos superiores autorizados e negados pelo CFE (por ano).

| <i>Ano</i> | <i>Cursos autorizados (A)</i> |       | <i>Cursos negados (B)</i> |       | <i>Total de pedidos (C)</i> |       | <i>Índice A/C</i> |
|------------|-------------------------------|-------|---------------------------|-------|-----------------------------|-------|-------------------|
|            | Nº absolutos                  | %     | Nº absolutos              | %     | Nº absolutos                | %     |                   |
| 1962       | 10                            | 1,1   | 2                         | 0,8   | 12                          | 1,1   | 0,83              |
| 1963       | 20                            | 2,2   | 4                         | 1,7   | 24                          | 2,1   | 0,83              |
| 1964       | 11                            | 1,2   | 21                        | 8,8   | 32                          | 2,8   | 0,34              |
| 1965       | 19                            | 2,1   | 11                        | 4,7   | 30                          | 2,6   | 0,63              |
| 1966       | 45                            | 5,0   | 12                        | 5,0   | 57                          | 5,0   | 0,79              |
| 1967       | 33                            | 3,7   | 30                        | 12,6  | 63                          | 5,5   | 0,52              |
| 1968       | 118                           | 13,2  | 36                        | 15,1  | 154                         | 13,6  | 0,77              |
| 1969       | 87                            | 9,7   | 48                        | 20,1  | 135                         | 11,9  | 0,64              |
| 1970       | 104                           | 11,6  | 14                        | 5,8   | 118                         | 10,4  | 0,88              |
| 1971       | 172                           | 19,2  | 18                        | 7,5   | 190                         | 16,7  | 0,91              |
| 1972       | 278                           | 31,0  | 43                        | 18,0  | 321                         | 28,3  | 0,87              |
| Total      | 897                           | 100,0 | 239                       | 100,0 | 1.136                       | 100,0 | 0,79              |

**Tabela 10** - Crescimento de matrículas no ensino superior (1968 – 1977).

| <i>Ano</i> | <i>Instituições Públicas</i> | <i>Instituições Privadas</i> | <i>Total</i> | <i>Taxa de crescimento</i> |
|------------|------------------------------|------------------------------|--------------|----------------------------|
| 1968       | 151.657                      | 126.638                      | 278.295      |                            |
| 1969       | 185.060                      | 157.862                      | 342.886      | 23,21                      |
| 1970       | 210.613                      | 214.865                      | 425.478      | 24,09                      |
| 1971       | 252.263                      | 309.134                      | 561.397      | 31,94                      |
| 1972       | 278.411                      | 409.971                      | 688.382      | 22,62                      |
| 1973       | 317.008                      | 494.229                      | 811.237      | 17,85                      |
| 1974       | 346.672                      | 550.528                      | 897.200      | 10,60                      |
| 1975       | 357.990                      | 593.274                      | 951.264      | 6,03                       |
| 1976       | 380.000                      | 655.000                      | 1.035.000    | 8,8                        |
| 1977       | 403.000                      | 714.000                      | 1.117.000    | 7,92                       |

Fonte: CODEAC/DAU – in: parecer do CFE nº 3497/77.

Como podemos verificar, era existente uma crise apontada por aqueles que estavam excluídos da universidade, era evidente que a universidade não estava “mais podendo ser uma possibilidade de ascensão e estabilidade social” e, mais ainda, a universidade deveria estar a serviço do desenvolvimento social e econômico, almejado pelos grupos econômicos e classes dominantes, mas, sobretudo, que se adestrasse a juventude e a força trabalhadora para o modo de vida capitalista.<sup>84</sup>

Assim sendo, para Freitag (1986):

[...] A nova legislação tinha que operar em duas dimensões aparentemente contraditórias. Por um lado, procurar conter o enorme afluxo às universidades. Para tal, tornar-se-ia necessária uma nova lei de ensino de 1º e 2º; a profissionalização de nível médio, introduzida com a Lei 5692/71,

<sup>84</sup> As iniciativas concretas para uma reformulação geral do ensino superior já haviam sido anunciadas, logo depois da tomada do poder pelos militares em 1964. Nas declarações do então ministro da educação, Suplicy de Lacerda, ficava claro que a urgência da reforma resultava da necessidade de disciplinar a estudantada: “os estudantes devem estudar e os professores ensinar” (não fazer política) (FREITAG, 1986: 83).

vai cumprir essa função, retendo o aluno antes de chegar à universidade e encaminhando-o logo para o mercado de trabalho. Por outro, criar novos mecanismos de seleção para a expulsão do aluno de dentro da universidade. Se o vestibular fosse ainda mais estrangulado a pressão sobre a universidade certamente aumentaria [...]: o vestibular foi liberalizado ao introduzir o sistema classificatório que admite o número de candidatos correspondente ao número de vagas, independentemente do nível de conhecimento [...] o resultado dessa alteração seria a inflação da universidade. O preço do aumento substancial de alunos seria a degradação da qualidade do ensino. Isso tornou necessário introduzir o percurso universitário. Para isso foi criado o “jubilamento”, nas palavras do atual Ministro da Educação,<sup>85</sup> um verdadeiro “vestibular interno” (FREITAG, 1986: 87-8).

Como se chegou a esta “resposta legal”? Quais processos foram dotados pelo governo militar para modificação da legislação? Fiquemos com estas duas questões. Com Fávero (2001) verificamos que a reforma não se deu de forma isolada e nem imediatamente, observa-se um processo, um contínuo, ou seja: em verdade, em 1967, a reforma universitária já estava sendo iniciada, através de uma série de eventos e medidas legais. As mais importantes foram:

| <b>Ano</b>   | <b>Ações</b>                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1961<br>1962 | Criação da Universidade de Brasília, em 1961, início da reformulação estrutural de algumas universidades, em especial, a então Universidade do Brasil (hoje UFRJ), a partir de 1962;                                                         |
| 1961<br>1963 | Seminários da Reforma Universitária, promovidos pela UNE (Salvador, 1961; Curitiba, 1962 e Belo Horizonte, 1963);                                                                                                                            |
| 1964         | Desativação da UNE, das uniões estaduais e dos diretórios estudantis através da Lei Suplicy (nº 4464, de novembro de 1964; Normalização da pós-graduação;                                                                                    |
| 1965<br>1967 | A assinatura dos acordos MEC/USAID, que deram origem à EAPES – Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior -, cujas recomendações foram assumidas pelo governo;                                                                  |
| 1965<br>1966 | Criação do Estatuto do Magistério Superior (Lei nº 4881/65);<br>Elaboração do Plano Atcon,                                                                                                                                                   |
| 1968         | Divulgação do relatório da Comissão Meira Mattos, ambos propondo mudanças radicais na estrutura e no funcionamento das universidades brasileiras;                                                                                            |
| 1966<br>1969 | Início das reformas estruturais das universidades federais, pelos Decretos-Leis nº 53/66 e 252/69; e, finalmente,                                                                                                                            |
| 1968         | Criação do Grupo de Trabalho da reforma universitária, em junho de 1968, de cujo relatório saem a Lei nº 5540/68, o instrumento mais forte da reforma universitária, e, complementando-a, o Decreto-Lei nº 477/69, sobretudo o ciclo básico” |

Seguindo este espírito, vamos apontar algumas proposições de reformas anteriores às reformas dos militares. De muito já existia uma crítica à situação da universidade, provavelmente desde o seu nascimento, como já advertimos anteriormente e no

<sup>85</sup> Na oportunidade Ministro Ney Braga, declaração dada ao Jornal do Brasil, 28.05.1974: O “Ciclo Básico” tem agora as condições de efetuar uma nova seleção.

início dos anos 60, tal situação é potencializada com a situação dos excedentes. Contudo, Fávero (1977: 52) nos lembra que “todos estes documentos, todavia, foram elaborados sob a égide da LDB e se referem apenas a aspectos parciais, sem implicação estrutural da universidade, que são:

[...] a) Reunião dos Reitores das Universidades Federais, ocorrida em 19 a 21 de junho de 1961, onde foram apresentados os seguintes pontos: a) objetivos da universidade, vista sob triplice aspecto: ensino, pesquisa e elaboração cultural; b) autonomia universitária [...] c) criação de institutos universitários [...] d) colégio universitário, [...] e) aumento do número de matrículas; f) articulação das faculdades e Escolas com os Institutos universitários; g) agrupamento das cadeiras nos departamentos [...] h) manutenção da cátedra vitalícia, devendo seu preenchimento ser feito mediante concurso de títulos e provas [...] i) incentivo ao regime de tempo integral; j) cidade universitária... (FÁVERO, 1977: 52-3).

b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,<sup>86</sup> A lei 4024/61, de 20 de dezembro de 1961, não apresentou grandes inovações no que diz respeito ao ensino superior. Há quem diga que, comparada ao Estatuto das Unidades Brasileiras de 1931, guardadas as devidas proporções, representa um retrocesso (FÁVERO, 1977: 53).<sup>87</sup>

De acordo com Fávero (1977) chegou-se a constituir “escritório de planejamento da reforma”: “elaborou uma síntese e submeteu-se à Comissão de Reforma Universitária. Esta comissão, a partir dos pontos levantados pelos diversos grupos de trabalho, elaborou um documento em que são definidas as “Diretrizes da Reforma da Universidade do Brasil” (FÁVERO, 1977: 54-5).

Isto posto, existiram lutas sociais para Reforma (lutas também de que tipo e concepção de reformas) e ocorreram tentativas da mesma,<sup>88</sup> mas é no governo militar que ela se efetivará, e o que salta aos olhos é a capacidade catalisadora e aglutinadora de um dos grupos da Burguesia que fez abandonar:

---

<sup>86</sup> A UNE não pode esconder a sua decepção diante do sancionamento da atual lei de diretrizes e bases, ainda privatista no seu estilo e forma, e por isso lesiva aos interesses populares que só poderão ser atendidos pela Escola Pública, gratuita e democrática (...). A lei sancionada pelo presidente da república, João Goulart, seu primeiro-ministro Tancredo de Almeida Neves e todo o ministério legitimavam as principais reivindicações dos interesses privatistas, denominados interesses da “liberdade do ensino”, objetivo, aliás, de todo um título do texto (CUNHA, 1989: 132).

<sup>87</sup> Em relação ao ensino superior, a LDB apresenta-se mais como enumeração de providências particulares, do que como arcabouço consistente para uma reforma em profundidade. (...) A LDB mantém ainda a cátedra como unidade básica dentro da instituição universitária e o vestibular fragmentado, respondendo apenas a cada curso isolado (FÁVERO, 1977: 53-4).

<sup>88</sup> Ver situação do ITA, UnB, USP e outros mais.

[...] antigas divergências e se uniu sob o projeto do IPES, que conseguiu unir forças, antes antagônicas, nas lutas em torno da lei de diretrizes e bases: ardorosos defensores da escola pública, como J. Roberto Moreira, formaram ao lado de paladinos da liberdade de ensino, como Paulo de Assis Ribeiro. Um e outro foram os principais ideólogos da educação, no IPES, antes de 1964. No tocante ao ensino superior, seu programa defendia a colocação da universidade a serviço do desenvolvimento capitalista, para o que sua modernização seria condição indispensável. As posições do grupo privatista, na contenda da LDB, foram assumidas no tocante ao combate à “hipertrofia da escola pública”, em todos os graus, assim como na defesa do pagamento do ensino destas escolas, principalmente no grau superior. O fim do ensino gratuito nas universidades públicas era visto como uma imposição de justiça social, pois a renda dos diplomados ficaria aumentada por efeito do ensino recebido, daí a necessidade de eles retribuírem esse benefício, em proveito de outros. O IPES conseguiu mobilizar quadros expressivos do aparelho governamental cuja posição ficou reforçada pelo apoio de fora do Estado, como também pelas convergências de suas posições com as expressas nas resoluções de reuniões interamericanas de educação. Assim, em abril de 1964, não foi preciso criar uma nova burocracia educacional. Ela estava pronta, só necessitando do expurgo dos setores divergentes, os ligados à política populista, principalmente na fase da radicalização. As grandes linhas de um novo e coerente projeto educacional, sem as ambigüidades do populismo, estavam já traçadas (CUNHA, 1989: 148-9).

Iremos, agora, apresentar o que tradicionalmente se encontra sobre esta discussão. Este esforço se faz necessário para, mais adiante, apresentarmos a nossa crítica sobre as limitações e equívocos que, acreditamos, serem necessários para as análises até então efetuadas.

Como suportes para a implantação da política de privatização do acesso ao ensino superior, podem destacar três aspectos: a neutralização das atividades políticas nas instituições de ensino;<sup>89</sup> as recomendações contidas nos relatórios e estudos de Atcon, Comissão Mista e de Meira Matos, GTRU; a cooptação de lideranças e pensadores liberais, bem como os acordos MEC/USAID e, como se não bastasse, o CFE e o complexo IPES/IBAD (MARTINS, 1989: 15).

---

<sup>89</sup> Repressão física e sem trégua à estudantes e professores. Lembramos que “o relator do processo de extinção da UNE foi o senador capixaba Eurico Rezende, ex-udenista que na década de 40 pertencera à Associação Espírito-Santense de professores” (SOARES, 2005: 165).

## Acordos MEC/USAD:

*Assumi esta, assim, a tarefa da reordenação da educação nacional, sigilosamente, nas gestões de três Ministros da Educação (Suplicy de Lacerda, Raimundo Moniz de Aragão e Tarso Dutra)*

*Góes (1985: 32).*

*Como se vê, todos necessitaram e necessitam da penumbra, da calda da noite, para executarem seus objetivos, inconfessáveis à luz do dia.<sup>90</sup> E o próprio sigilo criado pelas autoridades, em torno dos acordos MEC/USAID, já demonstra, aliás, o perigo que eles representam.*

*Poerner (1968: 252)*

Escrever sobre os acordos MEC/USAID<sup>91</sup> é estar diante de um dos agentes externos, protagonista do ideário de reforma educacional e universitária, em consonância com os interesses do capital e dos capitalistas locais. De acordo com Góes (1985),

[...] 1964 é o oposto de 1958, mas, a bem da verdade, diga-se que a interferência norte-americana nas coisas da educação nacional, camufladas de “assistência técnica”, já vinha de longe e não era um fenômeno exclusivamente brasileiro. [...] Todavia, foi no governo Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou forma nunca vistas (GÓES, 1985: 33).

Então, os acordos MEC/USAID já haviam ocorrido anteriormente,<sup>92</sup> como nos adverte Góes (1985) e Fávero (1977) sem, contudo, “se transformar em uma

---

<sup>90</sup> Mesmo em um regime autoritário, é notória esta situação como bem nos mostra a data de assinatura dos acordos MEC/USAID: 26/06/1964, 31/03 e 29/12/1965, 05/05, 24/06, 30/06 e 30/12/1966, 06/01 e 27/11/1967 e 17/01/1968. Como podemos verificar, predominam as datas de provas e recesso estudantil de meio e final de ano: final de novembro até início de março e o mês de junho. O próprio Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, alega desconhecer os conteúdos dos acordos, como bem descreve Poerner (1968: 259).

<sup>91</sup> O mais famoso dos acordos MEC/USAID seguiu a orientação prescrita no Relatório Atcon, que surgira, em 1958, com o pomposo título de “Anteprojeto de Concentração da política Norte-Americana na América Latina na reorganização universitária e sua Integração Econômica”. Passou a ser adotado como linha mestra da USAID no campo educacional na América Latina, fundamentando a sua tese sobre tal atuação... (POERNER, 1968: 249-50)

ingerência norte-americana” (Silva, 1989, p. 138). Mas como é visto, entendido e interpretados os acordos MEC/USAID?

De acordo com Silva, (1989) “com a assinatura<sup>93</sup> desses acordos permitia-se a ingerência de norte-americanos, paramentados de assessores, nos três níveis de ensino e em relação aos mais diferentes aspectos: administrativos, planejamento, treinamento de pessoal, formação de professores, impressão e distribuição de livros didáticos”. Nesse sentido, uma das recomendações dos acordos objetivava “à necessidade de interferência nas universidades desses países, que deveriam se preocupar mediante a definição de uma filosofia educacional para o continente e a criação de uma consultoria para as universidades latino-americanas” (SILVA, 1989: 138).

Silva, ainda nos adverte para o fato de que:

[...] Há um aspecto bastante singular, nos vários convênios MEC/USAID celebrados, para quaisquer dos níveis de ensino. Trata-se do compromisso da USAID de possibilitar treinamentos de educadores e estudantes brasileiros nos EUA. Não se tratava, entretanto, de qualquer estudante ou professor” (Silva, 1989: 139-40).

Ficando então, evidente, “desta forma, quais eram os verdadeiros objetivos dos Acordos e os mecanismos espúrios utilizados pelos EUA para se infiltrar na educação brasileira” (SILVA, 1989: 140).

Com o propósito de operacionalizar as ações e convênios e de acordo com Fávero (1977) ficou determinado a constituição de uma equipe mista, composta de cinco membros de cada país. Esta equipe atuaria no MEC, como Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), depois Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), objetivando:

---

<sup>92</sup> A construção de numerosos prédios escolares, assim como a instalação de fontes de abastecimento de água junto às favelas constituíram algumas das mais notáveis “realizações” da sua administração, para o que contou com generoso apoio técnico e financeiro da USAID, empenhada em reforçar os governos dos estados que faziam oposição ao governo federal (CUNHA, 1989: 137).

<sup>93</sup> Nem a imprensa e nem o Congresso nacional tiveram o acesso facultado às reuniões em que se tramou a assinatura dos convênios ou aos seus resultados (POERNER, 1968: 264).

[...] a) fazer uma análise em profundidade da situação desse nível de ensino no país e determinar o que constituiria um sistema de ensino superior ideal para o Brasil; b) estabelecer confrontos entre as características ideais e as necessidades constatadas; c) apresentação, de modo a chegar a um plano de longo alcance para o desenvolvimento, de medidas necessárias à execução do plano, mediante reformas consideradas necessárias ao sistema; d) e, finalmente, desenvolver todo um esforço de planejamento a fim de garantir um equilíbrio essencial entre análise e ação (FÁVERO, 1977: 59).

[...] A hipótese preferível é a de que não pensam, ou não tiveram tempo para isso, já que, segundo algumas versões (as mais otimistas), foram “pegados a laço” para compor a Equipe de Planejamento do Ensino Superior,<sup>94</sup> uma das três partes em que dividiu o plano norte-americano para a “Reforma” da Universidade no Brasil ... (POERNER, 1968: 262).

Para a nossa autora, estes acordos foram objetos de severas críticas. A maioria delas se referia à declaração de incompetência por parte do Brasil em aceitar tal situação, assim como ao atestado de “dependência cultural” (FÁVERO, 1977: 59).

Para Poerner (1968) os acordos MEC/USAID eram mais do que “recomendações”, “ingerências”, “treinamento” e “infiltração”:

[...] Os convênios entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID representam, assim, o ponto culminante na escalada cultural norte-americana em nosso País. “O Brasil surgiu como o País ideal para o laboratório de experiências norte-americanas, com vista a estabelecer um sistema completo de sujeição de uma nação latino-americana nos interesses dos Estados Unidos... O Governo dos Estados Unidos tinha tentado aplicar no Chile, uma experiência pioneira de ocupação cultural de um país do continente, por meio do *Projeto Camelot* [...]. O *Projeto Camelot* foi o primeiro sintoma grave de que os norte-americanos desejavam obter no plano da cultura o que já tinham conseguido no da economia e da política, na maioria dos países latino-americanos: o comando das iniciativas, de maneira sistemática e orgânica, de modo a colocá-los a salvo de reveses como a Revolução cubana ou de surpresas e sustos como os sofridos com o Governo de Jacobo Arbenz, na Guatemala, e o governo de Goulart...” (POERNER, 1968: 257).

E destaca que:

[...] Por acordo MEC/USAID se entende, portanto, geralmente, apenas o que enfeixou, nas mãos de estrangeiros, a escola dos “tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação e informações de estudantes, que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária”; àquele que se destina a suprimir a autonomia das

---

<sup>94</sup> Como já vimos anteriormente, não é o caso do IPES, que vem há muito construindo e constituindo o seu projeto e apresentando as suas proposições. Nesta comissão, não podemos dizer que todos foram “pegos a laço” encontramos “representantes” articulados pelo IPES.

universidades brasileiras, empecilho à uniformização ideológica, transformando-as em fundações. Não há a menor dúvida de que isto obedece a um plano de dominação cultural de toda a América Latina... (POERNER, 1968: 258).<sup>95</sup>

Silva, igualmente argumenta que:

[...] O Brasil preocupava o governo norte-americano, que decidiu então intensificar sua ação imperialista na educação brasileira. Acrescente-se, ainda, que esta ação fazia parte da política americana de infiltração e expansão imperialista nas áreas subdesenvolvidas e que, no caso brasileiro, o incremento dessa política no ensino superior se deu a partir de 1964, quando a resistência anti-imperialista foi enfraquecida pelo golpe de Estado (SILVA, 1989: 136-7).

De acordo com Poerner (1968), encontramos os seguintes depoimentos de personalidades da época sobre os acordos MEC/USAID:

[...] a) Gildásio Amado: “os problemas educacionais brasileiros são diferentes daqueles dos Estados Unidos, inclusive porque somos um país subdesenvolvido” e “as soluções para o Brasil não podem vir de fora, têm que ser encontradas aqui mesmo”; b) Deputado Paulo Campos (MDB): “coragem de repartir e dividir, de outorgar uma parte da direção do seu sistema educacional, de idealização do seu sistema de educação, com outras nações estrangeiras, de uma realidade e de uma filosofia inteiramente diversas ... c) Atcon: É preciso conquistar, ideologicamente, os quatro, em cada dez mil latino-americanos, que conseguem obter um título universitário; d) Prof. Roberto Lyra, decano da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara: “Os erros e necessidades de nossa Universidade estão servindo de pretexto para a sua desnacionalização. O remédio para as necessidades é satisfazê-las e, para os erros, é corrigi-los, sem a palmatória estrangeira manejada em causa própria... A assistência técnica vem sendo o disfarce para a penetração que agora visa a reduto de maiores responsabilidades na formação das elites e a última resistência da cultura e fora do comércio... “A penetração descaracterizadora e desfibradora culmina no uniforme como barrete quadrangular para a colação de grau. É o enquadramento simbólico da cabeça de alunos e professores... Mas, nós não temos crânios quadrados ou a enquadrar, mas cérebros livres e criadores” (Correio da Manhã, 15/09/1966). Por fim, e) Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra: “Não, não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico”. Jornal do Brasil, 30 de abril de 1967” (POERNER, 1968: 252-3 e 9).

Aos olhos de Florestan Fernandes (1988: 14-5), trata-se de um tremendo deslocamento de fronteiras. O Brasil converte-se em uma “nação estratégica da periferia”.

---

<sup>95</sup> Trata-se de facilitar a penetração dos Estados Unidos, cujo objetivo último, no setor do ensino, é controlar os pontos estratégicos do sistema educacional: formação de professores, o material didático, as direções dos corpos docentes e as lideranças do corpo discente (POERNER, 1968: 258).

[...] Os acordos MEC/USAID foram impiedosos. Eles traçaram uma rota a um só tempo regressiva e diferenciadora, no âmbito das aspirações e das promessas ou ilusões pedagógicas que fermentavam no Brasil. e impunham uma especialização dentro do “mundo global” da indústria da cultura: o capitalismo monopolista da era atual não deixa muitos espaços às nações dependentes e periféricas quanto ao uso de suas potencialidades criativas [...]. Os objetivos dos acordos não era promover uma transferência de dinamismos culturais autônomo. Era o de gerar uma teia de dependência e de instrumentalidades, pela qual o talento jovem e a rede do ensino superior seriam submetidos aos dinamismos do sistema capitalista mundial de poder [...]. Esta ditou as regras do jogo, pelas quais o ensino superior completou sua transformação em mercadoria no sistema de circulação capitalista de produção mundial e de um dos esteios da internacionalização do modo de produção capitalista. Não se tratava de um “ensino superior pobre” para uma “nação emergente”. Porém, de ensino superior satelizado, que iria fomentar a formação dos técnicos, administrativos e “científicos” no interior do capitalismo monopolista de um país secundário, dirigido à distância pela superpotência e pelas nações capitalistas associadas à dominação imperialista do “terceiro mundo”. Por essa via, a “modernização” e a “privatização” do ensino superior brasileiro fazem parte do substrato do desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos, da Europa Industrial e do Japão (FERNANDES, 1988: 14-5).

Os apontamentos e considerações apresentados até o momento observam os acordos MEC/USAID, tanto por dentro, quanto por fora de seu eixo, nos apontam o quanto foram polêmicos e controvertidos os acordos, suas implicações para a sociedade e em particular para a educação.

Para Martins (1988: 17-8), o convênio significou outra “reconvenção” dos objetivos das lutas populares pré-64: instituiu a departamentalização, a abolição das cátedras vitalícias, a tecnicificação do ensino, o curso básico, incluindo o relatório Meira Matos, fundado na ideologia da “economia da educação”, que maximiza os fatores que influenciam na educação, tendo em vista a sua maior “produtividade”. E nos diz mais:

[...] Num artigo escrito nesta época, Ted Goertzel procurou detectar as características ideológicas que informa o pensamento e o planejamento educacional da USAID e de sua aplicação na sociedade brasileira. Para ele, os autores que orientam este pensamento são os teóricos da economia da educação [...]. Conforme Ted Goertzel, o traço mais característico dessa posição com relação à educação constituiu a ênfase dada para as carreiras específicas em vez do desenvolvimento da formação de forças mais amplas, concebendo a educação como uma parte do treinamento de indivíduos para a aplicação de conhecimentos especializados em suas profissões (MARTINS, 1988: 60).<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Nas próprias palavras de Ted Goertzel: que a USAID tem para o Brasil é remodelar as universidades de acordo com [...] o sistema universitário americano (MARTINS, 1988: 61).

Para Graciani (1982: 69), dentre as muitas medidas governamentais relativas à reformulação global e, especificamente, do ensino superior, guardadas as devidas proporções, uma das que realmente reflete a ideologia da época foi o acordo MEC/USAID ...<sup>97</sup>

As recomendações e orientações dos acordos MEC/USAID buscavam enfrentar as demandas apresentadas. É verdade que isso só ocorre com uma visível deformação/reformulação das bandeiras originais. Pois, de acordo com Romanelli, (1999) e Graciani (1982: 69):

[...] As sugestões concretas oferecidas pela USAID prendiam-se às reivindicações e pressões estudantis: ampliação da capacidade de absorção do ensino superior segundo critérios de racionalização, cujo princípio básico vincular-se-ia à máxima produtividade do ensino em relação a um mínimo de custo. Eram medidas objetivas que visavam a maior rentabilidade do ensino: a criação do sistema departamental e conseqüente extinção do regime de cátedras, criação do curso básico, o sistema de créditos, etc. que fazem jus ao desenvolvimento econômico implantado no país e ao sistema de dependência cultural cada vez maior. Estes critérios advinham do modelo universidade norte-americana e de um tipo especial de administração que servia à reprodução do sistema capitalista, cujo suporte instrumentalista era a educação superior.

Fazenda (1988) nos apresenta um mesmo raciocínio, a ausência de competência técnica e que o Brasil deveria ser assistido pela benevolência estadunidense. Mas aqui não se vê ingerência, mas uma opção, sem nenhum obstáculo, dos governos militares. Foi a época em que o MEC entregou a reorganização do sistema educacional aos técnicos oferecidos pela USAID (entretanto pagos pelo governo Brasileiro):

[...] Tendo em vista a situação política do país, a atitude do governo foi “*entregar*” a direção técnica da educação do país a técnicos americanos (Fazenda 1988: 58). Mais uma vez, portanto, ficam evidenciados através da análise desse relatório (redigido dois anos após a assinatura da Carta de Punta del Leste) alguns dos motivos que conduziram o Brasil à assinatura dos acordos MEC/USAID – declarações da época diziam que o Brasil não dispunha de pessoal habilitado tecnicamente para as mudanças requeridas... (FAZENDA, 1988: 59).

---

<sup>97</sup> Para assessoramento de técnicos brasileiros encarregados de estudar a reforma (GRACIANI, 1982: 69).

**Tabela 11** - Síntese dos acordos MEC/USAID, organizado por Romanelli:

| <i><b>Data</b></i> | <i><b>Objeto</b></i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 26/06/1964         | Acordo MEC/USAID, para aperfeiçoamento do ensino primário. Visava ao contrato, por anos, de 6 assessores americanos;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 31/03/1965         | Acordo MEC/CONTAP/USAID <sup>98</sup> – para melhoria do ensino médio. Envolvia assessoria técnica americana para o planejamento do ensino e treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 29/12/1965         | Acordo MEC/USAID para dar continuidade e suplementar, com recursos e pessoal o primeiro acordo para o ensino primário;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| 05/05/1966         | Acordo do Ministério da Agricultura /CONTAP/USAID, para treinamento de téc. rurais;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 24/06/1966         | Acordo MEC/CONTAP/USAID, de assessoria para a Expansão e aperfeiçoamento do Quadro de Professores de Ensino Médio no Brasil. Envolvia assessoria americana, treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos e proposta de reformulação das Faculdades de Filosofia no Brasil;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 30/06/1966         | Acordo MEC/USAID de assessoria para a Modernização da Administração universitária. Em vista da reação geral, esse acordo foi revisto 10 meses após;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 30/12/1966         | Acordo MEC/INEP/CONTAP/USAID, sob a forma de termo aditivo dos acordos para aperfeiçoamento do ensino primário. Nesse acordo, aparece, pela primeira vez, entre seus objetivos, o de elaborar planos específicos para melhor entrosamento da educação primária com a secundária e a superior. Envolve igualmente assessoria americana e treinamento de brasileiros.                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 30/12/1966         | Acordo MEC/SUDENE/CONTAP/USAID, para a criação do centro de treinamento educacional de Pernambuco;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 06/01/1967         | Acordo MEC/SNEL/CONTAP/USAID <sup>99</sup> de Cooperação Técnica, Científica e educacionais. Por esse acordo, seriam colocados, no prazo de 03 anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. Ao MEC e ao SNEL caberia apenas a responsabilidade de execução, mas aos técnicos da USAID, todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro, <sup>100</sup> até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além as orientação dos editores brasileiros ao processo de compra de direitos autorais de editores não-brasileiros, vale dizer, americanos; |
| 27/11/1967         | Acordo MEC/USAID de reformulação do 1º acordo de assessoria à modernização das universidades, então substituído por Assessoria do Planejamento de Ensino Superior, vigente até 30 de junho de 1969, neste acordo, a tática da justificativa foi mudada e houve determinação de uma ação mais ativa do MEC nos programas, o que na realidade não aconteceu. A estrutura do antigo acordo permanecia, no entanto.                                                                                                                                                                                                                            |
| 17/01/1968         | Acordo MEC/CONTAP/USAID de Cooperação para a continuidade do 1º acordo, relativo à orientação vocacional e treinamento de técnicos rurais;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 17/01/1968         | Acordo MEC/USAID para dar continuidade e complementar o 1º acordo para desenvolvimento do ensino médio (Planejamento do Ensino Secundário e Serviços Consultivos). Envolvia e ampliava a mesma cooperação assinalada nos acordos anteriores e reafirmava a necessidade de melhor coordenação entre os sistemas estaduais de educação elementar e média.                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

Fonte: Romanelli, 1999: 212-3.<sup>101</sup>

<sup>98</sup> CONTAP: Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso.

<sup>99</sup> SNEL: Sindicato Nacional dos Editores de Livros

<sup>100</sup> Romanelli nos pergunta: seria preciso?

<sup>101</sup> Encontramos igual compilação em Fazenda, 1988 (p. 61-2), com pequenas modificações sem alteração do conteúdo.

Mediante o quadro síntese de Romaneli (1999), Fazenda (1988) nos diz que “desnecessário será salientar, pois a mera enumeração dos acordos explicita que a USAID atingiu, de forma completa, não somente todo o sistema de ensino vigente na época, como também o controle da publicação e divulgação de livros didáticos” (Fazenda 1988: 62).<sup>102</sup> A nossa autora se apropria do termo colonialismo científico (de Galting), ao descrever a seguinte situação:

[...] a) Os Estados Unidos reivindicaram o direito de acesso ilimitado a todos os dados sócio-culturais do Brasil; b) todos os dados referentes à educação do Brasil foram exportados aos Estados Unidos para investigação e devolvidos após processados (a um preço muito mais elevado) e c) jovens educadores brasileiros foram enviados como bolsistas e estagiários aos Estados Unidos (com dinheiro brasileiro) e reexportados como *burocratas da pesquisa, que foram aprender educação no país mais rico, para reproduzir no país mais pobre*. (Fazenda 1988: 63).

Silva (1989) nos chama a atenção para a influência que os acordos tiveram junto aos governos estaduais, bem como sobre o agraciamento interno, aos diferentes grupos nacionais que Cunha (1999) argumentara anteriormente:

[...] A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), instrumento diplomático de infiltração do imperialismo norte-americano, firmou convênios diretamente com governos estaduais considerados receptivos. Este foi o caso de Aluízo Alves, como antes ocorrera com Cid Sampaio, em Pernambuco, a exigência feita por Paulo freire, de não-interferência da Aliança para o Progresso, certamente do conhecimento das relações existentes entre esta e o governo do RN [...]. Indagado sobre a possibilidade da interferência dos dirigentes da Aliança para o Progresso, Marcos Guerra afirmou: Uma interferência desta ordem, exigindo comprometimentos, endossos ou qualquer outra coisa, motivaria um nosso afastamento, como, aliás, segundo sei, até o afastamento do próprio secretário de educação (SILVA, 1989: 95-7).

Novamente, nas palavras de Florestan Fernandes (1984), temos aqui “uma via de mão dupla, uma vontade coletiva de um projeto de exclusão...”

[...] A própria reforma universitária foi reformada, segundo um figurino bicéfalo plasmado pela usaidinização (um composto híbrido, MEC/USAID) e imposto centralizadamente pelo braço militar do regime ditatorial. Configura-se assim, o tríplice movimento que estilhou a nossa florescente

---

<sup>102</sup> Podemos facilmente concluir que todo o sistema de ensino do país esteve ao modelo imposto pela AID no período de vigência desses acordos (FAZENDA, 1988: 62). Ver também Gadotti (1990: 55) e Góes (1985: 33) onde argumenta que: Os acordos MEC/USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos.

universidade. Os Estados Unidos forneceram o cérebro com as fórmulas inovadoras seguras, o Estado brasileiro entrou com os técnicos títeres e a vontade (revolucionária), que impôs de cima para baixo – como óleo de rícino – as novas normas da “institucionalização” da vida universitária, sendo que a própria universidade brasileira forneceu a retaguarda que garantiu o êxito fácil do conformismo “institucionalizado” (FERNANDES, 1984: 13-4).

Góes (1985: 32) entende que a USAID cumpriu um favor para a “Aliança” pois “à mão estava a sua fonte de poder: a Aliança para o Progresso. A USAID, agência confiável, desincumbiu-se da missão”.

Guardadas as devidas proporções, verificamos que tanto a “visão pura e simples” dos acordos, sem levar em contas as suas conseqüências, ou seja: a perda de direção da política educacional pelo governo, bem como as mudanças curriculares subjacentes, quanto à visão holística de suas conseqüências, como advoga Poerner (1968), ou seja, o objetivo do governo estadunidense de consolidar um projeto de dominação cultural, dá conta do significado dos acordos. Segundo Martins (1988), em seus aspectos elementares:

[...] As recomendações concretas para a reestruturação do ensino superior elaboradas pela USAID procuravam de certa forma, atender às pressões de ampliação da capacidade de absorção do ensino universitário [...]. Esta ampliação era imaginada no sentido de obter o máximo de produtividade do sistema educacional com o mínimo de custo operacional possível, [...] adotando as seguintes medidas: criação dos departamentos, eliminação das cátedras vitalícias, criação do curso básico... (MARTINS, 1988: 61).

Como também nos apresentam Graciani (1982) e Minto (2006): “o ensino superior visto como fator fundamental no desenvolvimento econômico, através da formação de recursos humanos para o incremento das atividades industriais: neste sentido, estaria o processo de ensino baseado no interesse dos grupos dominantes” (GRACIANI, 1982: 69). Não se surpreenda se encontrarmos algumas semelhanças com as considerações apresentadas anteriormente pelo IPES, como podemos verificar.

Para Fonseca (1992: 42) “os acordos celebrados entre o ministério da educação e a agência norte-americana USAID (os acordos MEC/USAID) consolidam os vários pontos que já vinham sendo discutidos pelo Estado e pelo IPES”. Coloco aqui uma questão: onde podemos localizar o protagonista das proposições da reforma

universitária? Estariam nos acordos MEC/USAID? O comportamento do governo militar era apenas o de quem sofre uma intervenção ou temos uma larga margem de consentimento? Sobre esta questão, Martins (1989) vai enxergar este protagonismo nas recomendações do plano Atcon, ao qual veremos a seguir.

## **b) Plano Atcon:<sup>103</sup>**

*Rudolph Atcon defendia os princípios da racionalidade institucional e a “neutralidade” política da universidade; preconizava o planejamento como forma de evitar a duplicidade de meios e garantir a eficiência e o máximo de rendimento com baixo investimento, nos moldes da empresa privada capitalista moderna.*

*Orso (2007)*

Estas recomendações da USAID aparecem incorporadas em documentos que traçarão os rumos da reforma universitária brasileira (MARTINS, 1988: 61). Eis o nosso próximo passo. Teria Atcon sido um mero reproduzidor das medidas da USAID ou estaria reservado a este um papel de protagonista frente às proposições de reformulações educacionais e em particular as reformas universitárias?

Silva (1989)<sup>104</sup> e Poerner (1968) apresentam argumentos favoráveis à segunda opção, ou seja, como vimos anteriormente “o mais famoso dos acordos MEC/USAID seguiu a orientação prescrita no Relatório Atcon, que surgira, em 1958, com o

---

<sup>103</sup> Rudolph Atcon, grego de nascimento, estudou na Alemanha e naturalizou-se norte-americano. Dizia ter participado da reestruturação universitária em vários países: Alemanha Ocidental, Chile, Colômbia e Brasil. Em nosso país, entre 1953-56, assessorou Anísio Teixeira na organização da CAPES. Após o golpe, retornou ao Brasil, “coincidindo” com o período dos convênios MEC/USAID e teve uma forte participação na Reforma Universitária. Além de ter sido o idealizador do CRUB, também foi seu primeiro secretário executivo. Atuou decididamente na “modernização” das universidades, preocupado em articular a ideologia do planejamento tecnocrático com o objetivo de conter e controlar as “irracionalidades” e os desvios dos estudantes e professores (ORSO, 2007: 74). Membro da AID, de acordo com Romanelli (1999: 209) Atcon costumava defender-se do sentimento de oposição que sofria nos meios universitários arvorando-se na suposta neutralidade política de suas propostas, de caráter tecnocrático. O que foi, para Cunha (1988: 205), a maneira de rejeitar como ‘política’, isto é, ilegítima, toda proposta de cunho liberal ou de esquerda (MINTO, 2006: 118-9).

<sup>104</sup> As recomendações do Prof. Atcon foram adotadas como manual básico da atuação da USAID no campo educacional latino-americano (SILVA, 1989: 137).

pomposo título de “Anteprojeto de Concentração da política Norte-Americana na América Latina na reorganização universitária e sua Integração Econômica”.

[...] passou a ser adotado como linha mestra da atuação da USAID no campo educacional na América Latina. Fundamentando a sua tese sobre tal atuação, sublinha Atcon: “[...] o clã dos graduados universitários domina todos os aspectos significativos da vida social: acresça-se a isso que apenas quatro latino-americanos em cada 10 mil atingem um grau acadêmico. O relatório Atcon precisava, adiante, em suas “recomendações” como devia se processar a interferência: “desenvolver uma filosofia educacional para o continente; [...] estabelecer programas de ação educacional para levar à prática tal política; criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas; [...] a transformação da Universidade estatal numa função privada; [...] a eliminação da intervenção estudantil na administração; [...] colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos (POERNER, 1968: 249-50).

Com o golpe militar, Poerner destaca que Atcon, o teórico da “filosofia educacional” norte-americana na América Latina, passa a assumir, cumulativamente, a responsabilidade direta de supremo teórico e prático do sistema educacional brasileiro (POERNER, 1968). Com os olhos de lince, o nosso autor destaca que ao firmar os acordos com a USAID, grande parte dos mesmos foram aplicados, no ensino superior, decerto para a “tranquilidade da família brasileira”, ficou a cargo de um norte-americano (ver nota 32), o próprio Rudolph P. Atcon.

A convite da diretoria do Ensino Superior do MEC, é realizado pelo professor Atcon, entre junho e setembro de 1965, um estudo sobre a reformulação estrutural da Universidade Brasileira, aproveitando-se, inclusive, de medidas já propostas nas diretrizes para a reforma da Universidade do Brasil (FÁVERO, 1977: 55 e MARTINS, 1989: 22):

[...] Após ter visitado, nesse período, doze Universidades Brasileiras, o Prof. Atcon apresentou sugestões para a melhoria do sistema universitário, das quais mereceu destaque, as de caráter mais geral: a) implantação de Centros Universitários de Estudos Gerais nas universidades brasileiras; b) propagação da aplicação da Reforma, da metodologia usada pela Universidade do Brasil no seu plano de reformulação; c) moratória, promulgada pelo próprio Conselho Federal de Educação, sobre toda legislação definitiva, a fim de autorizar experiências educacionais diversificadas nas Universidades e Escolas Isoladas e propor a legislação com base em experiências positivas, efetivamente experimentadas; d) modificação da legislação vigentes para o CFE devolvesse às universidades o poder irrestrito de revisar estatutos; e) inclusão de verbas globais nos orçamentos anuais das universidades federais para o financiamento integral, com fundos disponíveis para estudos, viagens e suplementação de

salários dos planejadores à dedicação exclusiva; f) divulgação de publicações de caráter científico em todas as instituições de Ensino Superior [...] g) constituição de um Conselho de Reitores e organização de sua Secretaria geral, atribuindo a um órgão a promoção de estudos sistemáticos sobre o ensino superior e seu planejamento” (in: ATCON, 1966: 121-4, apud, FÁVERO, 1977: 55-6).<sup>105</sup>

Para além dos aspectos políticos, filosóficos e conceituais, Silva (1989) argumenta que “a ação do mirabolante Atcon na área educacional não se limitou à elaboração de princípios para a educação superior brasileira. No tocante ao planejamento dos campi [...] “cuidou de todo o planejamento físico do campus, sugerindo a criação de um anel protetor do campus para evitar vizinhanças indesejáveis” (SILVA, 1989: 138). “No relatório Atcon, há ainda uma preocupação constante com a questão demográfica, matéria abordada em quatro momentos do trabalho e definida como “o problema nº 1 com que, no momento, se defronta a humanidade” (ATCON, 1966: 3).

Para Martins (1989), a decisão de contratar o professor Atcon ultrapassava os aspectos técnicos e perseguia uma opção política, pois:

[...] A escolha daquele professor não deixava de constituir um fato significativo, uma vez que ele expressava uma opção, por parte dos detentores das decisões educacionais do momento, pelo pensamento e pelas experiências pedagógicas americanas para reorientar o ensino superior brasileiro (MARTINS, 1989: 22).

Assim, Na verdade, a influência dessa experiência já vinha sendo incorporada na sociedade brasileira desde a II Guerra Mundial e informara tentativas de modernização de ensino superior, tais como, a criação do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) e da Universidade do Distrito Federal (UnB)... Daí em diante, a influência das experiências norte-americanas seria acentuada e direcionada à política educacional do regime autoritário (MARTINS, 1989: 22).

---

<sup>105</sup> Após “cooperar” com vários países da América Latina (Chile, Venezuela, Colômbia, Caribe e São Domingos), Rudolph Atcon, “velho conhecedor de problemas universitários”, segundo Moriz de Aragão, veio para o Brasil e procedeu a um diagnóstico da universidade Brasileira e elaborou proposta de reformulação para esta universidade. O resultado foi o documento “Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira”, impresso nos Estados Unidos e publicado pelo MEC em 1966. Conhecido como relatório Atcon, definia as diretrizes que deveriam ser seguidas no ensino superior (SILVA, 1989: 137).

Um olhar mais atento dos escritos e recomendações de Atcon nos revela, com nitidez, a teoria do capital humano, ou seja:

[...] A premissa básica da qual partia Atcon era de que a instituição universitária contemporânea deveria estar atenta às necessidades sócio-econômicas do meio social que se cercava. [...] Segundo a percepção de Atcon, o grande equívoco das iniciativas de planejamento e assistência técnica fornecida aos países subdesenvolvidos repousava na crença de que o desenvolvimento econômico poderia ser atacado somente através de inversão. Em seu entendimento sem uma adequada preparação de recursos humanos, todos os esforços de desenvolvimento econômico seriam infrutíferos (MARTINS, 1989: 23).

Na medida em que várias das recomendações do estudo realizado por Atcon inspiraram a reforma do ensino superior brasileiro, seria oportuno mencionar, de forma abreviada, algumas de suas recomendações. Em termos de objetivos gerais,

[...] A universidade deveria tornar-se uma instituição “dinâmica”, mantendo um estreito vínculo com a esfera econômica da sociedade, assim como propiciar a formação do “espírito cívico” [...]. A reestruturação da universidade brasileira deveria segundo ele: a) criar uma nova estrutura baseada nos princípios de flexibilidade estrutural [...]; b) satisfazer as reais necessidades da sociedade; c) organizar-se sob a forma de departamentos que incorporasse disciplinas afins e d) adotar para as instituições de ensino uma estrutura administrativa nos moldes das empresas privadas (MARTINS, 1989: 24).

A atualidade dos propósitos e “recomendações Atcon”,<sup>106</sup> segundo Silva, “as medidas propostas por Atcon têm sido constantemente retomadas pelo Estado brasileiro, através do MEC, e só não foram ainda implementadas graças à reação organizada dos movimentos docente e discente das universidades autárquicas e fundacionais” (SILVA, 1989: 137).

### **c) Comissão Mista:**

*“Foi incorporada enquanto princípio estruturador da política educacional e posta em prática durante o autoritarismo [...] “deve ser estimulado a criação de universidades particulares, prestando-lhes o governo, auxílio, a fim de assegurar nelas vagas para os alunos pobres”*

*Martin, (1989)*

---

<sup>106</sup> É uma adjetivação de recomendações.

Como afirmamos anteriormente, as conexões entre os acordos MEC/USAID e o pensamento e recomendações do relatório Atcon são reais e interpenetram, mas ficamos com a posição de que Atcon foi original em suas proposições. Posições, estas, constituídas ao longo de “estudos” de inúmeras universidades. Martins (1989: 24) salienta que “vários pontos de vista e recomendações contidos nos trabalhos de Rudolph Atcon reapareciam no “Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior” elaborado por uma comissão integrada por professores norte-americanos e brasileiros”.

[...] Criou-se assim uma Comissão Mista [...] com a finalidade de elaborar um conjunto de planos visando à “ampliação do pressuposto de que a educação constituía um dos elementos essenciais para o desenvolvimento econômico de uma sociedade. Segundo ela, o aumento da produção bruta de um determinado país não poderia ser explicado apenas por variáveis econômicas, uma vez que “fatores residuais” atuavam também na dinâmica da expansão [...] para o signatário, seria a educação o fator educacional que estaria na origem deste processo, o que possibilitaria encarar a educação como um “capital adicional”<sup>107</sup> (MARTINS, 1989: 25).

Como, no estudo anterior realizado por Atcon, não é difícil perceber que se repete, aqui, determinadas proposições visando à *expansão do ensino superior baseada nos princípios da “expansão com contenção de despesas*. Inúmeras são as medidas apresentadas por esta comissão. Então temos que em “uma das medidas: modificação do vestibular, sugerindo que o exame deveria ser “classificatório”, ou seja, não deveria aprovar nem reprovar os candidatos.<sup>108</sup> E de acordo com Martins:

[...] A criação do Ciclo Básico com o propósito de ampliar a capacidade de absorção do ensino superior [...] teria a função de operar uma nova seleção no interior das universidades [...] aproveitando, assim, o conjunto das vagas oferecidas. Para além do acima exposto, propunha-se: a eliminação da cátedra e a conseqüente criação dos departamentos e, ao mesmo tempo, aconselhavam o abandono do sistema seriado de ensino e a adoção de uma outra modalidade – o “sistema de créditos” (MARTINS, 1989: 26).

---

<sup>107</sup> A equipe brasileira foi várias vezes modificadas e o relatório final é assinado por José Fernando Carneiro, Laerte Ramos de Carvalho, Osmar Ferreira e Rubens D’Almada.

<sup>108</sup> Segundo Martins, com esta medida a Comissão Mista procurava oferecer uma solução para a questão dos “excedentes” que vinham mobilizando o meio estudantil de então (1989: 26).

#### **d) Comissão Meira Mattos.<sup>109</sup>**

*O relatório Meira Matos, além de permitir perceber a influência das idéias da USAID, revela um espírito repressivo quanto à organização da vida cultural da universidade.*

*Martins, (1988)*

Mais uma vez, Martins argumenta na direção de uma continuidade na linha de pensamentos propostas dos Acordos MEC/USAID, as recomendações Atcon e a produção da Comissão Meira Mattos,

[...] Estas recomendações da USAID aparecem incorporadas em documentos que traçarão os rumos da Reforma Universitária brasileira. Isto posto, o relatório Meira Matos, “ao propor medidas para o sistema educacional, atua dentro destas diretrizes de ampliação sem deslocar recursos para esta área. [...] Considerava aquele relatório que o sistema educacional poderia introduzir modificações na forma de estruturação e funcionamento do sistema universitário (MARTINS, 1988: 61).

Próximo da posição de Martins (1988), Silva (1989) apresenta a mesma tese, ou seja, ela entende que a exemplo do que propunham o IPES, o Relatório Atcon e os Acordos MEC/USAID, também o relatório Meira Matos recomenda que “medidas viessem a ser implantadas no tocante à cobrança de taxas no ensino superior, eliminando-se, portanto, o ensino superior público e gratuito” (SILVA, 1989: 142).

Aqui, fica evidente um problema que precisa ser equacionado: as influências só foram externas (USAID/Aliança para o Progresso), de uma única via, ou ocorreram influências internas (IPES/IBAD) e/ou sem ficar preso a essa polaridade interno-externo: quais as relações entre as proposições do IPES com a USAID e Aliança para o Progresso?

Mas qual foi à origem da Comissão Meira Matos? Para responder sobre quais questões e demandas? Apresentado por quem? Quais propostas e soluções? Que metodologia adotou? E quais foram as repercussões? A primeira destas questões pode ser respondida, a partir de que:

[...] Este relatório é produto final de uma Comissão Especial criada pelo decreto nº 62.024, onde estabelece, em seu art. 1º, como finalidade da Comissão Especial: a) emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil, e; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do ministro de Estado (SILVA, 1989: 142).<sup>110</sup>

É freqüente encontrar na literatura proposições no sentido de que a Comissão Meira Mattos foi criada para dar resposta às demandas apresentadas pelo movimento estudantil e, de certa maneira, sufocar tais insatisfações expressas em grandes manifestações e resistências. É verdade, ocorreram as manifestações e indignações estudantis, sobretudo no tocante ao problema dos excedentes, mas, acreditamos que, para além de apenas dar resposta às questões apresentadas pelos estudantes, e a comissão assim o fez, entendemos que tenha algo mais, pois:

[...] Meira Matos orientava que fossem aplicados no ensino os princípios da Teoria Geral da Administração de empresas (Taylor-Fayol), de acordo com as indicações dos técnicos norte-americanos; defendia a adoção de uma estrutura empresarial para a universidade [...] propunha a introdução do ensino pago e a introdução da universidade no processo de desenvolvimento econômico; enfatizava a necessidade de adotar medidas para: fortalecer o “princípio da autoridade”, garantir o controle estudantil, restabelecer a “normalidade” e evitar a infiltração comunista no país (ORSO, 2007: 76). Como diz Luiz Antônio Cunha (1989: 152), o ensino superior brasileiro foi modernizado pelo Estado, “atendendo aos imperativos da segurança e do desenvolvimento (ORSO, 2007: 78).<sup>111</sup>

Então, não é apenas o problema estudantil.<sup>112</sup> Pois essa resistência e manifestações eram conseqüências tanto da insatisfação com as condições de ensino, como da frustração de uma geração que via a imposição de limitações aos seus sonhos. “Essa geração, em grande parte, não aceitava a imposição governamental de que o ‘estudante foi feito para estudar’ e muito menos a declaração do ministro da Educação de que ‘estudante na rua é caso de polícia’” (SOARES, 2005: 169).

---

<sup>110</sup> Nos estudos efetuados foi muito freqüente esta citação do artigo 1º do decreto nº 62.024.

<sup>111</sup> Grande parte das formulações que orientam, direta ou indiretamente, a reforma Universitária foram concebidas com base nos conceitos da teoria do capital humano e das diretrizes políticas da ideologia da segurança nacional, segundo Germano (2000: 105) e ver também Minto (2006: 118).

<sup>112</sup> Mesmo assim. Ponderava que o governo estava cometendo um “erro dos mais graves” ao “tratar as manifestações estudantis como simples atos subversivos da ordem pública, cujo objetivo seria tomada do poder”. O jornal sublinhava que os comunistas haviam sido “varridos”, mas os governantes não souberam atrair “os estudantes para o diálogo franco e decidido, objetivando que passassem a cooperar com a nova ordem política instituída” (SOARES, 2005: 169).

O regime militar conseguiu desmobilizar e esvaziar o conteúdo das reivindicações, logo, “o conteúdo inovador que emanava das ruas e dos movimentos estudantis acabou sendo esvaziado” (ORSO, 2007: 79). Pois “a preocupação do governo em tomar para si a direção e a responsabilidade de realizar rapidamente a reforma universitária tinha como principal finalidade a contenção dos movimentos estudantis que haviam se tornado ‘o problema nº 1’ para o governo” (ORSO, 2007: 77).

De acordo com o relatório, vários pontos considerados críticos foram levantados e analisados pela Comissão:

[...] a) inadequabilidade estrutural do MEC. [...] A Comissão ofereceu alguns subsídios para a Reforma Administrativa do MEC, insistindo que a mesma, objeto de estudos de outra Comissão,<sup>113</sup> fosse encarada com muito maior urgência, em termos efetivos e executivos; b) Crise de autoridade no sistema educacional. Como decorrência dessas análises, foi sugerida a reformulação da própria LDB, no que diz respeito às atribuições do CFE e à autonomia universitária; c) insuficiente remuneração atribuída aos professores; d) Liberdade de cátedra; e) Política de ampliação de vaga. A ausência de uma política visando ao atendimento de uma maior demanda anual de vagas nas escolas de 3º grau ocasiona o déficit de matrículas e o problema do “excedente”; f) Reforma Universitária. [...] Um dos entraves à implantação era a falta de recursos, o que poderia ser contornado, no entender da Comissão, através da cobrança de anuidades dos alunos que tiveram recursos e da redução da duração de certos cursos, aliados à implantação do sistema de créditos. g) Inexistência de uma liderança estudantil autêntica e democrática, capaz de opor-se e combater as lideranças subversivas. [...] Quanto ao problema do Restaurante Estudantil “Calabouço”, no Rio, palco de muitas e violentas manifestações e repressões, o relatório aponta para duas alternativas: extingui-lo ou instalá-lo de forma adequada; h) Ausência de fiscalização da aplicação dos recursos públicos no setor educacional e de esforços no sentido de serem encontrados novos pontos de financiamento (FÁVERO, 1977: 60-4).

Para Fazenda (1988), buscou-se aliar um atendimento mínimo das reivindicações apresentadas pelos estudantes e/ou mesmo modificando o sentido das mesmas, com a aplicação da mão de ferro, no sentido de desarticular a resistência estudantil. Sendo assim: “o governo criou a Comissão Meira Matos, que há um tempo apresenta sugestões de providências para controlar a crise estudantil e a outro, salienta a inadequabilidade estrutural do MEC (FAZENDA, 1988: 71-2).

E como exemplo de “providência”

---

<sup>113</sup> As anteriormente apresentadas e discutidas.

[...] No entender da Comissão, o combate a certas irregularidades deveria ser acompanhado de medidas que visassem à busca de soluções para as novas fontes de financiamento. Entre as medidas sugeridas, encontram-se: I) supressão da gratuidade do ensino superior e a criação de um Banco Nacional de Educação (BNE), com a finalidade de suplementar as despesas públicas com a educação, através de financiamentos e de distribuição de recursos; II) entrosamento do poder público com as empresas privadas e pessoas jurídicas, através de incentivos fiscais (FÁVERO, 1977: 64).

Quais as repercussões das recomendações da Comissão Meira Mattos? Segundo Martins (1988: 62) “existe um aspecto deste relatório, de notável atualidade que perpassa todo o planejamento da política educacional do estado pós-64. Trata-se da defesa do princípio de que o Estado não tem a obrigação de arcar com todas as despesas da educação” e o “desdobramento prático deste princípio vem incidindo, atualmente, na defesa da necessidade da existência do ensino pago que surge após 1968 e da introdução do ensino pago nas universidades públicas” (MARTINS, 1988: 63).

[...] A necessidade de expansão do ensino superior, seria acentuada também no Relatório Meira Matos [...] como nos documentos anteriores, partia-se do princípio de que os recursos financeiros para subsidiar a ampliação da rede universitária eram escassos, decorrendo daí que a sua realização somente seria viável dentro de uma estratégia de racionalização e de contenção dos investimentos. Ao mesmo tempo repetia-se a naquele relatório a mesma visão instrumentalista sobre as utilidades da educação (Martins, 1989: 29). Portanto, “a mesma visão instrumentalista que enfoca a visão da USAID sobre as utilizações da educação repete-se neste relatório” (MARTINS, 1988: 62).

#### **e) GTRU:<sup>114</sup>**

*O documento mais importante para o entendimento da política educacional é o relatório do GTRU que foi formado pelo MEC para estudar [...] as medidas que deveriam ser tomadas pelo estado para a resolução da “crise da universidade”.*

*Cunha (1975).*

---

<sup>114</sup> Grupo de Trabalho da Reforma Univarsitária.

Como decorrência desta importância, muitos estudiosos descreveram as atribuições e consequências dos trabalhos do GTRU.<sup>115</sup> De acordo com Cunha (1975: 241), “sua importância deriva do fato de ter feito convergir, nas suas recomendações implícitas, indicações do relatório do convênio MEC/USAID para o ensino superior”. Corroborando com esta premissa, Martins, (1988: 63) entende que “o relatório do GTRU instituído pelo então ministro Tarso Dutra (Decreto nº 62.937/68), adotava também recomendações inspiradas nas proposições da USAID” que: “permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade”. Contudo Fazenda (1988: 82) argumenta que “‘nascida’ no IPES, essa ideologia expressa pelos famosos GTs foi construída não só pelo aparelho governamental, mas, com o reforço fora do estado, através das posições expressas nas resoluções das reuniões interamericanas de educação”. Reforçando as posições de Fazenda, Fávero (1977: 65) nos diz que “na composição desta comissão encontramos membros ou simpatizante do IPES, ou seja: Fernando de Bastos D’Avilla e João Paulo dos Reis Velloso”. Segundo Martins, uma vez mais:

[...] Reapareceriam nas recomendações daquele grupo alguns princípios que orientam a produção dos trabalhos anteriormente mencionados. “A Reforma tem objetivos práticos e tende a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento de produtividade dos sistemas econômicos” (MARTINS, 1989: 31).

O mesmo nos diz Freitag (1986) “em 1965 se formava uma comissão de especialistas [...]. Essa comissão, constituída nos termos de um convênio entre o MEC e USAID, se compunha de 5 americanos e 2 brasileiros [...]”.

[...] os resultados desta comissão não foram divulgados. O que se sabe é que em julho de 1968 um decreto do Presidente Costa e Silva confiava a um Grupo de Trabalho, constituídos de dez membros, a tarefa de apresentar um projeto-de-lei dentro de um mês. Concluídos os trabalhos antes de dois meses, o projeto foi imediatamente aprovado pela Câmara e pelo Senado. Como pelo convênio MEC/USAID o governo brasileiro se comprometia a implantar no ensino superior as medidas propostas pela comissão, é lícito supor que a lei elaborada pelo grupo de trabalho refletia no essencial as recomendações da comissão (FREITAG, 1986: 83-4).

---

<sup>115</sup> Entre eles temos: Cunha, 1975; Fávero, 1977; Graciani, 1982; Freitag, 1986; Martins, 1988 e 1989; Fazenda, 1988; Fonseca, 1992; Minto, 2006 e Orso, 2007

Baseando-se em Ghiraldelli, Orso (2007: 73-4) sustenta que “para realizar seus trabalhos, o GTRU contou com subsídios de seminários e fóruns realizados pelo IPES, criado em 1962, ligado ESG, de estudos oriundos do Plano Atcon, das orientações da Comissão Meira Mattos, dos acordos MEC/USAID”, mas não “fecharam os olhos aos clamores das ruas”, ouviram “as propostas dos estudantes, que foram os primeiros a reivindicar a reforma universitária e exigirem maior participação nas instâncias deliberativas da universidade” (ORSO, 2007: 73-4). Se foram atendidas e em que medidas, esta é outra história.<sup>116</sup>

Novamente, o debate se faz presente: estariam as Comissões Mista e Meira Mattos, bem como o GTRU expressando interesses externos, dos agentes econômicos a serviço do governo estadunidense, e apenas isto? Teríamos a ação de agentes locais em benefício de grupos da elite empresarial? Qual a originalidade de tais trabalhos? Estes seriam originais ou estariam apenas como aplicação de estudos anteriores? Estrangeiros ou nacionais?

“Em resposta às críticas levantadas pelos estudantes e intelectuais empenhados na reformulação e recriação da universidade brasileira, o governo Federal tomou várias medidas parciais, até 1968, quando é convocado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária” (FÁVERO, 1977: 52). Mais uma vez, e apenas assim, diante das pressões e insatisfações populares e estudantis.

Então vejamos:

[...] As principais medidas do GTRU, são: departamentalização; matrícula por disciplina; a institucionalização do curso básico; completando a unificação por área de conhecimento surgiu a unificação do vestibular por região e o ingresso por classificação e fragmentação do grau acadêmico de graduação<sup>117</sup> (CUNHA, 1975: 242-4).<sup>118</sup>

Entre as medidas práticas, de acordo com Fávero temos:

---

<sup>116</sup> O projeto de reforma universitária, visando a democratizar e franquear a participação dos estudantes, começou como uma exigência dos movimentos estudantis. Nas vésperas do golpe militar, também passou a ser reivindicada pelos professores. À medida que o movimento pró-reforma se intensificava, essa bandeira passou a ser incorporada pelo estado, até que, após o golpe militar, foi completamente arrebatada pelos militares em 1968 (ORSO, 2007: 75). Ver Fávero (1977: 64-5).

<sup>117</sup> Expressos na Licenciatura, Bacharelado e Curta Duração.

<sup>118</sup> Para uma melhor descrição ver Cunha, 1975.

[...] a) organização das universidades sob a forma de autarquia, fundação ou associação [...]; b) unificação do concurso vestibular [...]; c) estruturação de um primeiro ciclo geral na graduação [...]; d) criação da carreira de curta duração [...]; e) substituição do regime seriado pelo de matrícula por disciplina, introduzindo o sistema de crédito; f) implantação sistemática dos cursos de pós-graduação [...]; g) expansão do ensino superior; h) atenção à integração e participação dos estudantes na universidade por meio de “efetiva representação” nos órgãos acadêmicos e administrativos; i) maior ênfase nos recursos para educação com criação, entre outros, de mecanismos de financiamento; j) instituição do sistema departamental (FÁVERO, 1977: 65-7).

E segundo Graciani,

[...] Almejava-se criar estruturas orgânicas e flexíveis: em lugar das cátedras, criação dos departamentos. Foi proposta ainda a unificação do vestibular, a estruturação do ciclo geral (básico) para orientar e recuperar, orientando para a escolha de carreiras, cursos de curta duração, sistema de créditos (GRACIANI, 1982: 70).

Diante de tais proposições e para alcançar tal objetivo, de acordo com Fávero o GTRU:

[...] constatou ser necessário promover uma reorganização acadêmico-administrativa de ensino superior, a ser efetivada através da: a) elevação da Universidade ao Plano da racionalidade crítica e criadora [...]; b) delegação ao sistema universitário de uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional; c) criação de estruturas orgânicas e flexíveis em lugar de cátedras e unidades autônomas (FÁVERO, 1977: 66).

Que consequências tais proposições acarretariam para a aplicação da reforma universitária? Contradição é o que nos afirma Fávero:

[...] A mesma análise revela, no entanto, grande defasagem entre o que é afirmado no relatório e a “práxis”. O Grupo de Trabalho defende uma “Universidade atuante e crítica” e reputa ser “essencial sua organicidade estrutural”; na prática, porém, prevalece uma visão atomizada e instrumentalista dos problemas e soluções. Termina-se admitindo como regra o que deveria ser exceção e as universidades brasileiras continuam ainda marcadamente apenas agência de ensino” (FÁVERO, 1977: 67).

Ou então, continuísmo, segundo Martins:

[...] Existe também no Relatório do GTRU a reiteração de escassez de recursos financeiros para atender a expansão do ensino superior. De certa forma, tudo leva a crer que a utilização insistente deste argumento, contribuiria para, num momento posterior, evocar a participação da rede

privada [...]. Por outro lado, ao permitir que se mantivessem os estabelecimentos isolados, embora ressalvando o “caráter excepcional” [...] o GTRU criou uma condição extremamente propícia ao processo de privatização do ensino superior, que viria, logo em seguida como fenômeno ancorado na criação e multiplicação de estabelecimentos isolados (MARTINS, 1989: 32).

E finalmente, segundo Fonseca, temos a desobrigação do Estado para com a educação, privilegiando-se assim o setor privado, pois:

[...] O GTRU recomendava o aumento das vagas para o ensino superior, associado ao estabelecimento de uma política em que se pudesse contar com o “apoio solidário do trinômio Estado-Universidade-Empresa, para atender os imperativos da segurança, da ciência e produtividade. O aumento de vagas ocorria por meio da reforma do sistema universitário e do incentivo do estado ao sistema privado” (FONSECA, 1992: 41).

O resultado das discussões do GTRU materializou-se no texto da Lei 5540/68, que institucionalizou a Reforma Universitária no Brasil, imposta pelo Estado implantado em 64:

[...] Reorganizou a universidade, a partir da ideologia da modernização, cujos princípios já foram expostos e modificou ou reinverte as expectativas de seus agentes frente a nova estrutura de poder; as reivindicações da época nacional-desenvolvimentista sofreram modificações: algumas foram incorporadas e absorvidas pela legislação e outras nem foram assinaladas. Vale ressaltar, portanto que a Reforma atendeu à nova postura assumida pelo estado pós-64 que servia ao novo capitalismo dependente, adaptando o sistema de ensino superior em função da reprodução da força de trabalho, garantindo a manutenção da estrutura do esquema de seleção cooptando as camadas médias [...] ao mesmo tempo, percebe-se que o Estado não possuía uma infra-estrutura educacional para absorver tal contingente, assim sendo, o governo através de seus órgãos permitiu e incentivou o setor privado a participar da solução do problema de ampliação das vagas. Desta maneira, sem investimentos, o Estado amplia as vagas e aparentemente “democratiza” o ensino superior, deixando a cargo da iniciativa privada esta expansão (GRACIANI, 1982: 71).

De acordo com Martins (1989: 30), foi-se “transformando as recomendações daquela comissão em projeto-de-lei [...] institucionalizando a lei nº 5.540 que passaria, a partir de então, a orientar a organização do campo universitário”.

### 6.3 A LEI 5.540: a Reforma Universitária em lei.

*A sua posição sobre o processo de gestação da Reforma Universitária [...] “em parte, ela representava uma continuidade de alguns projetos modernizantes esboçados em período anterior ao movimento político-militar de 1964. O que se percebe, porém, é que existiu uma ruptura, por parte dos novos dirigentes, quanto ao conteúdo subjacente daquelas propostas modernizantes elaboradas durante o período populista”*

*Martins (1989).*

*No entanto, imaginar que nós, os republicanos, teríamos condições de estancar a transferência de recursos para o setor privado equivaleria a cair na mais rala utopia, porquanto isto significaria querer modificar a própria estrutura de nosso modo de produção.*

*Giannotti (1987).*

*Para os estudantes, não significava apenas a reforma do ensino superior, significava também “a luta libertação do povo”. Suas principais lutas estavam relacionadas ao afrouxamento dos mecanismos de discriminação social que incidiam sobre o ensino superior, a reivindicação da expansão de vagas, a gratuidade do ensino e menos rigor nos vestibulares.*

*Orso (2007).*

Após esta longa exposição, percorrendo os acontecimentos anteriores (institucionais ou não) a gestação e aprovação da Lei da reforma universitária, bem como parte do debate aferido na literatura do e sobre o período, chegamos, neste momento, à Lei 5540/68 que segundo Silva (1989: 151) “na prática [...] incorporou a maioria das recomendações contidas nos relatórios Meira Mattos, do GTRU e do projeto educacional do IPES, inspirados todos em proposições da USAID e na concepção empresarialista da educação”.

Apesar de esta ser a posição mais sensata na discussão sobre o processo de reforma universitária, ou seja, repetindo: “*incorporou a maioria das recomendações contidas nos relatórios Meira Mattos, do GTRU e do projeto educacional do IPES,*

*inspirados todos em proposições da USAID e na concepção empresarialista da educação*". É necessário apresentarmos algumas indagações e agregarmos algumas observações, tais como:<sup>119</sup> a) o debate sobre a Reforma Constitucional; b) tentativas de reformas anteriores à Reforma Universitária (prática e concepção) e c) proposições do movimento estudantil e empresarial sobre a reforma.

Sobre esta primeira observação, José Silvério Baía Horta, em "A Educação no Congresso Constituinte de 1966-67", nos diz que "após o golpe militar de março de 1964, três atos institucionais e várias emendas constitucionais modificaram profundamente a Constituição de 1946" (HORTA, 2001: 202). Tais procedimentos e o conteúdo do mesmo sob o ponto de vista da economia, era também contraditório, apresentando-se como politicamente autoritário e economicamente liberal:

[...] A constituição pode ser definida como social e economicamente reacionária por esta razão: porque fortalece, indiscutivelmente, o poder político do executivo e afrouxa enormemente o controle do Estado no campo da economia [...]. A segunda contradição fundamental que saliento no texto é exatamente esta: o autoritarismo político equilibrado por uma negligência do Estado em relação ao terreno da vida econômica (HORTA, 2001: 211).

Em seguida, Horta nos diz que aproximando-se de uma das críticas de Afonso Arinos,

[...] O MDB<sup>120</sup> estranha a excessiva liberalidade do projeto no campo econômico, contrariamente à sua rigidez no campo político e institucional. Os parlamentares da oposição criticam principalmente o fato do projeto adotar enfaticamente o princípio de que o Estado só deveria exercer atividades econômicas para suplementar a iniciativa privada (HORTA, 2001: 216).

A partir deste preâmbulo, queremos chamar a atenção para o fato de que a discussão sobre a política educacional não pode ser entendida desassociada do debate ocorrido na reformulação constitucional. Logo é necessário um olhar sobre o capítulo da educação na constituição de 1967, pois, segundo Horta:

---

<sup>119</sup> Embora a Lei nº 5540/68, tenha ficado conhecida como a "Lei da Reforma Universitária", o processo mais amplo de mudanças na educação superior nesse período não se restringe a esta lei específica, nem menos a um conjunto de medidas legais implantadas de forma coordenada. Trata-se da associação entre e durante os governos militares, que encontraram no contexto pós-1964 condições favoráveis para a sua realização, enquanto ações efetivas de governo para a educação superior brasileira (MINTO, 2006: 115).

<sup>120</sup> Movimento Democrático Brasileiro.

[...] O anteprojeto da Comissão de juristas mantinha praticamente inalterados os dispositivos da Constituição de 1946 relacionados com a educação. Apenas três modificações eram propostas: a gratuidade do ensino oficial para todos deveria ser estendida ao ensino secundário; a gratuidade do ensino superior dos alunos estaria condicionada não apenas à falta ou insuficiência de recursos dos alunos, mas também ao seu “excepcional merecimento” [...] (HORTA, 2001: 217).

Contudo:

[...] O projeto do Executivo, preparado por Medeiros Silva, abandona totalmente a Constituição de 1946 e o anteprojeto da Comissão, no que se refere à educação. Em apenas dois artigos o projeto reafirma o direito de todos à educação, a igualdade de oportunidade, a liberdade de iniciativa particular, a obrigatoriedade do ensino primário e a liberdade de cátedra. Não há nenhuma referência a princípios já consagrados no direito constitucional brasileiro, como a gratuidade do ensino, a sua organização em sistemas e a vinculação de recursos. Quanto à gratuidade, esta é substituída, no grau médio e superior, pela concessão de bolsas aos estudantes carentes de recursos, exigindo-se efetivo aproveitamento e reembolso, no caso do ensino superior (HORTA, 2001: 217).

Ainda de acordo com Horta (2001) tal projeto suscitou reações entre alguns educadores e no seio do próprio governo. A Associação Brasileira de Educação encaminha ao ministro da Educação e da Justiça e a diversos parlamentares um documento, acompanhado de propostas de emendas, afirmando:

[...] A A.B.E. que desde a Constituição de 1934 se tem permitido acompanhar a elaboração da Magna Carta, em matéria de educação, lamenta que as principais conquistas consagradas nas Constituições de 1934 e 1946 tenham sido postergadas dos projetos divulgados na imprensa e reivindica a inclusão, pelo menos, dos preceitos relativos a estes pontos: a) direito à educação; b) obrigação do poder público em matéria de ensino; c) percentual mínimo de recursos destinados ao ensino; d) desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica” (HORTA, 2001: 218).

Tendo como pressuposto o que acima destacamos, a desobrigação do estado para com as questões econômicas e, sendo a educação, aos olhos do governo, um “empreendimento econômico”, a questão da vinculação da receita destinada à educação sofrerá o impacto de tais pressupostos

[...] De acordo com a Constituição de 1946, a União deveria aplicar anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nunca menos de 10%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de 20% da renda resultantes dos impostos. O percentual da União foi elevado para

12% pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,<sup>121</sup> em 1961[...]. O anteprojeto da Comissão de Juristas retoma este dispositivo da Constituição de 1946. Já o Projeto do Executivo, ao mesmo tempo em que ignora totalmente a questão do financiamento da educação, proíbe, na parte de despesas, sob a justificção, oriunda do ministério do Planejamento, que tal vinculação era incompatível com a sistemática orçamentária introduzida pela nova Constituição. A emenda preparada no Ministério da Educação, ignorando tal incompatibilidade, inclui artigo no qual reintroduz a vinculação na forma como esta aparece na LDB-EN [...] (HORTA, 2001: 219).

O corolário do Ministério do Planejamento terá predominância, exigindo que o governo “ao mesmo tempo que ignora totalmente a questão do financiamento da educação, proíba [...] tal vinculação” (HORTA, 2001: 223)<sup>122</sup>. Não existindo unanimidade quanto a esta questão, encontramos, no “plenário, a questão do financiamento da educação” sendo “debatida à luz da teoria do “capital humano”, tendo como pano de fundo a relação entre educação e desenvolvimento. Assim, para o deputado Carlos Werneck (Arena), “a omissão da percentagem da despesa da União com a educação nacional constituía uma falta grave e representava um retrocesso” (HORTA, 2001: 219-20).<sup>123</sup>

Ao debate sobre o financiamento da educação será acrescido a questão da gratuidade, o que, na verdade, e de certa maneira, podemos dizer que é a continuidade do mesmo debate. Teremos posições em favor e contrárias à manutenção bem como a questão de sua ampliação ou não. O mesmo podemos dizer sobre o debate das bolsas, onde temos:

[...] Outros, ao contrário, defenderão a ampliação do mecanismo de bolsas. O Senador Eduardo Levi (MDB), por exemplo, propõe sua extensão ao ensino primário. Incompreensível também é a exclusão, que o texto faz, da possibilidade de concessão de bolsa a estudantes do curso primário. São por demais conhecidas as deficiências da rede pública. Quase sempre os pais, não encontrando vaga para os filhos nos estabelecimentos do governo, vêem-se forçados, enfrentando graves dificuldades financeiras, a recorrer ao ensino particular. E não será justo negar-lhes ao menos este pequeno gesto de solidariedade do poder público” (HORTA, 2001: 226).

---

<sup>121</sup> LDB-EN nº 4024/61.

<sup>122</sup> O fim da vinculação constitucional de recursos para a educação teria como consequência o desaparecimento legal dos fundos de ensino criado pela LDB, que deixaram de constar dos orçamentos da União a partir de 1968 (HORTA, 2001: 223).

<sup>123</sup> Sem a educação do nosso povo, sem aperfeiçoamento da nossa cultura, sem o preparo das gerações novas, não podemos sonhar e pensar em desenvolvimento do País. [...] O que os países desenvolvidos nos demonstram é que recursos em educação constituem a melhor forma de se conseguir não apenas o desenvolvimento, mas até progresso material e econômico de qualquer país (HORTA, 2001: 219-20).

Contudo, segundo Horta, “de acordo com esta emenda, e mantendo o disposto na Constituição de 1946, o ensino primário seria igualmente gratuito para aqueles que provassem falta ou insuficiência de recursos.

[...] Mas a emenda acrescenta suas novidades: a exigência de “efetivo aproveitamento” dos alunos do ensino oficial ulterior ao primário e a substituição, na medida do possível, do regime de gratuidade do ensino oficial ulterior ao primário pela concessão de bolsas de estudos, reembolsáveis no caso do ensino de grau superior [...]. Na versão definitiva, traduzindo a tendência da maioria governista de “aperfeiçoar” o projeto na direção imposta pelos tecnocratas e pelos privatistas, o mecanismo das bolsas de estudo aparece como substituto do regime de gratuidade [...] (HORTA, 2001: 228-9).

Sobre o debate da obrigatoriedade, após tentativas de negligenciar a questão com o propósito de se continuar a desobrigação do estado com a educação, ou dissimulando o seu conteúdo (como sendo obrigação da família e não do estado) e/ou uma obrigatoriedade sem obrigação. Entretanto, para Horta (2001: 232),

[...] O dever do Estado em matéria de educação não se inscreverá na Constituição de 1967, como não havia se inscrito nas Constituições anteriores. Paradoxalmente, será apenas na Emenda Constitucional de 1969 que aparecerá, pela primeira vez numa Constituição brasileira, a explicitação da educação com um dever do Estado”.

Para finalizar:

[...] A Constituição autoritária de 1967 não só mantém essa limitação da gratuidade como inaugura o regime de *bolsas de estudos restituíveis*, no ensino superior. A Emenda Constitucional de 1969 estende este mecanismo ao ensino médio. No sentido inverso ao da Constituição de 1934, inaugura-se a figura do *ensino oficial pago* e referenda-se o ágil mecanismo de subversão ao ensino privado, já iniciado com a implantação do Salário-Educação, a partir de 1964. A educação foi tratada como um assunto privado e que a Emenda de 69 confundem ainda mais as águas do público e do privado que o espírito de 34 tendia a separa (FÁVERO, 2001: 249).

Aqui, afirmamos que o olhar sobre as mudanças no sistema educacional brasileiro, sobretudo os pressupostos e propostas de Reforma Universitária, não estão independentes da discussão política do governo como um todo, ou mesmo a questão da educação, diretamente com a economia, sem passar pela política. Passemos agora para a segunda observação.

A Lei 5540, por mais cruel que seja esta afirmativa, seria apenas uma reprodução dos escritos e interesses da USAID? Cunha (1989), em a “Universidade Crítica”, e depois de um longo e profundo estudo sobre a situação do ensino superior e a constelação de fatores que envolveram o processo de reforma Universitária, nos chama atenção para um fato que acreditamos de fundamental importância na compreensão do processo vivido naquele momento, pois para ele:

[...] O exposto neste capítulo permite desmistificar uma idéia errônea acerca da modernização do ensino superior brasileiro, a de que ela teria se processado depois das mudanças políticas de 1964, por influência direta dos convênios MEC-USAID. Na verdade, quando esses convênios foram integrados, no âmbito do ensino superior, a modernização da universidade já era um objetivo aceito por diversas correntes de opinião, de esquerda e de direita. Assim, quando os assessores norte-americanos vieram, em 1967, para compor a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, não precisaram de muitos esforços para despertar o consenso que tinha sido produzido, entre os universitários, pelos porta-vozes do desenvolvimentismo (CUNHA, 1989: 204-5).

Não estamos aqui defendendo que retiremos as intenções e articulações, tanto da USAID quanto do Governo Militar,<sup>124</sup> elas existiram e foram fortes e bem evidentes, então a análise de Silva (1989) nos atende no sentido de se perceber uma intencionalidade e linearidade presente no processo e nas ações da USAID e do Governo Militar. Contudo, não podemos negligenciar a posição de Cunha (1989) que destaca uma atmosfera, um “consenso” no sentido da necessidade, caminhos e bandeiras da reforma universitária. “Formou-se um tipo de consenso pró-reforma, generalizando a idéia de que todo o ensino superior brasileiro precisava ser reformado, ainda que por motivos completamente distintos” (MINTO, 2006: 116).

Retroagindo um pouco na história, podemos afirmar que a idéia de reforma já estava contida na criação da primeira universidade do Brasil

[...] O “Plano Orientador da Universidade de Brasília” [...] continha idéias básicas que depois foram assimiladas pela Comissão que elaborou a Lei da Reforma 5.540/68. Assim são sugeridos cursos de curta duração [...], implantação do curso básico e o sistema de créditos [...]. Propõe-se a departamentalização e, com isso, a extinção da cátedra, sugere-se a forma jurídico-administrativa da Fundação, restringe-se a participação estudantil nos processos de decisão interna (FREITAG, 1986: 82-3).

---

<sup>124</sup> Só um tecnocrata, com requintada habilidade legislativa, pode resolver três objetivos evidentes: a) parecer que o regulamento dá ampla liberdade de movimento, opções e combinações; b) resolver por antecipação, todas as hipóteses de ocorrências, para nada ficar fora de controle e c) sugerir a quem não tem imaginação o que deveria fazer se tivesse (LIMA, 1974: 235).

A autora acima, ao analisar o processo de reforma universitária, ocorrido em outros países, em particular Alemanha e França,<sup>125</sup> sentencia que o processo verificado no Brasil é “sui generis”: “no caso brasileiro a reforma foi um assunto de gabinete”. Primeiro do próprio presidente, decretando o início dos trabalhos, depois de uma comissão mista MEC/USAID, fazendo uma análise cujas recomendações não são conhecidas e, finalmente, do grupo de trabalho de 10 pessoas nomeadas pelo presidente (FREITAG, 1986: 85).

De acordo com Freitag (1986) e corroborando com as posições de influências externas e de anterioridade das tentativas de reforma e seus pressupostos “modernizantes”, “a lei da reforma do ensino superior se baseia no modelo universitário norte-americano”, pois:

[...] Adota o sistema de crédito, ou seja, de matrículas por matéria [...] “estas como as outras medidas já introduzidas no modelo de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília – dissolução da cátedra e departamentalização. Implementação de cursos de pequena duração e adoção de formas jurídicas múltiplas, são agora generalizadas para todas as universidades brasileiras” (FREITAG, 1986: 84-5).

Portanto, Cunha (1989) destaca que “essas características, não encontráveis nas demais escolas superiores dos anos 40 e 50, levaram Tolle a afirmar que “a reforma universitária brasileira pôde ter no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) o modelo de uma experiência bem-sucedida” (CUNHA, 1989: 155). Logo, o movimento iniciado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, de indução da modernização do ensino superior no Brasil, teve seu momento mais forte na criação de uma Universidade em Brasília (CUNHA, 1989: 168). Pois, o esboço, (...) “o plano da nova universidade negava a estrutura e o funcionamento do ensino superior existente, almejava realizar uma utopia universitária” (CUNHA, 1989: 169). ainda, segundo este autor:

[...] A criação de uma universidade em Brasília, quando a população imigrante ainda não gerava uma demanda significativa, deveu-se a dois tipos de propósitos. Em primeiro lugar, a necessidade de manter junto à burocracia governamental uma reserva de especialistas de alta qualificação: “A Universidade foi idealizada partindo da preliminar de que seria

---

<sup>125</sup> Se na Europa se levou entre 2 a 4 anos para elaborar uma lei considerada aceitável pelas várias frações político-pedagógicas, no Brasil a solução foi encontrada em menos de dois meses (FREITAG, 1986: 86)

imprescindível a criação de centros culturais capazes de prestar assessoramento à alta administração do país e de que só uma universidade consegue reunir especialistas em número suficiente para assegurar a uma capital condições de trabalho produtivo” (CUNHA, 1989: 169).

Ainda sobre a UnB:

[...] Aparentemente, essa reserva técnico-intelectual poderia ser reunida pelas faculdades que seriam inevitavelmente criadas em Brasília, segundo os padrões vigentes no país, como, aliás, já prometiam os projetos de leis em tramitação no Congresso, de instalação de uma faculdade de economia e outra de direito. Mas era justamente isso que a burocracia do Estado interessada na modernização do ensino superior procurava evitar. Se a transformação das universidades e escolas isoladas, na direção apontada pelo ITA, encontrava obstáculos poderosos, a criação de uma universidade sem os vícios das existentes seria não só desejável quanto possível [...]. Este, o segundo propósito: criar um paradigma moderno para o ensino superior brasileiro, mais amplo do que o ITA, porque abrangendo todos os campos do saber, capaz de influir nos rumos das universidades e escolas arcaicas não só pelo efeito de demonstração, mas, também, pelo poder conferido pela vizinhança e patrocínio do núcleo do Estado (CUNHA, 1989: 169-70).<sup>126</sup>

Cunha (1989) afirma que, diante do acima exposto, “o regime autoritário pós-64 encontrou o ensino superior organizado ainda de forma arcaica, mas enquadrado por marcos jurídicos e ideológicos que vieram a tomar forma acabada na reforma universitária de 1968, já em outro contexto político” (CUNHA, 1989: 189). Como já destacamos anteriormente, não devemos esquecer “a referência ao incentivo dado a esse processo de modernização pelo governo norte-americano e suas agências” (CUNHA, 1989: 189). Corroborando com Cunha, Minto (2006) afirma que:

[...] Outro importante marco do ensino superior no Brasil pré-1964 foi, segundo este mesmo autor, o projeto inovador da UnB, que representava a modernização inovadora dos anos de 1960 em termos do ensino superior. Com a ditadura, entretanto, a inovação converteu-se em conservação [...]. A ditadura “mudou o sinal” do projeto da UnB, descaracterizando-o e procurando ainda homogeneizar algumas das “soluções” que se havia encontrado para todo o ensino superior, banalizando-as e imputando-lhe um caráter meramente técnico e economicista (MINTO, 2006: 117-8).

---

<sup>126</sup> O movimento de modernização do ensino superior iniciado com o ITA, passando pela COSUPI, para culminar na criação da Universidade de Brasília, teve suas repercussões em outras universidades, velhas e novas, como na Universidade do Brasil (a ex-Universidade do Rio de Janeiro), criada em 1920, e na Universidade do Ceará, criada em 1955 (CUNHA, 1989: 179). Outras instituições seguiram esta trilha, concebendo o departamento como uma agregação de cátedras [...]. Essa não foi a orientação do ITA, nem da Universidade de Brasília, onde os departamentos não resultaram de agregação de cátedras preexistentes. Estas instituições, seguindo mais de perto o paradigma norte-americano, concebiam o departamento como reunião de disciplinas afins, de modo que o corpo docente estivesse integrado pela unidade de pensamento e ação, num plano de trabalho de ensino e pesquisa (CUNHA, 1989: 185).

A partir de um olhar mais apurado do texto da Lei 5540/68, Freitag encontra uma contradição aparente:

[...] O texto da lei se movimenta em torno de dois princípios aparentemente contraditórios: a racionalidade das estruturas e dos recursos e a “democratização” do ensino. A combinação do jargão tecnocrático dos economistas da educação e o liberal dos adeptos de um ideal de democracia se fundem na nova lei para atingir um objetivo: diminuir a pressão sobre a universidade, absorvendo o máximo de candidatos ao vestibular (democratização) e discipliná-los posteriormente, alegando medidas de racionalização dos recursos (FREITAG, 1986: 84).

[...] Por isso a nova legislação tinha que operar em duas dimensões aparentemente contraditórias. Por um lado, procurar conter o enorme afluxo às universidades. Para tal, tornar-se-ia necessária uma nova lei de ensino de 1º e 2º; a profissionalização de nível médio, introduzida com Lei 5692/71, vai cumprir essa função, retendo o aluno antes de chegar à universidade e encaminhando-o logo para o mercado de trabalho. Por outro, criar novos mecanismos de seleção para a expulsão do aluno de dentro da universidade. Se o vestibular fosse ainda mais estrangulado, a pressão sobre a universidade certamente aumentaria [...]: o vestibular foi liberalizado ao introduzir o sistema classificatório que admite o número de candidatos correspondente ao número de vagas, independentemente do nível de conhecimento [...] o resultado dessa alteração seria a inflação da universidade.<sup>127</sup> O preço do aumento substancial de alunos seria a degradação da qualidade do ensino. Isso tornou necessário introduzir o percurso universitário. Para isso foi criado o “jubilamento”, nas palavras do atual Ministro da Educação,<sup>128</sup> um verdadeiro “vestibular interno” [...]. Percebe-se, pois uma total ambigüidade da política educacional expressa na lei. Ela atua de forma autoritária para implantar uma lei aparentemente democratizante [...]. Sob o enfoque da contenção – liberalização –, podemos dizer que, para praticar a verdadeira contenção, foi necessária uma aparente liberalização de vagas (FREITAG, 1986: 87-88).

Persistindo esta ambigüidade<sup>129</sup>, Freitag observa as racionalidades contidas na Lei:

[...] Essa racionalidade interna, que realmente intenciona, alocando os recursos humanos e materiais adequadamente, com um mínimo de desperdício, obter o máximo de rentabilidade do sistema, tem, em verdade, dois objetivos: por um lado atender à demanda de um mercado de trabalho bastante sofisticado que requer número crescente de profissionais altamente qualificados; por outro, com a racionalidade dos recursos disponíveis, absorver o máximo de candidatos ao vestibular. Ao tentar introduzir a racionalidade, se caí, porém, na irracionalidade. As medidas tomadas tanto no interesse econômico quanto no político trocam quantidade

---

<sup>127</sup> Considerando a lei sob enfoque da racionalidade podemos concluir que também nessa dimensão permanece o problema da total ambigüidade [...]: “a reforma visa a fins práticos, procurando transmitir ao sistema educacional uma espécie de racionalidade instrumental no sentido de uma eficiência técnico-profissional”. In: Relatório do GTRU (FREITAG, 1986: 88-9).

<sup>128</sup> Na oportunidade Ministro Ney Braga, declaração dada ao Jornal do Brasil, 28.05.1974: O “Ciclo Básico” tem agora as condições de efetuar uma nova seleção.

<sup>129</sup> Ao facilitar ao mesmo tempo restringia o acesso...

por qualidade. A racionalidade do ensino superior vai em detrimento da qualidade do ensino e, portanto, da capacidade dos futuros profissionais,. Por isso, se tornam necessárias medidas irracionais (jubilamento, 477<sup>130</sup>), para assegurar um mínimo de qualidade (FREITAG, 1986: 89).

Por fim:

[...] Este ao ser refuncionalizado precisou reproduzir tanto a nova ideologia, como a nova estrutura de poder. Ao fazê-lo está entrando em choque com duas outras exigências: adaptar o sistema educacional à função de reprodução da força de trabalho, até então satisfeita muito unilateralmente, e garantir a manutenção da estrutura de classes, recentemente redefinida estabelecendo uma linha nítida entre povo (classe de camponeses e operários) e alta classe média e a classe alta (a classe dominante). Esta última separação, gerada com a internacionalização do mercado interno no seio da infra-estrutura, vai ser reformada pela universidade [...]. Ao mesmo tempo em que consegue fazê-lo, entra em conflito com as exigências diretas da infra-estrutura que espera das universidades a produção da força de trabalho altamente qualificada (FREITAG, 1986: 89-90).

---

<sup>130</sup> O ato institucional nº 5, e o posterior Decreto Lei 477, que definia punições para professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado que participassem ou apoiassem atos de contestação ao regime, demonstravam que a corrente mais repressiva havia se tornado hegemônica em âmbito federal (SOARES, 2005: 170).

## **7. A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO SUPERIOR E A UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO:<sup>131</sup> uma nova (ou velha) “acumulação primitiva” (ver K. Marx) e novos cercamentos (revolução industrial).**

A descrição da política educacional para o Ensino Superior e a Universidade em tempos de Globalização e Neoliberalismo: uma nova (ou velha) “acumulação primitiva”<sup>132</sup> e novos cercamentos (revolução industrial), exigirá um esforço em perceber a filogênese vivida pelo Ensino Superior no Brasil, sua metamorfose, e seus pretéritos e atuais dilemas.

Adiantamos algumas premissas que nos orientaram em nossa abordagem e que, acreditamos, serem fundamentais para que possamos melhor compreender o fenômeno que estamos diante.

Isto posto, verificamos a presença e imposições dos receituários e determinações dos organismos internacionais (é verdade e não podemos nunca menosprezá-los), e entendemos que diversos governos e seus programas têm sido capitulados por estes “interesses maiores”. Mas acreditamos que esta capitulação não é só de uma única via, encontramos uma mão dupla: o ato de capitular pode encobrir o ato de se deixar entregar, de ser sujeito na ação de capitulação, de ter intencionalidade ou, de mesmo lutando, não conseguir se desvencilhar, ou mesmo porque fazem uso de e necessitam de uma cena pública.

Assim sendo, entendemos que todo governo, em seu interior e em sua base de sustentação política e social, vivencia uma constante disputa de interesses e conflitos que, em menor ou maior projeção, produz dissidência e mal estar. Bem como as disputas pelo poder no interior das classes dominantes, da sociedade política e civil, dos segmentos populares e sociais, ou seja, entendemos que existam forças, grupos, pensamentos e sujeitos sociais que são defensores ou não da

---

<sup>131</sup> Cf. Orso, P.J. “Neoliberalismo: Equívocos e conseqüências” sustenta o entendimento de que o mais certo e definirmos, o que se chama de neoliberalismo, de ultraliberalismo (Orso, 2007: 163-183).

<sup>132</sup> Ver K. Marx.

privatização do acesso ao ensino superior no Espírito Santo. E o que, à primeira vista possa parecer um paradoxo, buscaremos entender o processo de luta do pensamento, práticas, ações e movimento privatizante x os defensores da Escola Pública no interior da UFES.

Para tanto, vamos nos valer do entendimento de Mariano F. Enguita, de que:

[...] Em primeiro lugar, se o ser consciente é a expressão consciente do ser real, este consiste, sobretudo, para Marx, nas relações sociais – e, em particular, na produção –, podemos pensar que são estas mesmas relações as que geram e difundem visões ideológicas de si mesmas, isto é, que tem uma eficácia ideológica própria. De fato, demonstrar isto é o que tentou Marx ao criticar a dimensão ideológica das categorias da economia política – por exemplo, a identificação entre meios de produção produzidos e o capital –, na análise do fetichismo da mercadoria e da reificação das relações de capital [...]. Em segundo lugar, estas instituições [...] poderiam e deveriam ser analisadas com o mesmo instrumental que Marx empregou para analisar as relações sociais de produção. Se nos cingirmos à escola, esta é cenário de uma trama de relações sociais e materiais que organizam a experiência cotidiana e pessoal com a mesma força, ou mais, do que as relações sociais de produção o fazem com a experiência do operário na fábrica ou do pequeno produtor no mercado (ENGUITA, 1989: 136-7).

Para uma melhor compreensão dos processos vividos pela universidade no Brasil, será necessário um resgate de seu nascimento e desenvolvimento de alguns de seus dilemas e desafios, seus dramas e suas tramas, bem como dialogar com algumas questões que nos perseguem: As reformas efetuadas pelos governos FHC e Lula da Silva seriam apenas uma continuidade e ou repetição das reformas efetuadas pelos governos militares? Quais seriam as continuidades e descontinuidades? Os governos civis apenas se limitaram a piorar/reproduzir as políticas aplicadas pelos governos militares, ou encontraríamos alguma originalidade nessas ações? Os ditames dos “acordos Mec/Usaid” e ou “a Aliança para o Progresso” foram atualizados pelo “Consenso de Washington”?

Não nos parecem questões menores. São no mínimo desafiantes e que, dentro de nossas possibilidades, iremos apresentar as nossas respostas/impressões sobre as mesmas, ainda que não consigamos esgotar o tema.

## **7.1. DITADURA NEOLIBERAL: a moderna acumulação primitiva e a continuidade do cercamento.**

### **a) As influências dos organismos internacionais e as mudanças no mundo do trabalho.**

*Os governos devem prestar contas a dois tipos de eleitores: aos cidadãos que votam e ao 'senado virtual', composto pelas multinacionais. O senado virtual é um grupo restrito de investidores capaz de governar nações via fluxo de capitais, através das oscilações da bolsa de valores e de regular as taxas de interesse (...). Um tempo eram os ditadores, agora são os tiranos privados. Fazem o mesmo dano, com a diferença de que esses não têm responsabilidade pública.*

Noam Chomsky<sup>133</sup>

Não é de hoje que ouvimos dizer, seguindo a cartilha, que o mundo passa por transformações políticas, econômicas e sociais que ultrapassam, com facilidade, os noticiários (jornais, tv, etc.) e contaminam, por completo, o nosso cotidiano, vivenciado e experimentado, por muitos, de forma diferenciados ou não. Diversos autores, de diferentes concepções, expressam, ao seu modo, as origens e desenvolvimento das transformações contemporâneas. O esgotamento dos métodos tradicionais de acumulação, resultante do aumento da escala produtiva, a ampliação dos mercados e o barateamento dos produtos padronizados fizeram com que emergissem novas mudanças na organização do trabalho. Os paradigmas clássicos, baseados no "taylorismo-fordismo" (parcelarização, especialização, intensificação do trabalho e produção em série), foram substituídos pela integração e flexibilidade das linhas de produção, possibilitadas pela informática e pela eletrônica.

Contudo, como podemos observar, algumas regularidades são possíveis de se destacar e sintetizar, sobretudo, quando observamos que o capitalismo, em um determinado momento de seu desenvolvimento, meados dos anos 70, entra em crise e adota uma "nova" face (pouco diferente da velha e conhecida). Isto posto,

---

<sup>133</sup> Jornal La Repubblica, 2/7/2001.

fica-nos algumas reflexões: a impressão é a de que muitos autores delegam o surgimento da crise do capitalismo ao próprio capitalismo, o que não deixa de ser verdade. Contudo: sendo assim, o capitalismo num futuro próximo se autodestruiria? As crises do capitalismo são inerentes ao seu próprio funcionamento? Que papel cumpriu a luta dos trabalhadores nesse processo? Que parcela de contribuição teriam as lutas diárias e cotidianas dos trabalhadores no processo de tais crises? O capitalismo seria indiferente e imune a luta dos trabalhadores?

São tantas as questões que poderíamos elencar, contudo, sabemos dos limites que nos encontramos no momento, mas, sem polemizar e em qualquer hipótese, acreditamos ser um equívoco retirar a importância histórica da luta dos trabalhadores na gens e desenvolvimento do atual momento (de crise?) que vivemos. Assim sendo, encontramos em Chauí (2001: 17-8) que:

[...] Na perspectiva do que viria a ser designado como neoliberalismo, a crise fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos de salários e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado, e teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas, desencadeando os processos inflacionários incontroláveis .

O mundo ocidental (não só) vive e sofre, por inteiro, as conseqüências da adoção do receituário neoliberal, como bem nos apresentas as posições de Antunes (1995), Barros (2000) e Tavares (1993), e sobretudo a América Latina (CATANI, 1996 e 1998 e; SOARES, 2000).

Isto posto, Brito (apud BARROS, 2000) nos dirá que:

[...] O processo de reestruturação produtiva verificado em nível mundial (e desestruturação produtiva em países como o Brasil) mostra a ocorrência de uma tendência contraditória da transformação do trabalho. Como alternativa às insuficiências do taylorismo, em determinados setores, cada vez mais o trabalhador é chamado a uma participação mais efetiva no processo de trabalho, procurando-se fazer com que exerça ao máximo – dentro da lógica de valorização do capital – sua autonomia, responsabilidade, criatividade, bem como desenvolva sua capacidade de cooperação e intercompreensão no trabalho. No entanto, no mesmo movimento, se alastra um processo de desestabilização dos direitos do trabalho, com o aumento do desemprego de longa duração, com a precarização de atividades e de formas de utilização da mão de obra. Esse último aspecto foi o que verdadeiramente se mundializou, enquanto que o primeiro, com implicação, para os homens e as grandes empresas, frutificou, principalmente nos países industrializados do Norte.

Em outras palavras, pregam que o rabo passará a abanar o cachorro, mas não querem assumir que temos um cachorro cotó!

Chegamos agora a uma questão central para o nosso tema. É que em todos os cantos se apregoa que, para esse "novo mundo do trabalho", faz-se necessário o "novo" trabalhador "polivalente", sobretudo. Contudo, para falarmos sobre o papel dos estudos acadêmicos, não podemos deixar de citar o ajuste neoliberal no campo da educação.<sup>134</sup>

## **7.2. A DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS UNIVERSIDADES: (re)formas e (de)formações.**

### **a) O (des) ajuste neoliberal**

*Cada vez mais a gente fica pensando se o chamado mercado não está para a economia brasileira mais ou menos como Geórgias de Leontino sustentava na grécia pré-socrática que os deuses estavam para a plebe. Porque os deuses, dizia o filósofo, eram mera invensão de governantes espertos para explorar a plebe e preservar o poder.*

Carlos Chagas<sup>135</sup>

Após as palavras de Carlos Chagas, por sinal muito contundentes, passamos agora à análise das proposições da sociedade de estado mínimo, para a compreensão dos fundamentos e proposições do neoliberalismo, então de acordo com Soares (2000: 73), temos:

[...] A partir da "naturalização" das desigualdades, o modelo devolve o conflito para o seio de uma sociedade fragmentada, onde os "atores" se individualizam ao mesmo tempo em que os sujeitos coletivos perdem identidade. Muda, portanto, a orientação da política social: nem consumos coletivos nem direitos sociais, senão que assistência focalizada para aqueles, com "menor capacidade de pressão" ou os mais "humildes" ou, ainda os mais "pobres". Dessa forma, o Estado Neoliberal ou de "Mal-Estar" inclui, por definição, uma feição assistencialista (legitimação) como contrapartida de um mercado livre (acumulação), que fatalmente lhe exigirá crises.

---

<sup>134</sup> Para uma maior e melhor compreensão das mudanças do mundo do trabalho, relacionados com a educação cf. Tedesco (2001), Silva Jr (1996) e Santos (2003).

<sup>135</sup> Jornal Tribuna da Imprensa em 02/01/2003.

Ou como nos propõe Chauí, que disso resulta que a idéia de direitos sociais, como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos, tende a desaparecer, “pois o que era um direito se converte num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria acessível apenas aos que têm poder aquisitivo para adquiri-la” (CHAUÍ, 2001: 20).

Isto posto, para o neoliberalismo, “a saúde, a educação, a alimentação, o trabalho, o salário etc, perdem sua condição de *direitos* – constitutivos de sujeitos coletivos – e passam a ser *recursos* (mercadorias ou serviços) regulados unicamente pelo mercado” (SOARES, 2000: 73). Assim, na realidade, se “mantém a prática neoliberal da opção preferencial do investimento dos fundos públicos para o capital e não para o trabalho”. Pois o “Estado não precisa enfrentar o perigoso problema da distribuição da renda e resolve sua dificuldade com a privatização dos direitos sociais, transformados em serviços sociais regidos pela lógica do mercado” (CHAUÍ, 2001: 31-2). Eis então, a "nova" religião: o "Fundamentalismo do mercado"

## b) Brasil: quem te usa não te ama!

Realizadas estas primeiras observações, passaremos agora à reflexão desse processo no Brasil, onde temos um governo que busca a qualquer custo promover o ajuste nas contas públicas, tidas como elemento principal da espiral inflacionária.

As duas tabelas de Minto (2006: 183) reforçam, consideravelmente, esta argumentação

**Tabela 12:** Evolução dos gastos públicos com educação por esfera de governo – Brasil, 1960-2003.

| <i>Ano</i> | <i>Brasil</i> | <i>Federal</i> | <i>Estadual</i> | <i>Municipal</i> |
|------------|---------------|----------------|-----------------|------------------|
|            | % do PIB      | %              | %               | %                |
| 1994       | 3,9           | n.d.           | n.d.            | n.d.             |
| 1995       | 3,9           | 20             | 49              | 31               |
| 1996       | 3,8           | 17             | 51              | 32               |
| 1997       | 3,7           | 17             | 49              | 34               |
| 1998       | 4,2           | 16             | 48              | 36               |
| 1999       | 4,3           | 17             | 44              | 39               |
| 2000       | 3,8           | n.d.           | n.d.            | n.d.             |

Fonte: INEP (dados elaborados por José Marcelinho Rezende Pinto, *Tendências recentes nos gastos em educação no Brasil, 2003*); Caderno do V Coned.

\* Não estão incluídos os gastos com aposentadorias, bem como aqueles não destinados pela LDB como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

**Tabela 13:** Evolução do Produto Interno Bruto e renda *per capita* – Brasil, 1990-2000.

| Ano  | PIB (em R\$ milhões) | PIB per capita (em R\$)* |
|------|----------------------|--------------------------|
| 1990 | 898.444              | 6.087                    |
| 1991 | 907.698              | 6.054                    |
| 1992 | 902.763              | 5.930                    |
| 1993 | 947.222              | 6.130                    |
| 1994 | 1.002.662            | 6.396                    |
| 1995 | 1.045.012            | 6.572                    |
| 1996 | 1.072.795            | 6.653                    |
| 1997 | 1.107.890            | 6.777                    |
| 1998 | 1.109.352            | 6.695                    |
| 1999 | 1.118.359            | 6.660                    |
| 2000 | 1.167.145            | 6.860                    |

Fontes: Banco Central do Brasil – *Relatório Anual*

Elaboração: Dieese in: Cadernos do V Coned, p. 13.

\* a preço de 2001.

Conseqüentemente, encontramos uma depreciação exacerbada da qualidade da oferta de serviços públicos. Isto posto, registramos que os gastos com as áreas de educação e cultura passaram de:

[...] 3,3% em 1995, para 2,7% do orçamento em 1999. Somadas todas as despesas com educação e cultura, tem-se, em 1999, o montante de 16,1 bilhões de reais aplicados pelo governo nesta área, o que significa aproximadamente 1,61% do Produto Interno Bruto (PIB), bastante inferior, aos gastos de outros países, tais como: Argélia (7,1%), Angola (6,6%), Canadá (6,2%), Marrocos (5,4%), EUA (4,8%) e Coréia (3,3%), conforme dados do Statistical Yearbook da UNESCO (CUT, 2000: 10).

E como se apresenta a situação do Ensino Superior? O programa de ensino superior, por sua vez, também viu sua participação diminuída entre 1995 e 1999, passando de 1,6% para 0,9% no total dos gastos da União, o que significa uma queda de R\$ 583,40 milhões.

Significativo se faz os dados apresentados por Minto (2006: 167-8), expressos nas tabelas:

**Tabela 14:** Percentual de participação do setor educacional no orçamento total, por programa - Brasil, 1995 – 1999

| Programa                           | 1995  | 1996  | 1997  | 1998  | 1999  |
|------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Educação de crianças de 0 a 6 anos | 0,083 | 0,088 | 0,069 | 0,047 | 0,038 |
| Ensino fundamental                 | 0,878 | 0,950 | 0,799 | 0,768 | 1,376 |
| Ensino médio                       | 0,194 | 0,168 | 0,127 | 0,104 | 0,104 |
| Ensino superior                    | 1,597 | 1,546 | 1,177 | 0,910 | 0,930 |
| Ensino supletivo                   | 0,005 | 0,008 | 0,007 | 0,004 | 0,002 |
| Educação e cultura**               | 3,3   | 3,3   | 2,7   | 3,0   | 2,7   |

Fonte: Elaboração Desep/CUT, a partir de dados do ministério do planejamento, orçamento e Gestão (em Nascimento et al., 2002, pp.100-1).

\* as informações selecionadas incluem despesas com pessoal, encargos sociais e dívida.

\*\* em relação ao orçamento geral da União.

**Tabela 15:** Execução orçamentária do MEC referente aos gastos com pessoal inativos nas IFES – Brasil, 1995-2001.

| <i>Ano</i> | <i>Milhões de R\$</i> |
|------------|-----------------------|
| 1995       | 1.223                 |
| 1996       | 1.348                 |
| 1997       | 1.480                 |
| 1998       | 1.645                 |
| 1999       | 1.864                 |
| 2000       | 1.962                 |
| 2001       | 2.071                 |

Fonte: MEC/ INEP/DAES

Respeitadas as devidas proporções, não é difícil afirmar que a “marca da democracia moderna, permitindo sua passagem de democracia liberal à democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos (as “minorias”) sentem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos”, pois alternativa não nos resta. “Do ponto de vista dos direitos sociais, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado” (CHAUÍ, 2001: 11-5).

### **c) E espalharam que inventaram a roda.**

*“Os neoliberais são os Talibãs de hoje”*

Inácio Ramonet

Para iniciarmos esta reflexão, vamos nos apoiar nos esforços de Afrânio Mendes Catani e João Ferreira de Oliveira (1999), que examinam as diferenças e similitudes existentes nos principais documentos internacionais, orientadores dos modelos e das reformas de educação superior, em que procuram evidenciar as temáticas, as críticas, as tendências e as políticas de educação superior mais significativas na América Latina. Afirmam que se encontra em curso um processo de padronização das políticas e estratégias de diversificação e diferenciação. Os documentos que foram objeto de tal exame têm como origem o Banco Mundial, a UNESCO<sup>136</sup> e, por

<sup>136</sup> Recentemente a revista Carta Capital com a matéria de capa: “Grife da ONU, grana do Brasil”, nos chama atenção para o fato de que dos recursos aplicado pelas agências das Nações Unidas no país, 92% são dinheiro brasileiro.

fim, o relatório ATTALI da reforma universitária da França, no qual se expressam, com todas as letras, o receituário de aplicação no modelo neoliberal e de exclusão social relativo ao ensino superior.

Os autores concluem, afirmando que, a partir da análise efetuada, encontraram uma série de similitudes que indicam o alto grau de subordinação dos países em relação às orientações dos organismos internacionais, particularmente do Banco Mundial, pois as:

[...] Teses centrais do Banco estão amplamente incorporadas nas proposições de diversificação e diferenciação dos sistemas, das instituições e das fontes de financiamento, na redefinição das funções do Estado e maior adaptabilidade e receptividade quanto às exigências econômicas. Fica evidente, também, que os documentos sugerem uma uniformização às avessas, ou seja, uma padronização das políticas e estratégias que promovem a diversificação e diferenciação dos sistemas de educação superior (CATANI e OLIVEIRA, 1999: 7-24).

### **7.3. A REPERCUSSÃO E REBATIMENTO NAS UNIVERSIDADES: possíveis respostas.**

Conseqüentemente, como não é possível deixar de constatar, a “universidade brasileira atravessa uma brutal crise, instalada pelo MEC, com cumplicidade de algumas autoridades universitárias, que adotam a postura de servidão voluntária” (DIAS, 2000: 91)<sup>137</sup> que busca, com isso, a adoção exemplar do modelo neoliberal.<sup>138</sup>

Sobre este aspecto, curiosamente, Sampaio (2000: 19) nos afirma que o estado, por sua vez, além de desempenhar papéis muito diferenciados em relação ao setor privado – “moderador”, “regulamentador” e “fiscalizador” – “nem sempre atua de modo monolítico, mas de forma dispersa e até contraditória”. Para aliviar as preocupações da autora, é importante informar que “uma das últimas medidas do

---

<sup>137</sup> Ver Lima, 2002.

<sup>138</sup> Não poderíamos deixar de registrar, neste momento, as palavras de Lincon Gordon, ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, famoso pelo apoio dado ao Golpe de 1964, mostrando em entrevista a *Folha de São Paulo*, que os EUA reconhece um bom serviço prestado pelo Ministro de educação: “O ministro Paulo Renato fez um trabalho excelente com a ajuda do BID” (*in* Caros Amigos, 2001: nº 51).

governo federal de FHC foi a concentração do poder na pessoa do Ministro da Educação (MEC), em completo desrespeito ao Conselho Nacional de Educação” (Caros Amigos, 2001: 43).

Na prática, não verificamos nenhuma "confusão", por parte do governo, em relação as suas posturas frente ao descaso com o ensino público e à proteção ao ensino privado. Como exemplo, temos o depoimento da presidente do INEP e, agora, também, supersecretária de ensino superior do MEC, Maria H. Guimarães,<sup>139</sup> na folha de São Paulo, em que diz lavar as mãos diante da guerra suja das "Megauniversidades" de São Paulo pelos "consumidores" de Educação: "em competição de mercado, o MEC não entra [...]. Não podemos interferir em uma guerra de mercado".<sup>140</sup>

Estamos diante de um paradoxo, pois, como podemos verificar, os “inimigos e adversários” da universidade pública estão presentes tanto no governo, quanto no interior das próprias universidades, participando diretamente de sua gestão e administração, bem como de boa parte da produção acadêmica, na qual encontramos teses e teses sendo produzidas com o incentivo do dinheiro público e que defendem, amplamente, o ensino superior privado (ver DELORS, 1999, SAMPAIO, 2000 e TRIGUEIRO, 2000).

Se tivéssemos condições de registrar em um álbum de fotografia o receituário neoliberal, com certeza teríamos a exclusão social em sua capa e na foto seguinte, encontraríamos o cinismo das autoridades na sua missão de guardiões do sistema de exclusão. Isto posto, os seus traços característicos podem ser resumidos em: buscar a menor presença possível do Estado na sociedade; redução, na prática, dos direitos sociais, bem como a sua disseminação conceitual, desobrigando o Estado de suas funções sociais e, por fim; a individualização do sucesso ou insucesso de cada um, buscando-se, assim, a internalização da culpa.<sup>141</sup> Parafraseando Max Weber: você é o único responsável pelas graças que recebe (se recebe!) e, sobretudo, pelas que não recebe.

---

<sup>139</sup> Hoje Secretária Estadual de Educação de São Paulo.

<sup>140</sup> Ver Caros Amigos (2001, nº 53, p. 4)

<sup>141</sup> Ver; Chauí, 2001; Soares, 2000 e Gentili, 1998).

Pois de acordo com Chauí (2001: 21) a esse conjunto de condições materiais, esboçado acima, “estabelece uma correlação a um imaginário social que busca justificá-las (como racionais), legitimá-las (como corretas) e dissimulá-las (como formas contemporâneas da exploração e dominação)”.

Sampaio (2000: 15-6), argumenta que Ruth Cardoso apontou-lhe a pertinência de se buscar conhecer o ensino superior privado, fugindo dos preconceitos e desconfiando das defesas entusiasmadas que o envolvem, por entender a importância deste setor na formação de boa parcela dos profissionais de nível superior. “Pensando neles e nas futuras gerações de jovens brasileiros é que se devam pensar as instituições particulares, tratar de sua relação com o Estado e com o mercado, discutir a equidade e a qualidade do ensino superior no País”. Chauí (2001: 15) contrapõe afirmando que “autoritarismo social opera pela naturalização das desigualdades econômicas e sociais”. Como nos ensina a experiência, a busca da neutralidade, muito “encobre” a parcialidade que não se quer assumir.

#### **a) As muralhas que o cercam... os modernos guardiões**

*Difícilmente haverá abundantes recursos públicos para o ensino superior. Um dos recursos, em vez de cobrar mensalidades, é dar bolsa e cobrar nos futuros contracheques”.<sup>142</sup>*

Com o propósito de explicar a existência do ensino público e privado, encontramos em Sampaio (2000) uma justificativa que encobre, com muita sutileza, os preceitos do neoliberalismo, em que, apoiando-se em Geiger (1986<sup>a</sup>), argumenta o seguinte: para explicar que as

[...] Diferenças entre os setores públicos e privados devem-se tanto à perseguição de interesses privados como aos atributos distintos da educação superior. Isto é, os indivíduos escolhem onde buscar sua

---

<sup>142</sup> Palavras de Gilberto Dimenstein, colunista de educação da *Folha de São Paulo*, bolando maneiras criativas de acabar com o ensino gratuito. In Caros Amigos, 2001.

educação ou seus objetivos profissionais entre alternativas que podem ou não incluir as instituições públicas. Também os grupos, na sociedade, tendem a comportar-se de modo que garantam seus interesses coletivos, mediante a educação superior, por caminhos que, mais uma vez, podem ou não envolver o setor público. Assim, a divisão entre público/privado no ensino superior representa a soma dessas ações nas possibilidades estruturais permitidas pela sociedade; a demanda individual e as preferências por ensino superior; os interesses coletivos de grupos específicos; o suprimimento do Estado no ensino e, evidentemente, a possibilidade de provimento das alternativas privadas (SAMPAIO, 2000: 20).

Imagine, no "mundo de hoje" ou em outra época, uma determinada pessoa se debatendo, entre dúvidas, se deve estudar na UFES ou então pagar uma faculdade particular, como se pudesse escolher. O que podemos dizer a esse respeito é que, no mínimo, alguém aqui falta com a verdade. Como já afirmamos anteriormente, uma das formas mais sutis do liberalismo é procurar internalizar/individualizar a culpa, desconsiderando condições históricas, econômicas e sociais. Neste caso, omite-se o processo de destruição que viveu, e vive a oferta pública de acesso ao ensino superior, bem como às próprias universidades públicas, fruto das inúmeras políticas adotadas pelo MEC,<sup>143</sup> como exemplo, é só observar o crescimento da demanda materializada em verdadeiros vestibulares inquisitórios e/ou seu oposto, uma verdadeira fada madrinha.<sup>144</sup>

Segundo Sampaio (2001: 18), as mudanças atuais estão sendo impulsionadas, em grande medida, pela confluência de dois fatores: “a estagnação da demanda por formação superior praticamente durante toda a década de 80 até início dos anos 90, e a nova moldura legal, que teve o primeiro marco na Constituição de 1988”, bem como, com base na análise das estatísticas dos últimos dez anos para o setor, constata-se diminuição do crescimento de suas matrículas.

Somos obrigados a perguntar: tal fato ocorre em todo o país ou somente no eixo Rio – São Paulo? No caso do Espírito Santo, como ocorreu tal fenômeno? Apresentamos, igualmente estas interrogações para a próxima citação de Sampaio (2001, p. 18), na qual argumenta existir sinais “determinantes estruturais do mercado

---

<sup>143</sup> Ver Cunha, 2001; Chauí, 2001 e Catani, 1999.

<sup>144</sup> Os chamados processos seletivos da rede privada: alguns à distância, outros com horários a ser marcados pelos candidatos, mas todos pedem para não deixar de preencher a ficha cadastral, sobretudo no item: renda familiar.

**Tabela 16:**<sup>145</sup> Quadro geral do ensino superior público – Brasil, 1960-2003.

| Ano     | IES    | Cursos | Matrículas | Docentes | Vagas ofer. | Ingressos | Concluintes |
|---------|--------|--------|------------|----------|-------------|-----------|-------------|
| 1960    | 146*   | 505    | 51.195     | 12.089   | 19.105      | -         | 8335        |
| 1965    | 129**  | 640    | 87.586     | 22.208   | 30.936      | -         | 10.161      |
| 1970    | 184*** | 1.152  | 210.613    | 33.374   | 69.670      | -         | 35.011      |
| 1975    | 215    | 1.549  | 410.225    | 46.295   | 106.741     | -         | 56.076      |
| 1980    | 200    | 200    | 492.232    | 60.337   | 126.940     | 117.414   | 74.967      |
| 1985    | 233    | 1.785  | 556.600    | 64.449   | 141.274     | 123.744   | 55.166      |
| 1990    | 222    | 2.001  | 578.625    | 71.904   | 155.009     | 126.139   | 77.854      |
| 1991    | 222    | 2.139  | 605.736    | 72.123   | 162.506     | 142.857   | 81.271      |
| 1992    | 227    | 2.244  | 629.662    | 72.242   | 171.048     | 149.726   | 80.190      |
| 1993    | 221    | 2.293  | 653.516    | 72.594   | 171.627     | 153.689   | 84.882      |
| 1994    | 218    | 2.412  | 690.450    | 75.285   | 177.453     | 159.786   | 87.862      |
| 1995    | 210    | 2.782  | 700.540    | 76.268   | 178.145     | 158.012   | 94.951      |
| 1996    | 211    | 2.978  | 735.427    | 74.666   | 183.513     | 166.494   | 99.820      |
| 1997    | 211    | 2.698  | 759.182    | 84.591   | 193.821     | 181.859   | 106.082     |
| 1998    | 209    | 2.970  | 804.729    | 83.738   | 205.725     | 196.365   | 105.360     |
| 1999    | 192    | 3.494  | 832.022    | 80.883   | 218.589     | 210.173   | 112.451     |
| 2000    | 176    | 4.021  | 887.026    | 88.154   | 245.632     | 233.083   | 116.641     |
| 2001    | 183    | 4.401  | 939.225    | 90.950   | 256.498     | 244.621   | 132.616     |
| 2002    | 195    | 5.252  | 1.051.655  | 92.215   | 295.354     | 280.491   | 151.101     |
| 2003    | 207    | 5.662  | 1.137.119  | 95.863   | 281.328     | 267.031   | 169.038     |
| 60/1980 | 36,99  | 227,92 | 848,15     | 399,11   | 564,43      | -         | 799,42      |
| 80/1990 | 11,0   | 20,83  | 17,55      | 19,17    | 22,11       | 7,43      | 3,85        |
| 90/2003 | -6,76  | 182,96 | 96,52      | 33,32    | 81,49       | 111,70    | 117,12      |

Obs.: Os dados de 2000 e 2001 incluem também os docentes afastados de suas atividades: \*dados aproximados; \*\*dados de 1968; \*\*\*dados de 1971. Fontes: MEC/INEP/SEPLAN/SEEC

Tabela 17: Quadro geral do ensino superior privado – Brasil, 1960-2003.

| Ano     | IES    | cursos | Matrículas | Docentes | Vagas ofer. | Ingressos | Concluintes |
|---------|--------|--------|------------|----------|-------------|-----------|-------------|
| 1960    | 114*   | 610    | 41.287     | 8.975    | 16.276      | -         | 8.558       |
| 1965    | 243**  | 584    | 68.194     | 10.918   | 26.533      | -         | 10.632      |
| 1970    | 435*** | 1.014  | 214.865    | 21.015   | 75.455      | -         | 29.038      |
| 1975    | 645    | 2.053  | 662.323    | 37.191   | 241.486     | -         | 105.107     |
| 1980    | 682    | 2.126  | 885.054    | 49.451   | 177.874     | 239.253   | 147.929     |
| 1985    | 626    | 2.138  | 811.009    | 49.010   | 289.208     | 222.636   | 172.658     |
| 1990    | 696    | 2.711  | 961.455    | 59.737   | 347.775     | 281.009   | 152.352     |
| 1991    | 671    | 2.769  | 959.320    | 61.012   | 354.157     | 283.701   | 155.106     |
| 1992    | 666    | 2.837  | 906.126    | 62.161   | 363.799     | 261.184   | 154.077     |
| 1993    | 652    | 2.987  | 941.152    | 64.562   | 377.051     | 286.112   | 155.387     |
| 1994    | 633    | 3.150  | 970.584    | 66.197   | 396.682     | 303.454   | 158.025     |
| 1995    | 684    | 3.470  | 1.059.163  | 69.022   | 432.210     | 352.365   | 159.450     |
| 1996    | 711    | 3.666  | 1.133.102  | 73.654   | 450.723     | 347.348   | 160.404     |
| 1997    | 689    | 3.434  | 1.186.433  | 81.373   | 505.377     | 392.041   | 168.302     |
| 1998    | 762    | 3.980  | 1.321.229  | 81.384   | 570.306     | 454.988   | 195.401     |
| 1999    | 905    | 5.384  | 1.537.923  | 92.963   | 675.801     | 533.551   | 212.664     |
| 2000    | 1.004  | 6.564  | 1.807.219  | 109.558  | 970.655     | 664.474   | 235.664     |
| 2001    | 1.208  | 7.754  | 2.091.529  | 128.997  | 1.151.994   | 792.069   | 263.372     |
| 2002    | 1.442  | 9.147  | 2.428.258  | 150.260  | 1.477.733   | 924.649   | 315.159     |
| 2003    | 1.652  | 10.791 | 2.750.652  | 172.953  | 1.721.520   | 995.873   | 357.064     |
| 60/1980 | 498,25 | 248,52 | 2.043,66   | 450,99   | 1.607,26    | -         | 1.628,55    |
| 80/1990 | 2,05   | 27,52  | 8,63       | 20,80    | 25,16       | 17,45     | 2,99        |
| 90/2003 | 137,36 | 298,05 | 186,09     | 189,52   | 395,01      | 254,39    | 135,68      |

Obs.: Os dados de 2000 e 2001 incluem também os docentes afastados de suas atividades: \*dados de 1968; \*\*dados de 1971. Fontes: MEC/INEP/SEPLAN/SEEC –

<sup>145</sup> Ver Minto (2006: 180-1). A tabelas 17 e 18 tem dados tabulados por Fonseca (1992) e Martins (1991); 1968/ 1971, O ensino superior no Brasil, tabulado por Neiva (1992); MPGC – IPEA, tabulado por VAHL (1980); IBGE – Anuário estatístico do Brasil.

– como o excesso de vagas em relação à clientela potencial”. Pois a mesma acredita que:

[...] Na realidade, essa posição majoritária do ensino privado no sistema evidencia-se desde meados dos anos 60, quando o setor, com maior intensidade e velocidade que o setor público, respondeu a duas demandas que se complementam: a demanda da clientela estudantil por ensino superior e a demanda do mercado ocupacional por pessoas portadoras de diplomas de nível superior (SAMPAIO, 2000: 20).

Em momento algum a autora define sob que condições sócio-político-econômicas o ensino privado tornou-se "salvador da pátria" no período posterior a 1960. Argumenta, ainda, que o setor público, nesse período, também cresceu, mas não se orientou necessariamente para o atendimento da demanda de massa. Acreditamos, pois, estarmos diante de uma história muito mal contada.<sup>146</sup>

No momento, vamos nos limitar às contribuições de Chauí (2001), em que ela acredita que essas proposições/temáticas indicam uma estranha amnésia social e política. De fato, prossegue a autora,

[...] Parece que nos esquecemos de que, durante a ditadura militar, a classe dominante, sob o pretexto de combater a subversão, mas, realmente, para servir aos interesses de uma de suas parcelas (os proprietários das escolas privadas), praticamente destruiu a escola pública, de primeiro e segundo graus, cassando seus melhores professores, abolindo a Escola Normal na formação dos professores do primeiro grau, inventando a Licenciatura Curta, alternando as grades curriculares, inventando os cursos profissionalizantes irreais, estabelecendo uma política do livro baseada no descartável e nos testes de múltipla escolha e, evidentemente, retirando recursos para a manutenção e ampliação das escolas e, sobretudo, aviltando de maneira escandalosa os salários dos docentes. Que pretendia a classe dominante ao desmontar um patrimônio público de alta qualidade? Que a escola de 1º e 2º graus ficasse reduzida à tarefa de alfabetizar e treinar mão-de-obra barata para o mercado de trabalho (CHAUÍ, 2001: 36).

Continuando, Chauí nos alerta para o fato de que

[...] Feita a proeza, a classe dominante aguardou o resultado esperado: os alunos de primeiro e segundo graus das escolas públicas, quando conseguem ir até o final desse ciclo, pois supostamente estariam "naturalmente" destinados à entrada imediata no mercado de trabalho<sup>147</sup> não devem dispor de condições para enfrentar os vestibulares das

---

<sup>146</sup> Sobre esta questão e para um maior aprofundamento, recomendamos: Romanelli (1978), Fazenda (1988), Fonseca (1992), Freitag (1986), Martins (1988 e 1989), Cunha (1989), Germano (1993), etc...

<sup>147</sup> Hoje não temos tanta certeza assim!

universidades públicas, pois não estão destinados a elas.<sup>148</sup> A maioria deles é forçada a desistir da formação universitária ou fazê-la em universidades particulares que, para lucrar com sua vinda, oferecem um ensino de baixíssima qualidade. Em contrapartida, os filhos da alta classe média e da burguesia, formados nas melhores escolas particulares, tornam-se a principal clientela da universidade pública e gratuita. E, agora, temos que ouvir essa mesma classe dominante pontificar sobre como baixar custos e "democratizar" essa universidade pública deformada e distorcida que nos impuseram goela abaixo. Que é proposto como remédio? Para "baixar os custos", privatizar a universidade pública, baixar o nível da graduação e realizar, para a universidade, como versão-90, o que foi feito para o primeiro e o segundo grau na versão-70 (CHAUÍ, 2001: 36-7).

Não podemos deixar de registrar que, segundo Tedesco (2001: 113), “seria possível sustentar a hipótese de que, nos casos em que há oferta educacional privativa dirigida a setores sociais de poucos recursos, essa oferta também é pobre do ponto de vista de suas possibilidades compensatórias”.

Como mais uma demonstração de suas limitações, Sampaio (2000), nos apresenta o argumento, de que a “predominância de um ou de outro setor de ensino superior traduz, no limite, a escolha entre as duas alternativas que permitem responder à demanda de massa por ensino superior”. Sob esse aspecto, segundo a autora, “o sistema de ensino superior japonês assemelha-se ao brasileiro, uma vez que nos dois países os setores públicos e privados têm operado como divisão de funções complementares em relação ao mercado” (SAMPAIO 2000: 21-2). Isto posto, as palavras acima nos fazem lembrar Tedesco (2001), que argumenta que a:

[...] Experiência japonesa indica que a redução das exigências acadêmicas para permitir o ingresso passivo nas universidades públicas não gera maior equidade, mas ao contrário, confere à educação privada a possibilidade de atrair os filhos talentosos das famílias de alta renda e tornar-se, assim, o segmento de alta qualidade e prestígio do sistema educativo, do qual ficam excluídos os filhos de famílias de renda mais baixa (TEDESCO, 2001: 110).

E continuando, afirma que o Brasil encontra-se como um caso típico de aplicação regressiva dos recursos públicos em educação:

[...] Os filhos das famílias de classe alta freqüentam escolas primárias e secundárias privadas de boa qualidade, onde obtêm o preparo que lhes permite serem aprovados nos exigentes exames de ingresso às universidades públicas, os filhos das famílias de poucos recursos, ao contrário, recebem uma educação primária, de baixa qualidade, que não os habilita a obter boas pontuações nas provas de acesso à universidade e, portanto, têm de pagar por uma educação superior de baixa qualidade (TEDESCO, 2001: 110-1).

---

<sup>148</sup> Para este debate ver Freitag (1986) que se apóia nas posições de Cunha (1986).

E constata que a grande diferença entre os dois casos:

Reside nos níveis de equidade existentes na base do sistema educativo. Enquanto, no Japão o Estado garante a todos uma escola primária homogênea, no Brasil a escola primária é fortemente segmentada e o Estado não consegue assentar as bases da igualdade de oportunidades (TEDESCO, 2001: 111).

Onde estão as semelhanças defendidas por Sampaio? Nesses casos, os mesmos resultados no nível de ensino superior têm significados muito diferentes, quando se analisa o conjunto do sistema educativo, define o autor.

## 8. O ESTADO E O ESPÍRITO

À luz da literatura de apoio consultada sobre a origem e formação histórica do Espírito Santo, procuraremos reconstruir, em rápidas palavras, o processo de formação da estrutura sócio-econômica espírito-santense, com algumas passagens sobre o início da colonização, até o momento da proclamação da República, abordando como foi estruturado o poder das elites locais, naquele momento, e sua consolidação, subjugando<sup>149</sup> as populações indígenas e o trabalho escravo.

Poderemos tomar conhecimento das diferentes formas de articulação das elites com o Poder Central e repercussões do mesmo, bem como os mecanismos estabelecidos para atingir a manutenção do poder constituído e realizar a mediação entre o Estado e a sociedade, em nosso estado (SILVA, 1995: 24). As informações indicam que, até meados do século XIX, a economia do Espírito Santo tinha por base a produção açucareira, com toda a complexidade sócio-econômica-cultural daquele processo e círculo de produção.

Esta economia, baseada na produção do açúcar, era de reduzida grandeza frente à economia nacional.

[...] Além disso, processava-se de forma arcaica e em condições técnicas precárias, o que revela o baixo desenvolvimento das forças produtivas presentes no Espírito Santo. Do ângulo do modo de produção, reproduzia as relações vigentes no Brasil, isto é, o escravismo (SILVA, 1995: 47).

Com a não alteração substancial destas condições, ao contrário, com o agravamento deste quadro, gradativamente,<sup>150</sup>

Ocorreria um deslocamento da economia açucareira para a cafeeira, à medida que se verificou uma crescente demanda por café, no mercado externo, ocasionando, assim, um constante aumento no preço desse produto. Como consequência, o café passaria a dominar o cenário agro-exportador de então. No Espírito Santo, tais fatores, aliados à disponibilidade de terras propícia à cultura do café, favoreceram a substituição paulatina da lavoura canavieira pela cafeeira (SILVA, 1995: 48).

---

<sup>149</sup> Nunca sem resistência, lutas e revoltas.

<sup>150</sup> Introduzido no Espírito Santo no início do Séc.XIX, o café tornou-se destaque na nossa economia, expandindo-se como cultura predominante da economia agro-exportadora do norte ao sul da província. No extremo norte do estado, o porto de São Mateus foi singularmente significativo no escoamento do produto (BARRETO, 1999: 41).

O Espírito Santo vivenciará uma luta constante na definição de seu território, percorrendo as suas diversas e diferentes fronteiras, seja ao norte, com a Bahia, ao oeste com Minas Gerais ou ao sul, com o Rio de Janeiro.

[...] Simultaneamente, enquanto a região sul do Espírito Santo estava sendo ocupada pelo processo de expansão da fronteira agrícola carioca e mineira, na qual passaria a reproduzir aí a forma escravista de produção, a região central do Espírito Santo seria ocupada via imigração estrangeira. Posto que, exatamente, a partir de então, o governo Imperial passaria a promover mais intensamente a imigração européia, destinada a trabalhar nas grandes plantações cafeeiras, em virtude da mencionada crise de oferta de mão-de-obra. No roldão do processo, o Espírito Santo receberia, também, significativas levas de imigrantes (SILVA, 1995: 48).

De acordo com Marta Zorzal e Silva, no Espírito Santo, no entanto, a expansão cafeeira processou-se de forma bastante distinta daquela verificada em São Paulo.

[...] Em 1º lugar, em termos de localização espacial, tanto os estudos históricos de José T. de Oliveira como os estudos especializados mais recentes, os quais enfocaram a economia cafeeira [...], dão indicações que a expansão da cafeicultura capixaba se fez a partir da constituição de duas regiões produtivas distintas: a região sul, polarizada pelo Porto de Itapemirim e a região central, polarizada pelo porto de Vitória. Em 2º, a reduzida magnitude da economia espírito-santense aliada ao baixo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e a quase inexistência de infraestrutura (ferrovias, estradas, armazéns, portos, etc.) e, portanto, das atividades aí decorrentes, bem como aquelas ligadas ao meio urbano – comércio, bancos, comunicações, etc. – fundamentais para dinamizar o ritmo das atividades produtivas indutoras do processo de desenvolvimento, resultaria que a expansão cafeeira no Espírito Santo se processaria em ritmo muito mais lento e em condições muito menos vantajosas do que aquelas existentes em São Paulo. Em 3º, o caráter da imigração não foi o mesmo (SILVA, 1995: 50-1).<sup>151</sup>

Guardadas as devidas similitudes e diferenças com outros estados e, em particular, com o processo vivenciado em São Paulo, na relação do café e a origem da colonização<sup>152</sup> e gestação de mão de obra, podemos destacar que a imigração no Espírito Santo dialogava com a situação da definição de fronteiras do território capixaba, mas também dizia respeito à questão das finanças da província. Com a presença de muitas terras devolutas, ou seja, terras pertencentes ao estado,

---

<sup>151</sup> Atendeu a interesses e objetivos diferentes daqueles observados em São Paulo. De acordo com Carlos T. de Campos Jr., no Espírito Santo existiu “[...] uma explícita política de colonização na qual a vinda de imigrantes tinha o papel de elevar o contingente populacional, promover a ocupação territorial e expandir as potencialidades produtivas capixabas” (SILVA, 1995: 50-1).

<sup>152</sup> O maior contingente de imigrantes que chegou ao espírito Santo era de origem italiana. Concentrou-se em cidades da região serrana [...] vieram em condições idênticas às dos alemães. A principal atividade por eles exercida era a cultura do café, que posteriormente, passou a ser a principal fonte de renda dos colonos (BARRETO, 1999: 42).

procederam-se à transferência da mesma para o processo de colonização, sendo vendidas e ou também doadas.

[...] Nesse sentido, elas se constituíram em fonte de renda potencial para o erário público, além daquela que se verificaria com a futura produção delas advinda. Portanto, mais uma razão para que a política de imigração levada a efeito por D. João VI recebesse o “[...] apoio irrestrito dos Presidentes da Província” (SILVA, 1995: 51).<sup>153</sup>

Um outro propósito, atingido pelo café/colonização, foi contrabalançar o pólo dinâmico da economia capixaba, cujo centro começava a gravitar em torno da região sul (em um primeiro momento) e, na seqüência, a busca da centralidade da economia do governo na região central, reduzindo consideravelmente a influência/dependência na região sul.

[...] Como se verá adiante, o fato da região sul centralizar a dinâmica da economia, em última instância, acabava sendo prejudicial ao Espírito Santo. Isso porque a região não dispunha de infra-estrutura portuária para receber navios de maior calada. Resultado: a produção era levada, por cabotagem, para cidade do Rio de Janeiro, mantendo assim, a economia capixaba dependente do grande capital mercantil-exportador, localizado naquela cidade (SILVA, 1995: 52-4). Isto porque, na região sul, ao contrário, o processo de ocupação se realizaria a partir da extensão da fronteira agrícola carioca e mineira e, principalmente do esgotamento das regiões pioneiras de produção, tanto da província do Rio de Janeiro como da de Minas Gerais. Com isso, a ocupação se processaria reproduzindo as relações de produção vigentes naquelas regiões, isto é, a grande fazenda em bases escravistas de produção (SILVA, 1995: 54).

O Espírito Santo, passando pelas diferentes fases do açúcar, café, colonização e ou saindo do período colonial/imperial e chegando ao republicano, não encontrara grandes modificações em sua estrutura sócio-econômica-política. Como já sustentamos anteriormente, antes de 1930, o que comandava o estado era o café, e de acordo com Soares.

[...] A aliança varguista com parte dos cafeicultores não fez mais que preservar essa hegemonia. Assim, se em 1919 a participação capixaba na indústria nacional era de apenas 0,74%, em 1940 esse índice havia sido reduzido para ínfimos 0,35%. Em compensação, o café permaneceu como o principal produto de exportação (SOARES, 2005: 43).<sup>154</sup>

---

<sup>153</sup> Com efeito, a imigração no espírito Santo não visava a suprir um mercado de mão-de-obra pressionado por demanda, como em São Paulo. Sua natureza era distinta bem como o foi sua localização espacial. Na medida em que sua razão principal era a colonização, ela seria direcionada para as áreas despovoadas do Espírito Santo (SILVA, 1995: 51).

<sup>154</sup> Soares ainda sustenta que “a integração tardia do Espírito Santo no mercado nacional, em parte, inibiu o seu processo de industrialização. [...] Sua posição geográfica estratégica transformou-o no

Entendendo que a “integração tardia do Espírito Santo, no mercado nacional, em parte, inibiu o seu processo de industrialização”, destacamos aqui que a filogênese do Brasil, no que diz respeito à relação do Café com o processo de industrialização (podemos dizer em relação ao eixo Rio – São Paulo), não é em terras capixabas testemunhadas, pois como nos adverte Mello (1986), para o fato de que de certa maneira foi o café que industrializou o Brasil.<sup>155</sup> Foram os recursos financeiros excedentes, a força de trabalho, a logística do transporte do café e a geração de mercado consumidor que efetuou a industrialização, numa perspectiva de filogênese em termos de Brasil, e observamos que, na ontogênese do desenvolvimento industrial no Estado do Espírito Santo, o café era, sem dúvidas “o principal produto mercantil capixaba, representava 52% da produção agrícola, 53,4 do valor total das exportações e 56,5% do valor da receita do Estado, no final da década de 60. Mesmo assim, acentua José Arthur Rios, o café não foi capaz de produzir uma concentração de capital suficiente para “patrocinar a industrialização do Estado” (SOARES, 2005: 43-4).

Abriremos um rápido parágrafo, para apresentar algumas considerações sobre um aspecto que nos desafia, pois, parafraseando Lins (2003: 49) “as escolas roubam da agricultura o tempo que os pobres dedicam ao estudo”. A frase de origem é “as escolas roubam da indústria o tempo que os pobres dedicam ao estudo”. Poderíamos dizer que a agricultura no ES, em especial o café, em um determinado período, verificou na escola uma concorrência não muito agradável e, decerto, deveria ser contingenciada? Não nos parece uma questão simples, e nem acreditamos que possamos esgotá-la de forma simples, mas que nos parece importante e com grande poder de explicação para a questão do desenvolvimento educacional e econômico em nosso estado.

Sobre esta possibilidade, Lins (2003) nos apresenta um debate entre a intelectualidade inglesa e portuguesa que, de certa maneira, traduz-se no debate

---

importante corredor de exportação do minério de ferro de Minas Gerais, mas isso não significou também nenhum avanço imediato na industrialização” (SOARES, 2005: 43).

<sup>155</sup> Segundo Barreto, de forma gradativa, a necessidade de operários alfabetizados vai impondo a expansão do ensino. A escola, até então direcionada às elites, precisava tomar rumos mais populares. Em meio às transformações sociais e políticas, a educação torna-se objeto de reformas, nas quais o humanismo clássico e a tendência realista ou cientista se revezam. O positivismo se destaca como influência teórico-filosófico marcante no cenário educacional brasileiro (BARRETO, 1999: 36).

entre as expressões de economistas defensores dos modos de produção capitalistas, verificados em ambos os países, o primeiro indústrial-urbano e o segundo eminentemente agrário. Este debate se traduzia em definir qual é a relação que desempenha o desenvolvimento econômico e o processo educacional.

Sobre isto, segundo Lins (2003) encontramos diferentes posições e em pólos distintos, pois,

[...] Saber ler, escrever e conhecer a aritmética consistem em artes muito nocivas para o pobre, obrigado a ganhar o pão de cada dia mediante sua faina diária, o que significa que cada hora que esses infelizes dedicam aos livros é outro tanto de tempo perdido para a sociedade (MANDEVILLE, 1982: 191, apud Lins, 2003: 3)

Isto posto, podemos afirmar que “a ignorância é uma necessidade histórica na sociedade burguesa” (LINS, 2003: 2) aos olhos desses defensores. Assim sendo, “a negação da escola, em Portugal, para a classe trabalhadora, nos séculos XVI, XVII e XVIII, encontra uma íntima relação com a necessidade histórica de braços para as manufaturas” (Lins, 2003: 9). Para Mandeville (1982: 191):

[...] O ato de exercitar diariamente atividades vulgares e simples, como se caracteriza o trabalho da maioria da “gente comum”, não permite a essa parcela da população usar ou aperfeiçoar a sua capacidade intelectual. Esse fenômeno geraria progressivamente uma “sociedade de incapazes” [...]. Toda a sua preocupação em preservar o mínimo da capacidade intelectual do trabalhador tem como objetivo garantir a existência de um contingente de trabalhadores eficientes para o capital (LINS, 2003: 22).

Esta posição também é corroborada com os argumentos de um grupo de economista, mesmo na Inglaterra, pois segundo Lins, na análise do discurso de alguns autores da economia política inglesa,

[...] Percebe-se que, naquele país, a educação [...] torna-se uma questão importante à medida que a escola passa a representar uma questão importante, à medida que a escola passa a representar uma ameaça às manufaturas [...] com a argumentação de que o tempo que o pobre passa na escola é tempo roubado à produção [...]. Na verdade, a expropriação na Inglaterra atinge tais dimensões, que permitir a escolarização dos camponeses seria equivalente a dotá-los de habilidades intelectuais que as necessidades manufatureiras dispensam (LINS, 2003: 30).

O pólo oposto sustenta a tese de que a escola era necessária à produção de uma doutrina fabril, logo não existia tempo perdido e, sim, o tempo dos pobres nas

escolas era um tempo ganho para as fábricas, na medida em que passaria a se apropriar de um trabalhador mais qualificado, com maior destreza e disciplina para o trabalho.

[...] Nota-se, que nesse momento, o capital necessita de muitos braços. O terror contra a vadiagem por falta de trabalho é transformado em leis de “proteção” aos pobres. O capitalismo cria, a partir de então, os meios de impedir que o exército de ociosos se transforme em outra coisa que não seja simples vendedores de força de trabalho (LINS, 2003: 41).

Podemos constatar uma hipótese que defende que, conforme o tipo de definição de riqueza, no caso de Portugal e Espanha,<sup>156</sup> fundamentada em grande parte nas relações feudais e, portanto, no acúmulo de terras e entesouramento de riquezas, sobretudo ouro e prata, gerara um tipo de relação com a escola, por conseguinte, um tipo de relação com os trabalhadores e seus estudos, que diferira radicalmente da sociedade e países mercantis, no caso os Países Baixos, França e Inglaterra, com a sua concepção moderna de riqueza, que reservara outro tipo de relação com a escola, dos trabalhadores/estudantes e seus estudos.

[...] A concepção de educação deixa de estar relacionada com a violência e assume uma relação direta com o trabalho. A economia política afirma que a única forma de prevenir o crime, evitar a “vagabundagem” e desenvolver as manufaturas é tornar todos “abelhas laboriosas”. Entende-se que nesta relação – educação X trabalho – acontece o surgimento da necessidade da ignorância, como a forma mais racional para a burguesia disciplinar a classe que deverá ser a produtora da riqueza (LINS, 2003: 41-2).

Essa apresentação nos parece ser pertinente, pois nos revela que “a história da educação vai muito além da história da pedagogia; na verdade, é a história de uma sociedade” [...] exigindo, de nós, perceber “por que, no século XVII, a população compreendida na faixa etária de 6 a 16 anos é tratada como força de trabalho em potencial e não como população escolarizável. Em que momento ocorre a mudança?” (LINS, 2003: 38).

Segundo Lins (2003), Mandeville procura mostrar uma relação estreita entre as escolas [...] e desenvolvimento de um conjunto de virtudes e qualidades que, segundo o autor, provocam indolência e preguiça e, naturalmente, a ruína da sociedade. Portanto, verifica-se que o fundamento de seu discurso se “baseia em

---

<sup>156</sup> No início do século XVIII.

tratar as necessidades do capital como de natureza humana [...] as classes são uma necessidade humana. Para a realização do pacto entre os homens, torna-se necessário que uma classe trabalhe e outra seja ociosa” (LINS, 2003: 45).

Assim, para esse pensador, não permitir o acesso à cultura, a expropriação do saber é a forma mais segura para se garantir a laboriosidade de uma classe. “Esse autor entende que a educação, mesmo a mais desenvolvida, é uma mercadoria como qualquer outra, que não deve ser imposta gratuitamente à sociedade” (LINS, 2003: 47).

Percebe-se que a contradição entre Mandeville e Adam Smith é resultado das condições e dos conflitos do próprio processo de acumulação [...]. Ele entende que os princípios da civilidade, ensinados aos pobres, podem despertar outros interesses e desviá-los de sua natureza ou propensão para trabalho fatigante.

Ao se apontarem as diferenças do processo de apropriação e acumulação do capital, na Inglaterra e em Portugal, pretende-se, tão-somente, entender que a realização do ideal burguês em Portugal passa, principalmente, pela iniciativa do estado e que a burguesia portuguesa tem como parâmetro a Inglaterra [...]. No entanto, “a Inglaterra, a servir-lhe de modelo, é a nação corporativa, escravagista e monopolista dos séculos XVI e XVII e não a Inglaterra manufatureira e liberal do século XVIII” (LINS, 2003: 56).

[...] Ao se mostrarem as diferenças entre o processo de expropriação e acumulação do capital na Inglaterra e em Portugal, têm-se o objetivo de apresentar as dessemelhanças e de compreender que estas desaparecem à medida que se colocam como questão a organização e o disciplinamento (ou educação) da classe trabalhadora (LINS, 2003: 59).

Então, por mais paradoxal que nos parece, o café, corroborado pelo conservadorismo na agricultura, também retardou a urbanização no Espírito Santo e, de certa maneira, ajudou a produzir “um capitalismo tardio” em nosso Estado, e com repercussões significativas em nosso sistema educacional, pois a “produção desse café, como ressaltam documentos oficiais, estava subordinada a técnica

rudimentares. [...] Mesmo assim, entre 1940 e 1960, o Espírito Santo expandiu sua fronteira agrícola para o norte, semeando café” (SOARES, 2005: 44).<sup>157</sup>

Esta situação de monocultura do café, processo de ocupação rural proveniente desta mesma monocultura e a sua rudimentar condição, repercute/produz, imediatamente, a “continuidade da hegemonia dos mesmos segmentos que dominam o governo no final da era Vargas”. Mudou-se para continuar a mesma situação, situação que nos leva a lembrar que:

[...] No Brasil, a evolução do sistema industrial esteve muito ligada à economia de exportação. É esta a razão pela qual industriais, exportadores e produtores rurais podiam participar do mesmo imaginário político. Essa solidariedade, essa construção social imaginária comum, foi o que permitiu ao coronel continuar a reinar, placidamente, durante todo o período. Mesmo a industrialização deslocou o coronel para o coração das indústrias. Transformou, em muitos casos, o latifundiário em industrial. Criou uma espécie de coronelismo empresarial (VASCONCELLOS, 1995: 63).

Um segundo aspecto que nos interessa é que tal cenário de “uma economia de sobremesa” provocou graves repercussões da educação.<sup>158</sup> Segundo Soares, “o varguismo começou demitindo todos os professores primários contratados por concurso (leigos), além de dividir os professores normalistas em quadro categorias, reduzindo os salários de todos os docentes que contavam menos de 15 anos de serviços” (SOARES, 2005: 46).

[...] Nessa época, reconhecia Lindenberg, os padrões de vencimentos dos servidores do Estado não eram “condizentes com as condições de vida hodierna e com dignidade de sua elevada missão”. Se era essa a situação entre professores e estudantes de magistério, as decadentes instalações físicas das escolas representam outro problema grave, apontando pela *Mensagem* (SOARES, 2005: 47).

O desafio apresentado ao Estado do Espírito Santo, aos seus governos, à elite agrário-exportadora e à incipiente burguesia industrial é o de como garantir que o

---

<sup>157</sup> Dados do Censo Demográfico de 1960 indicam que as atividades agropecuárias ocupavam 60% da população economicamente ativa (desde, 80% cuidavam do café). Cabiam 26% aos serviços e somente 6% da população economicamente ativa dedicavam-se à indústria (SOARES, 2005: 44).

<sup>158</sup> Não se tem registro de um levantamento dos dados reais da escolaridade nacional, no período de 1907 a 1912. Estima-se, entretanto, que 65% da população jovem seria analfabeta. Era urgente, portanto, criar e organizar as escolas primárias no Brasil. Isso, numa época em que os países mais desenvolvidos já vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública universal, gratuita, tendo em vista a imposição do processo industrial, a necessidade de produção e a responsabilidade do estado em educar o povo (BARRETO, 1999: 37).

estado não se distanciasse tanto dos níveis de industrialização alcançado por estados vizinhos, ou seja, como efetivamente iniciar o seu processo de industrialização com independência e autonomia. Dosar as suas potencialidades na direção da industrialização, com as suas limitações, desafio que não era nada fácil, pois como afirma Soares (2005: 47) “o primeiro governo, após o Estado Novo, estimava que não era exagero afirmar que o Estado precisava de cerca de 3.000 prédios escolares para abrigar as 70 mil crianças que estavam fora da escola.”<sup>159</sup>

A um consenso ou objetivo comum se chegaria, ou seja: a de que “esse projeto de industrialização não poderia se desenvolver sem a formação programada e sistematizada de mão-de-obra. Essa é uma das razões que levaram à criação de faculdades e da Universidade do Espírito Santo em seu governo” (SOARES, 2005: 48).

---

<sup>159</sup> De acordo com Soares (2005: 47). Para financiar essa obra calculava que seriam necessários 20 anos de “permanentes consignações orçamentárias” para resolver o problema, sem levar em conta, evidentemente que “as necessidades irão se multiplicando com o crescimento da população”.

## 9. OS AVANÇOS DO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO ES

O ensino público no Estado do Espírito Santo tem uma história digna de nota, com avanços e recuos, atropelos e embaraços que percorre toda a República, diferentes governos e toda a sociedade.

Mas nos ocuparemos da história da educação nos últimos 50 anos<sup>160</sup>, mais especificamente pós Estado Novo,<sup>161</sup> um período “democrático” e que já apresenta interessantes questões. Nas palavras de Soares (2005).

[...] Quando afirmou, na sua posse, em 1947, que as diretrizes do ensino de seu governo se baseariam na unidade do “idioma pátrio” e na “unidade de crença que nos dá a Religião católica”, o primeiro governador eleito do Estado do Espírito Santo após a era Vargas, Carlos Lindenberg, estava confirmando, pelo viés mais conservador, a continuidade da hegemonia de um dos setores privatistas do ensino no campo educacional (SOARES, 2005: 51).

A partir desse texto, verificamos a opção conservadora católica de uma política de Estado. Repercutindo, imediatamente, os interesses privatistas e sendo, esta política educacional, repercussão dos interesses das escolas privadas e de seus proprietários, sacramentada na definição do governo, que “Declarou-se filiado à corrente dos que entendem que o Governo, em matéria de instrução secundária, deve exercer apenas a ação supletiva, fomentaremos a criação de ginásios particulares pelo interior” (SOARES, 2000: 51).

[...] Com isso, Lindenberg queria barrar o processo de estadualização de ginásios, que cresceu no governo de seu adversário, Francisco Lacerda de Aguiar. Mas esse processo, que contrapunha o ensino público ao privado, independente da sua vontade, ganhou força com o fim do Estado Novo (SOARES, 2005: 52).

Ainda que verdadeira esta opção, e o era, é certo também que conviviam, no interior do estado, os defensores da escola pública que também adentravam os segmentos

---

<sup>160</sup> A educação era um privilégio para os abastados e um mito para a maioria da população, uma vez que o estado mantinha 124 escolas, para uma população presumível de 250.000 habitantes, na primeira década deste século (BARRETO, 1999: 47).

<sup>161</sup> A opção por este período faz sentido por conta de que é a partir do mesmo que ganha força o debate sobre a criação da universidade do Espírito Santo, entender as políticas educacionais do período e suas nuances nos oportunizara elementos para uma melhor compreensão das políticas educacionais futuras e o rebatimento na origem da UFES.

sociais mais esclarecidos e engajados e que segundo Soares, “para surpresa de muitos e a indignação dos integralistas, as novas propostas surgiam tanto da boca de sindicalistas como de profissionais liberais, médicos e professores” (2005: 52).

Um outro debate, aliado à abertura de escolas públicas, era o sentido desta escola e quais os seus propósitos. Como protagonista desse debate, Attilio Vivacqua (apud, SOARES, 2005) “entendia que o ensino era fundamental para o projeto de industrialização, que despertava o apoio até dos comunistas”. Ele propunha:

[...] Restabelecer o projeto da Escola Ativa – preparação para o trabalho com formação humanista e cidadã – que a “revolução” de Vargas destruíra;  
[...]  
Estender a educação popular e gratuita a todas as camadas sociais, em especial a área rural;  
[...]  
Implantar cursos noturnos para os trabalhadores, em colaboração com Senai e o Senac;  
[...]  
Usar o rádio e o cinema nas escolas, instalar bibliotecas e implantar transporte coletivo para os alunos, nas zonas urbana e rural;  
[...]  
E criação de institutos científicos, construindo a base para a fundação da Universidade Espírito-Santense (SOARES, 2005: 52)”.

Não é difícil constar que os partidários e defensores da escola de ensino público, laica, gratuita, democrática e provida como responsabilidade do Estado eram evidente minoria. E por conta desse quadro, dessa correlação, Soares (2005) afirma que a proposta hegemônica, liderada pela Igreja Católica – e defendida pelo governador – satanizava as “fermentações doutrinárias formadas no pós-guerra, com ideologias exóticas, explorando a boa fé de alguns, a ambição de outros e a ignorância de muitos” (SOARES, 2005: 52-3).

As poucas escolas públicas carregavam um DNA, a condição dualista, expresso em uma boa escola para poucos e uma escola de condições depreciadas para muitos, que, ainda assim, era um número muito pequeno, se considerado o número total de crianças e jovens sem acesso à escola.

Se eram gritantes as condições de trabalho,<sup>162</sup> de ensino e de aprendizagem, assustador também era o acesso, ou seja, “para 52.272 matrículas no ensino primário em 1947, havia 70 mil crianças fora da escola. É evidente que tudo isso gerava descontentamentos, explícitos ou não” (SOARES, 2005: 53).

Desconsiderando toda essa situação de mazelas com a escola pública e, independente das decisões da Assembléia Constituinte,

[...] O governo foi coerente com sua afirmação de organizar o ensino de acordo com os princípios católicos. Na prática, isso resultava em generosos repasses de verbas para os colégios católicos, diretamente ou através de recomendações dos deputados, algumas realizadas com o objetivo explícito de evitar “a criação de estabelecimento oficial”. Esse era um procedimento que vinha desde o Estado Novo. Assim, o Estado doou o terreno e construiu o prédio do moderno Colégio Salesiano, que pagou o “empréstimo” com a oferta de matrículas a alunos indicados pelo governo. O Sacré Coeur de Marie também ganhou um terreno imenso, numa das áreas mais nobres da capital, que recebeu terraplanagem e incluía até uma praia privativa. Isso gerava protestos tanto dos defensores do direito público, como dos que eram preteridos (SOARES, 2005: 59).

Protestos, tanto dos defensores do direito público, quanto dos que eram preteridos, um ou outro, podem muito bem serem expressos nas palavras do professor Areobaldo Lellis, ex-defensor do Estado Novo, que qualificou o acordo com o Salesiano como:

[...] Uma tentativa de acabar com o nosso ensino oficial secundário”, produto de uma “noção equivocada do papel do estado”, quando o Colégio Estadual ainda não tinha dependências adequadas (Soares, 2005: 59). Alvino Gatti denunciava: *os Salesianos estão construindo um grande edifício a acolher centenas de jovens. Os padres Pavonianos, igualmente, estão levantando um estabelecimento educacional em Santo Antônio. Os irmãos maristas farão o seu ginásio em Vila Velha. E a Congregação Sacré Coeur de Marie ampliara o seu educandário na Praia do Canto. Todos estes estabelecimentos têm recebido ajuda oficial, quer em dinheiro, quer em doações de terrenos* (SOARES, 2005: 59-60). Grifo do autor.

Esta situação de recursos públicos remunerando os interesses privados, o parque educacional da iniciativa privada, em extremo prejuízo da esfera pública, eram executados diante de uma situação de abandono, de descaso da escola pública,

---

<sup>162</sup> A decadência do organismo educacional do Estado tendo como causas o êxodo dos professores normalistas, o crescente número de docentes leigos, a falta de estímulo para o trabalho e o aperfeiçoamento, a carência de orientação pedagógica. O baixo padrão de vencimento, e a inexistência de uma carreira magisterial. (...) Temos, em consequência, um baixo teor de rendimentos do ensino fundamental comum (SOARES, 2005: 53).

mesmo diante de reconhecimento oficial, das autoridades locais e até do secretário da pasta da educação.

[...] Isso ocorria quando o governador havia reconhecido oficialmente que “na própria capital há um só Grupo Escolar para tal fim construído”. Os demais funcionavam “em prédios adaptados, a maioria dos quais alugados”. No interior, eram “poucos os grupos escolares e raríssimos os prédios para escola isolada construídos de acordo com planos à sua finalidade”. O ensino necessitava de cerca de “3000 prédios escolares”, o que levaria “20 anos de permanentes consignações orçamentárias para os resolver, e isso sem levar em conta que as necessidades irão se multiplicando com o crescimento da população” (SOARES, 2005: 60).<sup>163</sup>

A importação das práticas e concepções de um projeto originário de Pernambuco, no final dos anos 40, faz nascer um outro setor do ensino privado, com grande apelo social, e irrigado com recursos públicos: a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG).

[...] Adotada pela Academia Capixaba dos Novos, condenada a “educação como um privilégio para os economicamente favorecidos”, mas pensava seguir as lições do Papa leão XIII “em contraposição às doutrinas de Marx”, que prega “a luta de classes”. Para seu presidente, o líder estudantil Christiano Dias Lopes, se o governo não podia dar a gratuidade no ginásio “que o façam, os particulares, os homens ricos das indústrias, do comércio, da agricultura, os moços idealistas, os homens todos de boa vontade”. Com essas concepções, ele não teve dificuldade para conquistar o apoio do Governo, criando cursos ginasiais noturnos, que se instalariam em prédios de escolas oficiais, sem nenhum ônus. Mas cobrando mensalidades dos alunos (SOARES, 2005: 61).

Poderíamos dizer que Christiano Dias Lopes edificou e desenvolveu a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e, ao mesmo tempo, foi produto dela, no sentido da consolidação de sua liderança político-eleitoral.

[...] Quando assumiu o novo governador, Jones dos Santos Neves Filho (PSD), Christiano Dias Lopes tornou-se oficial de seu gabinete. Essa foi a base principal de sua carreira política. Christiano elegeu-se deputado estadual, o que também representou um salto para a CNEG, que não parou mais de crescer. Obtendo autorização da Assembléia Legislativa, fazendo acordos com municípios ou com o estado, esses ginásios começaram a se espalhar pelo interior, sempre usando os recursos públicos. Esse processo só passou à mingua, e até regrediu, no governo de Francisco Lacerda de Aguiar (SOARES, 2005: 61).

---

<sup>163</sup> Portanto, nas palavras de Soares, (2005: 60) parece que tinha razão o ex-deputado Benjamim Campos, quando questionava: se havia recursos para aquelas doações às ordens religiosas, não havia razão para não amparar a situação do professorado que amargava baixos salários.

Até aqui, podemos perceber duas grandes movimentações: a primeira, dos defensores da escola pública, com grande tendência de uma escola pública para o desenvolvimento, para o fomento de mão-de-obra, não mais que isto; a segunda, os defensores das escolas privadas, que se subdividiam originalmente entre católicos e protestantes, os quais pugnavam por recursos públicos. Recursos que, em tese, deveriam ser destinados à melhoria das escolas e da educação pública.

Em um segundo momento, este segmento perde um pouco a sua unanimidade religiosa, seja católica ou protestante, e tem-se um crescimento do ensino laico privado. A este movimento, acrescenta-se um novo seguimento no interior do campo dos defensores do ensino privado, ou seja, “ao lado dessas correntes privadas do ensino, cresceu outra, onde predominava a preocupação empresarial, mas que também buscava as verbas públicas” (SOARES, 2005: 61).

Em 1953, com o fortalecimento do movimento de encampação<sup>164</sup> de colégios privados, e frente às ameaças que aparentemente o governo apresentava ao setor privado, “a divergência religiosa foi colocada em segundo plano perante às ameaças de “encampação” de colégios privados pelo Estado, ou seja, a pressão social por ginásios públicos gratuitos começava a corroer a aliança entre o ensino privado e os Governos” (SOARES, 2005: 63).

Em 1958, com a Associação Profissional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário, o setor privado buscava a sua unidade frente às ameaças apresentada pelos defensores das escolas públicas e de possíveis dificuldades que os governos viessem a apresentar aos seus interesses de defesa e ampliação do ensino privado. Tal unidade, no sentido do fortalecimento do ensino privado e de seus interesses, não se deu sem traumas, pois:

---

<sup>164</sup> [...] A exaltação dos ânimos nacionalistas logo foram transpostos para a educação, particularmente no interior do Estado. As escolas privadas debilitadas e a falta de vagas levaram os pais de alunos e estudantes a pressionarem pela “encampação” de colégios privados pelo Estado, como fazia com as empresas [...]. Além das questões políticas, que atravessavam os campos político e educacional, alguns estabelecimentos educacionais falidos, ou outros criados por deputados, aproveitaram o movimento para vender caro o seu patrimônio (SOARES, 2005: 65).

[...] Mesmo assim, a Associação só foi possível com o pacto de unidade em torno do diretor do Colégio São Vicente, Aristóbulo Leão, católico fervoroso, que se tornou o primeiro presidente, cabendo uma vice-presidência ao protestante Alberto Strang Jr. E a outra, ao padre Pergentino Pinheiro Motta. Esse pacto perdurou até 1964, pelo menos (SOARES, 2005: 63).

Ainda assim, com todas as barreiras e dificuldades vivenciadas, o ensino público cresceu ou teve que crescer, mais por uma exigência social do que por uma doação dos governos e de suas políticas educacionais. Soares (2005) nos apresenta algumas considerações:

[...] Uma das bases principais de sua expansão foi econômica. O setor social que podia pagar o ensino para os filhos era limitado. Mesmo com a oposição dos governantes conservadores, a matrícula efetiva nas escolas primárias públicas saltaram de 57.098 em 1945 para 91.552 em 1955 – um aumento de 60,34%. Com isso, a matrícula nas escolas privadas ficaram praticamente estagnadas, pois de 3.860 em 1945 passaram para 4.948 em 1954 – um incremento de apenas 21,99%. Esses números indicam a grande pressão social pelo ensino gratuito. No ensino médio, o Estado tinha apenas três colégios em 1945, passando para quatro no início da década de 50, com apenas 2.775 matrículas. O setor privado contava em 1953 com 29 estabelecimentos. Só para se ter uma idéia das distorções dessa política com o apoio oficial a CNEG implantou cinco ginásios em quatro anos – mais que o Estado em toda sua história educacional. O setor privado controlava cerca 70% do ensino médio. Com apenas uma faculdade, este era o ensino de maior nível do Estado, freqüentado fundamentalmente pela elite (SOARES, 2005: 63-4).

Os dados, nos apresentado por Soares, são críticos e merecem relevo

|              | <i>Privado (matrículas)</i> |       | <i>Público (matrículas)</i> |        |
|--------------|-----------------------------|-------|-----------------------------|--------|
| Ano          | 1945                        | 1953  | 1945                        | 1953   |
| Primário     | 3.860                       | 4.948 | 57.098                      | 91.552 |
| Ensino médio | 70% da demanda              |       |                             | 2.775  |

(SOARES, 2005)<sup>165</sup>.

Se acompanharmos o raciocínio apresentado pelo autor, o que vamos encontrar? Estando a escola privada com 3.860 matrículas no primário em 1945 e, em 1953, com 70% da demanda apresentada. Estando a rede pública com 57.098 matrículas no primário, em 1945, e apenas 2.775 matrículas no ensino médio, em 1953, podemos deduzir que em torno de 95%, ou mais, dos alunos do primário da escola pública não chegavam ao ensino médio, muitos destes deviam ingressar na escola privada para continuar os seus estudos, dado à insignificante presença do poder público neste nível de ensino.

<sup>165</sup> Os dados são apresentados por Soares (2005) e a tabela por mim constuída.

Salta aos olhos uma outra informação: “Só para se ter uma idéia das distorções dessa política, com o apoio oficial a CNEG implantou cinco ginásios em quatro anos – mais que o Estado em toda sua história educacional” (Soares, 2005: 63-4). Isto mesmo, em apenas 4 anos um único segmento da escola privada cresce mais que todo o ensino público, em toda a sua história, e para espanto dos defensores da escola pública, esta pujança e crescimento ocorrem com recursos do poder público. Parafraseando Soares (2005) “parece que tinha razão o ex-deputado Benjamim Campos, quando questionava: se havia recursos para aquelas doações às escolas privadas, não havia razão para não amparar a situação da escola pública, pagando melhor o professorado que amargava baixos salários, melhorando as condições físicas das escolas e não permitindo que houvesse crianças fora da escola”.

O que justificava esse posicionamento dos governos<sup>166</sup> em relação à escola pública? De acordo com Soares (2005), uma resistência justificada nos “altos custos de manutenção” e que aos olhos da “gerência pública dos interesses privados” tornava-se melhor “reavivar a contribuição da iniciativa particular” (SOARES, 2005: 64).

Como resultado dessa política educacional e das condições sócio-econômicas,

[...] A insatisfação social se manifestava tanto contra os “exames de admissão” que selecionavam os alunos [...], como em protesto aos preços das mensalidades, pois as bolsas de estudo só eram acessíveis a uma minoria, geralmente no âmbito das influências políticas. Isso provocou a formação de novas concepções. Pouco a pouco, os proprietários de colégios, antes apresentados como prestadores de serviço de interesse público, se transformaram em “gananciosos” (SOARES, 2005: 64).<sup>167</sup>

De forma aparentemente contraditória, mesmo com todas as dificuldades da educação pública, o governo Jones Santos Neves – que considerava caro os custos do ensino secundário para o poder público – promoveu o ensino superior, muito mais dispendioso, criando a Universidade do Espírito Santo, que nos parece o fortalecimento maior do ensino público.<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> Neste momento nos referenciamos ao governo de Jones dos Santos Neves, mas que no geral não foge à regra das políticas governamentais em educação.

<sup>167</sup> Os exames de admissão ao ensino secundário eram rigorosos – e mais ainda nos colégios públicos -, para adequar as matrículas ao reduzido número de vagas (Soares, 2005: 65).

<sup>168</sup> Mais uma vez destacamos que os governos argumentavam que não havia recursos para democratizar o ensino fundamental, garantindo o acesso à maioria das crianças em idade escolar.

Duas situações bem cristalizadas contrastavam, em dois extremos, as escolas públicas e privadas. As primeiras viviam toda sorte de dificuldades e, como exemplos concretos temos, entre os inúmeros:

[...] Em 1947, o Grupo Escolar Ericina Santos estava instalado no morro Santa Clara, no mesmo prédio do hospital de doenças venéreas; em 1948 desabou o prédio onde funcionava o Jardim de Infância Enestina Pessoa; o Grupo Escolar Alberto de Almeida, no Bairro de Santo Antônio, também em Vitória, funcionava há mais de 20 anos no antigo matadouro, um prédio condenado. Até o Colégio Estadual não tinha ainda prédio próprio que atendesse “aos rigores da pedagogia moderna” (SOARES, 2005: 74).

As segundas apresentavam um outro quadro e, como já nos referimos anteriormente, com dinheiro público. A realidade de penumbra<sup>169</sup> em que viviam as escolas públicas contrastava, significativamente, com as escolas privadas. “Não só aquelas luxuosas e suntuosas da igreja Católica, construídas com dinheiro público e doações, mas outras escolas privadas da capital e do interior, que também recebiam recursos do governo” (SOARES, 2005: 75).

As posições entre os defensores do público e do privado se acirravam e se politizavam com um reforço ideológico de ambas as partes. Em relação ao campo dos defensores da escola pública, verificamos que, “ao mesmo tempo, professores e estudantes participavam ativamente das campanhas pelo monopólio do petróleo”. A campanha nacionalista do “petróleo é nosso” tomando corpo e expressão no estado do Espírito Santo, tornava aglutinador e impossível ficar de fora para os grupos defensores da escola pública.

Assim, de acordo com Soares (2005) o I Congresso Estadual de Defesa do Petróleo realizou-se na Escola Normal Pedro II. A política ia penetrando o campo educacional, apesar do discurso e da ação governamental de mantê-lo “apolítico”. Isto posto, o discurso de que o campo educacional tem que ser apolítico não deixa de ser um discurso político.

---

Mas para o Governador, tratava-se de criar no Estado a “sublime mística da educação” (Soares, 2005: 66).

<sup>169</sup> Um exemplo de descaso e que remonta ao período pombalino, ou seja, as aulas régias é descrito por Soares, quando afirma que “na maioria dos casos, elas pagavam para trabalhar, pois o prédio era alugado, frequentemente sob a responsabilidade da professora – um costume que veio do século XIX” (SOARES, 2005: 77).

Do outro lado, num movimento que em 1958 geraria a Associação Profissional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário, os defensores do ensino privado não estavam parados, “em novembro de 1951 instalaram em Vitória o I Congresso Extraordinário da CNEG” (SOARES, 2005: 83). Ao seu modo, e frente às contradições presentes em seu interior, o setor privado buscava a sua unidade e o seu fortalecimento.

Com um quadro que não sofrera significativas modificações ao longo da década de 50, passando pelo amplo movimento de reformas de bases, que no campo educacional se traduzia em dilatar a oferta da educação, em todos os níveis, e a sua democratização interna, chegamos aos acontecimentos de 1964, que desequilibrara profundamente a precária relação do ensino público e privado. Desta forma, de acordo com Soares (2005: 117-8) “somente em 1967, com o fim das eleições diretas, que o presidente da CNEG, o “revolucionário” Christiano Dias Lopes, tornou-se governador do Estado, através de eleições indiretas”.

Estamos diante de uma situação singular, pois está respondendo pelo governo estadual o presidente de um movimento de educação privada, de um forte segmento do ensino privado que pugna, substancialmente, por recursos públicos, em um momento em que o governo ditatorial impõe, com “requite de crueldade”, o seu modelo de desenvolvimento social e econômico. Como já vimos anteriormente, este projeto de sociedade se expressa no campo educacional pela exacerbação do campo privatista. Mas, ao mesmo tempo, é um momento em que cresce a demanda por educação pública<sup>170</sup> e que, também, o governo e os empresários necessitam de mão-de-obra em quantidade e em qualidade para os projetos econômicos.

A situação do Espírito Santo é emblemática, e ao mesmo tempo problemática,

[...] No ensino médio, que contava com estímulo oficial, tanto com recursos para obras e equipamentos como bolsas de estudos, a situação se invertia: dos 151 estabelecimentos, 63,5% eram privados; 31,8% pertenciam ao Estado; 2,6% aos municípios e apenas 2% ao Governo Federal. O próprio

---

<sup>170</sup> Ver movimento dos excedentes nos vestibulares e as reformas constitucionais que criaram o 1º grau, juntando o primário e o antigo ginásio, acabando com o exame de seleção. Amplia-se a obrigatoriedade da oferta da educação no Brasil. Entendemos aqui, que mais do que uma “benevolência da ditadura”, esta mudança na legislação refletia tardiamente as pressões sociais locais e igualmente os acordos internacionais.

governo reconhecia que “pela pressão de fatores de natureza econômica, o volume do ensino médio público está em constante ascensão”. Acrescentava que suas tendências seriam suplantadas “a médio prazo, a rede particular”, apenas como argumento para obter recursos em nível federal. A própria Constituição Federal de 1967, depois de eliminar a vinculação orçamentária de recursos para o ensino, estabeleceu que o ensino médio só seria gratuito para aqueles que demonstrassem “efetivo aproveitamento” e aprovassem “falta ou insuficiência de recursos” (Art.168, III). Se isso não bastasse, a constituição de 1969, além de manter essa norma, explicitou que o Estado substituiria “gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição que a lei regulará” (Art.176, III e IV). Logo depois que assumiu o governo, Christiano Dias Lopes Filho procurou participar do convênio MEC-USAID, para fomentar “ginásios orientados para o trabalho” (SOARES, 2005: 122).

Ainda que as reformas constitucionais e educacionais anteriores à Lei 5692/71 e as aí contidas, ou seja, a obrigatoriedade do 1º grau e a profissionalização do 2º grau, verificamos que ao fundamento da oferta dos recursos públicos para o financiamento das escolas particulares será dada continuidade. Soares (2005) argumenta que, em se tratando de Espírito Santo e a sua já tradicional política educacional, expressara na lei estadual algo mais inusitado que os interesses da ditadura militar, ou seja:

[...] No acanhado capítulo sobre educação, onde procurava inovar, essa Constituição conseguiu ser ainda mais conservadora em matéria de educação do que a Constituição Federal de 1967, outorgada pelo regime militar. Exemplo? Ela subordinou a viabilização do “ensino acessível a todos” a um “sistema de colaboração com a iniciativa particular” (Art. 182, III) (SOARES, 2005: 129).<sup>171</sup>

Esta situação será efetivada, na política educacional local, logo na oferta de vagas, na construção de escolas e nos fundamentos político-pedagógicos do funcionamento das mesmas, então vejamos:

[...] Pouco antes, o governo estadual candidatou-se a construir 38 ginásios orientados para o trabalho, dentro dos acordos MEC-USAID, que atenderiam a maior parte das 50 mil matrículas das 77 mil previstas para o ensino médio. Aparentemente, era apenas uma argumentação para obter recursos, pois a própria Constituição mandava privatizar progressivamente o ensino médio. Esse clima político levaria até a CNEG a mudar de nome, trocando o *gratuito*, que conflitava com diretrizes do governo ditatorial, para *comunidade* – outra falsidade ideológica... (SOARES, 2005: 129-30).

---

<sup>171</sup> Para Soares: “aí estava, evidentemente, o dedo do governador, a presidente da CNEG. Em outras palavras, a norma constitucional requeitava a velha e ansiava proposta do ensino privado de vender vagas em suas escolas para o governo, em substituição a uma política de ampliação do ensino público e gratuito” (2005: 129).

Como já descrevemos anteriormente, o governo militar foi produto dos interesses capitalistas e vivia para o fortalecimento desses mesmos interesses. Assim, aos olhos de Soares (2005):

[...] As empresas iam bem. Além dos subsídios e incentivos, os governos estaduais do período investiam na construção da infra-estrutura necessária ao crescimento industrial – estradas, fornecimento de água, energia subsidiada, ampliação de rede de comunicações e formação de mão de obra. Só que, também nesse último caso, preferiam estimular o ensino privado, *as conseqüências que se refletiam na outra face dessa política eram os salários defasados e atrasados do professor, a falta de condições para o desenvolvimento de um ensino de qualidade nas escolas públicas. A educação pública sofria. E protestava.* Em resposta, o governador Elcio Álvares, defensor do ensino privado e também pago nas escolas públicas, respondia que “a educação não é tudo” (SOARES, 2005: 132. O grifo é nosso).

Podemos verificar a relação entre o público e o privado sobre vários aspectos e manifestações. O estado pode beneficiar a rede privada quando não oferece a escola pública, quando não oferece com qualidade, ou ainda quando oferece, mas com propósitos de remunerar o capital no fornecimento de mão-de-obra, ou no barateamento do custo social para o capital.

Em outras situações, o que podemos ter é a privatização dos recursos públicos de forma explícita, como é o caso dos repasses para a gerência privada, para as escolas privadas. Uma outra maneira de remunerar, de beneficiar a escola privada é o uso do espaço público. Vejamos: “vários estabelecimentos privados de ensino funcionavam à noite, geralmente ocupando os melhores edifícios de grupos escolas, sem pagar nenhuma taxa e depredando as instalações” (SOARES, 2005: 132-3).

Em 1976, por exemplo, o governador Elcio Álvares “perante 200 proprietários de escolas, prometeu passar a pagar mensalmente as bolsas de estudo - que estavam com o pagamento em atraso -, além de comprar todas “as vagas que estiverem sobrando nas escolas particulares”, para “incentivar a iniciativa privada” (Soares, 2005: 133). E mais:

[...] Fora todos esses financiamentos tradicionais, os estabelecimentos privados de ensino também passariam a receber créditos subsidiados do recém-criado Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES). Isso, segundo o secretário de Educação, resolveria “60% dos problemas enfrentados pelas escolas” privadas. Porém, as empresas de ensino - das confessionais às empresariais – queriam mais (SOARES, 2005: 133).

A combinação dessas facilidades, com a urbanização e as perspectivas de industrialização, formou um mercado considerável para o crescimento de empresas de ensino. “Elas concentraram-se, principalmente, em nichos estratégicos, visados pela classe média e os setores dominantes da sociedade: o ensino médio propedêutico, a preparação para vestibular e a oferta de ensino superior” (SOARES, 2005: 133).

Um fato inusitado ocorreu no governo de Christiano Dias Lopes, que chegou a “determinar prioridade de matrículas nos colégios oficiais para a famílias com renda de até 2 salários mínimos. Contudo, contraditoriamente, estabeleceu cobrança de matrículas e anuidades” (SOARES, 2005: 147).

A confirmação de um processo seletivo e excludente se fortalecia, pois a seleção dos alunos para ocupar esse reduzido número de vagas, evidentemente constituía-se numa farsa, pois “as crianças desprotegidas pela sorte, quando confrontadas, para efeito de seleção, com as que vivem sem problemas sérios de ordem financeira, obtinham as últimas classificações” (SOARES, 2005: 147).

De acordo com Soares (2005), o governador do Estado do Espírito Santo, no período de 1971-1975, Arthur Carlos Gerhardt Santos, mais um governador biônico,<sup>172</sup> nas disputas intra-elites e de afirmação de governos e de descaracterização de outros governos, [...] afirmou que existiam 618 salas de aula de ensino primário com três e quatro turnos, o que considerava uma “situação por demais constrangedora”. Contudo, e em contraste com essa dura realidade, que “apesar de todos os esforços” e planos educacionais insistiam em continuar, o “ensino privado e nele a CNEG, se desenvolviam muito bem: de 12 ginásios que abrangiam 20,7% dos alunos (mais que o ensino público) em 1959, no governo Christiano Dias Lopes, ela saltaria para 36 estabelecimentos, fora outros 5 que entrariam em funcionamento em 1970” (SOARES, 2005: 148).

---

<sup>172</sup> No período de exceção aplicado pelos militares acabou-se com as eleições diretas de diversos cargos, um deles o de governador, que passou a ser indicado pelo governo dos militares.

Diante do clamor popular de ampliação da cobertura do ensino público, ou seja, na insistente questão da democratização do ensino público, um estudo do governo, “feito em sigilo” no ano de 1978, concluiu que não era possível democratizar o ensino público. “Portanto, fora dessa frágil rede de ensino público, que só se expandia em grande parte, devido à pressão social, o ensino privado impunha suas condições” (SOARES, 2005: 152). Aqui, mais uma vez, confirma-se a subordinação dos governos na justificação dos interesses privatistas.

Nos anos 70, verificamos uma significativa mutagênese no interior do campo das escolas privadas. Dois eram os fundamentos dessa mudança: tornava-se claro que, agora, estava se tratando com empresas capitalistas de prestação de serviço, que consideravam o ensino como uma “mercadoria importante” (SOARES, 2005: 154).

Desta forma, as escolas passariam a se organizar como uma empresa capitalista, numa busca constante de sua racionalidade e passariam a tratar a educação como uma mercadoria, que deveria ser oferta no “mercado educacional”, para os consumidores (vulgarmente chamados de estudantes) e, como já registramos anteriormente, também passariam a entender a presença do poder público, ou seja, da escola pública, como uma concorrência desleal e, assim sendo, deveria ser por conta da lei de mercado, eliminada.

Qual seria o legado educacional deixado pelos governos biônicos dos anos 70? E como se manifestava a relação ensino público e privado em nosso estado? Soares (2005) nos apresenta uma situação no mínimo preocupante, assim descrito:

[...] A matrícula na pré-escola, antes praticamente inexistentes, em 1980 alcançava restritos 7,9% da população infantil. Era um novo filão para a iniciativa privada, que conquistou rapidamente 37% do setor. A escolarização do 1º grau, que Christiano Dias Lopes chegou a afirmar que assimilava fantasiosos 91% das crianças de 7 a 14 anos, na verdade só atingia 79,4%. Aí, a presença das escolas privadas de 1ª a 4ª série do 1º grau, caía, voltando a crescer de 5ª a 8ª série, conquistando os alunos que escapavam da cruel degola econômico-social (só 31,3% dos jovens acima dos 14 anos eram atendidos no 2º grau). As empresas de educação, como todo o apoio governamental, mantiveram em suas salas 51% das matrículas do ensino médio. A pressão social, no entanto, havia conseguido expandir o ensino médio público para 49% (destes, 9% da União e 1% dos municípios) (SOARES, 2005: 194).

Se é verdade que podemos confirmar a existência de desvios de recursos para as áreas sociais, em particular para a educação e, se é verdade, também, que podemos confirmar o mau uso dos recursos existentes, duas situações, que aos olhos dos leigos, poderiam corroborar com uma tese de que não exista necessidade de mais recursos para a educação, entendemos, como correto, que precisamos, em qualquer instância, acabar com os desvios, roubos e também com o mau uso dos recursos públicos. Contudo, é igualmente verdade a exigência social da democratização do acesso e permanência nas escolas públicas, ou seja, a edificação de uma escola que seja pública e igualmente de qualidade. Neste sentido nos parece singular as observações de Soares (2005) quando nos apresenta que:

[...] Os recursos faltavam porque, pragmaticamente, os empresários preferiam vê-los aplicados diretamente na implantação de suas empresas privadas. Em 1981, houve uma tentativa tardia de destinar 1% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias do Espírito Santo (FUNDAP) para a educação. Até um de seus criadores reconhecia, há muito, que o FUNDAP se transformara em “um clube de empresários privilegiados e num mecanismo concentrador de riquezas”. Mesmo assim, a medida foi duramente combatida pelos empresários, que ameaçavam inviabilizar “60% das operações de importação pelo porto de Vitória”, reduzindo a arrecadação de impostos. O governo afirmava que não recusaria. Dois anos depois recusou, diminuindo a parte destinada à educação 0,5%. Até reduzir a nada. Portanto, permaneceu, em todo período ditatorial, a estratégia da exclusão social (SOARES, 2005: 196).

O Espírito Santo termina o século não muito diferente de como iniciou. O legado educacional que só nos impõe desafios frente à enorme dívida social, incrementada pelas ações dos governos militares e biônicos, aliado à indiferença das elites locais, agrava-se com deslocamento do centro de poder anteriormente destacado.

[...] Tornava-se claro que o desenvolvimento do capitalismo, nessa fase globalizada, exigia mudanças políticas consideráveis do Poder Público para enfrentar a nova realidade. Isso porque os projetos de grande capital “foram transformados em centros de poder” no Espírito Santo, com suas definições ditadas a nível internacional ou nacional, deixando tanto o Executivo como o Legislativo estadual, sem contar os municípios, “ao largo do controle desse processo”. Essas empresas “hoje tem um planejamento estratégico, têm equipes multiprofissionais que colocam em xeque a capacidade de ação do plano estadual” [...]. É evidente que não se tratava de uma prática de influência decisiva nas políticas públicas, mas contribuíam – e foram incentivadas pelo marketing empresarial – para fortalecer no imaginário popular um perfil humanizado, porém invertido, das empresas de grande capital. A sociedade passava e depender não das ações de seu governador, mas das direções daquelas empresas, anunciadas no passado como construtoras de um futuro de empregos e progresso econômico e social. E que não se realizou, pelo menos até hoje. Sem contar o futuro incerto, colocando nas mãos dos dirigentes empresariais (SOARES, 2005: 212-8).

Não seria difícil de imaginar que o pensamento privatista, em educação, buscava confirmar, na legislação educacional, os seus princípios e interesses. Em nosso estudo, podemos confirmar esta situação tanto em nível nacional quanto local. Outra situação é a “luta contra a discriminação”, ou seja, os representantes dos privatistas, a seu modo e a sua maneira, efetivaram uma campanha contra a “privadofobia”.

Assim sendo, o deputado Martinelli, no processo de Constituinte Estadual, em 1989, apresentou um “protesto à Comissão III contra a proposta que considerava “altamente discriminatórias contra a iniciativa privada”, principalmente a tentativa de impedir o repasse de recursos públicos para escolas privadas”. Assim, para ele e para o segmento que representava existia, na proposta do movimento em defesa da escola pública e da exclusividade do uso de verbas públicas, apenas nas escolas públicas, “uma dramaticidade contra a iniciativa privada. Por que a iniciativa privada teria que ser sempre perfeita para poder, inclusive, competir com o setor público, quando na realidade sabemos que a iniciativa privada está muito mais preparada que a iniciativa pública?” (SOARES, 2005: 237)

Aqui constatamos que o movimento “privadofobia” é expressão de uma “publicofobia”. Qual a resposta da Constituinte em 1989? Segundo Soares

[...] Acabando com certa farra histórica dos proprietários de escolas privadas, a Constituição capixaba veda “a utilização gratuita de bens públicos por entidades privadas de ensino” (art. 178, parágrafo 4º). Da mesma forma, procura garantir instalações melhores para o funcionamento das escolas ao exigir para o funcionamento do ensino privado, além do cumprimento das normas gerais da educação, nacionais e estaduais, a “autorização para funcionamento e avaliação permanente da qualidade de ensino, dos conteúdos programáticos e de instalações e equipamentos adequados, pelo Poder Público competente”, sem contar o respeito pela “liberdade de organização estudantil autônoma” (parágrafo 5º, II e III) [...]. No entanto, aproveitando-se da reivindicação justa das escolas filantrópicas de educação especial para portadores de deficiências, os defensores do ensino privado introduziam na Constituição a equiparação às escolas públicas no Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) – o que nem o regime militarizado havia concedido (Art. 281 – Das Disposições Gerais) (SOARES, 2005: 240).

De acordo com Soares (2005), em 1990 a secretaria de Educação detectou 80 escolas privadas funcionando ilegalmente. Contudo, não se conheceu as medidas tomadas. Já em 1995, esse número tinha subido para 120 empresas ilegais de

ensino.<sup>173</sup> Com todo o acúmulo de omissões, seja da Secretaria de Educação, seja do CEE, “cerca de 300 alunos do Colégio Projeção, em um bairro de classe média de Vitória, protestaram indignados, quando o CEE fechou a escola, em maio de 1995”. Frente a essa situação, a organização de pais de alunos [...] *descobriu que o curso de Técnico de Informática não tinha computadores, além de documentação adulterada, falta de autorização para funcionamento e não cumprimento da carga horária* (SOARES, 2005: 246).

Os exemplos, em nível nacional, de uma tomada de posição mais empresarial e liberal das organizações de proprietários de escolas, foram verificados também no Estado do Espírito Santo. Se no passado, percebemos a laicização desse segmento, agora estamos diante do “empresariamento” desse setor. Nas palavras de Soares:

[...] A ascensão do jovem executivo Adelino Quinamor Ferreira à presidência do Sindicato dos proprietários de escolas representou a transição para hegemonia das concepções dos novos empresários do ensino. Ainda usando velhos chavões conservadores, ele acusava a Nova República, “instalada para redemocratizar o país” de ser responsável “pela estatização do ensino”, protestando contra qualquer controle das mensalidades. O diretor da Escola Brasileira de Educação e Ensino e também dirigente do Sindicato, Elton Moraes, ironizava: “A educação, na iniciativa privada, é vista como uma empresa semelhante às demais, mas perante a sociedade, o comportamento que se exige dela é o de uma instituição filantrópica, quando consideram que para as escolas o lucro é obsceno, esquecendo-se de que os riscos dos investimentos são os mesmos de qualquer outra empresa” (SOARES, 2005: 247).

Como um outro representante desse “novo” pensamento, Soares relata que “Sydney Riva, do Colégio Nacional, que era um dos principais representantes, não se cansava de repetir que considerava o ensino um “comércio como outro qualquer”. Um ensino que deveria ser eminentemente elitizado, por isso, “ele se preocupava” com a grande afluência de “alunos de baixo poder aquisitivo”, que poderia alterar a composição social das escolas privadas, caso as famílias se sentissem em condições de procurar um ensino “de qualidade superior”. Inclusive, algumas privadas até rejeitavam alunos da escola pública (SOARES, 2005: 247).

---

<sup>173</sup> A diretora da Assopaes, Graça Lobino, denunciou, na CPI da Educação, o caso da Escola Luso-Brasileira que “nasceu, viveu e morreu sem ter registro”. Informou que quase todo dia chegavam ex-alunos ao Conselho Estadual de Educação, alguns representando casos dramáticos, como aqueles que não podiam assumir uma vaga depois de ter passado em concurso, “em função de irregularidades no diploma” (SOARES, 2005: 246).

Esta posição, de certa maneira, também era internalizada pelo Estado, expressa em suas políticas educacionais.<sup>174</sup> Na relação capital e trabalho, no interior das escolas particulares, e na relação escola e pais de alunos, o governo sempre se posicionou para o primeiro, a ponto, de diante de inúmeras denúncias e em alguns casos, com farta documentação comprovada no CEEs, que levaria a uma intervenção, o governo não o fez.

A dita “nova” versão empresarial do segmento das escolas privadas não desconsiderava as velhas práticas “intervencionistas” dos governos, no intuito de assegurar facilidades e fomento empresariais, pois Segundo Soares (2005) o que os novos empresários apresentavam como alternativa para as altas mensalidades – que selecionam o segmento social que querem atender – reivindicavam a mesma alternativa que as demais empresas: queriam incentivos fiscais para manter estáveis as mensalidades. “Além de várias isenções que as empresas de ensino já desfrutavam, essa renúncia fiscal seria outra forma do Estado continuar financiando o ensino privado” (SOARES, 2005: 256).

Em um século, saímos de uma sociedade eminentemente rural e estamos hoje em uma sociedade predominantemente urbana. Contudo, ainda assim, podemos encontrar espaços rurais com algumas características conhecidas e vivenciadas somente nas grandes metrópoles, como é o caso da violência e a crescente exclusão social. Passamos de uma predominância e dependência da agricultura, melhor dizendo, da monocultura do café, e chegamos ao predomínio da composição de renda nos setores industriais e de serviço.

[...] Porém, se antes a monocultura do café deixava a economia na perigosa dependência do mercado externo, atualmente o dominante setor industrial de empresas de grande capital – alimentadoras de produtos manufaturados para países capitalistas desenvolvidos – formou um pólo de poder que independe das decisões da administração estadual (SOARES, 2005: 299).

---

<sup>174</sup> Essa visão era também defendida, se bem que por outro viés, por alguns dos secretários de Educação desse período democrático. O pastor Joaquim Beato, por exemplo, queria implantar uma espécie de apartheid sócio-educacional, classificando as escolas privadas em quatro categorias. As escolas A e B não teriam controle de mensalidades e seriam dirigidas para quem pudesse pagá-las. A “clientela que deveria ser atendida pelo Estado” seria absorvida pelas escolas C e D, que seriam controladas e receberiam subsídios do Governo. A nova Constituição inviabilizou essa possibilidade no plano legal, mas os empresários tentaram – e tentam – por todos os meios torná-la uma realidade (SOARES, 2005: 248).

E que, de certa maneira, torna dependente as administrações estaduais e municipais e suas políticas sociais e, em particular, as educacionais. O legado herdado do século XX nos desafia: do ponto de vista econômico, encontramos um crescimento superior a muitos estados da federação, ainda que concentrado em alguns e poucos setores. Do ponto de vista social, a concentração de renda é surpreendente, o que pouco difere de outros estados da federação, e o mesmo podemos dizer sobre as dívidas sociais e, sobretudo, a dívida relativa à educação.

[...] No entanto, o Estado continua o mais pobre da região Sudeste, mantendo uma distribuição de renda cruel. Além disso, o novo “modelo” industrial ampliou bolsões de miséria tanto na Grande Vitória como em cidades de porte médio. A renúncia aos impostos ou à destinação de uma parte considerável deles para “incentivar” os empresários dificulta o atendimento à população pobre, reduzindo enormemente os recursos que deveriam ser ampliados em serviços como educação, saneamento, saúde e assistência social. Dessa forma, perdura uma execrável exclusão social agravada pela política econômica imposta a todo o país, que aumenta o desemprego e subordina o crescimento econômico brasileiro aos interesses multinacionais, processo agora batizado de globalização (SOARES, 2005: 299-300).

Se somos capazes de extremos inusitados: temos escolas que, em tempo real, encontram-se conectados a colégios e universidades dos grandes centros econômicos e culturais do mundo, que seus alunos não disputam vagas nas universidades federais do estado ou do Brasil e, sim, procuram a continuidade de seus estudos em “centros de excelências do planeta”. Por outro lado, temos escolas que se encontram sem eletricidade ou água, nas quais os estudantes mal tem cadernos, e quem dirá livros ou acesso à internet, nas quais muitos nem vislumbram continuar os estudos de ensino médio, o que dirá do ensino superior e, muito menos, têm conhecimento da UFES, mesmo passando todos os dias em frente.

[...] Até o final da década de 50 a educação ainda era apontada como a grande solução para o desenvolvimento, tanto por teóricos do ensino público como os da escola privada. Porém, os empresários que escolheram o campo educacional para exercer sua atividade – e se tornaram hegemônicos durante o regime militar – explodiram com as concepções sacralizadas do ensino. Para eles, trata-se de uma prestação de serviços como outra qualquer, que visa ao lucro em uma sociedade capitalista (SOARES, 2005: 308).

## 10. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.

*O educador precisa reeducar-se e transformar-se, para deixar de vez suas tarefas e as funções econômicas, culturais e políticas das classes dominantes.*

Florestan Fernandes.

Para alcançarmos o nosso propósito, é urgente que tenhamos uma retrospectiva histórica da origem e funcionamento da UFES. Para tal, vamos ter como apoio e referência o livro *“UFES, quarenta anos de história”*, de Ivantir Borgo.<sup>175</sup> Inicialmente, apresentaremos algumas considerações: Borgo é autor de um trabalho que procura, fundamentalmente, organizar/ordenar uma história e antecedentes da UFES. A partir de suas contribuições e, juntamente a outros esforços, dialogando com nossas limitações e possibilidades, acreditamos que seja possível constituir uma análise crítica do período antecedente, origem e desenvolvimento subsequente da UFES.<sup>176</sup>

### **a) Antecedentes.**

Segundo Borgo (1995), em 1930 surgem, finalmente, as primeiras escolas superiores no Espírito Santo. Neste ano existiam duas faculdades: de Farmácia e Odontologia. Foi criada uma faculdade de Direito que seria instalada no ano seguinte e projetou-se a criação de uma escola de Odontologia e Veterinária que não chegou a funcionar. Estes fatos, ocorridos em menos de um ano, traduzem o primeiro grande surto de desenvolvimento do ensino superior no estado. Ainda de acordo com Borgo, as iniciativas que antecedem a este período se traduzem em:

---

<sup>175</sup> Este livro é fruto de convite ao autor por parte da instituição quando dos comemorativos de seus 40 anos. Camacho nos pergunta se havia algo a se comemorar, pois “nem toda comunidade universitária via muitos motivos para festejar, como queria o Reitor Roberto Penedo”. Enquanto se comemorava os 40 anos da UFES professores e funcionários da UFES estavam em greve, num movimento nacional, por melhores condições de trabalho e salário (1995: 93).

<sup>176</sup> Optamos em acompanhar o mesmo roteiro apresentado por Borgo: a) As origens da Universidade no mundo e no Brasil; b) Antecedentes da UFES; c) Criação da Universidade; d) Integração da Universidade ao Sistema Federal de Ensino; e) Organização e reestruturação; f) Consolidação, expansão e interiorização e g) outros. Esta exposição não substitui uma análise mais crítica e rigorosa da história da UFES, bem como, a atuação de seus diferentes atores e a relação desta instituição com a sociedade local. Sei que, para tanto, não teríamos tempo e condições, mas também sei que esta exigência será cobrada na história da UFES e a todos que buscam entendê-la.

[...] Antes da década de 30, duas experiências que poderiam ter resultado na implantação do ensino superior chegaram a acontecer na área da educação artística: a primeira, em 1909, com o Instituto de Belas Artes, destinado ao ensino do desenho e da pintura, e a segunda, em 1923, com o instituto de música [...] (BORGO, 1995: 17).

Sobre a situação da criação da Faculdade de Direito, temos:

[...] A faculdade de direito seria fundada em 4 de outubro de 1930. Porém, desde fevereiro daquele ano o Clã dos estudantes de direito desenvolvia gestões com essa finalidade. Superando os primeiros problemas, instalou-se a Faculdade em 12 de junho do ano seguinte. Marcada desde o começo por sucesso, foi oficializada pelo Estado em 1935, sendo incorporada ao sistema federal de ensino superior em 1950 (BORGO, 1995: 20).

Nos dez anos que se seguiram, o único fato digno de registro foi a publicação de funcionamento, pelo decreto federal nº. 10.573, de 06/10/1942, da Faculdade de Farmácia e odontologia que, em razão disto, seria extinta pelo decreto estadual nº. 15.798 de 28/12/1944.

## **b) A Criação da Universidade**

Em um período não superior a dois anos, vamos observar – 20 anos depois, agora na década de 1950 – mais um grande surto de expansão do ensino superior no estado.<sup>177</sup> Assim, surgem várias instituições de ensino: Escola Politécnica (Lei nº. 520 de 06/09/1951), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Lei nº. 550 de 07/12/1951), Escola de Belas Artes (Lei nº. 518 de 06/09/1951 – Decreto nº. 663 de 10/11/1951 e Lei nº. 610 de 31/12/1951) e o Instituto de Música (Lei nº. 661 de 12/11/1952). Foi aprovado também o regulamento de odontologia e foram criadas as Escolas de Enfermagem (Lei nº. 070 de 10/12/1953) e o Instituto de Tecnologia (Lei nº. 781 de 30/12/1953).<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> É digno de nota que na busca pela sua maturidade acadêmica, ou seja, na busca da constituição de sua universidade, o Estado do Espírito Santo vivia um grave problema fundiário, expresso entre outros, no movimento chamado “Estado União de Jeová”, que em seu tempo e condições, os despossuídos da terra questionavam a estrutura agrária do latifúndio. No confronto, de acordo com Moreira e Perrone (2007: 126) ocorreram fuzilamentos, torturas, vários jeovenses foram chicoteados, marcados com ferro em brasa, foi colocado sal grosso em suas feridas, mulheres foram estupradas. Mais de 60 anos após a “libertação dos escravos” o questionamento social da estrutura agrária era tratado a “ferro e fogo” (literalmente) e como se não bastasse, esse legítimo movimento pela vida foi classificado pelas autoridades e elites locais de “fanáticos religiosos”.

<sup>178</sup> Ver também: Moreira e Perrone (2007: 123).

Como antecipamos, estamos diante de um novo surto de criação e desenvolvimento de escolas de ensino superior. O que difere esse momento (no início dos anos 1950) com o ocorrido 20 anos antes? A diferença reside basicamente no fato de que, agora, a iniciativa é eminentemente do poder público que mais do que nunca, desenvolvia intenso trabalho de criar as condições para instalação da universidade.

Esta iniciativa não pode encobrir uma outra situação que vive a educação pública do estado, pois um olhar mais apurado indica que a situação que Lindenberg analisava, logo no início do período de redemocratização continuava no início da década de 1960. Por exemplo: “as instalações físicas das escolas” (SOARES, 2005: 49).<sup>179</sup>

Parece que a situação se agravava. Verificamos a efetivação de duas agendas das elites: a realização de uma educação de elite, a universidade, e manutenção das dificuldades de acesso e permanência da educação “dos comuns”, expressos na condição de que grande parte das escolas elementares “não tinha sequer instalações sanitárias. E, apesar dessas dificuldades, o Estado cedia suas instalações escolares para o funcionamento de escolas privadas, particularmente as da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos” (SOARES, 2005: 49). Como relevo desta contradição tem-se registro da primeira greve de professores da rede estadual de ensino.<sup>180</sup>

Se é verdade que o café não produziu “a tão cobiçada” industrialização do Estado do Espírito Santo, ou contribui para o seu retardamento, gerando um capitalismo capixaba tardio, é sabido que o café gerou riquezas, que gerou divisas. A questão é: aonde teriam ido parar as altas rendas geradas pelo café?

[...] Se a parte física das escolas estava em condições tão ruins e os salários dos professores eram reduzidos, aonde teriam ido parar as altas rendas geradas pelo café? É evidente que o desenvolvimento da educação pública e popular nunca interessou à oligarquia do café, pois não era preciso escola para preparar a mão-de-obra para trabalhar em lavouras tão rústicas como as capixabas (SOARES, 2005: 50).

---

<sup>179</sup> Após uma análise acurada de nossa paisagem sociológica, chegamos à conclusão de que a parte referente às construções escolares deveria merecer do governo uma atenção especial. Dos 1.622 prédios escolares existentes [...] apenas 457 funcionavam em prédios próprios do estado, sendo que muitos deles deixavam a desejar quanto à situação de suas instalações (SOARES, 2005: 49).

<sup>180</sup> E os salários continuavam insatisfatórios, chegando até a motivar uma greve dos professores de ensino secundário público, no início da década de 60, apesar das hipotéticas restrições legais, ou que perduravam na memória autoritária (SOARES, 2005: 49).

Confirmando um movimento que ocorreu na origem da universidade no Brasil, as elites locais vão enveredar nesta caminhada, buscando a sua maioria educacional, corroborando com seus interesses econômico-político-sociais, ou seja, o nascimento da universidade em nosso estado atende ao evidente interesse dos setores sociais hegemônicos capixabas, nesse período constitucional democrático onde foi constituída a Universidade do Espírito Santo, pública e gratuita.<sup>181</sup> Em síntese,

[...] a monocultura atrasada do café não gerou industrialização nem tampouco o Espírito Santo numa Suíça, como sonhava Jones. [...] Era nova ditadura. No entanto, ao contrário do que aconteceu em 1930, agora o processo quebraria o frágil galho de café, redirecionando a nascente industrialização para a dependência, subordinada ao mercado internacional – aquele mesmo que, no caso do café, o espírito Santo não tinha condições de “comandar” (SOARES, 2005: 50).

Como primeira medida prática nesse sentido, foi criado pelo Decreto nº. 1236 de 08/04/1953 o Conselho de Ensino Superior. Dentre as suas atribuições, incluía-se a de elaborar o anteprojeto de estatuto da futura Universidade Estadual do Espírito Santo (BORG, 1995). O anteprojeto de criação da universidade tramitava na Assembléia Legislativa. Na secção de 20/04/1954, o projeto foi aprovado. O mesmo foi sancionado pelo governador Jones dos Santos Neves (Lei nº. 206 de 05/05/1954). Consumava-se, segundo Borg, *o fato mais importante ocorrido neste século no setor educacional do Estado*.

[...] O fortalecimento maior do ensino público se deu com a criação da Universidade do Espírito Santo, no governo Jones Santos Neves – que considerava caro os custos do ensino secundário para o poder público, mas promoveu o ensino superior, muito mais dispendioso. No entanto, era uma reivindicação de pais de alunos e estudantes dos extratos dominantes da sociedade e se justificava principalmente para viabilizar os sonhos de industrialização de um estado que vivia da monocultura do café. O apoio à criação de faculdades e da universidade era praticamente uma unanimidade (SOARES, 2005: 65).

Em seus primórdios, pretendia-se que a Universidade Estadual não se limitasse a ser simples transmissora de cultura, mas se voltasse também para a produção de conhecimento, mediante a pesquisa e a prestação de serviços, em perfeita sintonia

---

<sup>181</sup> Porém, mesmo contra a vontade de governantes como Lindenberg e Jones (que expressavam suas preferências pelo ensino privado), de apenas três estabelecimentos de ensino secundário em 1947, em 1959 o ensino público já contava com 11. Avançara, mas perdia ainda para a CNEG, com 12 e as entidades confessionais e empresariais do ensino, com 35. Apesar dessa diferença, o ensino público já era responsável por 47.8% das matrículas (SOARES, 2005: 50).

com a sua comunidade. Assim, de acordo com Soares (1995: 68), “a sociedade ia rompendo com a quase exclusividade do ensino privado como trilha de acesso social, pressionando a expansão do ensino público”. Qual sociedade? Os grupos sociais médios e urbanos, sobretudo. Qual ensino público? O universitário, destinado a um seletivo grupo. Eram considerados Institutos Universitários: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras; Faculdade de Medicina; Faculdade de Odontologia; Escola de Química Industrial e Farmácia; Escola Politécnica; Escola de Música e Escola de Belas Artes.

Em 1954, pensou-se, efetivamente, no que ela é e no que deveria ser a semelhança de experiência pioneira com as Universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1935). No entanto, “as idéias contidas naquele projeto não prosperaram, pois a tradição da faculdade – Escola Profissionalizante – era muito forte e talvez aquelas idéias estivessem muito adiante de seu tempo” (BORGIO, 1995: 29).

Apesar dessas intenções, a política partidária penetrou na universidade desde o início, tanto na escolha de professores, quanto na nomeação de diretores das faculdades. Mas, o apoio que despertou nos setores dominantes e formadores de opinião impediu qualquer retrocesso. Qualquer tipo de limitação à necessidade maior, ou seja, o projeto das elites no caminho da constituição de sua universidade, em outras palavras, a sua maioria intelectual. Com a nomeação do Reitor Ceciliano Abel de Almeida,<sup>182</sup> as instalações do Conselho Universitário e a definição da área, em Maruípe, destinada à futura cidade universitária, completavam-se o ciclo de medidas visando à organização da universidade.

As duas últimas sessões do Conselho, realizadas em 27/05 e 04/06/1958, foram ocupadas exclusivamente com o problema gerado pelo contrato firmado entre o governo do estado e a Fundação “Abrigo Cristo Redentor”, para utilização, por esta, do prédio do Instituto Agrícola de Maruípe. Segundo Borgia (1985), este fato deu origem a um ofício de protesto dirigido ao governador. Essa crise, ao que tudo indica, provocou a paralisação das atividades do Conselho e da Reitoria. É o que podemos verificar nas próprias palavras de Borgia (1995: 33-4):

---

<sup>182</sup> Ocorrido em 22 de maio de 1954.

[...] O reitor Ceciliano Abel de Almeida presidiria um total de sete sessões das vinte e oito que o Conselho Universitário realizaria entre 1954 e 1958. Face à mudança de governo foi ele substituído por Nilton de Barros, nomeado para o cargo em 04/05/55 [...]. Os assuntos tratados com mais frequência nessas reuniões do Conselho foram: a situação funcional e o vencimento dos professores. A organização dos estatutos, a regulamentação das faculdades e escolas face à legislação federal, a autonomia da universidade e, principalmente, os problemas relacionados com a cidade universitária. Sobre este último assunto, as preocupações que estavam ocorrendo naquela área geográfica e que poderiam impedir a realização, como acabou acontecendo, de todos os projetos destinados aquele local. Aliás, as duas sessões do Conselho, nesta primeira fase da vida da universidade, realizadas em 27 de maio e 4 de junho de 1958, foram ocupadas, exclusivamente, com o problema gerado pelo contrato firmado entre o governo do estado e a Fundação de Abrigo Cristo Redentor para utilização, por esta, do prédio do Instituto Agrícola de Maruípe. O fato deu origem a um ofício de protesto dirigido ao governador (...).

### **c) A Integração da Universidade ao Sistema Federal de Ensino**

De fato, a partir de nossa leitura ao longo do livro citado e de outros textos, não encontramos outro acontecimento significativo que apontasse para a integração da universidade ao sistema federal de ensino. Ou seja, a paralisação da Reitoria e do Conselho Universitário, em 1958, e as dificuldades encontradas no processo de reconhecimento, fizeram com que os esforços se orientassem no sentido de transferir a universidade para o Sistema Federal de Ensino.

Contudo, ao lermos Soares (2005: 67-8) ele nos alerta para o fato de que “Lindenberg não só passou a universidade para a União, mas também estancou o processo de encampação de colégios”. Ou seja, resolvia duas questões para a elite conservadora e os interesses privatistas: com o estancamento do processo de encampação de colégios privados, estes não mais sofreriam as ameaças de extinção, como passaram a receberem “novas e generosas transfusões de recursos, particularmente os ginásios da CNEG, que logo receberam Cr\$ 100 mil anuais por cada turma. O governador foi proclamado o “grande benfeitor” da CNEG, que voltou a crescer”. O outro aspecto era o não comprometimento financeiro do estado com a oferta do ensino superior.

Em novembro de 1960, era encaminhado à Assembléia Legislativa o projeto em que se propõe a transferência, para a União, dos bens imóveis, móveis e direitos dos

estabelecimentos públicos que integram a Universidade Estadual, com a justificativa de que diminuiria o dispêndio de recursos do governo estadual, bem como projetaria a capital (Vitória) a nível nacional no cenário estudantil.

Em 15/12/1960, o presidente da República Juscelino Kubitschek, finalmente, através da mensagem 1507, encaminhou ao Congresso Nacional o projeto que instituiu a Universidade Federal do Espírito Santo. Aprovado nas duas casas do Congresso, o projeto foi encaminhado à sanção presidencial, o que aconteceu em 30/01/1961 (Lei nº 3868). De acordo com essa lei, a Universidade Federal do Espírito Santo passava a constituir-se das seguintes escolas e faculdades: Faculdade de Direito; Escola Politécnica; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Escola de Belas Artes; Faculdade de Odontologia; Faculdade de Medicina e Escola de Ed. Física.

#### **d) Organização e reestruturação (1962 – 1976)**

Marcam o período medidas no sentido de propiciar à universidade as condições de funcionamento regular. Segue-se a reforma de sua estrutura acadêmica e administrativa, decorrente da nova legislação do ensino superior, e a sua progressão da implantação que aconteceu entre 1972 e 1976.

Sem um Conselho Universitário instituído, que deveria organizar a primeira lista tríplice para a escolha do Reitor, o governo federal optou por indicar um professor que respondesse, provisoriamente, pela reitoria, que foi o professor da Faculdade de Direito Jair Etienne Dessaune. O mesmo encaminhou expediente ao Ministério da Educação e Cultura para que fosse desapropriada a área pertencente à Victoria Golf & Country Club para instalação da futura cidade universitária. Outra etapa vencida foi a aprovação do quadro de pessoal da universidade.

Segundo Borgo, grande surpresa provocou a substituição do professor Jair E. Dessaune pelo professor Manuel Xavier Paes Barreto Filho, sobretudo porque isso aconteceu a 18/02/1963, quando ainda era muito forte a repercussão do sucesso do I Seminário de professores Universitários ocorrido entre os dias 11 e 16 de fevereiro.

Com temas e debates riquíssimos para o momento. Logo ao assumir, o professor Paes Barreto tratou de promover a instalação do Conselho Universitário. O mesmo ocorreu em 16/04/1963, promovendo imediatamente eleição do reitor através de lista tríplice.

#### **e) Os acontecimentos de Março/Abril de 1964**

O professor Fernando Duarte Rabello foi nomeado pelo Presidente da República, para exercer o cargo, pelo prazo de três anos, no lugar do Reitor Paes Barreto Filho, que foi exonerado em 14 de abril de 1964. Provocou apreensão uma sindicância determinada pelo Conselho Federal de Educação, no final de 1965 e princípios de 1966, onde foram apuradas sérias irregularidades e que, entretanto, não foi dado prosseguimento. Sobre esta questão, gostaríamos de efetuar algumas considerações: quando Borgo afirma “onde foram apuradas sérias irregularidades, o mesmo não leva em conta as questões de natureza político-ideológicas inerente à ditadura que se iniciou”. Neste período, tais sindicâncias eram a moeda corrente do arbítrio implantado e que, Borgo, parece ou procura ignorar.

Neste sentido, Soares (2005: 164) argumenta que “logo depois do golpe militar, a “operação limpeza” espalhou comissões de inquérito administrativo em todas as unidades da UFES, sob a “assistência” do coronel Humberto Pinheiro Vasconcelos, com a competência de apurar imprecisos “crimes contra o Estado ou seu patrimônio e à ordem política e social”. E que o processo de demissão do reitor encobre mais do que quis ou se pôde dizer.

[...] O reitor Paes Barreto Filho foi demitido pelos militares e a imprensa notificou que o veterano conservador, professor Fernando Duarte Rabelo, havia sido eleito novo reitor “por unanimidade” pelo Conselho Universitário. Isso era apenas uma mera formalidade. Na verdade, ele havia sido imposto à UFES. E tornou posse reafirmando sua opção pela “linha dura” militar, expressando o “repúdio absoluto e integral aos falsos apóstolos da democracia e da liberdade”, além de reafirmar-se “perfeito entendimento e consonância com o digno coronel Newton Reis”, comandante do Exército do Espírito Santo (SOARES, 2005: 164).

Por motivos de saúde, o reitor Fernando Duarte Rabello afastou-se da Reitoria (em 02/12/1965 não mais retornando). Assumiu então, o Vice-Reitor, Alaor de Queiroz Araújo, que centraliza seus esforços em duas questões principais: a reestruturação acadêmico-científica e administrativa da Universidade e a construção do “Campus” Universitário de Goiabeiras (BORG, 1995). Como podemos verificar, a intervenção deste reitor resumir-se-á às questões físico/técnicas e burocrático/administrativas que são características das gestões anteriores.

No entanto, verificamos também a criação de alguns cursos,<sup>183</sup> que foram: Ciências Contábeis, Engenharia Mecânica e Administração, bem como a incorporação do Curso de Serviço Social, o Solar Monjardim; a criação do Museu de Arte e História... e o início da publicação da UFES – “Revista de Cultura” e a construção do Restaurante Universitário na Esplanada Capixaba.

O mandato de Alaor de Queiroz Araújo foi prorrogado por mais um ano. Em 18 de junho de 1971 era nomeado o professor Máximo Borgo Filho, cabendo-lhe a difícil tarefa de iniciar a implantação da reforma descrita anteriormente.

Outra questão delicada era que se aproximava o prazo limite de três anos, estabelecido pela Lei nº 5540/1968, para aprovação do vestibular unificado e, conseqüentemente, as demais medidas que podem ser assim, resumidas: aprovação das normas regulamentadoras e implantação do vestibular unificado; definição de um cronograma gradual da reforma acadêmica; instalação dos departamentos do Centro de Estudos Gerais; instalação da coordenação geral do Ciclo Básico em seqüência à departamentalização e à indicação; a instalação dos Centros de Arte, Tecnológico, Educação Física e Desporto, Biomédico, CCJE e o Pedagógico, bem como o Centro Rural Universitário de Treinamento (CRUTAL).

Neste período, observa-se a criação dos cursos de Engenharia Elétrica, Comunicação Social, Biblioteconomia e Documentação, Tecnologia Mecânica e, por fim, a criação do Fundo Especial de Incentivo à Pesquisa.

---

<sup>183</sup> Ciências Contábeis (decisão do Conselho universitário s/n, em 31 de janeiro de 1966, referente ao processo 6.653/65), Engenharia Mecânica (resolução do Conselho universitário nº 8/66, de 20 de janeiro de 1966, referente ao processo 6.671/65) e de Administração (nº 2/69, de 4 de março de 1969, referente ao processo 6.455/68), bem como o Curso de Serviço Social (12/70, de 18 de dezembro de 1970, referente ao processo 4.181/1970), ver BORG (1995: 277, notas 112-5).

## **f) Consolidação, Expansão e Interiorização (1976 – 1994)**

O que nos espera este período? Que desafios estão postos para a consolidação da UFES? Quais serão gerados a partir da consolidação, expansão e sua interiorização da UFES? De acordo, com os apontamentos apresentados por Borge, temos inicialmente que:

[...] Entre 1976 e 1994 consolida-se a implantação da nova estrutura acadêmica resultante da reforma de 1966/68. A configuração dos “campi” de Goiabeiras e Maruípe assume contornos definitivo. Como resultado dos programas de capacitação de docentes, expande a atividade de pesquisa e surgem os cursos de pós-graduação, bem como, a interiorização que se inicia em direção ao sul, com a instalação do Centro Agropecuário de Alegre completa-se com a criação e a implantação da Coordenação Universitária do Norte do Espírito Santo em São Mateus e Nova Venécia (BORG, 1995: 238).

Como já registramos em outra oportunidade, observamos, mais uma vez, o privilégio das ações e medidas em relação aos aspectos físicos, técnicos e burocrático-administrativos.

O professor Manoel Ceciliano Sales de Almeida assumiu a reitoria em 19 de novembro de 1975. Ano em que a sucessão encontra grandes interferências por parte do governo Estadual.<sup>184</sup> É nesta gestão que têm início as obras dos prédios da Biblioteca Central, do Restaurante Universitário, da Administração Central e dos laboratórios de Física e Química, bem como a incorporação da Escola Superior Agrônômica do Espírito Santo – Centro Agropecuário (BORG, 1995).

Neste período, encontramos também a criação dos cursos de licenciatura em Ciências, Habilitação em Física, Enfermagem, Arquitetura e Psicologia. Destaque para o Programa de Pós-Graduação em Educação, o Mestrado em Engenharia Elétrica, bem como a criação da Fundação “Ceciliano Abel de Almeida” e a implantação, por definitivo, da Imprensa Universitária e a criação da ADUFES.

---

<sup>184</sup> De acordo com Soares “o reitor da UFES, o conservador Manoel Ceciliano de Almeida, como os anteriores, foi escolhido por articulações políticas das forças que compunham a ARENA e não por critérios acadêmicos. Defensor dos acordos MEC-USAID, ele se opôs intransigentemente à proposta de reabertura do DCE, argumentando que a participação do estudante não era “sinônimo de sua estrutura em classe” (SOARES, 2005: 173)”.

Na gestão seguinte, quem assumia o cargo, em 7 de janeiro de 1980, era Rômulo Augusto Penina. Na sua primeira<sup>185</sup> gestão, foram concluídas as obras dos prédios da Biblioteca Central, do Restaurante Universitário e da Reitoria. Outro aspecto fundamental foi a criação da Sub-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão, como também, o oferecimento de cursos de curta duração em Linhares; a criação do Curso de Bacharelado de História; a criação da Residência Odontológica; a criação do Instituto de Odontologia, como órgão suplementar e, por fim, a criação do Instituto de Pesquisa e Aplicação do Direito (IPAD).

A Universidade Federal do Espírito Santo ficou imune aos acontecimentos de democratização ocorridos na sociedade no início da década de 80? Sem quere esgotar o assunto quanto a esta questão, Borgo (1995) relata que no ano de 1993 deveria ocorrer novamente a eleição de nomes para escolha do novo Reitor. O primeiro semestre do mesmo ano foi marcado por inúmeras manifestações da comunidade universitária, no sentido de que, nesse processo, fosse ouvida a comunidade universitária como um todo, o que não se efetivou neste ano devido a alguns desencontros no seio da comunidade universitária, bem com, a criação da ADUFES e a reorganização do DCE, CAs e DAs.

José Antônio Saadi Abi-Zaid foi escolhido e nomeado para os destinos da UFES entre 1984 e 1988, assumindo o cargo em 7 de janeiro e declarando, de início, que o trinômio “Ensino, Pesquisa e Extensão” seria a meta principal de sua administração. Foi também durante a sua gestão que se concretizaram os dois processos de abertura democrática que vinham se desenvolvendo desde 1983: o de eleições diretas para Reitor e o da Assembléia Estatuínte (BORG, 1995).

O ano de 1987 é o ano do encontro da UFES com as eleições diretas para Reitor. Em 10 de junho tiveram lugar as eleições, delas saindo vencedores a chapa encabeçada por Rômulo Penina. Nomeado Reitor, assumia o cargo em 7 de janeiro de 1988, agora para exercer o seu 2º mandato.

---

<sup>185</sup> Tendo assumido o cargo em 07 de janeiro de 1980.

É nesta gestão que finda a dilatação dos cursos de graduação<sup>186</sup> com a criação dos cursos de Ciências da Computação, Engenharia da Computação e Ciências Sociais [...], mesmo enfrentando diminuição orçamentária, foi criada e ampliada a Coordenação Universitária do Norte do Espírito Santo (CEUNES), bem como a criação do Centro de Ciências Exatas e, por fim, a criação do curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, área de automação, em nível de Mestrado. A Pós-Graduação será o objeto fundamental da gestão seguinte.

Em 1991, movimentou-se a comunidade universitária para as eleições diretas do novo Reitor. Realizada a eleição em 11 de junho daquele ano, saiu vencedora a chapa “Compromisso com o Futuro”, encabeçada por Roberto Penedo, que foi nomeado para o cargo em 18 de novembro, assumindo em 7 de janeiro do ano seguinte. E que, mesmo assim, fruto de uma enorme movimentação de bastidores da política local, ou do jogo de interesses e barganhas, onde de acordo com Soares:

[...] Somente em 1991 a UFES elegeu diretamente o primeiro reitor desvinculado da antiga burocracia autoritária. Mesmo assim, essas eleições são baseadas em um precário acordo informal entre os candidatos de só aceitar a nomeação do mais votado. O resultado tem que ser homologado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, que forma uma lista sêxtupla para ser submetida ao governo federal. Em 1991, o MEC chegou a tentar alterar o resultado convidando outro professor que constava na lista para assumir a reitoria. Porém, a pressão e a articulação política dos bastidores garantiu a posse de Roberto Penedo” (SOARES, 2005: 242).

De acordo com Borgo (1995), a gestão de Penedo terá como principais realizações: a ampliação do acervo da Biblioteca Central e a sua informatização; desenvolvimento do Projeto Novos Rumos, que tem por finalidade a integração da universidade com seus ex-alunos. Do ponto de vista das condições da estrutura física da UFES, destacam-se: a construção do Centro de Vivência, a recuperação do Lago, a ampliação do CCJE, do prédio da Reitoria e das Escolas Criarte e de 1º grau, bem como a construção do Planetário. Concluído esse programa, deverá ampliar em quase 28.000 m<sup>2</sup> o espólio físico do “campi”. Por fim, criou-se dois cursos em nível de Pós-Graduação em nível de Doutorado: Ciências Fisiológicas e Educação, bem como, a criação de 7 cursos de Pós-Graduação em nível de

---

<sup>186</sup> Para o período abordado por Borgo. Em nosso estudo chegaremos até 2007.

Mestrado: Física, Psicologia, Economia, Informática, Literatura Brasileira, Doenças Infecciosas e Engenharia Mecânica.

Como destacamos anteriormente, a Pós-Graduação foi tema prioritário desta gestão. O que gostaríamos de refletir é sobre as causas dessa ampliação significativa neste grau de ensino, sem, contudo, ter a pretensão de esgotá-la: esta exigência “social” se dá devido a uma dilatação do grau de especialização da mão-de-obra ou devido a uma defasagem do “conteúdo” da graduação, ou seja, seria exatamente a graduação que não acompanhou, efetivamente, as transformações ocorridas no mundo do trabalho e no mercado de mão de obra, ou, efetivamente, ocorre uma dilatação da necessidade e exigências do conhecimento? Uma ou outra situação podem ter ocorrido de forma sincrônica e se interpenetrando.

O perigo é apenas ter existido a primeira, ou seja, a queda da qualidade da graduação (como se a mesma tivesse sido rebaixada para um pós-médio). Ainda assim, como nos lembra Tedesco (1980) o mercado de trabalho pode ter rebaixado a credencial da graduação, equiparando a pós a uma simples graduação. Mas é verdade que pode ter ocorrido a segunda possibilidade, não desconhecemos este fato. Entre uma e outra, o que nos traria mais desconforto é a produção do modismo, a standardização de oferta de cursos e diplomas, que no máximo se juntaria ao cenário de um papel de parede.

Por fim, observamos ao longo da exposição, que a História da UFES ficou centrada nas questões sobre a constituição de seu espaço físico, a sua definição administrativo-burocrática e, fundamentalmente, a composição de seu conteúdo, não vejo outra palavra: acadêmico, ou seja, a criação de curso de Graduação e Pós. Sobre este último aspecto é que a maior atenção será dispensada, e que ao longo das gestões ficou, em nosso entendimento, relegada a uma condição inferior.

Não encontramos, em momento algum, estudos aprofundados e políticas que se empenhassem em apurar, com maior precisão, a urgência de um novo curso e, sobretudo, uma oferta mais dilatada dos existentes. Evidentemente que foram efetuados estudos, diagnósticos, para a criação de novos cursos, bem como, a política de interiorização. Entretanto, tal esforço foi abortado, ou efetivamente não se

interessou em diagnosticar e enfrentar, com seriedade, o problema do acesso ao ensino superior, quando a oferta de vagas não acompanhou o crescimento da demanda, abrindo, conseqüentemente, um grande espaço para a iniciativa privada (as empresas do negócio da educação).

Ou seja, constituiu-se um enorme hiato entre a oferta de vagas e a demanda apresentada pela sociedade, dando origem a uma parcela significativa, a um gigantesco dique ao acesso público do ensino superior. Do lado de fora, provavelmente, encontrar-se-ão, em larga vantagem, os filhos da escola pública.

#### **g) A reforma, sua implantação e adaptação**

Realizamos até agora uma retrospectiva da consolidação da UFES, orientados pela produção de Ivantir Antonio Borgo. Dando seqüência ao nosso pensamento, vejamos agora as implicações da Reforma no interior da UFES.

Segundo Borgo (1995), no final da década de 1950 e início da seguinte, intensificou-se o movimento de Reforma da Universidade Brasileira. Investia-se contra o caráter eliminatório e altamente seletivo do vestibular, o elitismo da instituição, o sentido profissionalizante do ensino, o reduzido interesse pela pesquisa, o autoritarismo do instituto de cátedra, e a estrutura resultante da reunião de faculdade e/ou escolas, considerada como causa de duplicações desnecessárias e desperdício de recursos (1994). Na oportunidade vamos melhor verificar o caráter eliminatório e altamente seletivo dos vestibulares. Quanto a este aspecto, tanto Camacho (1994) quanto Cunha (1975) nos dirão que os anseios das reformas apresentam em sua gens um enorme apelo social, de democratização do acesso e da permanência no ensino superior, como já destacamos anteriormente.

O início dos anos 1960 é palco de amplo movimento de reforma de bases e, entre as mais importantes reformas sociais do país, estava a da Universidade,

[...] Que deveria acabar com a cátedra e sua vitaliciedade; abrir o ensino universitário aos filhos dos trabalhadores; e integrar a instituição no processo de mudanças da realidade regional. Isso para contribuir na “aceleração do desenvolvimento e na libertação do país do imperialismo” (SOARES, 2005: 110).<sup>187</sup>

No entanto, para Soares (2005: 110), nos dirá que:

[...] Essa concepção iria disputar espaço com outra, muito ligada aos defensores do ensino privado, na qual o “estudante deveria estudar” e o professor preparar-se tecnicamente para ensinar [...]. Caberia ao ensino elevar o nível cultural do Brasil para integrá-lo no mercado dos países capitalistas “democráticos” desenvolvidos do “ocidente cristão”.

Com os fatos de março/abril de 1964, ocorreria acentuada mudança de enfoque quanto à questão da reforma, embora permanecessem as preocupações quanto à questão de sua efetivação.<sup>188</sup> Verificamos que o conteúdo popular, democratizante e crítico da proposição da Reforma Universitária, gestada por amplos setores da sociedade (entre outros, alunos e professores), foi radicalmente substituído, a partir de então, ressaltando os interesses privatistas, antidemocráticos e alienantes, associados aos desejos e interesses norte-americanos.

Desta forma, no ensino superior, a UFES passaria por uma profunda reformulação. Foi a primeira universidade no país a submeter-se aos acordos MEC-USAID, mas a expansão do ensino superior, subordinado a critérios ditos “empresariais”, também seria transferida para o ensino privado.<sup>189</sup>

Podemos afirmar que a UFES serviu como um laboratório para a reforma universitária efetivada pelos militares em seguida, pois no Estado do Espírito Santo

[...] Além da “novidade” dos ginásios orientadores para o trabalho, o Espírito Santo iria tornar-se o primeiro Estado da Federação a realizar sua reforma universitária de acordo com o espírito dos acordos MEC-USAID. Em junho de 1966, o técnico norte-americano Rudolf Atcon visitou a UFES, sendo

---

<sup>187</sup> Para amplos setores da juventude, dos trabalhadores e do campesinato, Cuba tornava-se um exemplo, tal como os “êxitos” do socialismo.

<sup>188</sup> Como observamos anteriormente, aqui constatamos um caso particular em relação à UFES. O convite da própria instituição ao professor R. Atcon foi de elaborar uma proposta de reforma para a mesma. A UFES, juntamente com mais duas ou três universidades, serviu de laboratório para a verificação das proposições que, mais tarde, seriam generalizadas e apresentadas ao conjunto das universidades no Brasil. Ver Serrano (1974) e Cunha (1989).

<sup>189</sup> Isso ocorria, principalmente, porque os recursos seriam destinados prioritariamente aos chamados grandes projetos, deixando os serviços públicos, como a saúde e educação, sem verbas suficientes para acompanhar a demanda (SOARES, 2005: 122).

contratado, dois meses depois, para elaborar o plano de sua reestruturação. Agiu rápido, pois em dezembro a Comissão de Planejamento da UFES já começava a trabalhar com a *Proposta para Reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo* (SOARES, 2005: 127).<sup>190</sup>

A aprovação do Decreto de nº. 66598/70 modifica o estatuto da UFES, passando a mesma ter a sua administração superior compreendida em três órgãos de deliberação coletiva: Conselho Universitário, Conselho de Ensino e Pesquisa e o Conselho de Curadores e um órgão executivo: a Reitoria. O vestibular também sofrera enormes transformações passando a ser unificado em seu conteúdo e centralizado em sua execução.

A nova administração universitária teria o cuidado de eliminar, no entendimento de Soares (2005: 127), “a interferência estudantil, tanto colegiada quanto gremial”, objetivando que “o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de dez anos”. Com o propósito de disfarçar os efeitos colaterais dessas proposições e medidas implementadas “seria mitigado por um fundo assistencial de bolsas de estudos adicionais para compensar o desaparecimento da educação superior gratuita”.

Entretanto, a implantação da reforma seria iniciada, efetivamente, a partir de outubro de 1971, através das seguintes medidas, que foram de acordo com Borgo: normatização para o vestibular unificado de 1972, cronograma de implantação acadêmica, instalação do CEG e instituição da Coordenação Geral do Ciclo Básico, criação e implementação do CA, CBM, CCJE e CT com suas respectivas divisões departamentais e, por último, o CP e Centro de Agronomia.

[...] O projeto que Atcon “vendeu” à UFES não explicava todo esse detalhamento político. Apesar de adotar uma estrutura formal semelhante a da Universidade de Brasília, trocava a participação de professor e alunos na gestão do ensino, que ela previa, por um hipotético neutralismo – que nas condições concretas abriu caminho para a repressão à oposição. Parte de sua sugestão, como a adoção do ensino pago, apesar de ter sido tentada, não reuniu condições para concretizar-se (SOARES, 2005: 128).

---

<sup>190</sup> Essa proposta, denunciavam os estudantes, prosseguia a linha de outro relatório do mesmo Atcon – *Anteprojeto de Concentração da Política norte americana na América Latina, na reorganização universitária e sua Integração Econômica* -, que havia sido encampado pela USAID. Em linhas gerais, Atcon considerava que o melhor caminho institucional seria transformar a universidade em fundação, para torná-la legalmente independente e privada; livre do controle e da interferência do Estado; completamente dissociada da regulamentação do serviço civil e politicamente neutra (SOARES, 2005: 127).

Já antecipando o que nos avizinhava, em termos de Brasil, a reforma da UFES foi realizada através de “procedimentos tecnocráticos”, sem nenhum debate com professores e estudantes ou com a sociedade. “Ao contrário” os grandes veículos de comunicação no Estado buscaram “desconhecer o fato” pois “sequer notificou a presença de Atcon no Estado, talvez para evitar manifestações da oposição estudantil. Posteriormente, só pequenas notas davam indicações sobre a reforma, quando já estava praticamente decidida” (SOARES, 2005: 128).<sup>191</sup>

Como já destacamos, no início dos anos 80, a comunidade universitária já se encontrava mais participativa politicamente. Em setembro de 1982, a Reitoria tomou a iniciativa de encaminhar uma proposta de criação da superintendência Acadêmica, como parte da reestruturação administrativa, acadêmica e gerencial.

Diante desse fato, a reação da comunidade a esses projetos conduziu a idéia de que a reestruturação global as UFES fosse amplamente discutidas, através de uma assembléia de representantes (Estatuinte) de vários segmentos constitutivos da comunidade universitária (BORG, 1995).

Nos anos 1988 e 1989, a Estatuinte chegou sucessivamente, após muitos debates, aos anteprojetos, “A” e “B”, este último continha as proposições mais polêmicas. Mais um episódio nos causa estranheza: o Conselho Universitário usurpava a autonomia às Assembléias/Estatuintes através das resoluções nº 4/89 e 5/89. Pela nova diretriz e determinação, o anteprojeto do estatuto deveria ser encaminhado aos Conselhos para exame e aprovação. Aqui nos cabe uma consideração, ou seja, o CU entendia que alguém estava brincando de democracia ou, em outras palavras, só uma democracia era aceita e correta.

Sentindo-se violada em sua competência, a Estatuinte decidiu submeter, em março de 1990, o anteprojeto “B” ao exame da comunidade universitária e, a partir das sugestões apontadas, chegou, finalmente, ao projeto de Estatuto, considerando

---

<sup>191</sup> Posteriormente, só pequenas notas davam indicações sobre a reforma, quando já estava praticamente decidida. Ela teria despertado “grande interesse” nos Estados Unidos, apresentada pelo reitor da UFES, em viagem patrocinada pelo Departamento de Estado e pela USAID. Infelizmente, não foi apresentado ao espírito Santo... (SOARES, 2005: 128).

encerrados os seus trabalhos (BORGIO, 1995). Quanto aos desdobramentos desta questão, o autor não nos informa, apenas descreve o relatório final da Estatuinte.

Como podemos verificar, ao longo de 20 anos, não se enfrentou devidamente, apenas timidamente, o problema da exclusão de uma parcela significativa da juventude. Estamos efetuando uma análise anterior da instituição (ou seja, sua origem, as ações ancestrais de sua origem, institucionalização e desenvolvimento e consolidação, mais a frente, observaremos as transformações sócio-econômicas que o estado é vítima e produtor (implantação dos “grandes projetos” e a explosão populacional ocorrida a partir de então), aliados às respostas da UFES, se ocorreram e às nossas análises.

#### **h) A interiorização da UFES.**

A efetivação da implantação da interiorização da UFES vai ao encontro de nossos propósitos, devido ao fato de tornar-se mais próximo do estudante do interior, haja vista as dificuldades que significariam ao mesmo, de se instalar na Grande-Vitória, pois, como vimos, não existe uma política de moradia estudantil nos “campis” da UFES. Isto posto, e de certa maneira, na interiorização da UFES, podemos dizer que o advento dos estudantes é um pouco menos seletivo.

A implantação do Centro Agropecuário, em Alegre, poderia ser considerada como o início de um processo de interiorização da UFES. Entretanto, a mesma não resultou de [...] atitude intencional da Universidade no sentido de interiorizar suas atividades, ou seja, foi fruto muito mais de uma situação circunstancial, bem como, as experiências em Nova Venécia e em Linhares.

No entanto, foi no começo de 1989 que o processo de interiorização da UFES tomou seu curso definitivo, adotando conteúdo e forma, originado devido a uma solicitação da Prefeitura Municipal de Nova Venécia.

Então, de acordo com Borgo (1995), a partir de junho de 1989, foi criado o plano de interiorização da UFES no norte do Espírito Santo (PINES), que buscava justificar a necessidade de um programa de caráter permanente, buscando produzir soluções voltadas para a transformação social e para o desenvolvimento local e regional. Em abril de 1990, foi aprovado, com algumas alterações, tornando-se, agora, CEUNES – Centro para Coordenação Universitária do Norte do Estado do Espírito Santo, em caráter experimental, pois dependia de disponibilidade financeira.

## 11. O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO ES NO NASCEDOURO DA UFES

Muito auxiliará no desenvolvimento e aprofundamento de nosso estudo, a realização de uma análise do contexto sócio-econômico vivenciado pelo Estado do Espírito Santo, no período em estudo. Para tanto, teremos como apoio a produção de Vasconcellos (1975), Novo (1989) e Soares (2005) na intercessão com a educação.

### **a) Predomínio de café e de seu declínio até 1960/1970.**

Até a década de 1950, a economia do Espírito Santo vivia sob a órbita da monocultura do café, sendo assim, a economia capixaba vivia os altos e baixos da dinâmica da monocultura cafeeira. Com a grande crise do café na década de 1950 e o seu desfecho, a erradicação das culturas,<sup>192</sup> o Espírito Santo presencia, ou melhor, vivencia as suas seqüelas devastadoras, entre outras:

Apesar do predomínio do grande latifúndio agro-exportador que entra em crise, em crise também entra a pequena propriedade ou a produção agrícola familiar;  
Acentuado processo de concentração de terras;  
[...]  
Gigantesca liberação da mão obra do campo, dando origem a novos ciclos migratórios intra e extra estado com perdas populacionais significativas. Em outros tempos o estado apenas importava população, nesse momento de crise passa a exportar em grande quantidade;  
[...]  
Por fim, a última e uma das mais importantes conseqüências foi a diversificação espacial (regiões norte, sul e central) e setorial (setor primário, secundário e terciário) da economia capixaba Soares (2005).

Enquanto o maior produtor de café do país, o estado de São Paulo erradicou 299 364 000 pés de café (26,0% do total), entre 1962 e 1967, o Estado do Espírito Santo derrubou 303 175 000 (53,8% do total) em período similar, desempregando cerca de 20% da mão-de-obra agrícola (o que atingia 60 mil pessoas diretamente e cerca de 140 mil, indiretamente). Segundo Soares (2005: 118) “a tragédia foi amenizada pelo

---

<sup>192</sup> Para efetivar o processo de erradicação das culturas de cafezais o governo contou com recursos “oriundos do programa de Erradicação, diversificação e renovação da cafeicultura do IBC, executado através do GRECA (Grupo Executivo para Racionalização da Cafeicultura)” (SILVA, 1995: 436-7). Entendemos que nesse processo, aos governos, interessava a redução da oferta de café para a manutenção do preço, o que exigiu a redução de plantações e, conseqüentemente, a sua erradicação e remuneração dos proprietários.

êxodo brutal, levando famílias para a periferia da grande Vitória (formada pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana), ou para povoar os distantes Acre e Rondônia”. O que certamente gerou outras tragédias sociais onde estas populações foram ocupar os morros, os mangues e as florestas, pois as terras ficaram concentradas nas mãos de poucos.

Essas providências do governo federal repercutiram no processo de industrialização no Espírito Santo. De acordo com Soares (2005) “o plano de Metas da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek abriu espaço para a construção de hidrelétricas, rodoviárias, fábricas de cimento (em Cachoeiro do Itapemirim) e laminação de aço (Cofavi)” (SOARES, 2005: 118).

Em rápidas palavras, observamos então o predomínio da monocultura cafeeira, bem como as conseqüências da erradicação de sua cultura. Agora, vejamos outro período de fundamental importância para a economia do Espírito Santo.

#### **b) Os grandes projetos industriais até 1982.**

*O governador Arthur Carlos Gerhardt Santos, ex-presidente do BANDES, que sucedeu Christiano no governo, mudou inteiramente o rumo da industrialização sonhada por Jones Santos Neves na década de 50. Ele considerava “totalmente inexecutável” basear um processo de desenvolvimento na posição geográfica do Estado ou com autonomia e recursos próprios, por isso o limitaria a um crescimento dentro dos padrões tradicionais. Assim, “a aceleração desenvolvimentista seria função direta de recursos externos a serem carreados”. Mas que, na verdade, se aproveitaram do “carnaval de incentivos fiscais”.*

Soares (2005: 120).

Como observamos anteriormente, até a década de 1960, a cafeicultura exercia um colossal predomínio sobre a economia, caracterizando nitidamente o Espírito Santo, como uma economia primário/exportadora. Em um segundo momento, de 1960 até início dos anos 1970, verificamos decadência das atividades tradicionais; crescimento da pecuária bovina, sobretudo a leiteira, exigindo assim mais terras e menor número de trabalhadores; e intensificação do processo de industrialização,

sobretudo as atividade de exportação da CVRD, que exige novas e amplas instalações da infra-estrutura econômica.

Segundo Vasconcellos (1975), a partir de meados da década de 1970, tem início a implantação dos “grandes projetos industriais”, orientando basicamente para o mercado externo, que constituiu-se de:

Tabela 18: Investimentos no Espírito Santo 1976-80.

| <b>Complexo Siderúrgico</b>                                              |                                                                        | <b>Ano:</b>                        |
|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Empresa/ Local:                                                          | <i>Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) - Serra</i>                  | 1977                               |
| 1ª fase:                                                                 | Investimento: US\$ 2,3 bilhões                                         | Empregados: 4674                   |
| 2ª fase:                                                                 | Investimento: US\$ 3,8 bilhões                                         | Empregados: 7500                   |
| Empresa/ Local:                                                          | <i>Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) - Cariacica</i>           | 1977                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 50 milhões                                          | Empregados: 1600                   |
| Empresa/ Local:                                                          | <i>Unidade de pelletização da Companhia Vale do Rio Doce - Vitória</i> |                                    |
|                                                                          | ITABRASCO                                                              | 1976                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 5,5 milhões                                         | Empregados: 400                    |
|                                                                          | HISPANOBRÁS                                                            | 1977                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 5,5 milhões                                         | Empregados: 400                    |
|                                                                          | NIBRASCO                                                               | 1977                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 110 milhões                                         | Empregados: 600                    |
| Empresa:                                                                 | <i>Unidade de pelletização da SAMARCO - Anchieta</i>                   | 1977                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 190 milhões                                         | Empregados: 450                    |
| <b>Complexo Naval</b>                                                    |                                                                        |                                    |
| Empresa:                                                                 | <i>DOCENAVE;FRONAPE LLOYD e outros estrangeiros - Vitória</i>          | 1978                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 90 milhões                                          | Empregados: 4000                   |
| <b>Complexo Para-Químico</b>                                             |                                                                        |                                    |
| Empresa:                                                                 | <i>Aracruz Celulose S/A - Aracruz</i>                                  | 1978                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 410 milhões                                         | Empregados: ind.500 e fl.2000      |
| Empresa:                                                                 | <i>FLONIBRA: Empreendimento Florestais - São Mateus</i>                |                                    |
|                                                                          | Investimento: US\$ 390 milhões                                         | Empregados: ind.500 e fl.2000      |
| <b>Complexo Portuário</b>                                                |                                                                        |                                    |
| Atividade:                                                               | Superporto de Tubarão para a CST                                       | 1980                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 200 milhões                                         | Empregados: 400                    |
| Atividade:                                                               | Porto de Barra do Riacho                                               | 1978                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 48 milhões                                          | Empregados: (?)                    |
| Atividade:                                                               | Terminal de exportação de Ubu                                          | 1977                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 50 milhões                                          | Empregados: (?)                    |
| Atividade:                                                               | Obras portuárias do Canal da Baía de Vitória                           |                                    |
|                                                                          | Investimento: US\$ 3,5 milhões                                         | Empregados: (?)                    |
| Atividade:                                                               | Construção do cais de Capuaba                                          | 1977                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 40 milhões                                          | Empregados: (?)                    |
| Atividade:                                                               | Construção do cais de Jaburuna                                         | 1978                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 16,5 milhões                                        | Empregados: (?)                    |
| Atividade:                                                               | Construção do cais de Aribiri                                          | 1982                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 42 milhões                                          | Empregados: (?)                    |
| Atividade:                                                               | Melhoria, ampliação e adaptação do cais de Jabour                      | 1978                               |
|                                                                          | Investimento: US\$ 5 milhões                                           | Empregados: (?)*                   |
| * nº total de empregados para as operações dos projetos portuários: 2000 |                                                                        |                                    |
| <b>Total de investimento: 7.877 bilhões</b>                              |                                                                        | <b>Total de empregados: 27.024</b> |

Tabela construída tendo por base Vasconcellos (1975).

Como podemos observar, a partir de 1977 o estado passa a receber 7.877 bilhões de dólares, com o envolvimento de mais de 27 mil trabalhadores. Cabe ressaltar que o emprego dos recursos estende-se até 1982, com o predomínio entre os anos de 1978 a 1980. Esta extensão temporal se expressa também no emprego da mão-de-obra, bem como na extensão espacial – (GV), um pouco no Sul e um pouco no Norte. Entretanto, existe uma concentração absoluta na primeira região.

Em uma economia aquecida e madura, 7,5 bilhões de dólares apresentam uma grande repercussão, imaginem em uma economia de recursos financeiros e humanos escassos. Esta era, como já observamos, a situação do estado. Vejamos então, rapidamente, que repercussões são estas:

A força de trabalho exigida, predominantemente de baixa qualificação profissional, logo atraindo um grande superávit humano, fez com que em um primeiro momento ocorresse uma enorme ocupação desordenada do espaço urbano (GV) e conseqüentemente uma nova exigência às políticas públicas a serem implantadas com objetivo de superar a situação apresentada. O poder público necessitaria então de mais engenheiros, arquitetos, médicos e professores e suas inúmeras especializações, bem como, assistentes sociais e outros profissionais; e em um segundo momento a afirmação e ampliação do setor informal da economia.

A força de trabalho de maior qualificação profissional apresenta outras demandas, otimizando o setor terciário – comércio de eletrodomésticos, mobiliário, automóveis, etc; e serviços de educação privada, saúde privada com todas as suas especializações, bens culturais e de lazer, bem como o setor imobiliário, com a implantação de diversos conjuntos habitacionais de classe média.

Para Soares (2005) encontraremos, nesse processo, uma mutação do centro do poder, bem como do próprio poder, deixando de ser local, mas se beneficiará dos governos locais

[...] Enquanto o capital local exercia a hegemonia no crescimento econômico anterior, nessa segunda fase, o capital em sua maioria, era de “grandes grupos estatais e privados, tanto nacionais como estrangeiros” (estes, principalmente japoneses, italianos canadenses e espanhóis). Dessa forma “a ‘economia capixaba’ tornou-se um novo espaço de reprodução do “grande capital” integrando-se de forma definitiva à dinâmica da economia brasileira e assumindo um caráter complementar, particularmente no setor industrial”. Isso também provocou mudanças importantes na estrutura de poder. Na área econômica, “as decisões de investimento passam a depender menos da dinâmica da economia estadual e mais da dinâmica da economia brasileira e do planejamento estratégico dos grandes grupos privados e estatais” (SOARES, 2005: 119).

Podemos concluir que as implicações sociais foram surpreendentes, principalmente no referente à ocupação desordenada do solo urbano (mangues e morros), bem como os efeitos dominó referentes ao aumento do consumo para a manutenção do trabalho melhor remunerado, criando uma cadeia de serviços e, principalmente, de empregos. Exemplo: serviço de escritório de contabilidade e assessoria jurídica; emprego de contadores, advogados e auxiliares, respectivamente, para atendimento tanto de pessoas jurídicas ou físicas. Podemos dizer que, neste período, o Espírito Santo se transformou em um “grande paraíso econômico” e vivenciou um “grande inferno social”...

Subjacente à implantação dos chamados grandes projetos, observamos a implantação e desenvolvimento de inúmeras empresas e indústrias de pequeno e médio porte do setor de alimentação, metalurgia, vestuário e outros.

A partir deste período, a (GV)<sup>193</sup> passa a ter em seu interior o setor produtivo, diferindo de períodos anteriores, onde o mesmo localizava-se no interior do estado. Passada a euforia, e com a aceleração do fluxo migratório, bem como, o não acompanhamento das políticas sociais, verificamos que “desastre social” é o adjetivo que mais próximo se verifica, para registrar as conseqüências das transformações ocorridas em nossa sociedade.

Por fim, no momento, encontramos pouco tempo e espaço para desenvolvermos uma análise mais aprofundada da economia do Espírito Santo. Contudo, nos reservamos ao direito (também de errar) em defender alguns pontos sobre a questão, verificamos:

[...] Uma consolidação do setor exportador liderado por produtos primários: café, minério, etc;  
[...]  
Certo equilíbrio do corredor importador/exportador;  
[...]  
Uma maior presença do setor de supermercados/atacadistas, têxteis/confeções, massas e alimentos, etc.

---

<sup>193</sup> Enquanto em 1960 a população urbana capixaba representava 39,4% do total, em 1980 ela saltou para 66,8%, aí incluídas as populações atraídas pelos propagandeados “grandes projetos”. Só a Grande-Vitória reunia 34,3% da população total do Estado. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, o município da Serra, onde foram implantados parte dos projetos do “grande capital”, cresceu 377% na década de 70. Isso gerou uma interessante contradição: enquanto aumentava a demanda pela educação, rareavam os recursos principalmente em virtude de mecanismos com FUNDAP, além dos subsídios e incentivos concedidos aos projetos industriais (SOARES, 2005: 121).

Em todos os casos acima, com o aumento do emprego de tecnologias avançadas no trabalho, constatamos uma diminuição no emprego da força de trabalho, tendo como consequência uma profunda dilatação do mercado informal e uma maior exigência de políticas públicas: saúde, educação, segurança, transporte e outros.

Quanto a este último aspecto, podemos dizer que ocorreu uma razoável melhoria no atendimento às demandas sociais, em algumas regiões, antes, porém, devido às pressões – organizadas ou não – da população local, do que, podemos dizer de formulações antecipadas, de políticas públicas e da benevolência das “autoridades”. Em outros espaços, nos parece que a luta das populações ainda será árdua...

Acreditamos ter ressaltado as transformações sociais e econômicas que o Espírito santo vivenciou, sobretudo a (GV), no período da implantação dos grandes projetos e subseqüentes e que evidenciam a necessidade de uma maior presença da UFES.

## **12 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO ES: um debate.**

O nosso estudo procurou investigar o processo de elitização e privatização do acesso ao ensino superior no estado do Espírito Santo, realizando um quadro comparativo entre o ensino público e privado, destacando as principais características, evoluções, contradições e convergências, diferenças e especificidades, etc..., bem como e, sobretudo, apontando<sup>194</sup> como se encontra a luta entre o pensamento público e privado no interior da UFES. Ou seja, se é verdade que nos últimos anos verificamos uma gigantesca ascensão da oferta do ensino privatizado, contrastando com o “quase congelamento” da oferta pública ao ensino superior (UFES). É igualmente verdade que os diferentes atores da comunidade universitária se posicionaram e se posicionam frente a essa questão. Em uma palavra, o projeto neoliberal que exacerba a exclusão social encontra parceiros no interior da UFES, bem como em órgãos de sua direção?

Assim, outra situação que acreditamos ser importante destacar é que boa parte da nossa História da Educação (sem querer ser provinciano) é “hegemonicamente dominada” e ou hegemonizada pela seguinte característica: relata-se, em um nível macro, as transformações no mundo e seu rebatimento na América Latina (visão da floresta); em seguida, quando vão descrever a situação no Brasil (visão da árvore), cometem um grande equívoco, pois em nosso entendimento, o que é caracterizado como “nossa história da educação” é, na verdade (predominantemente), a história do eixo Rio – São Paulo.<sup>195</sup> É como se fosse possível estabelecer uma linearidade metafísica (MARTINS, 1988 E 1989; SAMPAIO, 2000). Acreditamos que os acontecimentos verificados no eixo Rio – São Paulo fazem parte da História da Educação, mas não é a “História da Educação”, por mais importantes que sejam tais manifestações e processos vividos, por mais pedagógico que seja em nos ensinar os seus desafios, limites e possibilidades.

---

<sup>194</sup> Ver Dias (2001: 91-5); Vahl, (1980) e Gentili (1998: 32 e 112)

<sup>195</sup> Na historiografia existe um debate sobre contar a história dos vencidos, dos sem vozes, dos excluídos e dos esquecidos. Acrescento que, em nosso caso, é necessário ler e contar a história dos “invisíveis”, dos “fora do mapa” ou verdade seja dita, contar e ler a história daqueles que não se submete ao um “centrismo caolho e arrogante”.

Sendo assim, defendemos a existência (pois ela sempre existiu) de uma história a ser “revelada”, e que é própria do ES, que pode ter as suas similitudes – certamente encontraremos – com a floresta nacional, bem como com outras árvores, mas, com certeza, essa árvore (a do estado do Espírito Santo) tem muito de peculiar, tem muito de próprio e específico que não é percebido e que precisa vir à tona. Eis o nosso desafio!

#### **a) Adentrando a floresta.**

Em Pierre Bourdieu, encontramos a idéia de *campus*, que em uma aplicação pode nos sugerir: campus em defesa da escola pública X campus do pensamento privatista. Cunha (1999) nos chama atenção para *fronteiras* que sempre podem estar em movimento e encontramos em Gramsci, os conceitos de *bloco histórico* e a disputa pela *hegemonia*. Nos campus, as fronteiras se manifestam em determinado momento com uma feição e características próprias, disputam a hegemonia, que em nosso caso, é a concepção de ensino se público ou privado, e, em que medida, público e em que medida privado, com suas diferentes intensidades de coloração. Então, com publicações de livros e revistas, debates, manifestações públicas (televisão, rádio, pixações, protestos de rua e ocupações) e ocupações de espaço de poder na UFES, vai se delineando um bloco histórico, vão se estabelecendo as correlações de força, os limites fronteiriços.

Dando prosseguimento aos nossos apontamentos, vamos agora interagir com algumas proposições apresentadas por Martins<sup>196</sup> (1989: 33) que nos dirá que:

[...] em sua relação com o estado, os empresários da educação, a fim de manter o “caráter privado” de suas atividades, enfatizam que os seus empreendimentos não deveriam contar com a subvenção estatal, servindo, como contrapartida para reivindicação de uma política de preços para as anuidades escolares sem nenhum controle estatal.

---

<sup>196</sup> Carlos Benedito Martins, em seu livro “*Ensino Pago: um retrato sem retoques*”, do ponto de vista teórico foi disparador de meu interesse por este tema (privatização do ensino superior). A partir de inúmeras leituras e de diversos autores e perspectivas fui adentrando em um universo plural, heterogêneo e conflituoso do debate sobre a privatização do acesso ao ensino superior no Brasil. Encontramos a polaridade entre os defensores da escola pública (ver Florestan Fernandes) e do ensino privado; as diversidades no interior, sejam dos defensores da escola pública, sejam do ensino privado. Como nos dirá Cunha (1999): fronteiras em movimentos?! Em breve apresentaremos uma “arqueologia dos diversos pensadores e expressão” (individual ou grupal) dos protagonistas que participam desse debate e espaço público (ver ARENDT).

Como podemos observar, essas novas instituições, que ajudaram os militares a “resolver a crise”, passaram a “organizar as ações acadêmicas objetivando, de forma à obtenção do lucro e da acumulação. Indo mais longe, procuravam-se proclamar a legitimidade do lucro na atividade escolar e, através deste, a gratificação daqueles que com ela se envolve” (MARTINS, 1989: 40).

Em síntese, ao lado de sua característica de empreendimento, comandado pela lógica da acumulação de capital, o “novo” ensino privado representou, também, uma ruptura na transmissão e produção de um saber crítico, que vinha conquistando um espaço em determinadas áreas do conhecimento na universidade brasileira (MARTINS, 1988: 98 e 1989: 41). Ainda sobre a temática, Martins distingue o “novo” ensino privado dos estabelecimentos confessionais, sobretudo pelo fato dos mesmos estarem mais preocupados e direcionados em reproduzir os seus esquemas de pensamento e suas visões de mundo do que, como acredita o novo ensino privado, em fazer da educação um empreendimento rentável no plano econômico.

Desta forma, temos então: o ensino comprometido com um ensino crítico; os estabelecimentos confessionais que reivindicam verbas públicas, não encontrando o lucro como sua atividade fim, que procuravam reproduzir esquemas de pensamento e visão de mundo, por fim; o “novo” ensino privado que não clama por recursos públicos e a sua atividade é orientada pelo lucro e mais lucro, somente.

Ficam-nos algumas perguntas: realmente as escolas confessionais não tinham intenção de lucros em suas atividades de “ensino”? O chamado “novo” ensino privado, verdadeiramente, não pugnava por verbas públicas? Buscando respostas para estas reflexões, encontramos em Fonseca (1992)<sup>197</sup> a afirmação de que “as escolas chamadas confessionais pautavam as suas ações também orientadas para o lucro e o “novo ensino” pugnava, e muito, por verbas públicas” (ver também

---

<sup>197</sup> Dirce Mendes da Fonseca, em sua tese de doutoramento e livro “O pensamento privatista em educação”, sob a orientação de Carlos Benedito Martins, nos apresenta um rigoroso estudo sobre a luta do pensamento público e privado no interior do “antigo” Conselho Federal de Educação. E com sapiência nos mostra como o pensamento privado se apropriou do CFE para ver aplicado com força legal os interesses privatistas.

Cunha, 1988: 42-5<sup>198</sup> e, curiosamente, o próprio Martins, 1988). Somos obrigados, pela própria realidade em que nos encontramos, a concordar com Fonseca, em contraponto às posições de Martins quanto a esta questão. O estado do Espírito Santo vivenciou o mesmo processo?

Outro aspecto é que Fonseca (1992) argumenta que o processo de privatização do ensino superior foi liderado pelas escolas confessionais e que somente, mais tarde, sucumbiram à liderança/hegemonia do novo ensino privado. Em relação a esta questão, lembramos que Martins (1989) argumenta que, desde o início, o processo foi efetuado sob liderança e hegemonia do “novo ensino”. Independente de quem liderou a privatização (o ensino confessional ou o “novo” ensino), o certo é que o pensamento e, sobretudo, os atos privatistas, tomaram corpo, desenvolveram e, hoje, encontram-se agigantados, dilapidando o ensino público (em suas concepções, como vimos anteriormente) e, principalmente, os recursos públicos que deveriam servir apenas e exclusivamente às escolas públicas.

Continuando a nossa reflexão, encontramos em Martins (1989: 37) uma justificativa à origem do “novo” ensino superior privado, dizendo que:

[...] O ensino confessional não tinha pretensão de expandir as suas atividades ao 3º grau, logo, não atendiam aos clamores da sociedade e, sobretudo, aos clamores do regime militar para contribuir na resolução da “crise” do ensino superior;

[...]

Os proprietários de escolas e colégios, percebendo a evolução crescente das matrículas nos estabelecimentos públicos no ensino elementar e secundário e, ao mesmo tempo, a existência de uma demanda reprimida ao ensino superior, assim como uma atitude favorável, por parte dos governantes de então, à entrada da iniciativa privada para neutralizar a questão dos “excedentes”, passando a transferir parte de seus investimentos para abertura de novas instituições, fundamentalmente, faculdades isoladas. Sobre esse debate sugerimos que se consulte Sampaio (2000) e Chauí (2001).

Temos consciência de que a confirmação ou rejeição desta tese, no processo vivenciado no estado do Espírito Santo, não compreende nosso objeto central.

---

<sup>198</sup> Aqui, Cunha, nos traz, com propriedade, denúncias do descaso com os recursos públicos por parte do estado e alucinadamente adquiridos pelos empresários da educação, semelhante à aves de rapina. Eis alguns artifícios empregados: crédito educativo, salário-educação, formação profissional, bolsas, etc... Sobre o “salário-educação”, ver também Neves (1983: 71 apud, FONSECA, 1992: 45), bem como, J. B. Herkenhoff (1989). O período em estudo não conhece o advento do “Pro-uní” – programa do Governo Lula de compras de vagas nas faculdades particulares – que hoje se espalha pelos governos estaduais com o mesmo propósito, mas sendo ampliado para compra de vagas no pós-médio e no médio profissionalizante. Ver Lúcia Neves, 2004 e Nascimento, 2005 e 2006.

Contudo, gostaríamos de, a partir dos dados levantados até o momento, afirmar que não encontramos elementos suficientes para confirmar que, no ES, o ensino confessional, que atuava no 2º grau, não se propôs a explorar o ensino Superior (a) e que o mesmo foi efetuado pelas escolas e colégios “leigos” (b), existido transferência de grau de ensino para a intervenção do ensino privado. Pelo menos o que observamos, é que a notória e ampla dilatação dos investimentos do ensino privado, no 2º grau, não se estendeu ao ensino superior. De acordo com Soares temos:

[...] As faculdades surgiram de entidades fortes, como a Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia (EMESCAM), da evolução de empresas de ensino médio, como a FAESA; ou confessionais, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Madre Gertrudes, de Cachoeiro do Itapemirim; de influências políticas, como o Centro de Ciências Sociais de Vila Velha; ou com apoio de prefeituras de municípios fortes, como a Faculdade de direito de Cachoeiro do Itapemirim, e de Colatina (maio de 67) ou a Filosofia de Alegre (SOARES, 2005: 133-4).<sup>199</sup>

Soares encontra uma exceção, que corrobora com a tese defendida por Martins (1989: 37). Afirmamos a origem da Faesa, com exceção, e até colocamos uma dúvida, pois entendemos que o colégio CCI, de propriedade da Faesa é posterior à origem da própria Faesa. Então, como podemos verificar, estamos diante de poli-fontes de origem: capital privado do ensino superior do ensino médio, confessional, de influência política ou de recursos públicos oriundo de prefeituras e/ou dos governos estadual e federal.

Tal fenômeno só será registrado em nosso estado a partir de 1998, sobretudo quando vemos a criação das Faculdades Nacional, Darwin, Coração de Maria, Salesiano, Metropolitano e outros que originalmente só atuavam no 2º grau.<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup> Na criação da Faculdade Espírito Santense de Administração (FAESA), uma das exigências legais era ter um saldo em conta corrente de “100 mil contos”. Um professor, testemunha do fato, conta que foi fácil: um membro do Conselho Curador da FAESA conseguiu a colaboração de um amigo, gerente de um banco. No dia em que a fiscalização do MEC apareceu, o dinheiro estava na conta da FAESA. Logo embora, o dinheiro retornou à origem. Com a biblioteca ocorreu um processo idêntico. A FAESA recolheu livros emprestados com os alunos e forjou um livro de registro de consultas (SOARES, 2005: 135-6).

<sup>200</sup> Mostraremos mais adiante que até 1998, temos de certa maneira um equilíbrio e uma constância na relação do ensino superior privado no ES, no que diz respeito às mantenedoras. Até esta data, o ensino privado superior não conheceu a “intromissão” dos colégios e escolas do 2º grau.

É importante ter relatos de experiências e acontecimentos de outros estados. O que não é possível é relatarmos, o que lá aconteceu, sem nos empenhar em revelar o que aqui vivenciamos. A sua validade limita-se à denúncia do descaso com o ensino público, e até podemos tê-las como parte da nossa grande denúncia. O que não acreditamos ser correto é importarmos “exemplos de outras realidades”,<sup>201</sup> como se não tivéssemos as nossas próprias, diante de um processo rico e complexo como o que aqui vivenciamos. Segundo Soares (2005: 25) “Bourdieu alerta que as lutas em cada sub-campo têm sua própria lógica e suas normas específicas, pois cada etapa de divisão de um campo introduz um verdadeiro salto qualitativo”, pois, o que nos mostra situação do E.S é que os processos de apropriação são próprio e as correlações distintas, mesmo que apresente algumas similitudes com outros tempos e espaços. Em mais, o estudo de outras experiências é necessário, mas se não for realizado com cautela [...] “podendo cair novamente nas generalizações que, às vezes, tornam todas as histórias semelhantes, não ressaltando o específico que cada uma pode conter” (SOARES, 2005: 26).

#### **b) Dê quê barro somos feito? Do mesmo, só que o forno é diferente.**

Portanto, como afirmamos anteriormente, partimos do princípio de que a produção acadêmica, em nível nacional, é fundamental para uma maior compreensão dos acontecimentos vivenciados no estado e, em particular, para uma maior precisão do objeto de nosso estudo. Contudo, tais produções não substituem a necessidade de uma análise local, pois as mesmas, não revelam os fatores próprios de nossa experiência. Assim sendo, não devemos perder de vista, evidentemente, que os acontecimentos locais podem (ou não) acompanhar uma tendência nacional.

Desta feita, ocorre que encontramos em nosso estado (infelizmente) exemplos de agressão ao ensino público, gratuito, democrático e que precisamos, com rigor e veemência, denunciá-los. Com tal postura, em momento algum queremos esvaziar

---

<sup>201</sup> Não acreditamos em um único processo e nem em um processo único, entendemos que ele tem as suas variações/distintas manifestações no tempo e no espaço. Isto posto, entendemos que o processo de privatização é próprio e diverso, uno e múltiplo: difere nas compreensões políticas, logo, não é monolítico; difere no tempo e no espaço, logo, é produto e produtor de correlações de forças dos diversos campos em disputas.

os estudos em nível de Brasil, muito pelo contrário, a intenção é exatamente oposta; queremos, sim, enriquecer ainda mais a nossa compreensão do processo de privatização que foi “vítima” e continua sendo o ensino superior brasileiro.

Orientando-nos pelo mesmo espírito exposto acima, vamos refletir sobre um argumento de Cunha<sup>202</sup> (1986: 49) que afirma que:

[...] A crise do milagre econômico, que se aprofunda desde 1974, ameaçava todo esse sucesso por não poderem pagar as anuidades, ou por terem de trabalhar para ajudar suas famílias, muitos estudantes abandonavam os cursos privados, assim como, pelas mesmas razões, diminuía o número de vestibulandos.

É inegável a contribuição das análises de Cunha sobre o ensino superior brasileiro, bem como sobre o processo de privatização vivido pelo mesmo. Contudo, cometeríamos um enorme erro em transplantarmos a análise de Cunha, registrada acima, de forma literal e linear para a experiência de privatização vivida no ensino superior em nosso estado. Assim sendo, algumas considerações são necessárias:

- a) É inegável que o Espírito Santo viveu os sintomas da crise do milagre econômico;
- b) É inegável que a crise do milagre econômico tenha feito a população local “apertar o cinto” (nos capixabas);

Contudo, de que maneira a economia do Espírito Santo, viveu, assimilou a crise de 1974? Não podemos esquecer que o ES, a partir dos anos 75/76, vive um grande surto de desenvolvimento econômico e social, fruto do início da implantação e funcionamento das operações dos chamados “grandes projetos” (CST, CVRD, Aracruz Celulose, ampliação dos portos, etc.), estendendo-se até os anos de 82/83, que se materializaram em mais de 7,5 bilhões de dólares injetados na economia, a criação de 27.024 empregos diretos e um surpreendente crescimento da população, sem contar os seus desdobramentos sociais e econômicos. Ver Novo (1989) e Vasconcellos (1975).

---

<sup>202</sup> Luiz Antonio Cunha, em sua tese de Mestrado e livro “Educação e desenvolvimento social no Brasil”, vai iniciar o seu brilhante caminho de análises da educação. Sobre a sua análise do ensino superior, Cunha nos apresentou com uma tríade: A universidade temporã: do ensino superior da Colônia à era de Vargas; A universidade crítica: o ensino superior na República Populista e; A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Compreendendo as “artimanhas” do liberalismo e do liberalismo na educação, Cunha, fisga, logo de início a assinatura genética de “nosso sistema educacional”, ou seja, “na medida em que expande a cobertura, cai a qualidade”. Quanto mais pobres recebe a escola, mais pobre será o atendimento: como podemos observar, o tratamento do ensino superior não escapa à “regra”.

A análise que Vasconcellos (1975) efetua sobre a economia do ES, significativa e reveladora, aponta para a possibilidade de verificarmos uma “opção” contrária à apresentada por Cunha, sobretudo quanto ao crescimento do processo de privatização ao 3º grau; suas condições econômicas e perspectivas no ES.<sup>203</sup>

Assim sendo, precisaríamos de mais elementos para verificar o comportamento do ensino privado no 2º grau. Respeitados estes limites, observamos nas últimas décadas e, fundamentalmente, nos últimos 10 anos, uma maior oferta privatizada das vagas no ensino médio. Voltando ao ensino superior, observamos uma gigantesca dilatação da oferta de vagas privatizadas, sobretudo a partir dos “grandes projetos”, bem como que o empresariado local acompanhou e acompanha a campanha de sucateamento do ensino.

Diante deste fato, podemos concordar, em muito, com a “sacada” genial de Cunha (1989), ou seja, a intenção primeira e única é – o pobre discurso não traz mais do que isto – a eliminação da concorrência, pois, sentindo-se injustiçados com a “mega” presença do serviço público e gratuito (ainda) e com qualidade superior àquela apresentada pela oferta privatizada, onde o que vale é contar a qualidade (podemos até afirmar, quantidade) do lucro sobre lucro. E ainda clamam por “justiça”.

Não queremos, com isso, concordar com as falhas e equívocos do ensino público. Não podemos ter um comportamento de avestruz. O certo é que temos de denunciar a todo o momento, protestar contra as concepções (e aqueles que as defendem) que rebaixam a universidade pública. Acreditamos que a partir de uma investigação/indignação coletiva, prosseguiremos com a luta em defesa da construção e consolidação do ensino público, gratuito e de qualidade e responsabilidade<sup>204</sup> social que respeite, primeiramente e, sobretudo, os filhos das classes populares, oprimidas e excluídas.

---

<sup>203</sup> Para um maior entendimento do processo vivenciado no ES no final dos anos 60 até final da década de 80, quando da consolidação dos grandes projetos econômicos, ver em anexo: O contexto sócio-econômico do ES.

<sup>204</sup> Ver Pedro Goergen (2003: 102) quando bem desenvolve o seu conceito e posição de “que a universidade pública, para as tarefas de ensino de pesquisa e extensão, não pode esquecer-se de sua responsabilidade formadora das gerações de acadêmicos (...)”.

Sabemos que a caminhada será no mínimo árdua, mas, se abrir uma pequena picada, já estaremos dando um grande passo. Contudo, acreditar que o caminho para a superação dos equívocos do ensino público tenha encontro marcado com a sua antítese, é o mesmo que querer perpetuar tais absurdos.

### 13. PÚBLICO E O PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR NO ES: qual é a sua história?<sup>205</sup>

#### 13.1 A OFERTA PRIVATIZADA: O Ensino superior privado no ES, um pouco de sua história e considerações sobre a situação atual.

##### a) As mantenedoras:

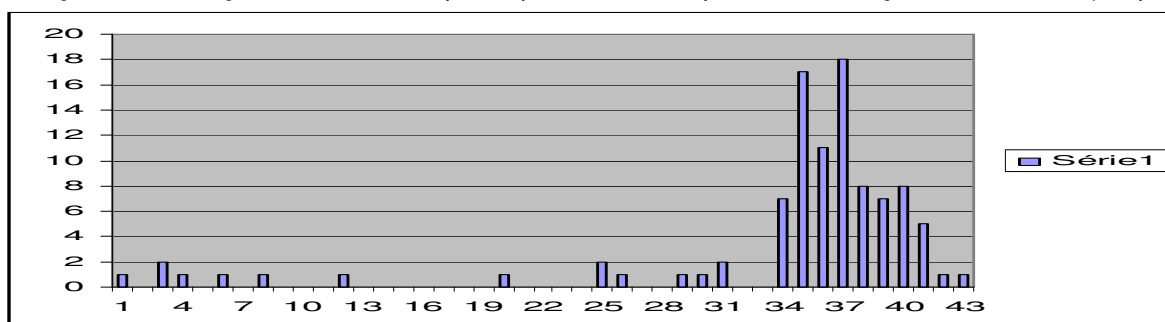
De acordo com os dados pesquisados no Inep/Mec, o Estado do Espírito Santo chega ao ano de 2008 com 70 Mantenedoras de IES privada<sup>206</sup>, 3 federais, 1 estadual e 1 municipal. As 70 mantenedoras de IES privadas mantêm 98 IES<sup>207</sup>. De acordo com a data de criação, encontramos no ES: 05 IES até 1970, mais 02 até 1980, mais 04 até 1990, mais 39 até 2000 e mais 48 até 2007 (ver tabela III). As datas de criação das 98 IES privadas podem ser mais bem analisadas no quadro abaixo:

Tabela 19: Mantenedoras de IES no ES: quanto à data de criação.

| Ano         | Até 1970 | Até 1980 | Até 1990 | Até 2000 | Até 2007 |
|-------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| IES criadas | 05       | 02       | 04       | 39       | 48       |
| Acumulada   | 05       | 07       | 11       | 50       | 98       |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Relação de Instituições de Ensino Superior privada no ES, por ano de criação – 1965/2008 (simples)



<sup>205</sup> Quanto ao método da apresentação nos apoiaremos, de certa maneira, em Milton Santos e Maria Laura Silveira, "O ensino superior público e particular e o território brasileiro". Ao final do capítulo talvez estejamos mais perto do "ensino público e privado e o território espiritosantense".

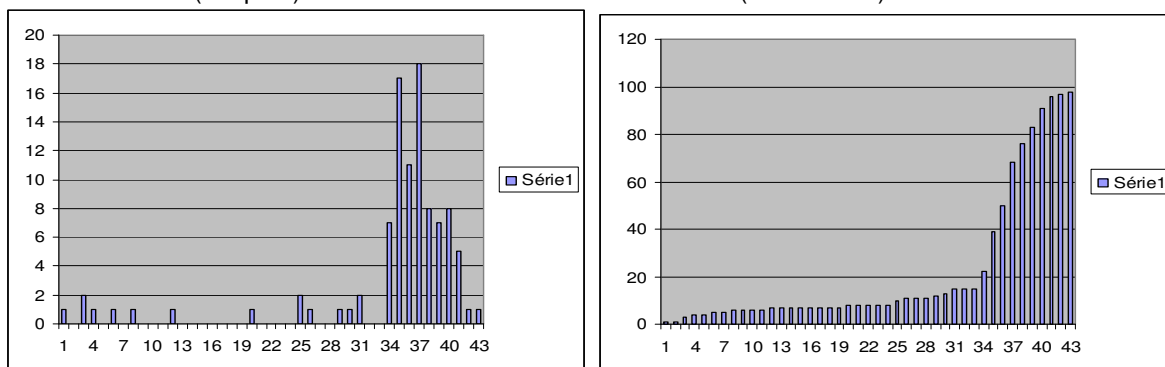
<sup>206</sup> Ver Tabela Relação de mantenedoras de Instituições de Ensino Superior privada no ES – 2008. Fonte: Inep/Mec.

<sup>207</sup> Ver Tabela Relação de nº de mantenedoras e nº de Instituições de Ensino Superior privada no ES – 2008. Fonte: Inep/Mec.

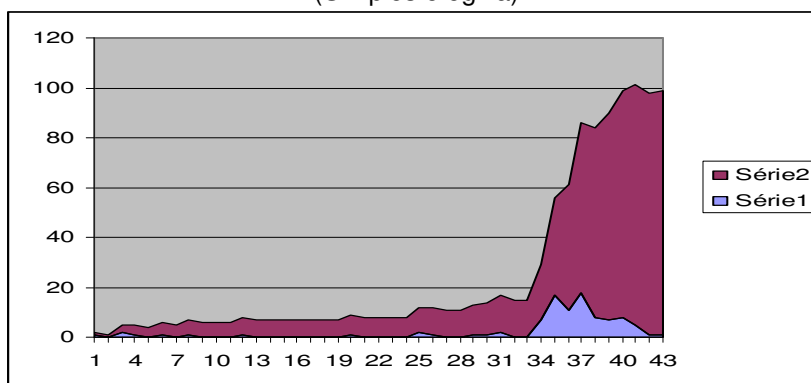
## b) As mantidas:

O surgimento crescente das IES no ES encontra dois períodos de extraordinária expansão, que são os de 1990 até 2000 e o período seguinte. O primeiro consegue crescer três vezes mais que toda história de expansão da rede privada no ES. Entre 1991 até 2000, encontramos o surgimento de 39 IES frente a 11 faculdades que originaram no período das décadas de 60, 70 e 80 juntos, ou seja, em quase 30 anos de história de ensino superior privado no ES, não se verificou, neste setor, tal crescimento. O segundo período já apresenta um crescimento, em termos absolutos, maior que o anterior, o mesmo não observamos em termos percentuais.

Relação de Instituições de Ensino Superior privada no ES, por ano de criação – 1965/2008.  
(simples) (acumulada)



(Simples e ogiva)



Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008

Passemos agora para a compreensão da relação temporal, quando se deu o surgimento da IES – privada e o município onde surgiu. Para o primeiro período, até 1970, temos: a cidade de Cachoeiro de Itapemirim (1965), Colatina em 1967,

Cachoeiro de Itapemirim, neste mesmo ano, um ano depois, Vitória, e em 1970, mais uma vez Cachoeiro de Itapemirim. Acreditamos que a oferta do ensino privado buscava ocupar um espaço não ocupado pela UFES, que era o interior do ES, as regiões norte e sul expressas nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

Em duas décadas de abertura de faculdades privadas, podemos verificar a ocupação das grandes regiões econômicas do Estado: a GV com a Emescam, Faesa e UVV, a região sul e norte. Esta última com a abertura em 1984 da Faculdade de Ciências Aplicadas Sagrado Coração (hoje UniLinhares).

Agora vejamos, ao longo do período, a distribuição geográfica da criação das faculdades no ES. Até 1970 as IES estavam distribuídas em 3 municípios, de 1971 a 1980 elas ampliam 1 município, passam então para 4. Entre 1981 a 1990 elas ampliam 2 municípios, chegam a 6 diferentes cidades: duas na Grande-Vitória, três ao norte e uma ao sul.

De 1991 a 2000, verificaremos uma gigantesca diversificação regional na oferta das IES – privadas no ES, vejamos: além da consolidação das cidades de Vitória e Vila Velha, na abertura de faculdades privadas, teremos ainda, na GV, as cidades de Viana, Cariacica e Serra como cidades que possuem faculdades. A primeira abriu, no período, 1 faculdade, a segunda 3 e a última, surpreendentemente, 8 faculdades.

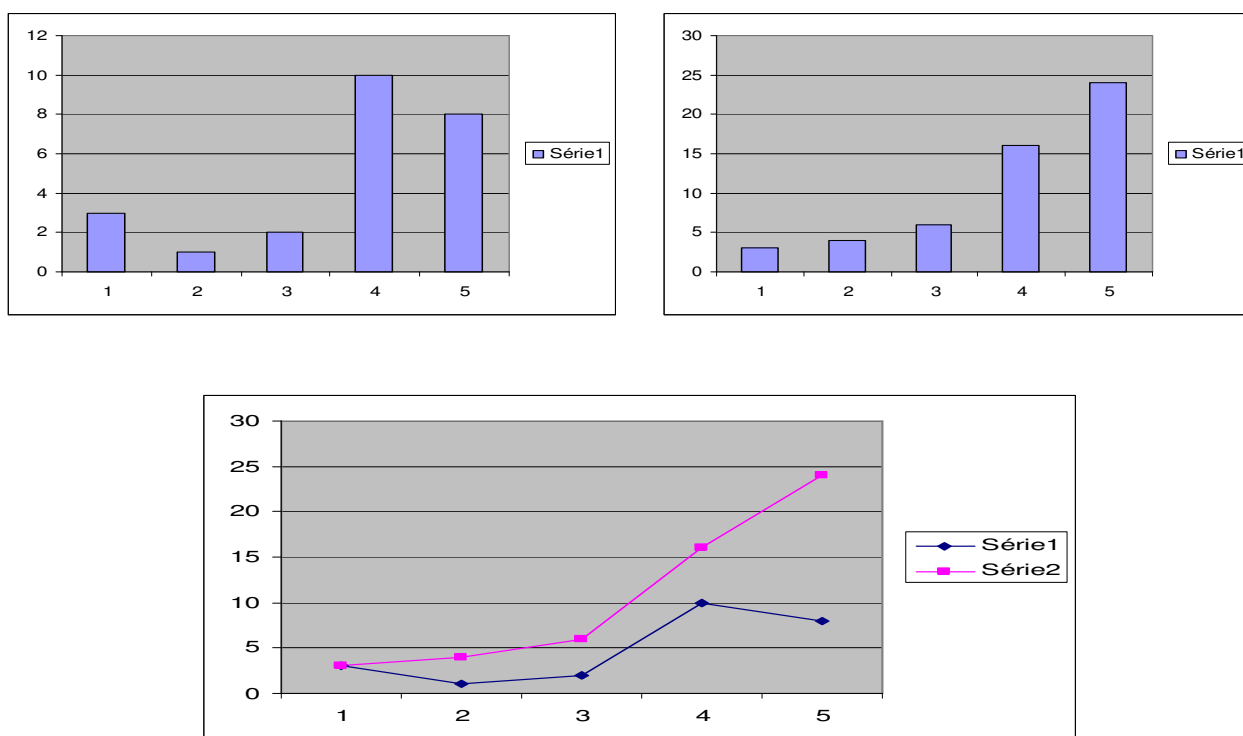
Para além da Grande-Vitória, teremos abertura de faculdades na região central nas cidades de Santa Teresa, Afonso Cláudio e Domingos Martins; Castelo ao Sul e ao Norte (imediato) Ibirapu e no extremo norte teremos: Nova Venécia e São Mateus.

De 1965 a 1994, a criação de IES privada estava circunscrito a 6 municípios, dois da GV e 4 no interior do estado. Passados quase 30 anos, entendemos que estávamos diante de uma ação precavida da esfera privada. De 1995 a 2000 verificamos uma maior ousadia na abertura de faculdades em quantidade e na distribuição geográfica no ES. Isto posto, dos 6 municípios originais, salta-se para 16 em 2000, com mais 2 na Grande-Vitória e mais 8 no interior do estado, distribuídos por diferentes regiões.

Neste século, vamos encontrar a ratificação desta tendência e as IES chegaram aos mais diferentes municípios de nosso estado em suas diferentes regiões. Assim, se no século que terminou se consolidou a GV, agora veremos a abertura de mais 7 municípios no interior do ES.

Aqui, afirmamos que do ponto de vista quantitativo, onde verificamos a intensificação da criação de faculdades, podemos perceber também a consolidação da distribuição geográfica, onde hoje se tem a presença das IES percorrendo 24 diferentes municípios do ES.

Distribuição geográfica da criação das IES privadas no ES



Até 1998, ou seja, em menos de uma década, temos a presença das IES em 10 diferentes municípios, hoje este número cresceu 140%. Ocorre que alguns municípios como Serra que tinha 1 IES, hoje possuem 13, Cariacica com 2, hoje são 10, Vila Velha que tinha 2, hoje são 12 e Vitória, que em 98 já possuía 9 IES, chega em 2007 com 26 (quase o triplo). Assim, dos municípios que possuíam IES em 98, 3 mantiveram a mesma quantidade e outros três dobraram.

Nos últimos dez anos, saiu-se dos 10 diferentes municípios com IES privada e se chega em 2007 com 24 e, nesse intervalo, alguns municípios se destacam, pois dobram as IES (Afonso Cláudio, Nova Venécia e Venda Nova do Imigrante), o município de Iuna já surge com 3 IES e Guarapari que chega a 6 instituições. Os outros 8 municípios mantêm a quantidade de IES com dilatação da oferta de cursos.

Tabela 20: IES no ES: quanto à localização geográfica e data de criação:

| Cidade/Ano      | 65 | 67 | 68 | 70 | 72 | 76 | 84 | 89 | 90 | 93 | 94 | 95 | 98 | 99 | 00 | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 |
|-----------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Cachoeiro       | 1  | 1  |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    | 1  |    |    | 5  |
| Colatina        |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    | 2  |
| Vitoria         |    |    | 1  |    | 1  |    |    | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 2  | 3  | 4  | 5  | 2  |    | 2  | 1  |    | 26 |
| Vila Velha      |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    | 1  | 4  | 2  |    | 1  | 1  | 1  | 1  |    | 12 |
| Linhares        |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |
| Aracruz         |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    | 2  |
| Viana           |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |
| Cariacica       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 2  |    | 1  | 3  |    | 2  | 2  |    |    | 10 |
| Santa           |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |
| Teresa          |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Serra           |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  | 6  | 1  | 2  |    |    | 2  | 1  |    | 13 |
| Afonso          |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  | 1  |    |    |    |    |    |    | 2  |
| Claudio         |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Castelo         |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    | 1  |
| Domingos        |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    | 1  |
| Martins         |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Nova            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    | 1  |    |    |    |    |    | 2  |
| Venecia         |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Ibiracu         |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    | 1  |
| São Mateus      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    | 1  |    | 2  |
| Guarapari       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  | 2  | 1  |    | 1  | 1  | 6  |
| Conceicao       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    | 1  |
| do Castelo      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Guacui          |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    | 1  |
| Santa Maria     |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    | 1  |
| de Jetiba       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Venda N. do     |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  | 1  |    |    |    |    | 2  |
| Imigrante       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Barra de        |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    | 1  |
| São             |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Francisco       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| Iuna            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 3  |    |    |    | 3  |
| Anchieta        |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  | 1  |
| Sub Total       | 1  | 2  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 2  | 1  | 1  | 1  | 2  | 7  | 17 | 11 | 18 | 8  | 7  | 8  | 5  | 1  | 1  |
| Total / período |    |    | 05 |    |    | 02 |    | 04 |    |    |    | 39 |    |    |    |    |    |    | 48 |    |    | 98 |
| Acumulada       |    |    | 05 |    |    | 07 |    | 11 |    |    |    | 50 |    |    |    |    |    |    | 98 |    |    |    |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

E, quanto à organização acadêmica, temos hoje, em 2008: 3 - Centros Universitários, 79 Faculdades, 4 Faculdades Integradas e 13 - Instituto Superior / Escola Superior. Em relação à categorização administrativa, verifica-se: 1 (Comunitária - Confessional – Filantrópica), 4 (Confessional), 5 (Filantrópica), 88 (Particular em Sentido Estrito). O quadro abaixo nos apresenta uma maior compreensão quanto ao cruzamento das informações sobre a organização acadêmica e à categorização administrativa da IES, vejamos:

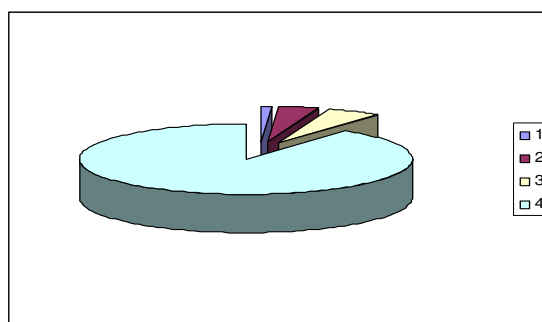
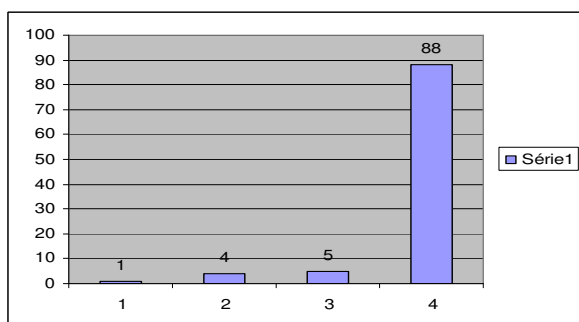
**Tabela 21:** Quantidade de IES e cursos oferecidos:

| Org. acad. X<br>categ. Administ.      | <i>Comunitária<br/>Confessional<br/>Filantrópica</i> | <i>Confessional</i> | <i>Filantrópica</i> | <i>Particular em<br/>Sentido Estrito</i> | <i>Total</i> |
|---------------------------------------|------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|------------------------------------------|--------------|
| Centro Universit.                     | -                                                    | -                   | 2                   | 1                                        | 3            |
| Faculdade                             | -                                                    | 4                   | 2                   | 73                                       | 79           |
| Faculdades Integradas                 | -                                                    | -                   | -                   | 4                                        | 4            |
| Instituto Superior<br>Escola Superior | 1                                                    | -                   | 1                   | 11                                       | 13           |
| <b>Total:</b>                         | 1                                                    | 4                   | 5                   | 88                                       | 98           |

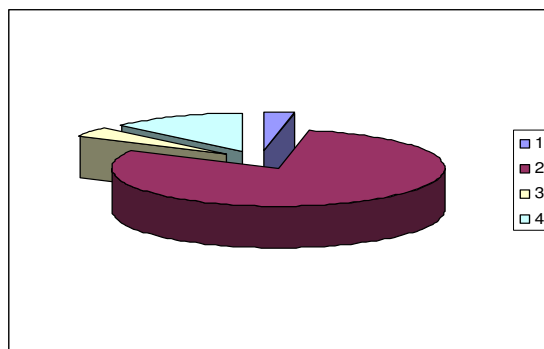
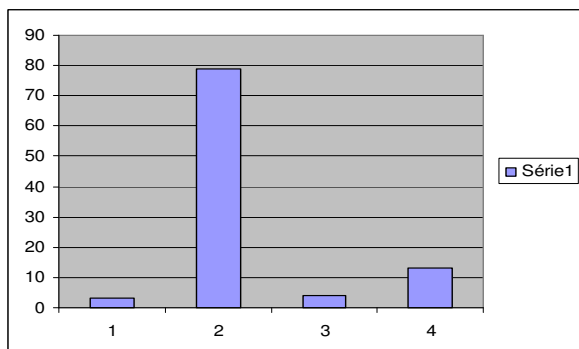
Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

O quadro acima é revelador de algumas características em que as IES – privadas vêm se conformando, ou seja, uma predominância de faculdades sendo particulares em seu sentido estrito.

Em relação à categorização administrativa temos: 01- Comunitária/Confessional/Filantrópica; 04 – Confessional; 05 – Filantrópica e 88 – Particular em Sentido Estrito.



E quanto à organização acadêmica temos hoje, em 2008: 03 - Centros Universitários, 79 – Faculdades; 04 - Faculdades Integradas e 13 - Instituto Superior / Escola Superior.



### c) Os cursos:

Quanto à oferta de cursos, as 96 IES podem ser assim distribuídas: 5 que não foi informado os cursos, 1 sob intervenção. 15 com 1 curso, 14 com 2 cursos, 15 com 3 cursos, 3 com 4 cursos, 10 com 5 cursos, 6 com 6 cursos, 3 com 7 cursos, 1 com 8 cursos, 3 com 9 cursos, 1 com 10 cursos, 2 com 11 cursos, 3 com 12 cursos, 1 com 15 cursos, 1 com 17 cursos, 2 com 18 cursos, 2 com 23 cursos, 1 com 27 cursos, 1 com 28 cursos, 1 com 31 cursos e por fim, 1 com 33 cursos

**Tabela 22:** Quantidade de cursos oferecidos por IES.

| <i>Quantidades de IES</i> | <i>Quantidade de cursos</i> |
|---------------------------|-----------------------------|
| 47                        | De 1 a 4                    |
| 23                        | De 5 a 9                    |
| 05                        | De 10 a 14                  |
| 04                        | De 15 a 19                  |
| 05                        | De 20 a 24                  |
| 03                        | De 25 a 29                  |
| 02                        | 30 ou mais:                 |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

O quadro V nos apresenta a abertura de cursos por ano e o VI nos dá uma síntese por período. A abertura de cursos associados ao aspecto temporal nos dá uma real representação do salto que se verificou nesse processo e, que se inicia com a ampliação das mantenedoras, passando pelas IES privadas e explode na oferta/abertura de cursos, tanto em quantidade quanto em modalidades e diversidades.

Tabela 23: Quantidade de cursos aberto/oferecidos por ano:

|             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |                 |    |
|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-----------------|----|
| 1965        | 12        | 1976        | 03        | 1990        | 01        | 1996        | 01        | 2001        | 93        | 2006            | 44 |
| 1967        | 10        | 1979        | 02        | 1992        | 01        | 1997        | 02        | 2002        | 58        | 2007            | 12 |
| 1968        | 01        | 1984        | 01        | 1993        | 01        | 1998        | 29        | 2003        | 38        | 2008            | 12 |
| 1970        | 05        | 1988        | 02        | 1994        | 06        | 1999        | 55        | 2004        | 56        |                 |    |
| <b>1972</b> | <b>01</b> | <b>1989</b> | <b>11</b> | <b>1995</b> | <b>04</b> | <b>2000</b> | <b>76</b> | <b>2005</b> | <b>53</b> | <b>Total 98</b> |    |

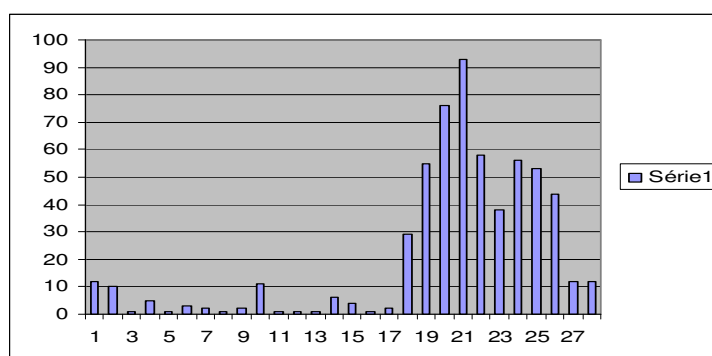
Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Tabela 24: Quantidade de cursos aberto/oferecidos por período:

| Até 1970 | Até 1980 | Até 1990 | Até 2000 | Até 2008 |
|----------|----------|----------|----------|----------|
| 26       | 06       | 15       | 175      | 366      |
|          | 35       | 50       | 225      | 591      |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Quantidade de cursos aberto/oferecidos por ano:



Passaremos as considerações sobre o Quadro VII: Criação de cursos por período. Buscar-se-á uma análise qualitativa da expansão quantitativa da origem dos cursos e sua diversificação interna, as possíveis intercessões e mutações dos mesmos.

Iniciaremos com o curso de Administração onde temos ao todo 85 cursos sendo oferecidos em 24 diferentes cursos: 30 de Administração, sendo: Comércio Exterior – 12; de Empresas – 07; Marketing – 06; Administração Geral – 03; Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Negócios, da Produção, 2 cada; e com 01 cada, temos: Ênfase em Logística e Serviços, de Agroindústria, Rural, Finanças, Gestão de Empreendimentos Turísticos, Gestão de Empresas de Saúde, Gestão de Hotelaria e Turismo, Gestão de Negócios Internacionais, Gestão de Sistemas de Informação, Gestão Internacional de Negócios, Gestão Turística, Informática, Logística em Negócios, Recursos Humanos.

O espectro de cursos de comunicação social pode ser assim descrito: Comunicação Social – 02, Publicidade e Propaganda – 13, Jornalismo – 06, Relações Públicas – 03, Radialismo - 02 e com 01 curso cada, temos: a) Jornalismo, a) Publicidade e Propaganda e Relações Públicas e c) Jornalismo Publicidade e Propaganda. No total temos 28 cursos oferecidos em 7 diferentes cursos.

O curso de Design compreende 01 “geral” ou “puro” e mais 01 de cada: de Interiores, Moda e Vestuário, Design do Produto e Moda. No total temos 06 diferentes cursos.

Um outro grupo de grande monta é o curso de Engenharia, onde temos: Engenharia “pura” - 01, da produção, produção civil, elétrica com 02 cursos cada e com 01 curso, temos: de Alimentos, de Automação e Controle, de Petróleo, de Petróleo e Gás, de Produção em Metalurgia e Materiais, de Produção Mecânica, Engenharia de Produção Química, de Segurança, da Computação, de Telecomunicações, Mecânica, Metalúrgica e de Materiais, Química e Ambiental. Somando ao todo 21 cursos com 18 diferentes ofertados.

No espectro do curso de letras, temos 01 curso de Letras “do tipo geral”, (04) Português e Literaturas da Língua Portuguesa, (03) Português/Inglês e Respectivas Literaturas, (02) Português/Espanhol e Respectivas Literaturas, Português e Inglês e Respectivas Literaturas e Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa e com 01 curso cada, temos: Espanhol e Respectivas Literaturas, Inglês e Respectivas Literaturas, Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Respectivas Literaturas, Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, Português e Francês e Respectivas Literaturas, Português e Respectivas Literaturas e por fim, Tradutor/Inglês. Ao todo estamos diante de 20 cursos distribuídos em 13 diferentes cursos.

Passaremos a dissecar os nossos apontamentos sobre os cursos Normal Superior e Pedagogia. Aqui nos encontramos diante de dois grandes grupos de cursos. O primeiro, com 26 cursos ofertados em 7 diferentes cursos; o segundo, somando 72 cursos espalhados em 29 diferentes ofertados. Os dois somam 98 cursos apresentados em 36 cursos diferentes.

Apenas como recursos didáticos não escrevemos o nome do curso de forma literal, mas ao separarmos os grupos, consideramos a sua inicial, ou seja, o primeiro é *Normal Superior* e, na seqüência, lê-se as suas especificidades e derivações, o mesmo ocorrendo com o curso de *Pedagogia*. Lembramos que esta é uma situação que gera uma falsa impressão de que estamos diante de cursos idênticos, o que não deixa de ser de todo errado, contudo é só lembrar do título de entrada. Esta é uma situação que também poderemos encontrar em outros cursos.

O primeiro grupo encontramos assim distribuído: Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (08), Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (05), Magistério da Educação Infantil (04), Educação Infantil (05), Magistério para a Educação Infantil (02). Com apenas 01 curso, temos: Magistério para os Anos Iniciais Ensino Fundamental, Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.

O segundo grupo pode ser assim descrito: Pedagogia “geral ou pura” (17), Administração Escolar (07), Supervisão Escolar (06), Orientação Educacional (05), Administração Educacional e Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com 04 cursos. Com a oferta de (02) cursos, temos: Supervisão Educacional, Magistério das Matérias Pedagógicas 2º Grau e Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio, Magistério da Educação Infantil. Com a oferta de apenas 01 curso, temos: Supervisão Escolar e Orientação Educacional, Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus, Orientação Educacional de 1º e 2º Graus, Magistério para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério para Educação Infantil, Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Formação Pedagógica e Gestão Educacional, Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental/Organização do Trabalho Pedagógico, Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental Educação para Portadores de Necessidades Especiais, Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio e Gestão Escolar, Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus, Inspeção Escolar, Gestão Escolar, Educação Infantil, Docência das Disciplinas Pedagógicas no Nível Médio, Administração Escolar/Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, Administração Escolar de 1º e 2º Graus e Administração e Inspeção Escolar.

Encontramos uma grande diversidade na área de biomédicas, nas quais, nos anos 60/70, tínhamos basicamente os cursos de medicina e ciências, chegamos hoje a um total de 20 diferentes cursos com 72 cursos ofertados em todo o Estado. hoje temos: Enfermagem (11), Fisioterapia (10), Nutrição – 08, Farmácia (07), Ciências Biológicas e Psicologia: Formação de Psicólogo com 06 cursos, Medicina (04). Com 03 cursos, temos: Psicologia, Fonoaudiologia e Biomedicina. Com 02 cursos, Química, Odontologia e Medicina Veterinária, e para terminar, temos com 01 curso: Terapia Ocupacional, Ciências: Biologia, Farmácia: Farmacêutico, Farmacêutico: Bioquímico e por último Zootecnia

Um outro agrupamento que nos parece ser possível apontarmos, como produto de nossas análises sobre a oferta de cursos superiores no ES, compreende duas significativas características. De um lado cursos “tradicionais” com uma ampla oferta e de outro, cursos com baixa oferta, mas com uma ampla diversificação. Os primeiros cursos são Direito (33) e Ciências Contábeis (25) que podem ser acompanhados de Sistemas de Informação (17), Turismo e Educação Física com 11 cursos. No segundo grupo temos: História e Ciências Econômicas (06), Serviço Social e Ciência da Computação (05), Arquitetura e Urbanismo (04). Com 03 cursos, temos: Geografia, Matemática, Marketing e Comércio Exterior. Relações Internacionais com 02 e com apenas 01 curso ofertado temos: Teologia, Sistema de Informação Gerencial, Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês e Espanhol, Ciências: Matemática, Física, Filosofia, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Biblioteconomia e Agronomia (Visão Sistêmica em Agronegócios).

Chegamos agora aos cursos superiores de formação e de tecnologia, que podem ser de curta duração entre dois e três anos. Apresentamos, na tabela abaixo, a lista completa dos cursos, onde podemos verificar a sua diversidade e especialização de seu público e área de atuação.

Tabela 25: Relação de cursos superiores de formação e de tecnologia:

| <i>Curso Superior de Formação Específica</i> |    |
|----------------------------------------------|----|
| de Gestão de Comércio Varejista              | 01 |
| de Gestão de Eventos                         | 01 |
| de Gestão de Logística Empresarial           | 01 |
| de Gestão de Pequenas e Médias Empresas      | 01 |
| de Gestão de Serviços Turísticos             | 01 |
| de Gestão em Comércio Exterior               | 01 |

| Continuação:                                                                                  |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| de Gestão em Serviços de Saúde                                                                | 01 |
| de Gestão em Sistemas de Informação                                                           | 01 |
| de Gestão em Tecnologia da Informação                                                         | 01 |
| de Gestão Empresarial                                                                         | 01 |
| de Gestão Financeira de Empresas                                                              | 01 |
| de Gestão Hospitalar                                                                          | 01 |
| de Gestão Hoteleira                                                                           | 01 |
| de Gestão Mercadológica                                                                       | 01 |
| de Marketing de Serviços                                                                      | 01 |
| de Marketing Estratégico                                                                      | 01 |
| de Recursos Humanos Estratégicos                                                              | 01 |
| em Gestão de Marketing e Vendas                                                               | 01 |
| em Gestão de Redes Locais                                                                     | 01 |
| Curso Superior de Tecnologia                                                                  |    |
| Agronegócio                                                                                   | 02 |
| em Agronegócio (Área Profissional: Agropecuária)                                              | 01 |
| em Análise e Desenvolvimento de Sistemas                                                      | 02 |
| em Análise e Desenvolv. de Sistemas (Agrup. de Áreas Profissionais: Informát. e Telecomunic.) | 01 |
| em Análise e Desenvolv. de Sistemas (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação)              | 01 |
| em Comércio Exterior (Área Profissional: Comércio)                                            | 02 |
| em Comércio Exterior (Área Profissional: Gestão)                                              | 01 |
| em Comércio Exterior (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                    | 01 |
| em Comércio Exterior (Agrupamento de Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)                  | 01 |
| em Comunicação e Ilustração Digital (Área Profissional: Comunicação)                          | 01 |
| em Comunicação Empresarial (Área Profissional: Comunicação)                                   | 01 |
| em Comunicação para Web (Área Profissional: Comunicação)                                      | 01 |
| em Design de Interiores (Área Profissional: Design)                                           | 01 |
| em Design de Moda                                                                             | 01 |
| em Design de Produto (Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design)                           | 01 |
| em Design de Produtos                                                                         | 01 |
| em Eventos (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)                                       | 01 |
| em Gastronomia (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)                                   | 01 |
| em Gestão Comercial (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                     | 01 |
| em Gestão da Tecnologia da Informação                                                         | 01 |
| em Gestão da Tecnologia da Informação (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação)            | 01 |
| em Gestão de Agronegócios (Área Profissional: Gestão)                                         | 01 |
| em Gestão de Empreendimentos Esportivos (Área Profissional: Gestão)                           | 01 |
| em Gestão de Marketing (Área Profissional: Gestão)                                            | 02 |
| em Gestão de Recursos Humanos (Área Profissional: Gestão)                                     | 05 |
| em Gestão de Recursos Humanos (Agrupamento de Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)         | 01 |
| em Gestão de Segurança Privada                                                                | 02 |
| em Gestão de Sistemas de Informação (Área Profissional: Gestão)                               | 01 |
| em Gestão de Sistemas Informatizados (Área Profissional: Gestão)                              | 01 |
| em Gestão de Turismo (Eixo Tecnológico: Hospitalidade e Lazer)                                | 01 |
| em Gestão de Turismo (Agrupamento de Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)                  | 01 |
| em Gestão e Marketing Hospitalar (Área Profissional: Gestão)                                  | 01 |
| em Gestão em Rochas Ornamentais (Área Profissional: Gestão)                                   | 01 |
| em Gestão Empreendedora (Área Profissional: Gestão)                                           | 01 |
| em Gestão Estratégica Comercial (Área Profissional: Gestão)                                   | 01 |
| em Gestão Financeira (Área Profissional: Gestão)                                              | 02 |
| em Gestão Financeira (Agrupamento de Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)                  | 01 |
| em Gestão Hospitalar (Área Profissional: Gestão)                                              | 01 |
| em Gestão Mercadológica (Área Profissional: Gestão)                                           | 02 |
| em Hotelaria                                                                                  | 01 |
| em Hotelaria (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)                                     | 02 |
| em Jogos Digitais (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação)                                | 01 |
| em Logística (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                            | 01 |
| em Marketing                                                                                  | 01 |

|                                                                                        |                     |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| em Marketing (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                     | 01                  |
|                                                                                        | <i>Continuação:</i> |
| em Marketing (Agrupamento de Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)                   | 01                  |
| em Multimídia (Área Profissional: Comunicação)                                         | 01                  |
| em Petróleo e Gás                                                                      | 02                  |
| em Petróleo e Gás (Eixo Tecnológico: Produção Industrial)                              | 02                  |
| em Petróleo e Gás (Agrupamento de Áreas Profissionais: Indústria, Química e Mineração) | 01                  |
| em Pilotagem Profissional de Aeronaves                                                 | 01                  |
| em Planejamento de Coleção de Moda (Área Profissional: Design)                         | 01                  |
| em Processos Gerenciais                                                                | 01                  |
| em Processos Gerenciais (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                          | 01                  |
| em Processos Químicos (Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais)             | 01                  |
| em Produção de Petróleo e Gás (Área Profissional: Indústria)                           | 01                  |
| em Produção Gráfica Digital (Área Profissional: Design)                                | 01                  |
| em Produção Multimídia (Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design)                  | 01                  |
| em Redes de Computadores (Área Profissional: Informática)                              | 03                  |
| em Redes de Computadores (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação)                  | 01                  |
| em Rochas Ornamentais (Área Profissional: Mineração)                                   | 02                  |
| em Rochas Ornamentais (Área Profissional: Indústria)                                   | 01                  |
| em Saneamento Ambiental (Área Profissional: Meio Ambiente)                             | 01                  |
| em Secretariado (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                  | 01                  |
| em Segurança do Trabalho                                                               | 01                  |
| em Sistemas de Informação (Área Profissional: Informática)                             | 02                  |
| em Turismo Receptivo (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)                      | 01                  |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Antes de iniciarmos as considerações sobre a oferta de vagas, somos obrigados a analisar com mais detalhes a síntese da Tabela VI: Criação de cursos por período (em anexo). Em nosso entendimento, o quadro abaixo para o senso comum pode ser de auto-explicação, mas ao mesmo tempo é instigante e exige de nós uma análise por dentro dos dados de forma qualitativa.

Tabela síntese: Criação de cursos por período (ver em anexo tabela VI)

|       | <i>Até 70</i> | <i>71/75</i> | <i>76/80</i> | <i>81/85</i> | <i>86/90</i> | <i>91/95</i> | <i>96/00</i> | <i>01/05</i> | <i>06/08</i> | <i>Total</i> |
|-------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Total | 26            | 1            | 5            | 1            | 14           | 12           | 158          | 293          | 69           | 579          |
|       |               | 27           | 32           | 33           | 47           | 59           | 217          | 510          | 579          |              |

A oferta de cursos até 1970 se resumia a 26 cursos (ver tabela abaixo), expressos em 19 diferentes cursos. Acreditamos que aqui estamos com o dorsal da oferta da rede privada, até o período de seu grande salto de quantidade e qualidade, que veremos acontecer nos anos 1990. Os anos 1970 dedicara ao ensino superior privado, no ES, uma certa estagnação, pelo menos no que diz respeito à abertura de cursos, não estamos aqui nos referindo à criação de vagas, e que esticara até a primeira metade dos anos 1980.

Assim, de 1971 a 1975 surgirá mais um curso de administração que lhe aumentará a quantidade, mas mantendo a mesma diversidade; de 1976 a 80 teremos a abertura de mais 5 cursos, que são: Administração, Direito e Ciências Contábeis que mantêm o mesmo espectro de oferta de cursos já efetuado no ES e, a novidade, poderia ser encontrada na criação de cursos de Ciências: Matemática e Ciências Biológicas. A dita novidade estava dialogando imediatamente com a necessidade da licenciatura para o antigo ensino de 1º e 2º graus.

Tabela 26: Criação de cursos até 1970:

| Cursos / ano: Até 70                    |   |                                         |    |
|-----------------------------------------|---|-----------------------------------------|----|
| Administração                           | 2 | Pedagogia                               | 1  |
| Ciências Contábeis                      | 2 | Administração Escolar                   | 1  |
| Ciências Sociais                        | 1 | Administração Escolar de 1º e 2º Graus  | 1  |
| Direito                                 | 3 | Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus       | 1  |
| Geografia                               | 1 | Magistério das Matérias Pedag. 2º Grau  | 2  |
| História                                | 2 | Orientação Educacional                  | 1  |
| Português e Francês e Resp. Literaturas | 1 | Orientação Educacional de 1º e 2º Graus | 1  |
| Português e Literaturas da Língua Port. | 2 | Supervisão Escolar                      | 1  |
| Português/Inglês e Resp. Literaturas    | 1 | Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus     | 1  |
| Medicina                                | 1 | Total:                                  | 26 |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Tabela 27: Criação de cursos por período até 1990:

| Cursos / ano:                                 | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 |
|-----------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|
| Administração                                 | 2      | 1     | 1     |       | 2     |
| Administração: Análise de Sistemas            |        |       |       |       | 1     |
| Administração: Recursos Humanos               |        |       |       |       | 1     |
| Ciências Contábeis                            | 2      |       | 1     |       | 3     |
| Ciências Econômicas                           |        |       |       |       | 4     |
| Ciências Sociais                              | 1      |       |       |       |       |
| Ciências: Biologia                            |        |       | 1     |       |       |
| Ciências: Matemática                          |        |       | 1     |       |       |
| Curso Sup. de Tecnologia Agronegócio          |        |       |       |       | 2     |
| Direito                                       | 3      |       | 1     |       |       |
| Geografia                                     | 1      |       |       |       |       |
| História                                      | 2      |       |       |       |       |
| Português e Francês e Respectivas Literaturas | 1      |       |       |       |       |
| Português e Literaturas da Língua Portuguesa  | 2      |       |       |       |       |
| Português/Inglês e Respectivas Literaturas    | 1      |       |       |       |       |
| Medicina                                      | 1      |       |       |       |       |
| Pedagogia                                     | 1      |       |       | 1     |       |
| Administração Escolar                         | 1      |       |       |       |       |
| Administração Escolar de 1º e 2º Graus        | 1      |       |       |       |       |
| Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus             | 1      |       |       |       |       |
| Magistério das Matérias Pedag. 2º Grau        | 2      |       |       |       |       |
| Orientação Educacional                        | 1      |       |       |       |       |
| Orientação Educacional de 1º e 2º Graus       | 1      |       |       |       |       |
| Supervisão Escolar                            | 1      |       |       |       |       |
| Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus           | 1      |       |       |       |       |
| Turismo                                       |        |       |       |       | 1     |
| Total:                                        | 26     | 1     | 5     | 1     | 14    |
|                                               |        | 27    | 32    | 33    | 47    |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Chegamos aos anos 1980 com a criação de 32 cursos e 21 diferentes cursos oferecidos, não sofrendo mudanças significativas até o período de 1980 a 1985, com a criação de mais um curso de pedagogia. De 1986 a 1990 teremos o acréscimo de mais 14 cursos e que, para a época, é algo surpreendente. O ensino superior cresce quase 50% na oferta de cursos e inicia os anos 90 com 47 cursos. Encontraríamos neste grande crescimento uma mudança interna, na qualidade da oferta dos cursos?

A resposta é que, de certa maneira, a rede privada amplia também em sua diversidade interna, ou seja amplia de forma qualitativa. Dos 14 novos cursos, observamos a criação de 3 cursos de Ciências Contábeis e 2 de administração, em seu estado “puro ou geral”, mais 2 cursos que classificamos como sub-divisão da administração: em Análise de Sistemas e Recursos Humanos. Foram criados 2 cursos de Curso Superior de Tecnologia: Agronegócios e o curso de Turismo. Assim sendo, a rede privada inicia os anos 1990 com 26 diferentes cursos em sua oferta e, lembramos que boa parte desta diversidade é proveniente das sub-divisões na Administração, na Pedagogia e no curso de Letras.

Destarte, o ensino privado, no ES, termina os anos 80 enfrentando timidamente um de seus temores, ou seja, até este momento todos os esforços da rede privada se davam na forma de “suplência de vagas” em relação à oferta pública, em relação à oferta da UFES. Mesmo com todo o esforço de ampliação de cursos (aspecto quantitativo) e com a diversidade de curso (aspecto qualitativo) ainda assim, persistia a condição de “cata de sobras”, assim sendo, todos que tentavam o vestibular na UFES e que não haviam sido aprovados eram, então, atraídos pela oferta privada no espectro de cursos desenvolvidos pela oferta pública.

A oferta de curso da rede privada se restringia, até este momento aos “tradicionais cursos” de Administração, Ciências Contábeis, Direito e os pertinentes à produção de licenciados, ou seja, à produção de professores no interior do ES. É isto mesmo, todos os cursos de licenciatura se localizavam e eram oferecidos nas faculdades do e no interior do ES. Uma outra característica é de que todos exigiam poucos recursos para a sua manutenção (tradicionalmente, são chamados de cultura livresca, ou cursos de cuspe e giz). A exceção pode ser registrada para o caso da Emescam, que oferecia o curso de Medicina.

Com a criação do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios, no dia 13/10/1989, de forma simultânea em Colatina e na Serra e com a criação do Curso de Turismo, em 06/03/1990, nas Faculdades Integradas Padre Anchieta de Guarapari (FIPAG), a rede privada de ensino superior no ES rompe, pela primeira vez, em quase 25 anos de sua oferta, com a sua “condição original de suprir vagas” da rede pública. Pelas datas de criação podemos afirmar que os cursos iniciaram as suas atividades no 1º semestre de 1990.

Nos dois casos é justo afirmar que a rede privada leva em consideração as condições locais: o primeiro caso para atender à ansiedade da transição da agricultura familiar, de organização da produção nas relações primárias e familiares, para a constituição das grandes empresas agrárias, entendendo a si como empresa e que se exigia uma gerência capitalista da produção agrária, consolidando a tradicional relação e condição da agricultura para exportação. No segundo caso, nos parece plausível (ou talvez previsível) que o curso de Turismo tenha se originado na cidade de Guarapari.<sup>208</sup>

Efetuada essas considerações pertinentes, ao final da década de 80 e início dos anos 90, continuamos as nossas análises e passamos, agora, para os anos 90, propriamente dito. A primeira metade dos anos 90 acrescenta, à oferta do ensino privado no ES, mais 12 cursos, chegando agora ao total de 59, com uma diversificação de 31 diferentes cursos. Teria a oferta privada continuada a sua insubordinação rumo a sua maioria na oferta? O que nos mostra os dados até este período? Então vejamos, dos 12 novos cursos criados neste período, 9 são aumento de quantidade e apenas Jornalismo, Radialismo e Sistemas de Informação, que ampliam a qualidade da oferta.

E na segunda metade dos anos 90, o que teremos de oferta de cursos em seus aspectos qualitativos e quantitativos? Inicialmente gostaríamos de destacar que tudo que o ensino superior cresceu, de sua origem nos anos 1950/1960 até os anos de 1995/1996, passados aproximadamente 30 anos, foi quadruplicado no período de

---

<sup>208</sup> Podemos afirmar que a cidade de Guarapari talvez seja a cidade mais visitada por turistas da região sudeste do Brasil. Guarapari é uma cidade que vive e se move com e pelo turismo. Parece-nos que o ensino privado ou até mesmo os interesses dos empreendimentos privados da cidade de Guarapari, que vive e se alimenta do turismo, edifica o curso para dialogar com estes interesses.

1995 a 2000: saiu-se dos 59 cursos oferecidos para 217 no final de 2000 com um acréscimo de 158 novos cursos em apenas 5 anos. O crescimento desses 5 anos foi de aproximadamente o triplo.

Como se deu tal crescimento no que diz respeito aos aspectos qualitativos? Dos cursos até então existentes, a lista de cursos abaixo cresceu 54 cursos, sendo estes cursos os mesmos já existentes, então não temos acréscimo na relação qualitativa da oferta de cursos, ocorrendo apenas em seu aspecto quantitativo. É importante destacar que dos 31 diferentes cursos existentes até então, é surpreendente que apenas a metade desta mesma variedade de cursos (14 cursos, ver tabela abaixo) quase que dobrou a sua oferta.

Tabela 28 - Criação de cursos por período até 1995:

| <i>Cursos / ano:</i>                                                  | <i>Até 70</i> | <i>71/75</i> | <i>76/80</i> | <i>81/85</i> | <i>86/90</i> | <i>91/95</i> |
|-----------------------------------------------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Administração                                                         | 2             | 1            | 1            |              | 2            |              |
| Administração: Análise de Sistemas                                    |               |              |              |              | 1            |              |
| Administração: Recursos Humanos                                       |               |              |              |              | 1            |              |
| Ciências Contábeis                                                    | 2             |              | 1            |              | 3            | 2            |
| Ciências Econômicas                                                   |               |              |              |              | 4            | 1            |
| Ciências Sociais                                                      | 1             |              |              |              |              |              |
| Ciências: Biologia                                                    |               |              | 1            |              |              |              |
| Ciências: Matemática                                                  |               |              | 1            |              |              |              |
| Jornalismo                                                            |               |              |              |              |              | 1            |
| Radialismo                                                            |               |              |              |              |              | 1            |
| Curso Superior de Tecnologia Agronegócio                              |               |              |              |              | 2            |              |
| Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas |               |              |              |              |              | 2            |
| Direito                                                               | 3             |              | 1            |              |              | 1            |
| Geografia                                                             | 1             |              |              |              |              |              |
| História                                                              | 2             |              |              |              |              |              |
| Português e Francês e Respectivas Literaturas                         | 1             |              |              |              |              |              |
| Português e Literaturas da Língua Portuguesa                          | 2             |              |              |              |              |              |
| Português/Inglês e Respectivas Literaturas                            | 1             |              |              |              |              |              |
| Medicina                                                              | 1             |              |              |              |              |              |
| Pedagogia                                                             | 1             |              |              | 1            |              | 1            |
| Administração Escolar                                                 | 1             |              |              |              |              | 1            |
| Administração Escolar de 1º e 2º Graus                                | 1             |              |              |              |              |              |
| Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus                                     | 1             |              |              |              |              |              |
| Magistério das Matérias Pedagógicas 2º Grau                           | 2             |              |              |              |              |              |
| Orientação Educacional                                                | 1             |              |              |              |              |              |
| Orientação Educacional de 1º e 2º Graus                               | 1             |              |              |              |              |              |
| Supervisão Educacional                                                |               |              |              |              |              |              |
| Supervisão Escolar                                                    | 1             |              |              |              |              |              |
| Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus                                   | 1             |              |              |              |              |              |
| Sistemas de Informação                                                |               |              |              |              |              | 1            |
| Turismo                                                               |               |              |              |              |              | 1            |
| Total:                                                                | 26            | 1            | 5            | 1            | 14           | 12           |
|                                                                       |               | 27           | 32           | 33           | 47           | 59           |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Tabela 29: Relação de cursos existentes em período anterior a 1995-2000:

| Cursos              | Quantid. | Cursos                               | Quantid. |
|---------------------|----------|--------------------------------------|----------|
| Administração       | 14       | Português/Inglês e Resp. Literaturas | 2        |
| Análise de Sistemas | 4        | Pedagogia                            | 3        |
| Ciências Contábeis  | 10       | Administração Escolar                | 4        |
| Jornalismo          | 1        | Orientação Educacional               | 2        |
| Direito             | 3        | Supervisão Escolar                   | 1        |
| Geografia           | 1        | Sistemas de Informação               | 2        |
| História            | 2        | Turismo                              | 5        |
| Sub-total:          | 35       | Sub-total:                           | 19       |
| Total : 54          |          |                                      |          |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Como já relatamos acima, tivemos nesse período o acréscimo de 158 cursos, então nos falta descrever os 104 restantes. Estes 104 cursos se manifestam em 66 diferentes cursos, ou seja, em apenas 5 anos a rede privada de ensino superior não duplica o seu tamanho em relação aos cursos existentes, já demonstrados, como também triplica o seu tamanho na relação qualitativa dos cursos oferecidos. Se o ensino privado inicia a segunda metade dos anos 90 com 31 diferentes cursos, termina este período com 127 cursos diferentes e com 217 cursos apresentado ao competitivo mercado educacional de ensino superior do ES.

Tabela 30 - Relação de cursos criados entre 96/00 e não existentes em períodos anteriores.

|                                                                       |   |                                                                                                 |   |
|-----------------------------------------------------------------------|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| <i>Administração de Agroindústria</i>                                 | 1 | <i>Fisioterapia</i>                                                                             | 3 |
| Administração de Empresas                                             | 3 | Fonoaudiologia                                                                                  | 2 |
| Administração de Produção                                             | 1 | Letras:                                                                                         | 1 |
| Administração Geral                                                   | 2 | Espanhol e Respectivas Literaturas                                                              | 1 |
| Administração: Comércio Exterior                                      | 9 | Inglês e Respectivas Literaturas                                                                | 1 |
| Administração: Finanças                                               | 1 | Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Port.                                                 | 1 |
| Administração: Gestão de Hotel. e Turis.                              | 1 | Português e Respectivas Literaturas                                                             | 1 |
| Administração: Gestão de Negócios                                     | 1 | Português/Espanhol e Respectivas Literaturas                                                    | 2 |
| Administração: Gestão de R H.                                         | 2 | Tradutor/Inglês                                                                                 | 1 |
| Administração: Gestão de Sistemas de Informação                       | 1 | Marketing                                                                                       | 1 |
| Admi.: Gestão Internacional de Neg.                                   | 1 | Medicina Veterinária                                                                            | 2 |
| Administração: Informática                                            | 1 | Normal Superior: Mag. para os Anos Iniciais do Ensino Fund. e Magistério para Educação Infantil | 1 |
| Administração: Marketing                                              | 5 | Nutrição                                                                                        | 2 |
| Ciência da Computação                                                 | 4 | Odontologia                                                                                     | 1 |
| Ciências Biológicas                                                   | 3 | Administração Educacional                                                                       | 1 |
| Comércio Exterior                                                     | 1 | Administração Escolar/Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                       | 1 |
| Jornalismo, Publicidade e Propaganda                                  | 1 | Educação Infantil                                                                               | 1 |
| Jornalismo, Public. e Propaganda e Relações Públicas                  | 1 | Inspecção Escolar                                                                               | 1 |
| Publicidade e Propaganda                                              | 3 | Pedagogia: Magistério da Educação Especial                                                      | 1 |
| Relações Públicas                                                     | 1 | Pedagogia: Magistério da Educação Infantil                                                      | 2 |
| Curso Superior de Formação Específica em Gestão de Marketing e Vendas | 1 | Pedagogia: Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio                               | 1 |
| Curso Sup. de Tecnologia em                                           |   | Pedagogia: Mag. das Matérias Pedag. do Ensino                                                   |   |

|                                                     |    |                                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Secretariado (Eixo Tec.: Gestão e Neg.)             | 1  | Médio                                                                                                   | 2  |
| Continuação:                                        |    |                                                                                                         |    |
| Educação Física                                     | 4  | Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fund.                                                          | 1  |
| Enfermagem                                          | 1  | Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental Educação para Portadores de Necessidades Especiais | 1  |
| Engenharia de Alimentos                             | 1  | Pedagogia: Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental/Organização do Trab. Pedag.             | 1  |
| Engenharia de Automação e Controle                  | 1  | Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                                      | 3  |
| Engenharia de Produção                              | 1  | Pedagogia: Supervisão Educacional                                                                       | 1  |
| Engenharia de Produção Civil                        | 2  | Pedagogia: Superv. Escolar e Orientação Educacional                                                     | 1  |
| Engenharia Elétrica: Eng. da Comput.                | 1  | Relações Internacionais                                                                                 | 1  |
| Engenharia Elétrica: Engenharia de Telecomunicações | 1  | Secretariado Executivo Trilíngüe: Português, Inglês e Espanhol                                          | 1  |
| Farmácia                                            | 2  | Serviço Social                                                                                          | 1  |
| Farmacêutico - Bioquímico                           | 1  | Terapia Ocupacional                                                                                     | 1  |
| Farmácia: Farmacêutico                              | 1  | Zootecnia                                                                                               | 1  |
| Sub-total:                                          | 61 | Sub-total:                                                                                              | 43 |
| Total : 104                                         |    |                                                                                                         |    |

Mais surpreendente é que guardamos para este período a apresentação da abertura de cursos ano a ano. Vejamos o que nos aguarda: em 1996 foi criado 01 curso, no ano seguinte 2, em 1998 foram criados 27 cursos, nos anos seguinte, 54 e, em 2000, criaram-se 71 cursos. Gostaríamos de destacar que o ano de 1998 deve ser considerado um marco para o ensino privado no ES, pois foi neste ano, e apenas neste ano, que se abriu mais cursos que nos 13 anos anteriores, ou seja, desde 1986 até aquela data. E como podemos verificar, é a partir deste ano que ocorre o grande salto de crescimento de cursos (e conseqüentemente de vagas) do ensino privado no ES e que será constantemente superado pelos anos seguintes: em 1999 dobra-se a abertura de cursos do ano anterior e em 2000 se abrirá quase 50% a mais de cursos que no ano antecessor.

Tabela 31 - Cursos criados por ano no período de 1996-00.

|                                                 | 96 | 97 | 98 | 99 | 00 |
|-------------------------------------------------|----|----|----|----|----|
| Administração                                   | 1  | 2  | 2  | 3  | 6  |
| Administração de Agroindústria                  |    |    |    |    | 1  |
| Administração de Empresas                       |    |    | 1  | 2  | 1  |
| Administração Geral                             |    |    | 1  | 1  |    |
| Administração Marketing                         |    |    | 1  | 2  | 2  |
| Administração: Análise de Sistemas              |    |    |    | 2  | 2  |
| Administração: Comércio Exterior                |    |    | 4  | 1  | 4  |
| Administração: Finanças                         |    |    |    |    | 1  |
| Administração: Gestão de Hotelaria e Turismo    |    |    |    | 1  |    |
| Administração: Gestão de Negócios               |    |    |    |    | 1  |
| Administração: Gestão de Recursos Humanos       |    |    |    | 2  |    |
| Administração: Gestão de Sistemas de Informação |    |    |    |    | 1  |
| Administração: Informática                      |    |    | 1  |    |    |

|                                                                                                             | Continuação: |    |    |    |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----|----|----|----|
|                                                                                                             | 96           | 97 | 98 | 99 | 00 |
| Administração de Produção                                                                                   |              |    |    | 1  |    |
| Ciência da Computação                                                                                       |              |    | 1  | 1  | 2  |
| Ciências Biológicas                                                                                         |              |    | 1  | 1  | 1  |
| Ciências Contábeis                                                                                          |              |    |    | 6  | 4  |
| Comércio Exterior                                                                                           |              |    | 1  |    |    |
| Comunicação Social: Jornalismo                                                                              |              |    |    |    | 1  |
| Comunicação Social: Jornalismo Publicidade e Propaganda                                                     |              |    |    |    | 1  |
| Com. Social: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Rel. Públicas                                           |              |    | 1  |    |    |
| Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                                |              |    | 1  |    | 2  |
| Comunicação Social: Relações Públicas                                                                       |              |    |    |    | 1  |
| Curso Super. de Formação Espec. em Gestão de Marketing e Vendas                                             |              |    |    |    | 1  |
| Super de Tecnol. em Secretariado (Eixo Tecnológ: Gestão e Neg.)                                             |              |    |    |    | 1  |
| Direito                                                                                                     |              |    |    |    | 3  |
| Educação Física                                                                                             |              |    |    | 1  | 3  |
| Enfermagem                                                                                                  |              |    |    |    | 1  |
| Engenharia da Produção Civil                                                                                |              |    |    | 1  |    |
| Engenharia de Alimentos                                                                                     |              |    |    | 1  |    |
| Engenharia de Automação e Controle                                                                          |              |    |    | 1  |    |
| Engenharia de Produção                                                                                      |              |    |    | 1  |    |
| Engenharia de Produção Civil                                                                                |              |    |    | 1  |    |
| Farmacêutico - Bioquímico                                                                                   |              |    |    | 1  |    |
| Farmácia                                                                                                    |              |    |    | 1  | 1  |
| Farmácia: Farmacêutico                                                                                      |              |    |    | 1  |    |
| Fisioterapia                                                                                                |              |    | 2  |    | 1  |
| Fonoaudiologia                                                                                              |              |    | 1  |    | 1  |
| Geografia                                                                                                   |              |    |    | 1  |    |
| Gestão Internacional de Negócios                                                                            |              |    |    |    | 1  |
| História                                                                                                    |              |    |    | 1  | 1  |
| Letras                                                                                                      |              |    |    | 1  |    |
| Letras: Espanhol e Respektivas Literaturas                                                                  |              |    | 1  |    |    |
| Letras: Inglês e Respektivas Literaturas                                                                    |              |    | 1  |    |    |
| Letras: Português e Respektivas Literaturas                                                                 |              |    | 1  |    |    |
| Letras: Português/Espanhol e Respektivas Literaturas                                                        |              |    |    | 1  | 1  |
| Letras: Português/Inglês e Respektivas Literaturas                                                          |              |    |    |    | 2  |
| Letras: Tradutor/Inglês                                                                                     |              |    |    |    | 1  |
| Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa                                                        |              |    |    |    | 1  |
| Magistério da Educação Infantil                                                                             |              |    |    |    | 1  |
| Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                                                         |              |    |    |    | 1  |
| Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                                          |              |    |    |    | 1  |
| Marketing                                                                                                   |              |    |    |    | 1  |
| Medicina Veterinária                                                                                        |              |    | 1  | 1  |    |
| Normal superior: Magistério para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério para Educação Infantil |              |    | 1  |    |    |
| Nutrição                                                                                                    |              |    |    | 1  | 1  |
| Odontologia                                                                                                 |              |    | 1  |    |    |
| Pedagogia                                                                                                   |              |    | 1  | 1  | 3  |
| Pedagogia: Administração Educacional                                                                        |              |    |    | 1  |    |
| Pedagogia: Administração Escolar                                                                            |              |    |    | 3  | 1  |
| Pedagogia: Adm Escolar/Mag. das Matérias Pedag. do Ensino Médio                                             |              |    |    | 1  |    |
| Pedagogia: Educação Infantil                                                                                |              |    |    |    | 2  |
| Pedagogia: Inspeção Escolar                                                                                 |              |    |    | 1  |    |
| Pedagogia: Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio                                           |              |    |    | 1  |    |
| Pedagogia: Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                                              |              |    |    |    | 1  |
| Pedagogia: Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental                                             |              |    |    | 1  | 1  |
| Pedagogia: Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental                                             |              |    |    | 1  |    |
| Educação para Portadores de Necessidades Especiais                                                          |              |    |    |    |    |
| Pedagogia: Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental/Organização do Trabalho Pedagógico          |              |    |    | 1  |    |

|                                                                | Continuação: |    |    |    |    |
|----------------------------------------------------------------|--------------|----|----|----|----|
|                                                                | 96           | 97 | 98 | 99 | 00 |
| Pedagogia: Orientação Educacional                              |              |    |    | 1  | 1  |
| Pedagogia: Supervisão Educacional                              |              |    |    |    | 1  |
| Pedagogia: Supervisão Escolar                                  |              |    | 1  |    |    |
| Pedagogia: Supervisão Escolar e Orientação Educacional         |              |    |    | 1  |    |
| Relações Internacionais                                        |              |    |    | 1  | 1  |
| Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês e Espanhol |              |    |    | 1  |    |
| Serviço Social                                                 |              |    |    |    | 1  |
| Sistemas de Informação                                         |              |    |    | 1  |    |
| Terapia Ocupacional                                            |              |    |    |    | 1  |
| Turismo                                                        |              |    |    |    | 5  |
| Zootecnia                                                      |              |    | 1  |    |    |
| <b>Total:</b>                                                  | 1            | 2  | 27 | 54 | 71 |

A capacidade de crescimento de criação e abertura de cursos no ensino superior privado, no ES, terá continuidade no período seguinte (2000-2005) e que será agora objeto de nossas análises e considerações. De 2000 a 2005 observaremos o mesmo fôlego quantitativo da abertura de cursos? E nos aspectos qualitativos? Não resta dúvida de que o ímpeto continuará e, mais, será superior, vejamos: o período inicia com 217 e terminará com um total de 510 cursos, sendo então criados mais 293 cursos. Isto mesmo, criou-se 76 cursos a mais que todos os 35 anos de história de abertura de cursos da rede privada no ES.

Se a criação de 158 cursos no período de 1995/2000, um pequeno intervalo de 5 anos, que é equivalente a um sexto da história do ensino privado capixaba, já nos surpreendeu, o período de 2000 a 2005 quase dobrara este valor. Mais uma vez, em 5 anos, cresceu-se mais que em todos os períodos anteriores. É verdade que o período precedente pode ser resumido aos três últimos anos, ou seja, de 98 a 2000.

Como já dissemos, foram criados 293 cursos entre 2000-2005 com 140 diferentes cursos. Termina-se o período com 510 cursos e 196 cursos diferentes. Agora, vejamos a criação de cursos por ano, no período em estudo. Não iremos apresentar a longa lista de 140 cursos para apreciação e análise (esta tabela encontra-se em anexo) e sim faremos um quadro síntese da criação de cursos por ano:

Cursos criados por ano, no período de 2001-2005.

| Ano:   | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | Total |
|--------|------|------|------|------|------|-------|
| Cursos | 92   | 57   | 37   | 55   | 52   | 293   |

Mais uma vez, estamos diante de números surpreendentes: aproximadamente 58 cursos por ano e 4,88 cursos ao mês foram criados neste período de 5 anos. O destaque fica para os cursos de Direito (18 cursos novos), Sistema de informação (12), Enfermagem (10), Administração e Publicidade/propaganda com 9 cursos novos, cada. Evidente também fica a consolidação das áreas de Administração, Engenharia, Biomédicas, Letras, Pedagogia e, por fim, o Curso Superior de Tecnologia e suas derivações.

Chegamos agora ao último período, que podemos resumir em dois anos (2006 - 2007), e que poderá nos apresentar algumas evidências quanto ao ritmo de criação de cursos e sua diversidade interna. Teríamos, neste pequeno intervalo de tempo, novidades na diversidade da oferta de curso? Dos 69 cursos criados neste último período, vamos encontrar 54 diferentes cursos, destes, 35 só serão criados a partir deste momento. Falta-nos apresentar a criação de cursos nesse período, que ficou assim distribuído: em 2006 foram criados 44 cursos, um ano depois, 12 cursos e até o momento temos registro de 08 cursos em 2008.

Tabela 32 - Cursos criados entre 2006 e 2008.

|                                              |   |                                                                                    |   |
|----------------------------------------------|---|------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Administração                                | 1 | em Comércio Exterior (Eixo Tecnol.: Gestão e Negócios)                             | 1 |
| Arquitetura e Urbanismo                      | 2 | em Gestão Comercial (Eixo Tecnol.: Gestão e Negócios)                              | 1 |
| Biomedicina                                  | 2 | em Gestão da Tecnologia da Informação (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação) | 1 |
| Ciências Contábeis                           | 1 | Gestão de Turismo (Eixo Tecnol.: Hospitalidade e Lazer)                            | 1 |
| Ciências Econômicas                          | 1 | Jogos Digitais (Eixo Tecnol.: Informação e Comunicação)                            | 1 |
| Comunicação Social                           | 1 | em Logística (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                 | 1 |
| Publicidade e Propaganda                     | 1 | em Marketing (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                 | 1 |
| <i>Curso Superior de Formação Específica</i> |   | em Petróleo e Gás                                                                  | 1 |
| de Gestão de Comércio Varejista              | 1 | em Petróleo e Gás (Eixo Tecnol.: Produção Industrial)                              | 1 |
| de Gestão de Eventos                         | 1 | em Processos Gerenciais                                                            | 1 |
| de Gestão de Logística Empresarial           | 1 | em Processos Químicos (Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais)         | 1 |
| Gestão de Pequenas e Médias Empresas         | 1 | em Produção de Petróleo e Gás (Área Prof.: Indústria)                              | 1 |
| de Gestão de Serviços Turísticos             | 1 | Produção Multimídia (Eixo Tecnol.: Prod. Cul. e Design)                            | 1 |
| de Gestão em Comércio Exterior               | 1 | Redes de Computadores (Eixo Tecnol.: Infor. e Comunic.)                            | 1 |
| de Gestão em Serviços de Saúde               | 1 | em Rochas Ornamentais (Área Profissional: Indústria)                               | 1 |
| de Gestão em Sistemas de Informação          | 1 | em Saneamento Ambiental (Área Prof.: Meio Ambiente)                                | 1 |
| de Gestão em Tecnologia da Informação        | 1 | Direito                                                                            | 7 |
| de Gestão Empresarial                        | 1 | Educação Física                                                                    | 3 |
| de Gestão Financeira de Empresas             | 1 | de Produção em Metalurgia e Materiais                                              | 1 |
| de Gestão Hospitalar                         | 1 | de Segurança                                                                       | 1 |
| de Gestão Hoteleira                          | 1 | Medicina                                                                           | 1 |
| de Gestão Mercadológica                      | 1 | Nutrição                                                                           | 1 |
| de Marketing de Serviços                     | 1 | Odontologia                                                                        | 1 |
| de Marketing Estratégico                     | 1 | Pedagogia                                                                          | 4 |
| de Recursos Humanos Estratégicos             | 1 | Psicologia                                                                         | 1 |
| em Agronegócio (Área: Agropecuária)          | 1 | Sistemas de Informação                                                             | 3 |

|                                                                              |    |                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------|----|------------------|----|
| Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Áreas: Informática e Telecomunicação) | 1  | Turismo          | 1  |
| <b>Sub-total</b>                                                             | 28 | <b>Sub-total</b> | 41 |
| Total: 69                                                                    |    |                  |    |

Tabela 33 - Cursos criados somente entre 2006-08.

| <i>Curso Superior de Formação Específica</i> |    | <i>Curso Superior de Tecnologia</i>                                                                          |    |
|----------------------------------------------|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| de Gestão de Comércio Varejista              | 1  | em Agronegócio (Área Profissional: Agropecuária)                                                             | 1  |
| de Gestão de Eventos                         | 1  | em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Agrupamento de Áreas Profissionais: Informática e Telecomunicação) | 1  |
| de Gestão de Logística Empresarial           | 1  | Comércio Exterior (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                                      | 1  |
| de Gestão de Pequenas e Médias Empresas      | 1  | em Gestão Comercial (Eixo Tecnol.: Gestão e Negócios)                                                        | 1  |
| de Gestão de Serviços Turísticos             | 1  | em Gestão da Tecnologia da Informação (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação)                           | 1  |
| de Gestão em Comércio Exterior               | 1  | Gestão de Turismo (Eixo Tecnol.: Hospitalidade e Lazer)                                                      | 1  |
| de Gestão em Serviços de Saúde               | 1  | Jogos Digitais (Eixo Tecnol.: Informação e Comunicação)                                                      | 1  |
| de Gestão em Sistemas de Informação          | 1  | em Logística (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                                           | 1  |
| de Gestão em Tecnologia da Informação        | 1  | em Marketing (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                                           | 1  |
| de Gestão Empresarial                        | 1  | em Processos Gerenciais                                                                                      | 1  |
| de Gestão Financeira de Empresas             | 1  | em Processos Químicos (Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais)                                   | 1  |
| de Gestão Hospitalar                         | 1  | Produção de Petróleo e Gás (Área Profissional: Indústria)                                                    | 1  |
| de Gestão Hoteleira                          | 1  | Produção Multimídia (Eixo Tecnol.: Produção Cult. e Design)                                                  | 1  |
| de Gestão Mercadológica                      | 1  | em Redes de Computadores (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação)                                        | 1  |
| de Marketing de Serviços                     | 1  | em Rochas Ornamentais (Área Profissional: Indústria)                                                         | 1  |
| de Marketing Estratégico                     | 1  | em Saneamento Ambiental (Área Prof.: Meio Ambiente)                                                          | 1  |
| de Recursos Humanos Estratégicos             | 1  | de Produção em Metalurgia e Materiais                                                                        | 1  |
|                                              |    | de Segurança                                                                                                 | 1  |
| <b>Sub-total</b>                             | 17 | <b>Sub-total</b>                                                                                             | 18 |
| Total: 35                                    |    |                                                                                                              |    |

Tendo discutido as mantenedoras, as mantidas, bem como o rico processo de criação de cursos na rede privada de ensino no ES, gostaríamos de apresentar um real levantamento das vagas criadas na história da educação privada no ES. No entanto, não nos será possível e lamentamos. Ainda assim, podemos ter uma idéia da grandeza dessa possibilidade de estudo no quadro que apresentamos abaixo, à luz dos dados encontrados no Inep/Mec – 2008.

Tabela 34 - Nº de cursos oferecidos por turno e vagas oferecidas em 2008.

| Turno de oferta         | Nº de cursos | Vagas  |        |
|-------------------------|--------------|--------|--------|
| Matutino                | 380          | 29.345 | 77, 22 |
| Vespertino              | 61           | 4.635  | 75, 98 |
| Integral                | 118          | 9.555  | 80, 97 |
| Noturno                 | 530          | 51.997 | 98, 10 |
| Total de vagas          |              | 95.532 |        |
|                         |              |        |        |
| Extintos <sup>209</sup> | 31           |        |        |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

<sup>209</sup> Ver em anexo lista completa do referidos cursos.

Mesmo sendo um, o ensino superior privado no ES é um mosaico de 30 anos de história e que, com grande esforço, tentamos apresentar algumas de suas especificidades/singularidades que guardam, é verdade, relações com os acontecimentos em outros estados da federação, com Brasil e até com as transformações ocorridas no mundo contemporâneo.

Passaremos agora para análise dos dados apresentados pela esfera pública, com destaque para o processo vivenciado pela UFES. Na sequência, buscaremos efetuar uma relação com a oferta pública e privada, para em seguida nos dirigirmos às considerações finais.

### 13.2 A OFERTA PÚBLICA.

Como já tivemos a oportunidade de analisar, no capítulo que desenvolvemos sobre a origem e desenvolvimento da UFES, os cursos que lhe deram origens provenientes de um processo de estatização de cursos pelo governo do ES, chamado de estadualização, são:

Tabela 35 - Cursos criados até a federalização.

| <i>Cursos/ano</i> | <i>1930</i> | <i>1950</i> | <i>1952</i> | <i>1953</i> | <i>1954</i> |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Direito           | 1           |             |             |             |             |
| Odontologia       |             | 1           |             |             |             |
| Engenharia Civil  |             |             | 1           |             |             |
| Geografia         |             |             |             | 1           |             |
| História          |             |             |             | 1           |             |
| Letras            |             |             |             | 1           |             |
| Pedagogia         |             |             |             |             | 1           |
| Total:            | 1           | 1           | 1           | 3           | 1           |

Fonte: Inep/Mec – 2008.

Tomando como base os dados apresentados pela tabela: criação de cursos, vagas ofertadas por município da UFES – Geral (ver em anexo) de sua origem até os dias de hoje, poderemos efetuar algumas análises da origem e desenvolvimento da oferta pública de cursos universitários, o que nos permitiu a produção da tabela.

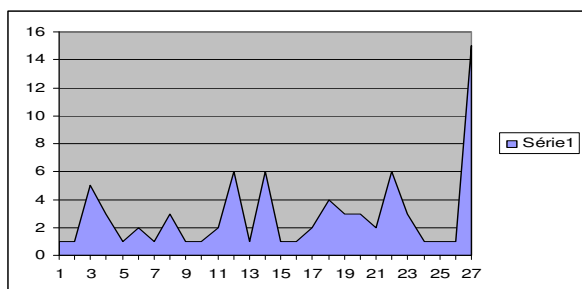
Tabela 36 - Criação de cursos na UFES por ano – Geral.

| Ano: | Cursos                                                                                                                                                                                                                                   | Quant. |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| 1930 | Direito                                                                                                                                                                                                                                  | 01     |
| 1950 | Odontologia                                                                                                                                                                                                                              | 01     |
| 1952 | Engenharia Civil                                                                                                                                                                                                                         | 01     |
| 1953 | Geografia, História, Letras, Inglês e Resp. Literaturas, Português e Liter. da Língua Port.                                                                                                                                              | 05     |
| 1954 | Pedagogia, Mag. das Matérias Pedag. do Ensino Médio, Mag. das Séries Inic. do Ens. Fund.                                                                                                                                                 | 03     |
| 1958 | Ciências Econômicas                                                                                                                                                                                                                      | 01     |
| 1961 | Artes Plásticas, Medicina                                                                                                                                                                                                                | 01     |
| 1962 | Educação Física                                                                                                                                                                                                                          | 01     |
| 1965 | Matemática, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis                                                                                                                                                                                      | 03     |
| 1969 | Administração                                                                                                                                                                                                                            | 01     |
| 1971 | Serviço Social                                                                                                                                                                                                                           | 01     |
| 1973 | Tecnol. em Mecânica, Engenharia Elétrica                                                                                                                                                                                                 | 02     |
| 1975 | Agronomia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Jornalismo, Public. e Propaganda e Eng. Mecânica                                                                                                                                         | 06     |
| 1976 | Física                                                                                                                                                                                                                                   | 01     |
| 1979 | Psicologia, Formação de Psicólogos, Educação Artística, Artes Plásticas, Desenho, Arquitetura e Urbanismo                                                                                                                                | 06     |
| 1981 | Enfermagem e Obstetrícia                                                                                                                                                                                                                 | 01     |
| 1987 | Estatística                                                                                                                                                                                                                              | 01     |
| 1988 | Filosofia e Química                                                                                                                                                                                                                      | 02     |
| 1990 | Ciência da Computação, Sistema de Informação, Software Básico e Eng. de Computação                                                                                                                                                       | 04     |
| 1991 | Ciências Sociais, Matemática, Educação Física                                                                                                                                                                                            | 02     |
| 1995 | Mag. da Educação de Jovens e Adultos, Mag. da Educ. Especial, Mag. da Educação Infantil                                                                                                                                                  | 03     |
| 1998 | Desenho Industrial, Programação Visual                                                                                                                                                                                                   | 02     |
| 1999 | Farmácia, Farmacêutico e Bioquímico, Eng. Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia                                                                                                                                                    | 06     |
| 2000 | Arquivologia, Oceanografia, Música                                                                                                                                                                                                       | 03     |
| 2001 | Artes Visuais                                                                                                                                                                                                                            | 01     |
| 2002 | Gestão Educacional (Superv. Orientação, Administração e Inspeção Educacional)                                                                                                                                                            | 01     |
| 2003 | Eng. Ambiental                                                                                                                                                                                                                           | 01     |
| 2006 | Agronomia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Eng. Industrial Madeireira, Engenharia Química, Farmácia, Geologia, Matemática e Nutrição | 15     |

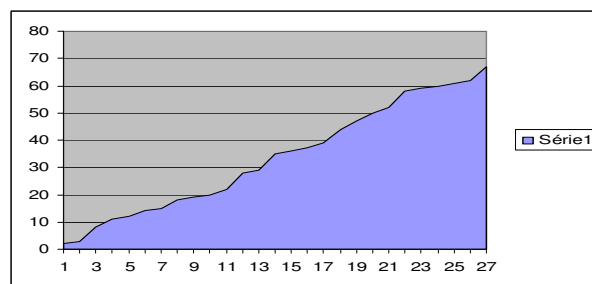
Fonte: Inep/Mec – 2008.

Oferta de cursos na UFES – Geral

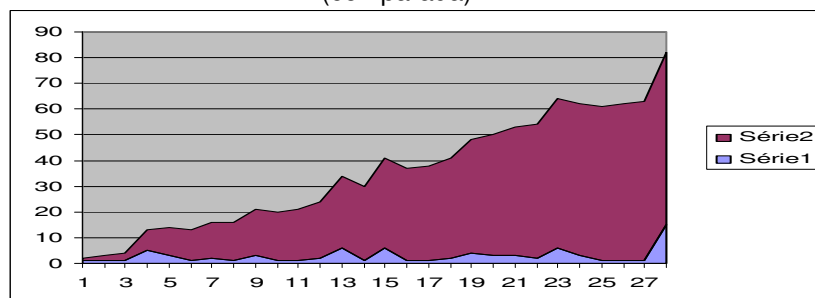
(simples)



(acumulada)



(comparada)



Do volume de cursos criados antes da estadualização e no processo de federalização e gestão da UFES até os anos 70, portanto, 16 anos de UFES, podemos dizer que a oferta pública de acesso à educação superior se manifestava em 15 cursos, de 70 a 80 criaram-se mais 16 cursos (totalizando 32 cursos), na década seguinte vamos verificar mais 4 cursos e nos anos 90, 18 cursos. A UFES termina o século XX com 54 cursos e a estes serão somados 21 novos cursos, totalizando até 2006, 74 cursos em seus 4 diferentes campus.

Quadro síntese da tabela: criação de cursos na UFES por ano (em anexo)

| Ano:  | 1930 | 1950 | 1952 | 1953 | 1954 | 1958 | 1961 | 1962 | 1965 | 1969 | 1971 | 1973 | 1975 | 1976 |
|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Curso | 01   | 01   | 01   | 05   | 03   | 01   | 02   | 01   | 03   | 01   | 01   | 02   | 06   | 01   |
| Ano:  | 1979 | 1981 | 1987 | 1988 | 1990 | 1991 | 1995 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2006 |
| Curso | 06   | 01   | 01   | 02   | 04   | 03   | 03   | 02   | 06   | 03   | 01   | 01   | 01   | 15   |

Começando por Vitória, estaremos desenvolvendo a análise da oferta de cursos por região em que a UFES se faz presente.

Tabela 37 - Criação de cursos na UFES por ano – Vitória.

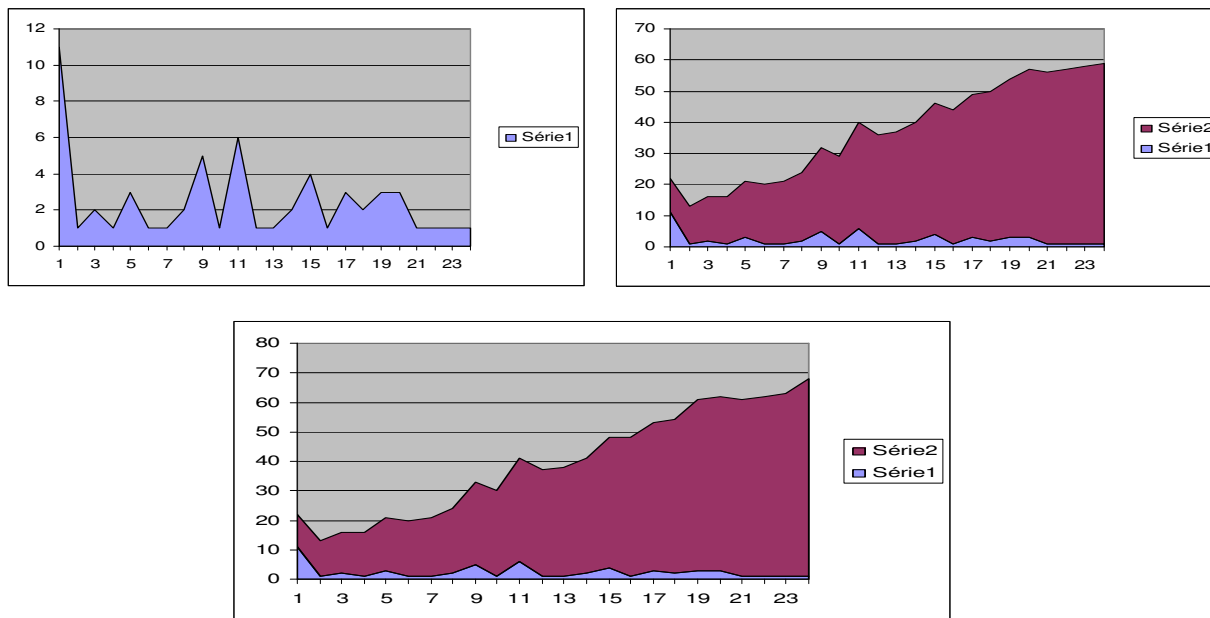
| Ano: | Cursos                                                                                                    | Quant. |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| 1930 | Direito                                                                                                   | 01     |
| 1950 | Odontologia                                                                                               | 01     |
| 1952 | Engenharia Civil                                                                                          | 01     |
| 1953 | Geografia, História, Letras, Inglês e Resp. Literaturas, Português e Liter. da Língua Port.               | 05     |
| 1954 | Pedagogia, Mag. das Matérias Pedag. do Ensino Médio, Mag. das Séries Inic. do Ens. Fund.                  | 03     |
| 1958 | Ciências Econômicas                                                                                       | 01     |
| 1961 | Artes Plásticas, Medicina                                                                                 | 01     |
| 1962 | Educação Física                                                                                           | 01     |
| 1965 | Matemática, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis                                                       | 03     |
| 1969 | Administração                                                                                             | 01     |
| 1971 | Serviço Social                                                                                            | 01     |
| 1973 | Tecnol. em Mecânica, Engenharia Elétrica                                                                  | 02     |
| 1975 | Biblioteconomia, Comunicação Social, Jornalismo, Public. e Propaganda e Eng. Mecânica                     | 05     |
| 1976 | Física                                                                                                    | 01     |
| 1979 | Psicologia, Formação de Psicólogos, Educação Artística, Artes Plásticas, Desenho, Arquitetura e Urbanismo | 06     |
| 1981 | Enfermagem e Obstetrícia                                                                                  | 01     |
| 1987 | Estatística                                                                                               | 01     |
| 1988 | Filosofia e Química                                                                                       | 02     |
| 1990 | Ciência da Computação, Sistema de Informação, Software Básico e Eng. de Computação                        | 04     |
| 1991 | Ciências Sociais,                                                                                         | 02     |
| 1995 | Mag. da Educação de Jovens e Adultos, Mag. da Educ. Especial, Mag. da Educação Infantil                   | 03     |
| 1998 | Desenho Industrial, Programação Visual                                                                    | 02     |
| 1999 | Farmácia, Farmacêutico e Bioquímico, e Zootecnia                                                          | 03     |
| 2000 | Arquivologia, Oceanografia, Música                                                                        | 03     |
| 2001 | Artes Visuais                                                                                             | 01     |
| 2002 | Gestão Educacional (Superv. Orientação, Administração e Inspeção Educacional)                             | 01     |
| 2003 | Eng. Ambiental                                                                                            | 01     |
| 2006 | Engenharia de Produção,                                                                                   | 01     |

Fonte: Inep/Mec – 2008.

Tabela síntese: criação de cursos na UFES por ano – Vitória.

|       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |      |      |      |      |      |
|-------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|------|------|------|------|------|
| Ano:  | 30 | 50 | 52 | 53 | 54 | 58 | 61 | 62 | 65 | 69   | 71   | 73   | 75   | 76   |
| Curso | 1  | 1  | 1  | 5  | 3  | 1  | 2  | 1  | 3  | 1    | 1    | 2    | 5    | 1    |
| Ano:  | 79 | 81 | 87 | 88 | 90 | 91 | 95 | 98 | 99 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2006 |
| Curso | 6  | 1  | 1  | 2  | 4  | 1  | 3  | 2  | 3  | 3    | 1    | 1    | 1    | 1    |

Oferta de cursos da UFES – Vitória (desde 1954)



A UFES, que surge no município de Vitória, terá a seguinte seqüência em crescimento na oferta de cursos: até 1970: 15 cursos; de 70 a 1980 terá o mesmo crescimento, ou seja, mais 15 cursos; na década de 80, mais 4 e termina o século XX com a criação de mais 16 cursos, que somados aos 7 cursos de 2000 a 2006 totalizará 57 cursos, com sede no município de Vitória.

Já constatado anteriormente, vamos agora descrever como se deu, na oferta de novos cursos, a interiorização da UFES. Como se sabe, este não foi um processo fácil e que exigiu muito, da comunidade acadêmica, proposições firmes sobre esta questão.

É com a abertura do curso de agronomia que se inaugura, no município de Alegre, o processo de interiorização da UFES, onde teremos a sua atuação no município de São Mateus, Nova Venécia e Alegre, já citado.

Tabela 38 - Criação de cursos na UFES por ano – Alegre.

|                                  | 75 | 99 | 06 |
|----------------------------------|----|----|----|
| Agronomia                        | 1  |    |    |
| Engenharia Florestal             |    | 1  |    |
| Medicina Veterinária             |    | 1  |    |
| Ciências Biológicas              |    |    | 1  |
| Engenharia de Alimentos          |    |    | 1  |
| Engenharia Industrial Madeireira |    |    | 1  |
| Geologia                         |    |    | 1  |
| Nutrição                         |    |    | 1  |
| Total:                           | 1  | 2  | 5  |

Fonte: Inep/Mec – 2008.

Com quase 20 anos de sua existência é que se inicia o processo de interiorização da oferta de cursos da UFES. E, com quase 25 anos depois, em 1999, é que se abriram mais dois outros cursos em Alegre. No ano de 2006, o Campus de Alegre crescera mais que em 3 décadas de sua história, passando a somar 8 diferentes cursos oferecidos. Não foi fácil ao sul do ES a interiorização da oferta de cursos da UFES. Como foi este processo na região norte?

Após 16 anos da criação do 1º curso da UFES fora do município de Vitória, ocorrido no município de Alegre, a cidade de São Mateus passa a ter, no ano de 1991, a criação do curso de Matemática. Não muito diferente da realidade de Alegre, somente 8 anos depois é que se cria um segundo curso neste município e, agora, como ocorrido em Alegre, em 2006, criaram-se mais 9 cursos, totalizando 11 cursos neste campus.

Tabela 39 - Criação de cursos na UFES por ano – São Mateus.

|                          | 91 | 99 | 06 |
|--------------------------|----|----|----|
| Matemática               | 1  |    |    |
| Farmácia                 |    | 1  |    |
| Agronomia                |    |    | 1  |
| Ciências Biológicas      |    |    | 1  |
| Enfermagem               |    |    | 1  |
| Engenharia de Computação |    |    | 1  |
| Engenharia de Petróleo   |    |    | 1  |
| Engenharia de Produção   |    |    | 1  |
| Engenharia Química       |    |    | 1  |
| Farmácia                 |    |    | 1  |
| Matemática               |    |    | 1  |
| Total:                   | 1  | 1  | 9  |

Fonte: Inep/Mec – 2008.

Por fim, chegamos ao município de Nova Venécia, com o seu solitário curso de Educação Física.

Criação de cursos, vagas ofertadas por município. UFES – Nova Venécia

| Cursos          | Data de criação | Turnos x vagas |   |   |
|-----------------|-----------------|----------------|---|---|
|                 |                 | M              | T | N |
| Educação Física | 03/03/1991      | 40             |   |   |

Fonte: Inep/Mec – 2008.

Com exaustiva apreciação e análise dos dados apresentados pela oferta pública e privada de acesso ao ensino superior no ES, em sua história recente, passaremos agora a uma questão que nos desafia. Se é verdade que analisamos a oferta pública e privada de forma meio que isolada, só o fizemos por uma proposta didática, pois agora buscaremos, com todos os ricos desta ousadia, analisar os “dois setores”, “as duas modalidades de oferta”. Por fim, “os dois processos concomitantes” como único e como nunca deixaram de ser. Não estamos defendendo a dependência de um e outro, mas acreditamos ser necessário buscarmos as relações e as conexões existentes entre a oferta pública e privada no acesso ao Ensino Superior no ES.

## 14. PRELEÇÃO

### a) O público e o privado no ES: concomitantemente uno.

Como afirmamos anteriormente, a origem do ensino superior no estado do ES se deu pela iniciativa privada e, após um longo processo de estadualização dos cursos e faculdades, com a criação da faculdade estadual, temos, na seqüência, a federalização da referida faculdade que culminou com a criação da UFES em 1954.

Somente em 1968 é que teremos o “retorno da iniciativa privada” atuando no ensino superior no ES, com a abertura de cursos e faculdades: em 1965 se criou a Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim (FDCI), com a abertura, naturalmente, do curso de direito. Entendemos este ano como marco para o ensino superior, pois é aqui que se inicia a odisséia do ensino superior privado no ES, 11 anos após a criação da UFES.

### b) Análise qualitativa da oferta de curso entre o setor público e privado no ES

Quando se inaugura a iniciativa privada no ensino superior no ES, a UFES compreendia a seguinte oferta de cursos:

Tabela 40 - Cursos da UFES criados até 1965:

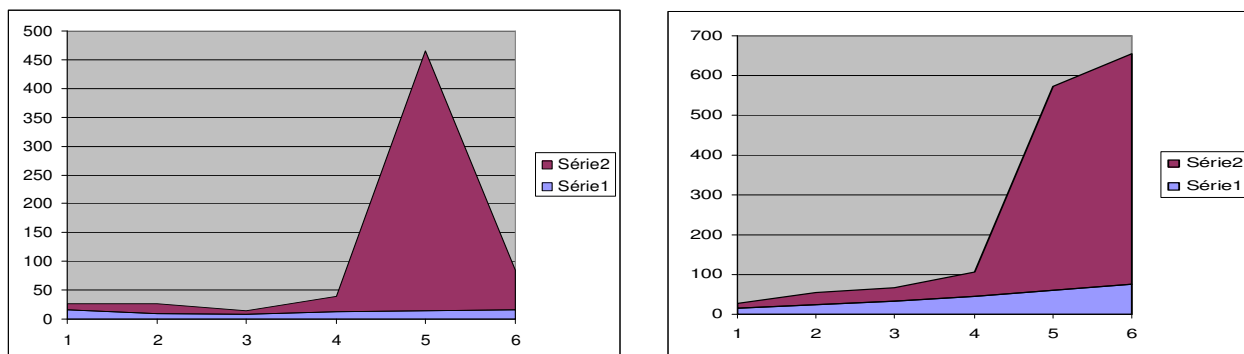
|                  |                     |                     |
|------------------|---------------------|---------------------|
| Direito          | Letras              | Educação Física     |
| Odontologia      | Pedagogia           | Matemática          |
| Engenharia Civil | Ciências Econômicas | Ciências Biológicas |
| Geografia        | Artes Plásticas     | Ciências Contábeis  |
| História         | Medicina            | Administração       |

Vamos agora observar a situação da oferta de cursos da UFES e da Iniciativa privada até 2008.

Tabela 41 - Criação de cursos na UFES e das IES-privadas por ano no ES

| Ano:              | Cursos privados | UFES |
|-------------------|-----------------|------|
| <i>Até 1965</i>   | 12              | 15   |
| <i>De 66 a 75</i> | 17              | 10   |
| <i>De 76 a 85</i> | 06              | 08   |
| <i>De 86 a 95</i> | 26              | 13   |
| <i>De 96 a 05</i> | 451             | 14   |
| <i>De 06 a 08</i> | 69              | 15   |
| <b>Total:</b>     | 579             | 74   |

Comparativo entre oferta de cursos da UFES x IES privadas:  
(simples) (ogiva)



No nascimento da oferta privada no ensino superior no ES, verificamos que a mesma só oferecia cursos já existentes na UFES. Aqui, entendemos que esta postura procedia como uma situação de suplência de vagas, sendo assim, meio que uma complementação à oferta pública. A exceção era o curso de Ciências Sociais, criado em 1967, pela rede privada. Essa é uma situação que se prolongara até 1988. Logo, podemos dizer que a rede privada, em 23 anos de sua existência na oferta de curso no ES, só o fazia, substancialmente, como complementação à oferta pública.

Em 1989, com a criação do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios e com a criação, no ano seguinte, do curso de Turismo, diagnosticamos um embrião, que permite pensar que a oferta privada poderia deixar esta situação de complementação de curso, e passar a ter uma dinâmica própria e se impor, garantindo, em nosso entendimento, a sua autonomia na criação de cursos, frente à dinâmica da UFES. Teria esse processo se confirmado nos anos imediatamente posteriores ou exigiria da rede privada mais tempo?

Podemos acreditar que as redes privada e pública, em finais da década de 80, encontravam-se muito próximas, uma da outra, em relação à oferta de cursos, que pese, entendêssemos que, na questão da oferta de vagas, a UFES tinha grande predomínio. Contudo, mesmo que a rede privada fosse maior, ainda assim, encontrava-se prisioneira da condição de suplência em relação à oferta pública.

Com o acréscimo, em 1995, do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, criado pela rede privada, passa-se, assim, para 4 cursos que não eram oferecidos pela UFES. Esta é uma situação que perseguirá as IES-privadas até 1997.

Uma situação necessária a sublinhar é que, com exceção do curso de medicina, a rede privada resumia-se a muitos cursos (em quantidade), de baixo custo e poucos em diferenciação. Assim, resumia-se a: Direito, Administração, Ciências Contábeis, Letras e Pedagogia, bem como a demanda por cursos de Licenciaturas para o provimento da necessidade de mão-de-obra para o magistério.

Se esta condição perdura até 1997, o que nos espera em 1998? Como se dará a oferta de curso em quantidade e qualidade? Como 1995 – ano do retorno da abertura de cursos pela iniciativa privada; e 1989/1990, com a criação de curso de fato, de saída da condição de suplência de vagas, que a rede privada se encontrava prisioneira; o ano de 1998 é uma terceira data singular para o ensino privado, no sentido de que, neste momento, o ensino privado apresenta a sua condição de maioria, pois consegue oferecer cursos que disputam com oferta pública em quantidade e em variedade.

Gostaríamos de destacar, como já afirmamos anteriormente, que o ano de 1998 deve ser considerado um marco para o ensino privado no ES, pois, foi neste ano, e apenas neste ano, abriram-se mais cursos que nos 13 anos anteriores de oferta privada, ou seja, desde 1986 até aquela data. E, como podemos verificar, é a partir deste ano que ocorre o grande salto de crescimento de cursos (e conseqüentemente de vagas) do ensino privado, no ES, e que será constantemente superado pelos anos seguintes: em 1999 dobra-se a abertura de cursos dos anos anterior e em 2000 se abrirão quase 50% a mais de cursos que no ano antecessor.

É louvável perguntarmos se essa seqüência de criação de cursos, que não mais caracterizava busca pela sobra do ensino superior público pela rede privada, confirmou-se.

Quanto aos cursos de Administração, Engenharia e Comunicação Social, a rede privada amplia e diversifica a oferta em relação à UFES, o mesmo ocorrendo com os cursos de Letras e Pedagogia. Ampliou-se consideravelmente a oferta dos cursos de Ciências Contábeis, Economia e Direito.

A rede privada termina a década de 90 com uma marca: amplia-se a oferta de cursos, amplia-se a diversidade de cursos frente ao que se apresentava pela UFES, diminuindo, assim, a razão de cursos presentes na UFES e não ofertados pela rede privada. Contudo, o mais incrível é que a rede privada continua a sua ampliação, com abertura de cursos ainda não oferecidos pela UFES, como é o caso dos cursos de: Superior de Tecnologia Agronegócios (1989), Turismo (1990), Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (1995) e em apenas um ano, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Zootecnia e Medicina Veterinária, todos de 1998 (estes dois últimos cursos só serão abertos pela UFES no ano seguinte).

Por fim, os cursos de Marketing, Secretariado Executivo Trilíngüe, Relações Internacionais e Nutrição serão abertos todos em 1999. O curso de Ciências Sociais só foi aberto pela UFES 24 anos após a sua criação pela iniciativa privada. Estamos falando de mais de 10 cursos não ofertado pela UFES, fora as derivações de cursos como Engenharia, Administração e outros, que não contabilizamos.

Não acreditamos ser necessário continuarmos a análise ano a ano, pois esta tendência da dinâmica da rede privada, em relação à rede pública, confirma-se até 2008. Para finalizarmos estas considerações, quanto à oferta de cursos, gostaríamos somente de destacar que o ano de 2001 é mais uma data que marca a história do ensino superior, em particular, a do ensino privado, pois foi neste ano que verificamos a maior criação de cursos: onde se soma ao todo 92.

Estudiosos sobre este tema argumentam certo pioneirismo da presença do estado na abertura e consolidação do ensino superior, o que na verdade tem a sua consistência. Em nível de Brasil, esta é uma marca do ensino superior: iniciativa privada somente se fará presente no espaço aberto e não ocupado pela rede pública. Não acreditamos que tal fenômeno ocorra por acaso, é como se cumprisse ao estado uma saga: dar certa garantia e segurança ao investimento privado.

Em rápidas palavras, esta tese pode ser assim descrita por nós: em nível de Brasil, a tarefa de criação de cursos nos estados “periféricos e mais pobres” seria garantido pelo poder público, somente mais tarde, onde se verifica a consolidação de estrutura física, financiamento e uma “cultura” é que viria a rede privada.

Em relação aos estados da federação ocorreria o mesmo? Esta é uma questão por demais complexa e que muito nos exigiria, mas acreditamos podermos apresentar ricas considerações em relação ao ocorrido na história do ensino superior em nosso estado. Uma visão com mais critério do itinerário percorrido pela rede privada no ensino superior no Estado do ES pode nos auxiliar nesta questão, vejamos: originalmente nasce no interior do estado, ocupando as principais regiões econômicas e populacionais ao sul (Cachoeiro do Itapemirim) e ao norte (Colatina e na seqüência Linhares) sem, contudo, desconsiderar a sua presença na GV.

Se a UFES “encontra” todo tipo de dificuldades para sua interiorização (algo que ainda não se encontra muito bem resolvido) a iniciativa privada vai nutrir-se desse dilema da oferta pública: se a UFES não vai, não amplia os seus cursos e vagas para o interior do estado, esta tarefa será exercida pela rede privada; na Grande-Vitória, se a UFES não abre à noite ou quando o faz, vivencia todas as intempéries possíveis. A possibilidade de se realizar um curso superior, para aqueles que não podem estudar durante o dia, é “garantido” pelo ensino privado. Eis alguns desafios que percorreram a oferta pública: atender em quantidade, chegando ao interior e abrindo cursos noturnos, sem perder a qualidade e sua condição universitária.

Como podemos verificar nos dados apresentados, a oferta pública se caracterizou, fundamentalmente, universitária, com oferta de cursos diurno e urbano (só recentemente que amplia a sua interiorização e, ainda assim, aquém das reais necessidades apresentadas pelo ensino superior). Na outra ponta, a rede privada oferta as suas vagas e cursos com uma predominância de faculdades, sendo particulares em seu sentido estrito (não existe universidade particular em nosso estado), em horário noturno (mais de 50% de suas vagas e cursos) e predominantemente rural, ainda que seja na GV infinitamente maior que a UFES.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

ADRIÃO, T. e PERONI, V. (orgs). *O Público e o Privado na educação: interfaces entre o estado e a Sociedade*. SP: Xamã, 2005.

ALVES, G. L. A inovação nas práticas educativas das escolas estatais e particulares: subsídios para a discussão da relação entre o público e o privado na educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. *O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

ANDERSON, P. *Idéias e ação política na mudança histórica*. In: *REVISTA, Margem Esquerda: ensaios marxistas*. Nº 1, SP: BOITEMPO, 2003.

\_\_\_\_\_. *Balanco do neoliberalismo*. In: SADER, E. e GENTILLI, P (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 5ª ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

ANDES-SN, *O Público e o Privado, O poder e o Saber: A Universidade em debate*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1984.

\_\_\_\_\_. *A Contra-reforma da Educação Superior: Uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do Governo LULA da Silva*. Brasília, Agosto de 2004

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARAUJO, J. C. S. O público e o privado na história da educação brasileira: da ambivalência ao intercambio. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. *O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

BARBOSA, B. *Educação: quem quer comprar?* In: Carta Capital. ano VI, nº 69, São Paulo, SP, Casa Amarela, 2002.

BARROS, M. E. B. de. *Articulações saúde-trabalho no campo da educação: Os efeitos das transformações contemporâneas do trabalho docente*. Vitória, UFES, 2000.

\_\_\_\_\_. *Práticas educacionais em análise: as contribuições da análise institucional*. PPGE – UFES, Vitória, 2002. in: *CADERNOS de Pesquisa em Educação / UFES CP/ PPGE*. V, 8, n. 16. jul/dez 2002.

BARRETO, S. M. da C. *Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo -1900-1930: um olhar histórico*. Editora FCAA, SPDC, Vitória, ES 1999.

BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo. Consulta Popular, nº 7, 3<sup>a</sup> ed. 2001.

BORGO, I. A. *UFES: 40 anos de história*. Vitória, SPDC, 1995.

BRITO, J, et al. Projeto de Pesquisa: *As relações de gênero, precarização do Trabalho e saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000. In: BARROS, M. E. B. de. *Articulações saúde-trabalho no campo da educação: Os efeitos das transformações contemporâneas do trabalho docente*. Vitória, UFES, 2000.

BUFFA, E. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. SP, Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. O público e o privado como categoria de análise em educação. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. *O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

BUSATO, P. C. *O público e o privado em Rousseau: uma análise das relações jurídicas a partir da idéia de desigualdade entre os homens*. Disponível na Internet: [http:// www.mundojuridico.adv.br](http://www.mundojuridico.adv.br). Acesso em 24 de abril de 2008.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO: *Mercantilização da educação: a quem interessa*. CNTE Ano IX, nº 16, 1<sup>a</sup> ed. Dezembro / 2004.

CADERNOS de Pesquisa em Educação / UFES CP/ PPGE. V, 8, n. 16. jul/dez 2002.

CAMACHO, T. *Mulher, trabalho e poder: o Machismo nas relações de gênero nas relações da UFES*. Vitória, Edufes, 1997.

CATANI, A. M. (Org.). *Universidade na América Latina: Tendências e Perspectivas*. São Paulo, Cortez, (Coleção questões da nossa época; vol. 60), 1996.

\_\_\_\_\_. *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no limiar do Século XXI*. Campinas: Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, J. F. de. *A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação*. in REVISTA Brasileira de Política e Administração da Educação. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Porto Alegre, v. 15, 1999.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, J. F. de. *Educação Superior no Brasil: Reestruturação e metamorfose das Universidades Públicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CHAUÍ, M. S. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. CARDOSO, S. *Revitalizar a Universidade Pública*. In: Revista Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo, Ano 17, nº 57, Março/ abril/ 2004.

CONFERÊNCIAS do *FÓRUM BRASIL DE EDUCAÇÃO*. Unesco, CNE, MEC, Brasil, 2004.

CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.

\_\_\_\_\_. *A Universidade Reformada: O Golpe de 64 e a Modernização do Ensino Superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Universidade Crítica*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

\_\_\_\_\_. *O Ensino Superior e a Universidade no Brasil*. in LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. de F e VEIRA, C. G. (org). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2ª Edição, 2000.

\_\_\_\_\_. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: TRINDADE, H. (org). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. RJ: Vozes / RS: CIPEDDES, 1999.

\_\_\_\_\_. GÓES, M. *O golpe na educação*. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

CURY, C. R. J. *Apresentando a Lei nº 9394/96 – A nova LDB-EN, e outras Leis que normatizam a Educação*. 4ª ed. DP&A Editora, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

\_\_\_\_\_. O público e o privado na educação na história da educação Brasileira: concepções e práticas educativas. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

DALE, R. *O Marketing do Mercado Educacional e a Polarização da Educação*. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DELEGACIA Regional do MEC-ES. *Quadro demonstrativo das instituições de ensino superior particulares isoladas – IESPIs*.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o Século XXI. 2ª ed. São Paulo: Cortes; Brasília, DF: Mec: Unesco, 1999.

DESEP/CUT. *Os Gastos Sociais no Governo FHC*. São Paulo, 2000.

DIAS, E. F. *A universidade e a crise do capital*. In: CEA/hoy – Órgão Informativo dos Educadores Americanos, México, nº 5, Abril de 2000.

DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana*. Campinas: Autores Associados, 2001b.

DREIER, J. C. (org.). *A aliança para o progresso: problemas e perspectivas*. RJ: Editora Fundo de Cultura, 1962.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Ação política. Poder e Golpe de classe. 4ª ed: RJ, Vozes, 1986.

ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. RS: Artes Médicas, 1989.

FÁVERO, M. L. A. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. SP: Cortez: Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. *UDF: construção criadora e extinção autoritária*. In: MOROSINI, M. (org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. INEP/MEC e GT - Política de educação superior/ANPED, 2006.

\_\_\_\_\_. *Universidade & poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. RJ, Achiamé, 1980.

\_\_\_\_\_. *Universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis, Vozes, 1977.

FÁVERO, O (org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. SP: Autores Associados, 2001.

FAZENDA, I. C. A. *Educação no Brasil nos anos 60: O pacto do Silêncio*. Edições Loiola. SP. 1988.

FERNANDES, F. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*. SP, Editora Alfa-Ômega, 1979.

\_\_\_\_\_. in *Cadernos da escola pública*. Simpro-DF, Ano IV, nº 4, 1998.

\_\_\_\_\_. *Qualé a questão da USP*. SP, Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Robotização Pedagógica*. In: Martins, C. B. *Ensino Pago: um retrato sem retoques*. 2ª ed. SP: Cortez, 1998.

FONSECA, D. M. *O pensamento privatista em educação*. SP: Papirus, 1992.

FRIGOTTO, G. *Os delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional*. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. SP, Editora Moraes, 6ª ed. 1986.

\_\_\_\_\_. ROUANET, S. P. (Org). Habermas. 2ª ed. SP, Editora Ática, 1990.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. 5ª ed. – RJ: Forense Universitária, 2003.

GADOTTI, M. *Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar*. RJ: Vozes, 1990.

GARRAFA, V. in: A alma da Reforma Sanitária. Entrevistão concedida ao OPASQUIM21, nº 35, 15/10/2002.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. SP, Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. SP, Companhia das Letras, 2002.

GENTILI, P. (org). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Falsificação do Consenso: Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. SADER, E. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 5ª ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

GERMANO, J. W. *Estado educação no Brasil (1964-1985)*. SP: Cortez, 1993.

GOERGEN, P. *Universidade e responsabilidade social*. In: LOMBARDI, J. C. (org). Temas de pesquisa em educação. SP: Autores Associados, 2003, HISTEDBR: Caçados SC: UnC. 2003.

GOMES, P. T. O público e o privado: sobre o direito de educar as consciências. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

GONÇALVES, R e POMAR, V. *O Brasil Endividado: Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, SP, 2001.

GRACIANI, M. S. S. *O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

GUIMARÃES, S. P. *A Estratégia Econômica Americana*. In, Campanha Nacional Contra Alca (org). Soberania Sim, Alca Não! Análises e Documentos. S.P: Expressão Popular, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Política dos Estados Unidos para o mundo e o Brasil*. S. P, Consulta Popular, nº 8, 3ª ed. 2001.

HABERMAS, J. *O Conceito de poder em Hannah Arendt*. In: FREITAG, B. e ROUANET, S. P. (Org). Habermas. 2ª ed. SP, Editora Ática, 1990.

HECKERT, A. L. C. *Os Desafios da Educação na Contemporaneidade*. In: SILVA, A. de A. e BARROS, M. E B de. Psicopedagogia: Alguns hibridismos possíveis. Vitória: Saberes Instituto de Ensino, 2000.

HERKENHOFF, J.B. *Dilemas da educação: dos apelos populares à Constituição*. SP: Cortez, Autores Associados, 1989.

HORTA, J. S. B. *A Educação no Congresso Constituinte de 1966-67*. in: FÁVERO, O (org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. SP: Autores Associados, 2001.

IBGE. Anuário estatístico. Censo demográfico do Brasil de 1920, 40, 60, 70, 80, 91.

JORNAL BRASIL DE FATO, Jornal. Ano I, nº 3, 25 e 26. 2003.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 4ª edição, Rio de Janeiro, paz e Terra, 1986.

LEHER, R. Prefácio In: NEVES, Lúcia Maria W. (Org). *O Empresariamento da Educação: Novos Contornos do Ensino Superior no Brasil dos anos 90*. São Paulo, S.P : Xamã, 2002.

\_\_\_\_\_. Prefácio, *A (contra-)Reforma Universitária do Governo Lula e o fim das Fronteiras entre o Público e o Privado*. In: NEVES, L. M. W. (Org). *Reforma Universitária do Governo LULA: Reflexões para o debate*. São Paulo, S.P : Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. *Contra-reforma universitária do Governo Lula: Protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais*. In: REVISTA, Margem Esquerda: ensaios marxistas. Nº 3, BOITEMPO, São Paulo, S.P, 2004.

LUCKESI, C. (et al). *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. SP, Cortez, 1985.

LESSA, C. *A crise da universidade Pública no Brasil*. In: Revista Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo, Ano 15, nº 50, Fev/mar/ abr/ 2002.

LIMA, K. R. de S. *Organismos Internacionais: O Capital em Busca de Novos Campos de Exploração*. In: NEVES, L. M. W. (Org). *O Empresariamento da Educação: Novos Contornos do Ensino Superior no Brasil dos anos 90*. São Paulo, SP : Xamã, 2002.

\_\_\_\_\_. *Reforma Universitária do Governo Lula: O Relançamento do Conceito de Público Não-Estatal*. In: NEVES, L. M. W. (Org). *Reforma Universitária do Governo LULA: Reflexões para o debate*. São Paulo, SP: Xamã, 2004.

LOMBARDI, J. C. (org). *Temas de pesquisa em educação*. SP: Autores Associados, 2003 HISTEDBR: Caçados, SC: UnC. 2003.

\_\_\_\_\_. JACOMELI, M. R. M. e SILVA, T. M. T. (orgs). *O Público e Privado na História da Educação Brasileira: Concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Unisal, 2005. (Coleção Memórias da educação).

\_\_\_\_\_. *O Público e o Privado como Categoria de Análise da Educação? Uma reflexão desde o Marxismo*. In: LOMBARDI, J. C; JACOMELI, M. R. M. e SILVA, T. M. T. (orgs). *O Público e Privado na História da Educação Brasileira: Concepções e*

práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Unisal, 2005. (Coleção Memórias da educação).

LOPES, E. M. T; FILHO, L. M. de F. e VEIGA, C. G. (org). *500 Anos de Educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

MARTINS, C. B. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. 2ª ed. SP: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. (org). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. SP: Editora Brasiliense, 1988.

MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio* Editora Brasiliense, RJ, 1986.

MENEZES, L. C. *Universidade Sitiada: A ameaça de liquidação da universidade brasileira*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, SP, 2000.

MINTO, L. W. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. SP: Autores Associados, 2006.

MORHY, L. (org). *Universidade em questão*. Brasília. Editora da UNB, 2003.

\_\_\_\_\_. *Universidade no mundo*. Brasília. Editora da UNB, 2004.

MOROSINI, M. e SGUISSARDI, V. *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória: FCAA/UFES, 1998.

NASCIMENTO, D. B. *Elogio da loucura*. XXII Congresso do Sindiupes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Elogios da loucura II: liberalização dos recursos públicos e a sua re-significação conceitual*. XXIII Congresso do Sindiupes, 2006.

NEVES, L. M. W. (ORG). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2002.

\_\_\_\_\_. *Reforma Universitária do Governo LULA: Reflexões para o debate*. SP: Xamã, 2004.

NORONHA, O. M. O público e o privado: teorias e configurações nas práticas educativas. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

NOVO, H. A. *O professor universitário e a sua representação da universidade em crise*. PUC-SP, dissertação de Mestrado, mimeografado, 1989.

OLIVEIRA, D. C. de, Revista de educação da Faesa. V. 1, N.1 "*Administração Escolar: a busca de um referencial teórico próprio*". Vitória, 2000.

OLIVEIRA, J. F. de. *A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação*. In REVISTA

Brasileira de Política e Administração da Educação. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Porto Alegre, v. 15, 1999.

ORSO, P. J. (org). *Educação, sociedade de classes e reforma universitária*. SP: Autores Associados, 2007.

POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes*. Civilização Brasileira. RJ, 1968.

RAMONET, I. In: *Um modo de pensar o mundo*. Entrevistão concedida ao OPASQUIM21, nº 32, 24/09/2002.

REIS, D. A. *Ditadura militar esquerda e sociedade*. 2 ed. RJ, Jorge Zahar Editor, 2002.

REVISTA Brasileira de Política e Administração da Educação. Associação Nacional de Política e Administração da Educação, ANPAE. Porto Alegre, v. 15, 1999.

\_\_\_\_\_. *Caros Amigos*. Coluna: República. Anos V-IX e suplemento especial nº 13, Editora Casa Amarela, SP.

\_\_\_\_\_. *Carta Capital*. nº 192, 05 de junho de 2002, e nº 301, 27 de julho de 2004. Editora Confiança, SP.

\_\_\_\_\_. de Educação, nº 4, ano IV, 1999, *V Conferência Nacional de Educação: Construindo Plano Nacional de Educação Democrático e Emancipador*. CNTE.

\_\_\_\_\_. nº 5, ano VI, 2001, *VI Conferência Nacional de Educação: Direito à educação: é hora de reescrever a história*. CNTE.

\_\_\_\_\_. *Ensino Superior*. nº 31, 33, e 34, Semesp. Editora Segmento, São Paulo, SP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Fórum: outro mundo em debate*, nº 0 e 2. Editora Publisher Brasil, São Paulo, SP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. Nº 1 e 3, BOITEMPO, SP, 2003 e 2004.

\_\_\_\_\_. *Teoria e Debate*. Fundação Perseu Abramo, nº 50, 57 e 59.

\_\_\_\_\_. *A reforma da educação Superior*. (Debate) Fundação Perseu Abramo, Ano 17, nº 59, Agosto/setembro 2004.

ROMANO, R. *Reflexões sobre a universidade*. In: SILVA, M.A e SILVA, R. B. (orgs.). *A idéia de universidade: rumos e desafios*. Brasília: Líder Livro Editora, 2006.

ROUSSEAU, J-J. *O Contrato Social*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SADER, E. e GENTILLI, P (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 5ª ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

SAVIANI, D. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

SAMPAIO, H. M. S. *Ensino Superior no Brasil: O Setor Privado*. SP: Hucitec; FAPESP, 2000.

SANFELICE, J. L. A problemática do público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pos-modernidade*. 9. Ed. SP: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. SP: Cortez, 2004.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10ª ed. RJ: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. SILVA M. L. O Ensino superior público e particular e o território brasileiro. Brasília: ABMES, 2000.

SERRANO, J. *Atcon e a universidade brasileira*. RJ, 1974.

SEVERINO, A. J. O público e o privado como categoria de análise em educação. In: LOMBARDI, J. C, JACOMELI, M. R. M., SILVA, T. M. T. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005 (Coleção Memórias da educação).

SGUISSARDI, V. e SILVA, J. R. *Educação Superior: Análise e perspectivas de pesquisa*. SP: Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_. *Educação Superior: Velhos e Novos desafios*. SP: Xamã, 2000.

SHIROMA, E. O. *Política Educacional*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.

SILVA, A. de A. e BARROS, M. E. B. de. *Psicopedagogia: Alguns hibridismos possíveis*. Vitória: Saberes Instituto de Ensino, 2000.

SILVA, J. I. A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*.

SILVA Jr. *Pragmatismo e Populismo na educação superior: nos governos FHC e Lula*. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. FERRETI, J.C. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. SP: Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. *Tendência do Ensino Superior Diante da atual Reestruturação no processo Produtivo no Brasil*. In: CATANI, A. M. (Org.). *Universidade na América Latina: Tendências e Perspectivas*, São Paulo, Cortez, (Coleção questões da nossa época; vol.60), 1996.

SILVA, M. A e SILVA, R.B. (orgs.). *A idéia de universidade: rumos e desafios*. Brasília: Líder Livro Editora, 2006.

SILVA, M. Z. e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Editora FCAA, SPDC, Vitória, ES 1995.

SOARES, L.T. *Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina*. SP: Cortez, (Coleção questões da nossa época; vol. 78), 2000.

SOARES, R.V. *Retrato Escrito: reconstrução da imagem das(es) Professoras(es) através da mídia impressa (1945/1995)*. Vitória: ITB, 2005.

SOUZA, M. I. S. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

STARLING, H. M. M. *Os Senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 5ª, RJ: Vozes, 1986.

TAVARES, M. da C. e FIORI, J. L. *(Des) Ajuste global e modernidade conservadora*. RJ, Paz e Terra, 1993.

TEDESCO, J. C. *O Novo Pacto Educativo: Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. SP, Ática, 2001.

TEIXEIRA, A. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. RJ: Editora FGV, 1989.

TESES, Caderno de. XV Congresso dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo - Construindo Planos Alternativo de Educação para o Espírito Santo, *SINDIUPES*. Vitória, ES, 1998.

\_\_\_\_\_. XVII Congresso dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo - Educação Pública: Resistindo à Democracia Liberal, *SINDIUPES*. Vitória, ES, 2000.

\_\_\_\_\_. XVIII Congresso dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo – Educação e Transformação Social: Outro mundo é Possível, *SINDIUPES*. Vitória, ES, 2001.

\_\_\_\_\_. XIX Congresso dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo – Construindo Planos e Projetos para uma Educação Transformadora, *SINDIUPES*. Vitória, ES, 2002.

\_\_\_\_\_. XXI Congresso dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo – A Mercantilização da Educação. *SINDIUPES*. Vitória, ES, 2004.

TRINDADE, H (org). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. RJ: Vozes / RS: CIPEDS, 1999.

\_\_\_\_\_. *As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América Latina*. In: Gentili, P. (org.). *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. SP: Cortez, 2001.

TRIGUEIRO, M. G. *O Ensino Superior Privado no Brasil*. Brasília: Paralelo 15- São Paulo, Marco Zero, 2000.

\_\_\_\_\_. *Universidades Públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo*. Brasília: Editora UnB, 1999.

UFES. *Perfil do vestibular da UFES: o concurso vestibular de 1989/01 – um perfil do vestibulando da UFES* (Coordenador Jaime Roy Doksey)

UNESCO, Conferência Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Marco referencial de ação prioritária para mudança e o desenvolvimento da Educação. Paris, 1998. *Universidade Metodista de Piracicaba*. 2ª ed., Piracicaba: Editora UNIMEP, São Paulo, 2002.

VAHL, T. R. *A Privatização do Ensino Superior no Brasil: Causas e Conseqüências*. Florianópolis, UFSC / Editora Lunardelli, 1980.

VASCONCELLOS, J. G. M. *O Governo e o Processo de Mudanças Organizacionais Planejadas de 1975*. RJ, PUC, Dissertação de Mestrado, Mimeografada. Sd.

WANDERLEY, L. E. *O que é universidade*. SP: Brasiliense. 9ª ed. 2ª reimpressão, 2003.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. Editora Martins Claret. SP, 2004.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

ARAPIRACA, J. O. *A Usaid e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. Campinas, Autores associados; S P. Cortez, 1982

CARNOY, M. *A educação na América Latina está preparando sua força de trabalho para as economias do Século XXI?* Brasília: Unesco, 2004.

COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América latina*. RJ: Civilização Brasileira, 1978.

DERRIDA, J. *O olho da universidade*. SP: Estação Liberdade, 1999.

DINIZ, J. A. Calabouço, 1968: o cerco das trevas. RJ: Editora Cátedra, 1986.

ENSINO SUPERIOR: Seminário Nacional. MEC, 1997.

PARKER, P. R. 1964: *O papel dos estados unidos no golpe de estado de 31 de março*. 2ª ed, RJ: Civilização Brasileira, 1977.

SCHMIDT, B. V; OLIVEIRA, R. de; ARAGON, V. A. (Orgs). *Entre Escombros e Alternativas: Ensino Superior na América Latina*. Brasília: Editora UnB, 2000.

SOARES, R.V. *Participação política & educação: a construção do modelo educacional brasileiro na constituição de 1988*. Vitória: EDUFES, 1999.

VALENTE, I. *Apresentando a Lei nº 10172/01 – Plano Nacional de Educação*. 1ª ed. DP&A Editora, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

VASCONCELLOS, J. G. M. *A invenção do coronel*. Vitória, SPDC, 1995.

## Apêndice

### Apêndice I:

Lista de Colaboradores do IPES e dos quadros governamentais pós-64.

| <b>Nome</b>                      | <b>Atuação no IPES</b>                                                                                                                          | <b>Atuação no estado</b>                                                                                                                                                                               |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Golbery do Couto e Silva         | Chefe do Grupo de Pesquisas: participou como debatedor do fórum educacional.                                                                    | Ministro-Chefe do SNI no governo de Castello Branco; membro da ESG; Ministro da Casa Civil no Governo Geisel.                                                                                          |
| Luiz Gonzaga do Nascimento Silva | Conferencista do fórum educacional; responsável pela conferência-síntese: “fundamentos para uma política educacional brasileira”                | Presidente do BNH e Ministro do Trabalho no governo Castello Branco: Ministro da Presidência Social no Governo Geisel                                                                                  |
| Roberto Campos                   | Participou como conferencista do fórum educacional e em diverso curso do IPES                                                                   | Ministro do Planejamento do governo Castello Branco; Embaixador em Londres no Governo Geisel.                                                                                                          |
| Mario Henrique Simonsen          | Coordenador do grupo de Estudos como economista; participou do fórum educacional como debatedor.                                                | Presidente da Fundação Mobral no governo Costa e Silva; Minist. da fazenda do Gov. Geisel.                                                                                                             |
| Fernando Bastos D’Ávila          | Conferencista do fórum*                                                                                                                         | Integrante do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária no Governo Costa e Silva; Conferencista da ESG; membro do Conselho do Planejamento do Governo Castello Branco.                                |
| Suzana Gonçalves                 | Conferencista do fórum*                                                                                                                         | Diretora da Capes, órgão do MEC, no governo Médici                                                                                                                                                     |
| Nair Fortes Abu-Merhy            | Conferencista do fórum*                                                                                                                         | Membro do Conselho Federal de Educação                                                                                                                                                                 |
| Raimundo Padilha                 | Conferencista do fórum e membro de confiança do IPES no Congresso Nac.                                                                          | Deputado da ARENA; governador do Estado do Rio de Janeiro 1971-75; redator do Projeto/FNDE.                                                                                                            |
| Paulo de Assis Ribeiro           | Chefe do Grupo de Pesquisas; Conferencista e relator do fórum*                                                                                  | Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária no Governo de Castello Branco                                                                                                                    |
| Rubem Porto                      | Colaborador do IPES.                                                                                                                            | Membro permanente do Planejamento do Ensino Superior: acordos MEC/USAID                                                                                                                                |
| Candido Paula Machado            | Membro do IPES; um dos financiadores do fórum: “A educação que nos convém”, através do Jockey Club Brasileiro; participou dos debates do fórum/ | Como membro do Sindicato Nacional dos editores, foi um dos signatários do Acordo MEC/SNEL/USAID para auxílios a publicações, técnicas, científicas e educacionais.                                     |
| Alvanir Bezerra de Carvalho      | Participou dos debates do fórum*                                                                                                                | Integrou a 1ª Equipe de Planejamento do Ensino Superior criada pelo acordo MEC/USAID em junho de 1965                                                                                                  |
| João Paulo de Almeida Magalhães  | Um dos debatedores convidados mais atuante do fórum*                                                                                            | Membro da Equipe Brasileira do Grupo Permanente do Planejamento do Ensino Superior: acordo MEC/USAID.                                                                                                  |
| Heitor Moreira Herrera           | Um dos fundadores do IPES: participou do fórum*                                                                                                 | Membro da Equipe Brasileira do Grupo Permanente do Planejamento do Ensino Superior; membro da Escola Superior de Guerra (ESG).                                                                         |
| Leonida Sobriño Porto            | Debatedor convidado do fórum*                                                                                                                   | Membro do Conselho Estadual de Educação do Estado da Guanabara.                                                                                                                                        |
| Oscar de Oliveira                | Debatedor convidado do fórum*                                                                                                                   | Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, no Governo de Castello Branco                                                                                                                                |
| Peri Pôrto                       | Colaborador do IPES no Simpósio sobre a reforma da educação (1964); foi debatedor e colaborador na síntese do fórum*                            | Diretor da Equipe de Planej. do Ensino Médio (EPEM), criada pelos acordos MEC/USAID; do programa de expansão e melhoria do Ensino Médio (PREMEM); colaborados de Roberto Campos na elaboração do PAEG. |

Fonte: Souza, 1981, p. 203-4.

\* Tema do fórum: A educação que nos convém.

## Apêndice II:

Relação de cursos em extinção com suas respectivas datas de criação e número de vagas por turno:

| <i>Cursos:</i>                                               | <i>Data de criação</i> | <i>M</i> | <i>V</i> | <i>N</i> |
|--------------------------------------------------------------|------------------------|----------|----------|----------|
| 01 - Magistério da Educação Infantil                         |                        |          |          |          |
| 02 - Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental      |                        |          |          |          |
| 03 - Pedagogia: Administração Escolar                        | 27/04/1965             |          | 100      | 100      |
| 04 - Pedagogia: Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus            | 27/04/1965             |          | 100      | 100      |
| 05 - Pedagogia: Mag. das Matérias Pedagógicas 2º Grau        | 27/04/1965             |          | 100      | 100      |
| 06 - Pedagogia: Orientação Educacional                       | 27/04/1965             |          | 100      | 100      |
| 07 - Supervisão Escolar                                      | 27/04/1965             |          | 100      | 100      |
| 08 - Pedagogia                                               | 18/06/1970             |          | 100      | 100      |
| 09 - Comércio Exterior                                       | 10/03/1998             |          |          | 100      |
| 10 - Farmacêutico - Bioquímico                               | 03/11/1999             |          |          |          |
| 11 - Gestão Internacional de Negócios                        | 09/03/2000             |          |          | 80       |
| 12 - Pedagogia: Educação Infantil                            | 24/03/2000             |          |          |          |
| 13 - Pedagogia: Mag. dos Anos Iniciais do Ensino Fund.       | 24/03/2000             |          |          |          |
| 14 - Comércio Exterior                                       | 05/04/2000             | 50       |          | 100      |
| 15 - Pedagogia                                               | 05/05/2000             |          | 120      | 120      |
| 16 - Administração: Comércio Exterior                        | 05/05/2000             | 50       |          | 100      |
| 17 - Administração: Marketing                                | 05/05/2000             | 50       |          | 100      |
| 18 - Comércio Exterior                                       | 05/05/2000             | 150      |          | 150      |
| 19 - Marketing                                               | 05/05/2000             | 150      |          | 150      |
| 20 - Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio     | 19/06/2000             |          |          |          |
| 21 - Magistério da Educação Infantil                         | 19/06/2000             | 50       |          | 50       |
| 22 - Administração de Agroindústria                          | 26/12/2000             |          |          | 100      |
| 23 - Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental      | 26/03/2001             |          |          | 150      |
| 24 - Administração de Empresas                               | 20/12/2001             |          |          | 150      |
| 25 - Ciência da Computação                                   | 25/02/2002             | 90       |          |          |
| 26 - Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental    | 30/09/2002             |          |          | 100      |
| 27 - Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental    | 07/10/2002             | 50       |          | 50       |
| 28 - Normal Superior: Educação Infantil                      | 07/10/2002             | 50       |          | 50       |
| 29 - Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental    | 11/09/2003             |          |          | 80       |
| 30 - Normal Superior: Educação Infantil                      | 11/09/2003             |          |          | 80       |
| 31 - Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental    | 23/12/2003             |          |          | 80       |
| 32 - Normal Superior: Educação Infantil                      | 23/12/2003             |          |          | 80       |
| 33 - Normal Superior: Magistério da Educação Infantil        | 19/03/2004             |          |          | 40       |
| 34 - Normal Superior: Mag. dos Anos Iniciais do Ensino Fund. | 19/03/2004             |          |          | 40       |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

### Apêndice III:

Tabela I: Relação de mantenedoras de Instituições de Ensino Superior privada no ES – 2008

|                                                                                |
|--------------------------------------------------------------------------------|
| Administração de Ensino Superior de Guarapari Ltda.                            |
| AESG - Administração de Ensino Superior de Guarapari Ltda.                     |
| Associação de Assistência ao Ensino                                            |
| Associação de Ensino Integrado e Organizado Universitário                      |
| Associação de Ensino Superior Unificado da Região Serrana do Espírito Santo    |
| Associação de Ensino Superior Unificado do Centro Leste                        |
| Associação Educacional de Vitória                                              |
| Associação Educacional Evangélica da Serra                                     |
| Associação Unificada de Ensino Superior                                        |
| Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO           |
| Associação Vitoriana de Ensino Superior - AVIES                                |
| Ateneu Instituições de Ensino e Pesquisa Ltda.                                 |
| Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC                              |
| Centro de Ensino Superior Alternativo Ltda                                     |
| Centro de Ensino Superior de Anísio Teixeira Ltda.                             |
| Centro de Estudos Especializados Ltda.                                         |
| Centro Educacional São Gotardo Ltda                                            |
| Colégio Nacional Ltda.                                                         |
| Colégio Porto Seguro Ltda.                                                     |
| Companhia Nacional de Instrução e Pesquisa - CONAIP                            |
| Educacional Centro-Leste S/C Ltda                                              |
| Empresa Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A. - EMBRAE                |
| Empresa Capixaba de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A                            |
| Escola São Geraldo Ltda.                                                       |
| Faculdade Cachoeiro de Itapemirim Ltda                                         |
| Fernando Carlos da Silva Cobe - Escola CONTEC                                  |
| Fundação de Assistência e Educação                                             |
| Fundação Educacional "Vale do Itapemirim"                                      |
| Fundação Educacional Padre Cleto Caliman                                       |
| Fundação Educacional Presidente Castelo Branco                                 |
| Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças |
| Fundação Ítalo Brasileira                                                      |
| Fundação Novo Milênio                                                          |
| Fundação São João Batista                                                      |
| Inspetoria São João Bosco                                                      |
| Instituto Batista de Educação de Vitória                                       |
| Instituto de Educação Século XXI Ltda                                          |
| Instituto de Ensino Superior da Região Serrana                                 |
| Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo                                 |
| Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida                  |
| Instituto Doctum de Educação e Tecnologia Ltda.                                |
| Instituto Educacional do Espírito Santo                                        |
| Instituto Serrano de Ensino                                                    |
| Instituto Superior de Cultura Capixaba                                         |
| Instituto Superior de Educação de Afonso Cláudio                               |
| Instituto Superior de Educação e Cultura Ulisses Boyd                          |
| Instituto Vale do Cricaré                                                      |
| Instituto Vasconcellos & Souza                                                 |
| Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Vitória                             |
| Nova Associação Brasileira de Educação e Cultura Ltda                          |
| Saberes Instituto de Ensino Ltda.                                              |
| SEC - Sociedade Educacional Capixaba                                           |
| Serviço Social Educacional Beneficente - SESEBE                                |

|                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Continuação:</i>                                                                 |
| Sindicato dos Contabilistas no Estado do Espírito Santo                             |
| Sociedade Brasileira de Instrução                                                   |
| Sociedade Capixaba de Educação Ltda.                                                |
| Sociedade de Ensino Superior de Aracruz Ltda.                                       |
| Sociedade de Ensino Superior de Guarapari                                           |
| Sociedade de Ensino Superior de Vila Velha Ltda.                                    |
| Sociedade de Ensino Superior de Vitória Ltda.                                       |
| Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.                                    |
| Sociedade Educacional Capixaba                                                      |
| Sociedade Educacional de Viana                                                      |
| Sociedade Educacional do Espírito Santo/Unidade de Vila Velha - Ensino Superior     |
| União Capixaba de Ensino - UNICAPE                                                  |
| União Capixaba de Ensino Superior – UCES                                            |
| União de Educação e Cultura Gildásio Amaro                                          |
| União de Ensino São Francisco Ltda.                                                 |
| União Social Camiliana                                                              |
| Unidade Educacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Espírito Santo - UNIVES Ltda. |

*Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.*

Tabela II:  
Relação de nº de mantenedoras e nº de Instituições de Ensino Superior privada no ES – 2008

| Mantenedora                                                                 | Faculdade                                                                              |
|-----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| Administração de Ensino Superior de Guarapari Ltda.                         | Faculdade de Comunicação Social de Guarapari - FACOM                                   |
| AESG - Administração de Ensino Superior de Guarapari Ltda.                  | Faculdades Integradas Padre Anchieta de Guarapari - FIPAG                              |
| Associação de Assistência ao Ensino                                         | Faculdade de Tecnologia Faesa - FAESA                                                  |
| Associação de Ensino Integrado e Organizado Universitário                   | Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo - PIO XII/ BIO                      |
|                                                                             | Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo - PIO XII                               |
|                                                                             | Faculdade Espírito Santense de Ciências Jurídicas - PIO XII - DIR                      |
|                                                                             | Instituto de Educação Superior PIO XII - PIO XII                                       |
| Associação de Ensino Superior Unificado da Região Serrana do Espírito Santo | Faculdade de Domingos Martins - URSES                                                  |
| Associação de Ensino Superior Unificado do Centro Leste                     | Faculdade do Centro Leste - UCL                                                        |
| Associação Educacional de Vitória                                           | Faculdades Integradas São Pedro - FAESA                                                |
| Associação Educacional Evangélica da Serra                                  | Faculdade de Educação da Serra - FASE                                                  |
| Associação Unificada de Ensino Superior                                     | Faculdade de Educação de Vitória - UNIVES - AUFES                                      |
| Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO        | Instituto Vitória de Ensino e Cultura - IVEC                                           |
| Associação Vitoriana de Ensino Superior - AVIES                             | Faculdade Vitoriana de Ciências Contábeis - FAVI                                       |
|                                                                             | Faculdade Vitoriana de Tecnologia - FAVI                                               |
|                                                                             | Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória - FAVI                     |
| Ateneu Instituições de Ensino e Pesquisa Ltda.                              | Faculdade Ateneu - FATE                                                                |
|                                                                             | Instituto Superior de Educação Ateneu - ISEAT                                          |
| Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC                           | Faculdade Cenecista de Vila Velha - FACEVV                                             |
| Centro de Ensino Superior Alternativo Ltda                                  | Escola de Ensino Superior Alternativo - CESA - CESA                                    |
| Centro de Ensino Superior de Anísio Teixeira Ltda.                          | Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira - CE                                         |
| Centro de Estudos Especializados Ltda.                                      | Faculdade Unida de Vitória - FACULDADE UNIDA                                           |
| Centro Educacional São Gotardo Ltda                                         | Faculdade Conhecer - FC                                                                |
| Colégio Nacional Ltda.                                                      | Faculdade Nacional - FINAC                                                             |
| Colégio Porto Seguro Ltda.                                                  | Faculdade Porto Seguro - FAPS                                                          |
|                                                                             | Instituto Superior de Educação Porto Seguro - ISEPS                                    |
| Companhia Nacional de Instrução e Pesquisa - CONAIP                         | Faculdade de Tecnologia Consultime - FATEC                                             |
| Educacional Centro-Leste S/C Ltda                                           | Faculdade de Cariacica - UNIEST                                                        |
| Empresa Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A. - EMBRAE             | Faculdade Brasileira - UNIVIX                                                          |
| Empresa Capixaba de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A                         | Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN                                            |
|                                                                             | Instituto de Ensino Superior de Nova Venécia - INESV                                   |
| Escola São Geraldo Ltda.                                                    | Faculdade São Geraldo - FSG                                                            |
| Faculdade Cachoeiro de Itapemirim Ltda                                      | Faculdade de Tecnologia Cachoeiro de Itapemirim - FACI                                 |
| Fernando Carlos da Silva Cobe - Escola CONTEC                               | Faculdade de Tecnologia CONTEC - FACONTEC                                              |
|                                                                             | Faculdade de Tecnologia Contec - Unidade de Carapina                                   |
| Fundação de Assistência e Educação                                          | Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA I                                     |
| Fundação Educacional "Vale do Itapemirim"                                   | Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro do Itapemirim - FACCACI |
|                                                                             | Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim - FDCI                                 |

*Continuação:*

| Mantenedora                                                                    | Faculdade                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Fundação Educacional Padre Cleto Caliman                                       | Faculdade de Educação Regional Serrana - UNIVENETO                             |
|                                                                                | Faculdade Regional Serrana - UNIVENETO                                         |
| Fundação Educacional Presidente Cast. Branco                                   | Faculdade Castelo Branco - FICAB                                               |
| Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças | Faculdade Fucape - FUCAPE                                                      |
| Fundação Ítalo Brasileira                                                      | Faculdade Ítalo Brasileira - FIB                                               |
| Fundação Novo Milênio                                                          | Faculdade Novo Milênio - FNM                                                   |
| Fundação São João Batista                                                      | Faculdade de Aracruz - FAACZ                                                   |
| Inspetoria São João Bosco                                                      | Faculdade Salesiana de Vitória - UNISALES                                      |
| Instituto Batista de Educação de Vitória                                       | Faculdade Batista da Serra - FABAVI                                            |
|                                                                                | Faculdade Batista de Vila Velha - FABAVI                                       |
|                                                                                | Faculdade Batista de Vitória - FABAVI                                          |
|                                                                                | Faculdade de Administração da Serra - FABAVI                                   |
|                                                                                | Faculdade de Ciências da Saúde da Serra - FABAVI                               |
|                                                                                | Faculdade de Direito da Serra - FABAVI                                         |
|                                                                                | Faculdade de Pedagogia da Serra - FABAVI                                       |
|                                                                                | Faculdade J. Simões Ensino Superior - FABAVI                                   |
|                                                                                | Instituto Superior de Educação da Serra - FABAVI                               |
| Instituto de Educação Século XXI Ltda                                          | Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI                                     |
| Instituto de Ensino Superior da Região Serrana                                 | Faculdade da Região Serrana - FARESE                                           |
| Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo                                 | Faculdade de Castelo - FACASTELO                                               |
|                                                                                | Faculdade do Espírito Santo - UNES                                             |
| Instituto de Ensino Superior Prof. Nelson Abel de Almeida                      | Faculdade de Ciências Humanas de Vitória - FCHV                                |
| Instituto Doctum de Educação e Tecnologia Ltda.                                | Faculdades Unificadas Doctum de Guarapari                                      |
|                                                                                | Faculdades Unificadas Doctum de Iúna - Faculdades Doctum                       |
| Instituto Educacional do Espírito Santo                                        | Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha - UNIVILA     |
|                                                                                | Faculdade de Ciências Sociais de Ibirapu - UNIVILA                             |
|                                                                                | Faculdade de Vila Velha - UNIVILA                                              |
| Instituto Serrano de Ensino                                                    | Faculdade Grande Vitória - UNFGV                                               |
| Instituto Superior de Cultura Capixaba                                         | Faculdade Capixaba de Administração e Educação - UNICES                        |
| Instituto Superior de Educação de Afonso Cláudio                               | Faculdade de Ciências Contábeis de Afonso Cláudio - ISEAC                      |
|                                                                                | Faculdade de Pedagogia de Afonso Cláudio - ISEAC                               |
| Instituto Superior de Educação e Cultura Ulisses Boyd                          | Faculdade de Educação - ISECUB                                                 |
| Instituto Vale do Cricaré                                                      | Faculdade Vale do Cricaré - F.V.C.                                             |
| Instituto Vasconcellos & Souza                                                 | Faculdade Vasconcellos & Souza                                                 |
| Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Vitória                             | Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM |
| Nova Associação Brasileira de Educação e Cultura Ltda                          | Faculdade de Tecnologia INED - Unidade de Guarapari                            |
| Saberes Instituto de Ensino Ltda.                                              | Faculdade Saberes - Saberes                                                    |
| SEC - Sociedade Educacional Capixaba                                           | Faculdade Espírito Santense de Ensino Tecnológico - FAESTE                     |
| Serviço Social Educacional Beneficente - SESEBE                                | Escola Superior São Francisco de Assis - ESFA                                  |
| Sindicato dos Contabilistas no Estado do Espírito Santo                        | Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos - FASERRA                |
| Sociedade Brasileira de Instrução                                              | Faculdade Candido Mendes de Vitória - FCMV                                     |
| Sociedade Capixaba de Educação Ltda.                                           | Faculdade de Ciências Aplicadas Sagrado Coração - UNILINHARES                  |
| Sociedade de Ensino Superior de Aracruz Ltda.                                  | Faculdade Casa do Estudante - FACE                                             |

*Continuação:*

| Mantenedora                                                                         | Faculdade                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Sociedade de Ensino Superior de Guarapari                                           | Faculdade de Direito de Guarapari - FADIG                   |
| Sociedade de Ensino Superior de Vila Velha Ltda.                                    | Faculdade de Direito de Vila Velha - UNIVILA                |
| Sociedade de Ensino Superior de Vitória Ltda.                                       | Faculdades Integradas de Vitória - FDV                      |
| Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.                                    | Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha - FESVV               |
|                                                                                     | Faculdade Estácio de Sá de Vitória - FESV                   |
| Sociedade Educacional Capixaba                                                      | Faculdade Pio Xii - PIO XII                                 |
| Sociedade Educacional de Viana                                                      | Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Viana - FESAV     |
| Sociedade Educacional do Espírito Santo/Unidade de Vila Velha - Ensino Superior     | Centro Universitário Vila Velha - UVV                       |
|                                                                                     | Faculdade de Guaçuí - UVV Guaçuí                            |
|                                                                                     | Faculdade de Vitória - UVV Vitória                          |
| União Capixaba de Ensino - UNICAPE                                                  | Faculdade Espírito Santense - UNICAPE                       |
|                                                                                     | Instituto Superior de Educação de Cariacica - ISEC          |
| União Capixaba de Ensino Superior – UCES                                            | Centro de Ensino Superior de Vitória - CESV                 |
| União de Educação e Cultura Gildásio Amaro                                          | Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC              |
| União de Ensino São Francisco Ltda.                                                 | Faculdade de Tecnologia São Francisco - UNESF               |
| União Social Camiliana                                                              | Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo - CUSC     |
| Unidade Educacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Espírito Santo - UNIVES Ltda. | Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo - UNIVES |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Tabela III:  
Relação de Instituições de Ensino Superior privada no ES e data de criação – 2008

| Faculdade                                                                      | Criação    |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim - FDCI                         | 01/09/1965 |
| Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC                                 | 17/04/1967 |
| Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo - CUSC                        | 27/04/1967 |
| Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM | 04/03/1968 |
| Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro do Itapemirim.  | 01/09/1970 |
| Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA I                             | 18/07/1972 |
| Centro Universitário Vila Velha - UVV                                          | 13/04/1976 |
| Faculdade de Ciências Aplicadas Sagrado Coração - UNILINHARES                  | 28/11/1984 |
| Faculdade de Aracruz - FAACZ                                                   | 23/05/1989 |
| Faculdade de Ciências Humanas de Vitória - FCHV                                | 25/07/1989 |
| Faculdade Vitoriana de Ciências Contábeis - FAVI                               | 06/03/1990 |
| Faculdade Vitoriana de Tecnologia - FAVI                                       | 20/07/1993 |
| Faculdades Integradas São Pedro - FAESA                                        | 02/12/1994 |
| Faculdades Integradas de Vitória - FDV                                         | 26/07/1995 |
| Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Viana - FESAV                        | 18/11/1995 |
| Faculdade Batista de Vitória - FABAVI                                          | 16/02/1998 |
| Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha - UNIVILA     | 10/03/1998 |
| Centro de Ensino Superior de Vitória - CESV                                    | 29/07/1998 |
| Escola Superior São Francisco de Assis - ESFA                                  | 29/07/1998 |
| Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo - PIO XII                       | 24/12/1998 |
| Faculdade Espírito Santense de Ensino Tecnológico - FAESTE                     | 24/12/1998 |
| Faculdade de Administração da Serra - FABAVI                                   | 31/12/1998 |
| Faculdade Candido Mendes de Vitória - FCMV                                     | 18/01/1999 |
| Faculdade Batista da Serra - FABAVI                                            | 03/02/1999 |
| Faculdade Brasileira - UNIVIX                                                  | 17/02/1999 |
| Faculdade de Castelo - FACASTELO                                               | 17/02/1999 |
| Faculdade Batista de Vila Velha - FABAVI                                       | 07/05/1999 |
| Faculdade Novo Milênio - FNM                                                   | 18/05/1999 |
| Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira - CE                                 | 24/06/1999 |
| Faculdade de Educação da Serra - FASE                                          | 24/06/1999 |
| Faculdade de Pedagogia da Serra - FABAVI                                       | 06/08/1999 |
| Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN                                    | 27/08/1999 |
| Faculdade de Pedagogia de Afonso Cláudio - ISEAC                               | 27/08/1999 |
| Faculdade de Domingos Martins - URSES                                          | 20/10/1999 |
| Faculdade do Centro Leste - UCL                                                | 07/12/1999 |
| Faculdade Grande Vitória - UNFGV                                               | 07/12/1999 |
| Faculdade Pio Xii - PIO XII                                                    | 20/12/1999 |
| Faculdade de Vila Velha - UNIVILA                                              | 29/12/1999 |
| Faculdade Nacional - FINAC                                                     | 29/12/1999 |
| Faculdade Cenecista de Vila Velha - FACEVV                                     | 09/03/2000 |
| Faculdade Estácio de Sá de Vitória - FESV                                      | 31/03/2000 |
| Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória - FAVI             | 31/03/2000 |
| Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha - FESVV                                  | 05/05/2000 |
| Faculdade Salesiana de Vitória - UNISALES                                      | 05/05/2000 |
| Faculdade de Ciências Contábeis de Afonso Cláudio - ISEAC                      | 26/05/2000 |
| Faculdade Vale do Cricaré - F.V.C.                                             | 30/05/2000 |
| Faculdade Ítalo Brasileira - FIB                                               | 03/07/2000 |
| Faculdade de Ciências Sociais de Ibraçu - UNIVILA                              | 28/09/2000 |
| Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos - FASERRA                | 23/10/2000 |
| Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo - UNIVES                    | 26/12/2000 |
| Faculdade J. Simões Ensino Superior - FABAVI                                   | 12/02/2001 |
| Faculdade de Educação - ISECUB                                                 | 19/02/2001 |
| Faculdade de Vitória - UVV Vitória                                             | 20/03/2001 |
| Instituto de Ensino Superior de Nova Venécia - INESV                           | 23/03/2001 |

| Continuação:                                                       |            |
|--------------------------------------------------------------------|------------|
| Faculdade                                                          | Criação    |
| Faculdade Capixaba de Administração e Educação - UNICES            | 26/03/2001 |
| Faculdade de Guaçuí - UVV Guaçuí                                   | 30/03/2001 |
| Faculdade de Cariacica - UNIEST                                    | 22/05/2001 |
| Faculdade de Educação Regional Serrana - UNIVENETO                 | 16/07/2001 |
| Faculdade Espírito Santense - UNICAPE                              | 16/07/2001 |
| Faculdade Regional Serrana - UNIVENETO                             | 20/07/2001 |
| Faculdade de Educação de Vitória - UNIVES - AUFES                  | 06/08/2001 |
| Faculdade Castelo Branco - FICAB                                   | 09/08/2001 |
| Faculdade da Região Serrana - FARESE                               | 08/11/2001 |
| Faculdade Saberes - Saberes                                        | 13/11/2001 |
| Faculdade Casa do Estudante - FACE                                 | 06/12/2001 |
| Faculdade de Direito da Serra - FABAVI                             | 07/12/2001 |
| Faculdade São Geraldo - FSG                                        | 14/12/2001 |
| Escola de Ensino Superior Alternativo - CESA - CESA                | 17/12/2001 |
| Faculdade do Espírito Santo - UNES                                 | 18/01/2002 |
| Faculdade de Tecnologia Faesa - FAESA                              | 13/02/2002 |
| Faculdade de Direito de Vila Velha - UNIVILA                       | 19/02/2002 |
| Faculdade de Comunicação Social de Guarapari - FACOM               | 20/02/2002 |
| Faculdades Integradas Padre Anchieta de Guarapari - FIPAG          | 31/05/2002 |
| Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI                         | 26/08/2002 |
| Faculdade de Tecnologia São Francisco - UNESF                      | 20/12/2002 |
| Instituto Vitória de Ensino e Cultura – IVEC                       | 27/12/2002 |
| Faculdades Unificadas Doctum de Iúna - Faculdades Doctum           | 14/07/2003 |
| Instituto Superior de Educação de Cariacica – ISEC                 | 11/08/2003 |
| Faculdade Porto Seguro - FAPS                                      | 29/08/2003 |
| Instituto de Educação Superior PIO XII - PIO XII                   | 29/08/2003 |
| Instituto Superior de Educação Porto Seguro – ISEPS                | 11/09/2003 |
| Faculdades Unificadas Doctum de Guarapari                          | 10/10/2003 |
| Faculdade de Tecnologia CONTEC - FACONTEC                          | 17/12/2003 |
| Faculdade de Tecnologia Cachoeiro de Itapemirim - FACI             | 14/01/2004 |
| Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo - PIO XII - BIO | 26/03/2004 |
| Faculdade Espírito Santense de Ciências Jurídicas - PIO XII - DIR  | 23/07/2004 |
| Faculdade Fucape - FUCAPE                                          | 09/09/2004 |
| Instituto Superior de Educação Ateneu - ISEAT                      | 10/09/2004 |
| Faculdade de Tecnologia ConsulTime - FATEC                         | 01/11/2004 |
| Faculdade de Ciências da Saúde da Serra - FABAVI                   | 16/12/2004 |
| Instituto Superior de Educação da Serra - FABAVI                   | 16/12/2004 |
| Faculdade Ateneu - FATE                                            | 12/01/2005 |
| Faculdade Conhecer - FC                                            | 09/02/2005 |
| Faculdade de Tecnologia Contec - Unidade de Carapina - CONTEC      | 03/10/2005 |
| Faculdade de Tecnologia INED - Unidade de Guarapari                | 20/10/2005 |
| Faculdade Unida de Vitória - FACULDADE UNIDA                       | 16/11/2005 |
| Faculdade de Direito de Guarapari - FADIG                          | 07/08/2006 |
| Faculdade Vasconcellos & Souza                                     | 12/01/2007 |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Tabela IV  
Relação de Instituições de Ensino Superior privada no ES, município e data de criação – 2008.

| <i>Faculdade</i>                                                                       | <i>Criação</i> | <i>Cidade</i>           |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------------|
| Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim - FDCI                                 | 01/09/1965     | Cachoeiro de Itapemirim |
| Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC                                         | 17/04/1967     | Colatina                |
| Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo - CUSC                                | 27/04/1967     | Cachoeiro de Itapemirim |
| Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM         | 04/03/1968     | Vitória                 |
| Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro do Itapemirim - FACCACI | 01/09/1970     | Cachoeiro de Itapemirim |
| Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA I                                     | 18/07/1972     | Vitória                 |
| Centro Universitário Vila Velha - UVV                                                  | 13/04/1976     | Vila Velha              |
| Faculdade de Ciências Aplicadas Sagrado Coração - UNILINHARES                          | 28/11/1984     | Linhares                |
| Faculdade de Aracruz - FAACZ                                                           | 23/05/1989     | Aracruz                 |
| Faculdade de Ciências Humanas de Vitória - FCHV                                        | 25/07/1989     | Vitória                 |
| Faculdade Vitoriana de Ciências Contábeis - FAVI                                       | 06/03/1990     | Vitória                 |
| Faculdade Vitoriana de Tecnologia - FAVI                                               | 20/07/1993     | Vitória                 |
| Faculdades Integradas São Pedro - FAESA                                                | 02/12/1994     | Vitória                 |
| Faculdades Integradas de Vitória - FDV                                                 | 26/07/1995     | Vitória                 |
| Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Viana - FESAV                                | 18/11/1995     | Viana                   |
| Faculdade Batista de Vitória - FABAVI                                                  | 16/02/1998     | Vitória                 |
| Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha - UNIVILA             | 10/03/1998     | Vila Velha              |
| Centro de Ensino Superior de Vitória - CESV                                            | 29/07/1998     | Vitória                 |
| Escola Superior São Francisco de Assis - ESFA                                          | 29/07/1998     | Santa Teresa            |
| Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo - PIO XII                               | 24/12/1998     | Cariacica               |
| Faculdade Espírito Santense de Ensino Tecnológico - FAESTE                             | 24/12/1998     | Cariacica               |
| Faculdade de Administração da Serra - FABAVI                                           | 31/12/1998     | Serra                   |
| Faculdade Candido Mendes de Vitória - FCMV                                             | 18/01/1999     | Vitória                 |
| Faculdade Batista da Serra - FABAVI                                                    | 03/02/1999     | Serra                   |
| Faculdade Brasileira - UNIVIX                                                          | 17/02/1999     | Vitória                 |
| Faculdade de Castelo - FACASTELO                                                       | 17/02/1999     | Castelo                 |
| Faculdade Batista de Vila Velha - FABAVI                                               | 07/05/1999     | Vila Velha              |
| Faculdade Novo Milênio - FNM                                                           | 18/05/1999     | Vila Velha              |
| Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira - CE                                         | 24/06/1999     | Serra                   |
| Faculdade de Educação da Serra - FASE                                                  | 24/06/1999     | Serra                   |
| Faculdade de Pedagogia da Serra - FABAVI                                               | 06/08/1999     | Serra                   |
| Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN                                            | 27/08/1999     | Nova Venécia            |
| Faculdade de Pedagogia de Afonso Cláudio - ISEAC                                       | 27/08/1999     | Af. Claudio             |
| Faculdade de Domingos Martins - URSES                                                  | 20/10/1999     | D. Martins              |
| Faculdade do Centro Leste - UCL                                                        | 07/12/1999     | Serra                   |
| Faculdade Grande Vitória - UNFGV                                                       | 07/12/1999     | Serra                   |
| Faculdade Pio Xii - PIO XII                                                            | 20/12/1999     | Vila Velha              |
| Faculdade de Vila Velha - UNIVILA                                                      | 29/12/1999     | Vila Velha              |
| Faculdade Nacional - FINAC                                                             | 29/12/1999     | Vitória                 |
| Faculdade Cenecista de Vila Velha - FACEVV                                             | 09/03/2000     | Vila Velha              |
| Faculdade Estácio de Sá de Vitória - FESV                                              | 31/03/2000     | Vitória                 |
| Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória.                           | 31/03/2000     | Vitória                 |
| Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha – FESVV                                          | 05/05/2000     | Vila Velha              |
| Faculdade Salesiana de Vitória - UNISALES                                              | 05/05/2000     | Vitória                 |
| Faculdade de Ciências Contábeis de Afonso Cláudio - ISEAC                              | 26/05/2000     | Af. Claudio             |
| Faculdade Vale do Cricaré - F.V.C.                                                     | 30/05/2000     | Sao Mateus              |
| Faculdade Ítalo Brasileira - FIB                                                       | 03/07/2000     | Cariacica               |
| Faculdade de Ciências Sociais de Ibiracu - UNIVILA                                     | 28/09/2000     | Ibiracu                 |
| Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos.                                 | 23/10/2000     | Serra                   |
| Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo - UNIVES                            | 26/12/2000     | Vitória                 |
| Faculdade J. Simões Ensino Superior - FABAVI                                           | 12/02/2001     | Guarapari               |

|                                                              |            | <i>Continuação:</i>     |
|--------------------------------------------------------------|------------|-------------------------|
| Faculdade                                                    | Criação    | Cidade                  |
| Faculdade de Vitória - UVV Vitória                           | 20/03/2001 | Vitória                 |
| Instituto de Ensino Superior de Nova Venécia - INESV         | 23/03/2001 | Nova Venécia            |
| Faculdade Capixaba de Administração e Educação - UNICES      | 26/03/2001 | Vitória                 |
| Faculdade de Guaçuí - UVV Guaçuí                             | 30/03/2001 | Guacui                  |
| Faculdade de Cariacica - UNIEST                              | 22/05/2001 | Cariacica               |
| Faculdade de Educação Regional Serrana - UNIVENETO           | 16/07/2001 | C. do Castelo           |
| Faculdade Espírito Santense - UNICAPE                        | 16/07/2001 | Cariacica               |
| Faculdade Regional Serrana - UNIVENETO                       | 20/07/2001 | Venda Nova do Imigrante |
| Faculdade de Educação de Vitória - UNIVES - AUFES            | 06/08/2001 | Vitória                 |
| Faculdades Integradas Castelo Branco - FICAB                 | 09/08/2001 | Colatina                |
| Faculdade da Região Serrana - FARESE                         | 08/11/2001 | Santa Maria de Jetiba   |
| Faculdade Saberes - Saberes                                  | 13/11/2001 | Vitória                 |
| Faculdade Casa do Estudante - FACE                           | 06/12/2001 | Aracruz                 |
| Faculdade de Direito da Serra - FABAVI                       | 07/12/2001 | Serra                   |
| Faculdade São Geraldo - FSG                                  | 14/12/2001 | Cariacica               |
| Escola de Ensino Superior Alternativo - CESA - CESA          | 17/12/2001 | Serra                   |
| Faculdade do Espírito Santo - UNES                           | 18/01/2002 | Cachoeiro de Itapemirim |
| Faculdade de Tecnologia Faesa - FAESA                        | 13/02/2002 | Vitória                 |
| Faculdade de Direito de Vila Velha - UNIVILA                 | 19/02/2002 | Vila Velha              |
| Faculdade de Comunicação Social de Guarapari - FACOM         | 20/02/2002 | Guarapari               |
| Faculdades Integradas Padre Anchieta de Guarapari - FIPAG    | 31/05/2002 | Guarapari               |
| Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI                   | 26/08/2002 | Venda Nova do Imigrante |
| Faculdade de Tecnologia São Francisco - UNESF                | 20/12/2002 | Barra de Sao Francisco  |
| Instituto Vitória de Ensino e Cultura – IVEC                 | 27/12/2002 | Vitória                 |
| Faculdades Unificadas Doctum de Iúna - Faculdades Doctum     | 14/07/2003 | Iuna                    |
| Instituto Superior de Educação de Cariacica – ISEC           | 11/08/2003 | Cariacica               |
| Faculdade Porto Seguro - FAPS                                | 29/08/2003 | Iuna                    |
| Instituto de Educação Superior PIO XII - PIO XII             | 29/08/2003 | Cariacica               |
| Instituto Superior de Educação Porto Seguro – ISEPS          | 11/09/2003 | Iuna                    |
| Faculdades Unificadas Doctum de Guarapari                    | 10/10/2003 | Guarapari               |
| Faculdade de Tecnologia CONTEC - FACONTEC                    | 17/12/2003 | Vila Velha              |
| Faculdade de Tecnologia Cachoeiro de Itapemirim - FACI       | 14/01/2004 | Cachoeiro de Itapemirim |
| Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo - PIO XII | 26/03/2004 | Cariacica               |
| Faculdade Espírito Santense de Ciências Jurídicas - PIO XII  | 23/07/2004 | Cariacica               |
| Faculdade Fucape - FUCAPE                                    | 09/09/2004 | Vitória                 |
| Instituto Superior de Educação Ateneu - ISEAT                | 10/09/2004 | Vila Velha              |
| Faculdade de Tecnologia Consultime - FATEC                   | 01/11/2004 | Vitória                 |
| Faculdade de Ciências da Saúde da Serra - FABAVI             | 16/12/2004 | Serra                   |
| Instituto Superior de Educação da Serra - FABAVI             | 16/12/2004 | Serra                   |
| Faculdade Ateneu - FATE                                      | 12/01/2005 | Vila Velha              |
| Faculdade Conhecer - FC                                      | 09/02/2005 | Sao Mateus              |
| Faculdade de Tecnologia Contec - Carapina - CONTEC           | 03/10/2005 | Serra                   |
| Faculdade de Tecnologia INED - Unidade de Guarapari          | 20/10/2005 | Guarapari               |
| Faculdade Unida de Vitória - FACULDADE UNIDA                 | 16/11/2005 | Vitória                 |
| Faculdade de Direito de Guarapari - FADIG                    | 07/08/2006 | Guarapari               |
| <b>Faculdade Vasconcellos &amp; Souza</b>                    | 12/01/2007 | Anchieta                |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Tabela V: Relação de Instituições de Ensino Superior privada no ES, cursos, vagas – 2008.

| Ies                                                     | Cursos                                                                                                                   | Data de criação | Turnos x vagas |   |     | Cidade |
|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------|---|-----|--------|
|                                                         |                                                                                                                          |                 | M              | T | N   |        |
| Centro de Ensino Superior de Vitória – CESV             | Comunicação Social                                                                                                       | 14/11/2007      | 100            | - | 100 |        |
|                                                         | Direito                                                                                                                  | 27/01/2000      | 100            | - | 100 |        |
|                                                         | Letras: Espanhol e Respektivas Literaturas                                                                               | 29/07/1998      | -              | - | 100 |        |
|                                                         | Letras: Inglês e Respektivas Literaturas                                                                                 | 29/07/1998      |                |   | 100 |        |
|                                                         | Letras: Português e Respektivas Literaturas                                                                              | 29/07/1998      |                |   | 100 |        |
| Centro Universitário do Espírito Santo – UNESC          | Administração: Análise de Sistemas                                                                                       | 19/01/1999      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Administração: Gestão de Recursos Humanos                                                                                | 19/01/1999      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Administração: Análise de Sistemas                                                                                       | 19/01/1999      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Administração: Gestão de Recursos Humanos                                                                                | 19/01/1999      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Ciências Contábeis                                                                                                       | 18/01/1999      |                |   | 80  |        |
|                                                         | Ciências Contábeis                                                                                                       | 22/01/1999      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Ciências Econômicas                                                                                                      | 13/10/1989      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Ciências Econômicas                                                                                                      | 13/10/1989      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Curso Superior de Tecnologia Agronegócio                                                                                 | 13/10/1989      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Curso Superior de Tecnologia Agronegócio                                                                                 | 13/10/1989      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas                                                    | 23/03/1995      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas                                                    | 23/03/1995      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Curso Superior de Tecnol. em Design de Moda                                                                              | 14/09/2005      |                |   | 100 |        |
|                                                         | Curso Sup. de Tecnol. em Processos Gerenciais                                                                            | 05/01/2006      |                |   |     |        |
|                                                         | Direito                                                                                                                  | 17/04/1967      | 50             |   | 150 |        |
|                                                         | Direito                                                                                                                  | 17/04/1967      | 50             |   | 150 |        |
|                                                         | Educação Física                                                                                                          | 05/01/2006      |                |   | 100 |        |
|                                                         | Educação Física                                                                                                          | 05/01/2006      |                |   | 100 |        |
|                                                         | Enfermagem                                                                                                               | 03/01/2001      | 140            |   |     |        |
|                                                         | Farmácia                                                                                                                 | 03/01/2001      | 140            |   |     |        |
|                                                         | Fisioterapia                                                                                                             | 03/01/2001      | 140            |   |     |        |
|                                                         | Medicina                                                                                                                 | 12/07/2004      | 100            |   |     |        |
|                                                         | Normal Superior - Magistério de Educação Infantil                                                                        | 03/01/2002      |                |   | 100 |        |
|                                                         | Normal Superior - Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                                     | 03/01/2002      |                |   | 100 |        |
|                                                         | Nutrição                                                                                                                 | 03/01/2002      |                |   | 100 |        |
|                                                         | Pedagogia                                                                                                                | 20/09/2006      |                |   | 100 |        |
|                                                         | Sistemas de Informação                                                                                                   | 03/05/2001      |                |   | 50  |        |
| Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo – CUSC | Administração: Ênfase em Logística e Serviços                                                                            | 30/08/2004      | 60             |   | 180 |        |
|                                                         | Ciências: Matemática                                                                                                     | 28/08/1979      |                |   | 60  |        |
|                                                         | Ciências: Biologia                                                                                                       | 28/08/1979      |                |   | 120 |        |
|                                                         | Ciências Sociais                                                                                                         | 27/04/1967      |                |   | 60  |        |
|                                                         | Comunicação Social                                                                                                       | 29/12/2004      |                |   | 50  |        |
|                                                         | Jornalismo Publicidade e Propaganda                                                                                      | 26/12/2000      | 50             |   | 100 |        |
|                                                         | Curso Superior de Tecnol. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Agrupamento de Áreas: Informática e Telecomunicação) | 10/04/2007      | 40             |   | 40  |        |
|                                                         | Nutrição                                                                                                                 | 10/10/2005      | 60             |   | 90  |        |
|                                                         | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo(Agrupamento de Áreas                                                   | 01/02/2005      | 60             |   | 60  |        |

|                                                   |                                                                                             |            |     |     |     |
|---------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|-----|-----|
|                                                   | Profissionais: Comércio e Gestão)                                                           |            |     |     |     |
|                                                   | Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria                                                   | 01/02/2005 | 60  | 60  |     |
|                                                   | Direito                                                                                     | 29/12/2005 | 60  | 60  |     |
|                                                   | Educação Física                                                                             | 02/02/2001 | 50  | 100 |     |
|                                                   | Enfermagem                                                                                  | 02/02/2001 | 60  | 120 |     |
|                                                   | Física                                                                                      | 01/02/2005 |     | 60  |     |
|                                                   | Fisioterapia                                                                                | 30/08/2004 | 60  | 60  |     |
|                                                   | Geografia                                                                                   | 14/12/2001 |     | 120 |     |
|                                                   | História                                                                                    | 27/04/1967 |     | 60  |     |
|                                                   | Letras: Português/Inglês e Respectivas Literaturas                                          | 27/04/1967 |     | 120 |     |
|                                                   | Letras Português e Literaturas da Língua Portuguesa                                         | 27/04/1967 |     | 120 |     |
|                                                   | Nutrição                                                                                    | 10/10/2005 | 60  | 120 |     |
|                                                   | Pedagogia: Administração Escolar de 1º e 2º Graus                                           | 27/04/1967 | 60  | 90  |     |
|                                                   | Pedagogia: Magistério das Matérias Pedagógicas 2º Grau                                      | 27/04/1967 | 60  | 90  |     |
|                                                   | Pedagogia: Orientação Educacional de 1º e 2º Graus                                          | 27/04/1967 | 60  | 90  |     |
|                                                   | Pedagogia: Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus                                              | 27/04/1967 | 60  | 90  |     |
|                                                   | Psicologia                                                                                  | 29/12/2006 | 60  | 60  |     |
|                                                   | Química                                                                                     | 01/02/2005 |     | 60  |     |
|                                                   | Sistemas de Informação                                                                      | 26/12/2000 | 40  | 40  |     |
| Centro<br>Universitário<br>Vila<br>Velha –<br>UVV | Administração                                                                               | 13/04/1976 | 150 | 150 |     |
|                                                   | Arquitetura e Urbanismo                                                                     | 12/12/2006 | 100 |     |     |
|                                                   | Ciências Biológicas                                                                         | 10/10/2001 | 50  | 50  |     |
|                                                   | Ciências Contábeis                                                                          | 13/04/1976 | 100 | 100 |     |
|                                                   | Ciências Econômicas                                                                         | 27/10/1989 | 100 | 100 |     |
|                                                   | Ciência da Computação                                                                       | 09/03/2000 | 100 | 100 |     |
|                                                   | Comunicação Social: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas                | 05/06/1998 | 40  | 40  |     |
|                                                   | Comunicação Social: Jornalismo                                                              | 25/02/2000 | 40  | 80  |     |
|                                                   | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                | 03/08/1998 | 80  | 80  |     |
|                                                   | Curso Superior de Tecnologia em Design de Produto (Eixo Tecnol. Produção Cultural e Design) | 01/12/2003 |     | 80  |     |
|                                                   | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Privada                                 | 14/02/2003 |     | 80  |     |
|                                                   | Curso Superior de Tecnologia em Petróleo e Gás                                              | 17/04/2007 |     | 80  |     |
|                                                   | Curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho                                       | 01/12/2003 | 40  | 40  |     |
|                                                   | Direito                                                                                     | 13/04/1976 | 150 | 150 | 200 |
|                                                   | Educação Física                                                                             | 17/02/1999 | 80  | 80  |     |
|                                                   | Enfermagem                                                                                  | 13/03/2002 | 90  | 90  |     |
|                                                   | Engenharia de Petróleo                                                                      | 30/10/2001 | 100 | 100 |     |
|                                                   | Engenharia de Produção                                                                      | 29/12/1999 | 100 | 100 |     |
|                                                   | Engenharia de Segurança                                                                     | 09/08/2007 |     | 100 |     |
|                                                   | Engenharia Metalúrgica e de Materiais                                                       | 04/04/2002 |     | 100 |     |
|                                                   | Farmácia                                                                                    | 01/06/2001 | 50  | 50  |     |

|                                                                                |                                                                                                            |            |     |     |     |  |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|-----|-----|--|
|                                                                                | Fisioterapia                                                                                               | 10/03/1998 | 50  | 50  | 50  |  |
|                                                                                | Fonoaudiologia                                                                                             | 16/02/1998 | 40  | 40  | 40  |  |
|                                                                                | Marketing                                                                                                  | 07/05/1999 | 100 |     | 100 |  |
|                                                                                | Medicina                                                                                                   | 13/11/2006 | 120 |     |     |  |
|                                                                                | Medicina Veterinária                                                                                       | 10/03/1998 | 140 |     |     |  |
|                                                                                | Nutrição                                                                                                   | 07/12/1999 | 50  | 50  |     |  |
|                                                                                | Psicologia                                                                                                 | 19/10/2001 | 50  |     | 50  |  |
|                                                                                | Formação de Psicólogo                                                                                      | 19/10/2001 | 100 |     |     |  |
|                                                                                | Relações Internacionais                                                                                    | 20/10/1999 | 100 |     | 100 |  |
|                                                                                | Sistemas de Informação                                                                                     | 07/05/1999 |     |     | 100 |  |
|                                                                                | Turismo                                                                                                    | 31/12/1994 | 100 |     | 100 |  |
|                                                                                | Zootecnia                                                                                                  | 10/03/1998 | 80  |     |     |  |
| Escola de Ensino Superior Alternativo – CESA                                   | Letras: Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa                                               | 20/12/2001 |     |     | 40  |  |
|                                                                                | Sistemas de Informação                                                                                     | 20/12/2001 |     |     | 40  |  |
|                                                                                | Pedagogia:<br>Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Formação Pedagógica e Gestão Educacional | 17/12/2001 |     |     | 50  |  |
| Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM | Enfermagem                                                                                                 | 10/06/2002 | 80  |     |     |  |
|                                                                                | Farmácia                                                                                                   | 16/02/2000 | 80  |     |     |  |
|                                                                                | Fisioterapia                                                                                               | 29/09/1998 | 75  |     |     |  |
|                                                                                | Medicina                                                                                                   | 04/03/1968 | 120 |     |     |  |
|                                                                                | Serviço Social                                                                                             | 10/06/2002 |     |     | 100 |  |
| Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira - CESAT                              | Administração de Empresas                                                                                  | 14/01/2004 |     |     | 100 |  |
|                                                                                | Biblioteconomia                                                                                            | 17/12/2001 |     | 40  | 40  |  |
|                                                                                | Ciências Políticas                                                                                         | 04/07/2002 | 30  |     | 90  |  |
|                                                                                | Design                                                                                                     | 17/12/2001 | 40  |     | 40  |  |
|                                                                                | Direito                                                                                                    | 03/07/2006 |     |     | 100 |  |
|                                                                                | História                                                                                                   | 28/09/2000 |     |     | 100 |  |
|                                                                                | Letras                                                                                                     | 24/06/1999 | 60  |     |     |  |
|                                                                                | Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa                                                       | 17/08/2000 |     |     | 50  |  |
|                                                                                | Português/Espanhol e Respectivas Literaturas                                                               | 17/08/2000 | 60  |     | 60  |  |
|                                                                                | Português/Inglês e Respectivas Literaturas                                                                 | 17/08/2000 | 60  |     | 60  |  |
|                                                                                | Tradutor/Inglês                                                                                            | 17/08/2000 |     |     | 30  |  |
|                                                                                | Matemática                                                                                                 | 17/12/2001 | 50  |     | 50  |  |
|                                                                                | Pedagogia                                                                                                  | 22/07/1999 |     | 150 | 150 |  |
|                                                                                | Administração Educacional                                                                                  | 22/07/1999 | 50  |     | 50  |  |
|                                                                                | Orientação Educacional                                                                                     | 06/08/2001 |     | 50  | 50  |  |
|                                                                                | Supervisão Educacional                                                                                     | 06/08/2001 |     | 50  | 50  |  |
|                                                                                | Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês e Espanhol                                             | 22/07/1999 |     | 40  | 80  |  |
| Escola Superior São Francisco de Assis – ESFA                                  | Biomedicina                                                                                                | 02/05/2006 | 80  |     |     |  |
|                                                                                | Ciências Biológicas                                                                                        | 29/07/1998 |     | 120 | 120 |  |
|                                                                                | Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental(Área Profissional:Meio Ambiente)                      | 03/08/2006 |     | 80  | 80  |  |
|                                                                                | Educação Física                                                                                            | 09/03/2000 |     | 120 | 120 |  |

|                                                         |                                                                     |            |                |     |                |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|------------|----------------|-----|----------------|
|                                                         | Farmácia: Farmacêutico                                              | 03/11/1999 | 100            |     |                |
|                                                         | Farmacêutico - Bioquímico                                           | 03/11/1999 | Em extinção 01 |     |                |
|                                                         | Nutrição                                                            | 04/06/2007 | 80             |     |                |
|                                                         | Odontologia                                                         | 26/07/2006 | 80             |     |                |
|                                                         | Pedagogia                                                           | 05/05/2000 |                | 120 |                |
|                                                         | Magistério da Educação Especial                                     |            | Em extinção 02 |     |                |
|                                                         | Magistério da Educação Infantil                                     |            |                |     |                |
|                                                         | Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                  |            |                |     |                |
| Faculdade Ateneu - FATE                                 | Sistemas de Informação                                              | 12/01/2005 |                | 80  |                |
| Faculdade Batista da Serra - FABAVI                     | Administração                                                       | 03/02/1999 |                | 250 |                |
| Faculdade Batista de Vila Velha - FABAVI                | Administração                                                       | 16/02/1998 |                | 100 |                |
|                                                         | Comércio Exterior                                                   | 16/02/1998 |                | 100 |                |
|                                                         | Administração - Marketing                                           | 07/05/1999 |                | 100 |                |
| Faculdade Batista de Vitória – FABAVI                   | Administração: Administração Geral                                  | 16/02/1998 |                | 100 |                |
|                                                         | Administração: Informática                                          | 29/09/1998 |                | 100 |                |
|                                                         | Direito                                                             | 11/08/2003 | 100            | 100 |                |
| Faculdade Brasileira – UNIVIX                           | Administração                                                       | 13/06/2003 | 120            | 120 |                |
|                                                         | Administração de Empresas                                           | 17/02/1999 | 120            | 120 |                |
|                                                         | Arquitetura e Urbanismo                                             | 09/06/2005 | 120            |     |                |
|                                                         | Ciências Contábeis                                                  | 17/02/1999 |                | 120 |                |
|                                                         | Direito                                                             | 28/03/2002 | 50             | 100 |                |
|                                                         | Enfermagem                                                          | 06/12/2001 | 150            |     |                |
|                                                         | Engenharia                                                          | 16/08/2002 | 50             | 50  |                |
|                                                         | Engenharia Elétrica                                                 | 16/08/2002 | 50             | 50  |                |
|                                                         | Engenharia de Produção Civil                                        | 17/02/1999 | 60             | 60  |                |
|                                                         | Farmácia                                                            | 17/02/1999 | 60             | 60  |                |
|                                                         | Medicina                                                            | 27/06/2005 | 80             |     |                |
|                                                         | Psicologia: Formação de Psicólogo                                   | 20/09/2002 | 80             |     |                |
| Faculdade Candido Mendes de Vitória - FCMV              | Administração                                                       | 17/02/1999 |                | 100 |                |
|                                                         | Ciências Contábeis                                                  | 17/02/1999 |                | 100 |                |
| Faculdade Capixaba de Administração e Educação – UNICES | Administração: Administração Geral                                  | 07/08/2001 |                | 150 |                |
|                                                         | Marketing                                                           | 07/08/2001 |                | 150 |                |
|                                                         | Normal Superior: Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 22/12/2005 | 50             | 50  |                |
|                                                         | Pedagogia                                                           | 26/03/2001 |                | 250 |                |
|                                                         | Gestão Escolar                                                      | 26/03/2001 |                | 150 |                |
|                                                         | Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                  | 26/03/2001 |                | 150 | Em 03 extinção |
| Faculdade Capixaba de                                   | Administração                                                       | 27/08/1999 |                | 180 |                |
|                                                         | Administração de Empresas                                           | 27/08/1999 |                | 120 |                |
|                                                         | Administração de Produção                                           | 27/08/1999 |                | 180 |                |

|                                                                 |                                                                                          |            |    |  |     |                       |
|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|----|--|-----|-----------------------|
| Nova<br>Venécia –<br>UNIVEN                                     | Ciências Contábeis                                                                       | 13/09/1999 |    |  | 120 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio(Área Profissional: Agropecuária)             | 26/06/2006 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Produção de Petróleo e Gás(Área Profissional: Indústria) | 26/06/2006 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Rochas Ornamentais(Área Profissional: Indústria)         | 26/06/2006 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Serviço Social                                                                           | 21/06/2006 |    |  | 100 |                       |
| Faculdade<br>Casa do<br>Estudante -<br>FACE                     | Administração                                                                            | 06/12/2001 |    |  | 200 |                       |
|                                                                 | Administração da Produção                                                                | 06/12/2001 |    |  | 50  |                       |
|                                                                 | Gestão de Empreendimentos Turísticos                                                     | 06/12/2001 |    |  | 50  |                       |
|                                                                 | Gestão de Empresas de Saúde                                                              | 06/12/2001 |    |  | 50  |                       |
|                                                                 | Sistema de Informação Gerencial                                                          | 06/12/2001 |    |  | 50  |                       |
|                                                                 | Direito                                                                                  | 24/10/2002 |    |  | 100 |                       |
| Faculdade<br>Cenecista<br>de<br>Vila Velha –<br>FACEVV          | Administração                                                                            | 09/03/2000 |    |  | 80  |                       |
|                                                                 | Administração                                                                            | 09/03/2000 |    |  | 80  |                       |
|                                                                 | Gestão Internacional de Negócios                                                         | 09/03/2000 |    |  | 80  | Em 04<br>extinçã<br>o |
|                                                                 | Ciências Econômicas                                                                      | 03/01/1992 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Pedagogia                                                                                | 24/03/2000 |    |  | 120 |                       |
|                                                                 | Relações Internacionais                                                                  | 03/07/2000 | 40 |  | 40  |                       |
| Faculdade<br>Conhecer –<br>FC                                   | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Área Profissional: Gestão)   | 12/07/2005 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira (Área Profissional: Gestão)            | 12/07/2005 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Sistemas de Informação                                                                   | 09/02/2005 |    |  | 100 |                       |
| Faculdade<br>da<br>Região<br>Serrana –<br>FARESE                | Administração Análise de Sistemas                                                        | 18/03/2005 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Ciências Contábeis                                                                       | 18/03/2005 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Matemática                                                                               | 08/11/2001 |    |  | 50  |                       |
|                                                                 | Pedagogia                                                                                | 08/11/2001 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Turismo                                                                                  | 08/11/2001 |    |  | 100 |                       |
| Faculdade<br>de<br>Administraçã<br>o<br>da<br>Serra –<br>FABAVI | Administração                                                                            | 31/12/1998 |    |  | 150 |                       |
|                                                                 | Administração Geral                                                                      | 31/12/1998 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Design de Produtos                                       | 01/04/2005 | 50 |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Privada                              | 01/04/2005 | 50 |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)   | 01/04/2005 | 50 |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Marketing                                                | 06/04/2005 | 50 |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Petróleo e Gás                                           | 01/04/2005 | 50 |  | 100 |                       |
|                                                                 | Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores (Área Profissional: Informática)   | 07/07/2004 | 50 |  | 100 |                       |
|                                                                 | Turismo                                                                                  | 28/12/2000 | 50 |  | 50  |                       |
| Faculdade de<br>Aracruz -<br>FAACZ                              | Administração                                                                            | 10/03/1998 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Administração                                                                            | 10/03/1998 |    |  | 100 |                       |
|                                                                 | Comércio Exterior                                                                        | 10/03/1998 |    |  | 100 | Em 05                 |

|                                                               |                                                                                                         |            |     |    |     |                |
|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|----|-----|----------------|
|                                                               |                                                                                                         |            |     |    |     | extinção       |
|                                                               | Arquitetura e Urbanismo                                                                                 | 09/05/2006 |     | 45 | 45  |                |
|                                                               | Ciências Contábeis                                                                                      | 09/02/1994 |     |    | 150 |                |
|                                                               | Ciência da Computação                                                                                   | 07/12/1999 |     | 40 | 40  |                |
|                                                               | Direito                                                                                                 | 18/04/2002 |     | 40 | 80  |                |
|                                                               | Engenharia Mecânica                                                                                     | 10/12/2001 |     | 45 | 45  |                |
|                                                               | Engenharia Química                                                                                      | 10/12/2001 |     | 40 | 80  |                |
|                                                               | Pedagogia                                                                                               | 18/03/1998 |     | 40 | 120 |                |
|                                                               | Magistério para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério para Educação Infantil              | 18/03/1998 |     | 40 | 120 |                |
|                                                               | Supervisão Escolar                                                                                      | 18/03/1998 |     | 40 | 120 |                |
| Faculdade de Cariacica – UNIEST                               | Administração: Gestão de Negócios Internacionais                                                        | 22/05/2001 |     |    | 100 |                |
|                                                               | Ciências Contábeis                                                                                      | 22/05/2001 |     |    | 100 |                |
|                                                               | Engenharia: Engenharia Elétrica                                                                         | 22/05/2001 |     |    | 100 |                |
| Faculdade de Castelo – FACASTELO                              | Administração                                                                                           | 26/12/2000 |     |    | 100 |                |
|                                                               | Administração de Agroindústria                                                                          | 26/12/2000 |     |    | 100 | Em 06 extinção |
|                                                               | Direito                                                                                                 | 29/08/2003 | 100 |    | 100 |                |
|                                                               | Medicina Veterinária                                                                                    | 14/04/1999 | 100 |    |     |                |
| Faculdade de Ciências Aplicadas Sagrado Coração – UNILINHARES | Administração                                                                                           | 18/05/1989 |     |    | 120 |                |
|                                                               | Administração                                                                                           | 04/02/1988 |     |    | 100 |                |
|                                                               | Ciências Biológicas                                                                                     | 30/12/1999 |     | 60 |     |                |
|                                                               | Ciências Contábeis                                                                                      | 05/02/1988 |     |    | 100 |                |
|                                                               | Comunicação Social: Jornalismo                                                                          | 27/12/2002 |     |    | 50  |                |
|                                                               | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                            | 27/12/2002 |     |    | 50  |                |
|                                                               | Curso Superior de Tecnologia em Petróleo e Gás (Eixo Tecnológico: Produção Industrial)                  | 29/02/2008 | 75  |    | 75  |                |
|                                                               | Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos (Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais) | 29/02/2008 | 75  |    | 75  |                |
|                                                               | Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação)      | 29/02/2008 | 60  |    | 60  |                |
|                                                               | Curso Superior de Tecnologia em Secretariado (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                      | 17/03/2000 | 50  |    | 100 |                |
|                                                               | Direito                                                                                                 | 17/03/2000 | 50  |    | 100 |                |
|                                                               | Educação Física                                                                                         | 23/12/2002 |     |    | 100 |                |
|                                                               | Enfermagem                                                                                              | 23/12/2003 | 100 |    |     |                |
|                                                               | Farmácia                                                                                                | 23/12/2003 | 100 |    |     |                |
|                                                               | Fisioterapia                                                                                            | 23/12/2003 | 100 |    |     |                |
|                                                               | Geografia                                                                                               | 24/06/1999 |     |    | 60  |                |
|                                                               | História                                                                                                | 20/10/1999 |     |    | 60  |                |
|                                                               | Letras: Português/Espanhol e Respectivas Literaturas                                                    | 04/10/1999 |     |    | 60  |                |
|                                                               | Letras: Português/Inglês e Respectivas Literaturas                                                      | 30/05/2000 |     |    | 120 |                |
|                                                               | Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                                    | 30/09/2002 |     |    | 200 |                |
|                                                               | Normal Superior: Educação Infantil                                                                      | 30/09/2002 |     |    | 200 |                |

|                                                                                        |                                                                |            |     |  |     |  |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------|-----|--|-----|--|
|                                                                                        | Pedagogia                                                      | 28/11/1984 |     |  | 200 |  |
|                                                                                        | Psicologia, Formação de Psicólogo                              | 31/12/2002 | 80  |  |     |  |
|                                                                                        | Sistemas de Informação                                         | 23/12/2003 |     |  | 80  |  |
| Faculdade de Ciências Biomédicas do Espírito Santo - PIO XII - BIO                     | Biomedicina                                                    | 26/03/2004 | 60  |  | 60  |  |
| Faculdade de Ciências Contábeis de Afonso Cláudio - ISEAC                              | Ciências Contábeis                                             | 26/05/2000 |     |  | 100 |  |
| Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro do Itapemirim - FACCACI | Administração                                                  | 27/08/1970 |     |  | 60  |  |
|                                                                                        | Ciências Contábeis                                             | 27/08/1970 |     |  | 60  |  |
| Faculdade de Ciências da Saúde da Serra - FABAVI                                       | Enfermagem                                                     | 16/12/2004 | 80  |  |     |  |
|                                                                                        | Fisioterapia                                                   | 16/12/2004 | 80  |  |     |  |
| Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo – UNIVES                            | Administração: Análise de Sistemas                             | 26/12/2000 |     |  | 150 |  |
|                                                                                        | Administração: Comércio Exterior                               | 26/12/2000 |     |  | 150 |  |
|                                                                                        | Administração: Gestão de Negócios                              | 26/12/2000 |     |  | 150 |  |
| Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha - UNIVILA             | Administração: Comércio Exterior                               | 10/03/1998 | 50  |  | 50  |  |
|                                                                                        | Administração: Marketing                                       | 10/03/1998 | 50  |  | 50  |  |
| Faculdade de Ciências Humanas de Vitória – FCHV                                        | Administração: Análise de Sistemas                             | 27/10/1989 | 60  |  | 60  |  |
|                                                                                        | Administração: Comércio Exterior                               | 16/02/1998 |     |  | 50  |  |
|                                                                                        | Administração: Gestão de Hotelaria e Turismo                   | 16/03/1999 | 60  |  | 60  |  |
|                                                                                        | Administração: Recursos Humanos                                | 27/10/1989 |     |  | 60  |  |
|                                                                                        | Ciências Contábeis                                             | 25/07/1989 |     |  | 100 |  |
|                                                                                        | Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental           | 24/10/2002 | 100 |  | 100 |  |
| Faculdade de Ciências Sociais de Ibraçu – UNIVILA                                      | Pedagogia: Administração Escolar                               | 28/09/2000 | 80  |  | 80  |  |
|                                                                                        | Pedagogia: Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio | 28/09/2000 | 80  |  | 80  |  |
|                                                                                        | Pedagogia: Orientação Educacional                              | 28/09/2000 | 80  |  | 80  |  |
|                                                                                        | Pedagogia: Supervisão Educacional                              | 28/09/2000 | 80  |  | 80  |  |
| Faculdade de Comunicação                                                               | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                   | 20/02/2002 |     |  | 100 |  |

|                                                         |                                                                     |            |     |  |     |                  |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|------------|-----|--|-----|------------------|
| Social de Guarapari - FACOM                             | Comunicação Social: Relações Públicas                               | 20/02/2002 |     |  | 100 |                  |
| Faculdade de Direito da Serra - FABAVI                  | Direito                                                             | 07/12/2001 |     |  | 100 |                  |
| Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim - FDCI  | Direito                                                             | 01/09/1965 | 100 |  | 100 |                  |
| Faculdade de Direito de Guarapari - FADIG               | Direito                                                             | 07/08/2006 |     |  | 100 |                  |
| Faculdade de Direito de Vila Velha - UNIVILA            | Direito                                                             | 19/02/2002 | 100 |  | 100 |                  |
| Faculdade de Domingos Martins - URSES                   | <i>Sob intervenção</i>                                              |            |     |  |     |                  |
| Faculdade de Educação - ISECUB                          | Pedagogia: Administração Escolar                                    | 19/02/2001 | 50  |  | 50  |                  |
|                                                         | Pedagogia: Supervisão Escolar                                       | 19/02/2001 | 50  |  | 50  |                  |
| Faculdade de Educação da Serra – FASE                   | Administração                                                       | 24/06/1999 |     |  | 80  |                  |
|                                                         | Normal Superior: Magistério da Educação Infantil                    | 12/04/2005 |     |  | 50  |                  |
|                                                         | Normal Superior: Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 12/04/2005 |     |  | 50  |                  |
|                                                         | Pedagogia: Educação Infantil                                        | 24/03/2000 |     |  |     | Em 07 extinção   |
|                                                         | Pedagogia: Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental       | 24/03/2000 |     |  |     |                  |
| Faculdade de Educação de Vitória - UNIVES – AUFES       | Pedagogia: Administração Educacional                                | 06/08/2001 | 50  |  | 50  |                  |
|                                                         | Pedagogia: Docência das Disciplinas Pedagógicas No Nível Médio      | 06/08/2001 |     |  | 50  |                  |
| Faculdade de Educação Regional Serrana - UNIVENET O     | Pedagogia                                                           | 16/07/2001 | 80  |  | 80  | Conc.d o Castelo |
|                                                         | Supervisão Escolar                                                  | 16/07/2001 | 20  |  | 20  |                  |
| Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Viana – FESAV | Administração                                                       | 07/02/1996 |     |  | 80  |                  |
|                                                         | Ciências Contábeis                                                  | 18/11/1995 |     |  | 80  |                  |
|                                                         | Pedagogia: Administração Escolar                                    | 17/02/1999 |     |  | 120 |                  |
|                                                         | Pedagogia: Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio   | 17/02/1999 |     |  | 120 |                  |
|                                                         | Pedagogia: Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental     | 17/02/1999 |     |  | 120 |                  |
| Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo          | Administração: Administração de Empresas                            | 24/12/1998 |     |  | 100 |                  |
|                                                         | Administração: Comércio Exterior                                    | 27/12/2001 | 50  |  | 50  |                  |
|                                                         | Ciências Contábeis                                                  | 27/06/2000 |     |  | 80  |                  |

|                                                                              |                                                                                                                          |            |     |  |     |  |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|--|-----|--|
| –<br>PIO XII                                                                 |                                                                                                                          |            |     |  |     |  |
| Faculdade de<br>Guaçuí –<br>UVV Guaçuí                                       | Administração                                                                                                            | 30/03/2001 |     |  | 100 |  |
|                                                                              | Ciências Contábeis                                                                                                       | 19/02/2008 |     |  | 100 |  |
|                                                                              | Sistemas de Informação                                                                                                   | 19/02/2008 |     |  | 100 |  |
| Faculdade de<br>Pedagogia da<br>Serra –<br>FABAVI                            | Pedagogia: Administração<br>Escolar/Magistério das Matérias<br>Pedagógicas do Ensino Médio                               | 06/08/1999 |     |  | 100 |  |
|                                                                              | Pedagogia: Supervisão Escolar e<br>Orientação Educacional                                                                | 06/08/1999 |     |  | 100 |  |
| Faculdade de<br>Pedagogia de<br>Afonso<br>Cláudio -<br>ISEAC                 | Pedagogia: Administração Escolar                                                                                         | 27/08/1999 |     |  | 100 |  |
|                                                                              | Pedagogia: Inspeção Escolar                                                                                              | 27/08/1999 |     |  | 100 |  |
| Faculdade de<br>Tecnologia<br>Cachoeiro de<br>Itapemirim –<br>FACI           | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de<br>Recursos Humanos (Área Profissional:<br>Gestão)                             | 14/01/2004 | 50  |  | 50  |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de<br>Sistemas Informatizados (Área Profissional:<br>Gestão)                      | 14/01/2004 | 50  |  | 50  |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Rochas<br>Ornamentais (Área Profissional:<br>Mineração)                                  | 31/05/2004 |     |  | 100 |  |
| Faculdade de<br>Tecnologia<br>Consultime -<br>FATEC                          |                                                                                                                          |            |     |  |     |  |
| Faculdade de<br>Tecnologia<br>CONTEC -<br>FACONTEC                           | Curso Superior de Tecnologia em Gestão<br>Estratégica Comercial (Área Profissional:<br>Gestão)                           | 17/12/2003 |     |  | 40  |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Gestão e<br>Marketing Hospitalar (Área<br>Profissional:Gestão)                           | 17/12/2003 |     |  | 40  |  |
| Faculdade de<br>Tecnologia<br>Contec -<br>Unidade de<br>Carapina -<br>CONTEC |                                                                                                                          |            |     |  |     |  |
| Faculdade<br>de<br>Tecnologia<br>Faesa –<br>FAESA                            | Curso Superior de Tecnologia em Comércio<br>Exterior(Agrupamento de Áreas<br>Profissionais: Comércio e Gestão)           | 08/10/2003 | 100 |  | 100 |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de<br>Recursos Humanos(Agrupamento de Áreas<br>Profissionais: Comércio e Gestão)  | 21/10/2003 | 100 |  | 100 |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Gestão<br>Financeira(Agrupamento de Áreas<br>Profissionais: Comércio e Gestão)           | 08/10/2003 | 100 |  | 100 |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Logística<br>(Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                       | 05/10/2007 | 100 |  | 100 |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em<br>Marketing(Agrupamento de Áreas<br>Profissionais: Comércio e Gestão)                   | 08/10/2003 | 100 |  | 100 |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Petróleo e<br>Gás(Agrupamento de Áreas Profissionais:<br>Indústria, Química e Mineração) | 04/10/2004 | 100 |  | 100 |  |
| Faculdade de<br>Tecnologia                                                   | Administração                                                                                                            | 20/10/2005 |     |  | 100 |  |
|                                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Comércio                                                                                 | 14/11/2005 |     |  | 100 |  |

|                                                              |                                                                                                                    |            |     |    |     |                |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|----|-----|----------------|
| INED –<br>Unidade de<br>Guarapari                            | Exterior (Área Profissional: Comércio)                                                                             |            |     |    |     |                |
|                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Marketing (Área Profissional: Gestão)                                    | 14/11/2005 |     |    | 100 |                |
| Faculdade<br>de<br>Tecnologia<br>São Francisco<br>–<br>UNESF | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Área Profissional: Gestão)                             | 20/12/2002 |     |    | 100 |                |
|                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Rochas Ornamentais (Área Profissional: Mineração)                                  | 20/12/2002 | 50  |    | 100 |                |
|                                                              | Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação (Área Profissional: Informática)                            | 31/05/2004 |     |    | 100 |                |
| Faculdade<br>de<br>Vila<br>Velha –<br>UNIVILA                | Comunicação Social: Radialismo                                                                                     | 11/04/2002 |     |    | 80  |                |
|                                                              | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                                       | 14/12/2005 |     |    | 40  |                |
|                                                              | Pedagogia: Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental/Organização do Trabalho Pedagógico                 | 29/12/1999 | 80  |    | 80  |                |
|                                                              | Pedagogia: Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental Educação para Portadores de Necessidades Especiais | 29/12/1999 | 80  |    | 80  |                |
|                                                              | Serviço Social                                                                                                     | 22/05/2001 | 40  |    | 80  |                |
|                                                              | Sistemas de Informação                                                                                             | 06/08/2001 | 40  |    | 80  |                |
| Faculdade de<br>Vitória -<br>UVV Vitória                     | Administração                                                                                                      | 20/03/2001 |     |    | 100 |                |
| Faculdade<br>do<br>Centro<br>Leste –<br>UCL                  | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                                       | 20/02/2002 |     | 40 | 80  |                |
|                                                              | Design: Design do Produto                                                                                          | 18/12/2001 |     | 50 | 50  |                |
|                                                              | Engenharia de Produção em Metalurgia e Materiais                                                                   | 11/04/2006 |     |    | 50  |                |
|                                                              | Engenharia de Produção Mecânica                                                                                    | 27/09/2005 |     | 60 | 60  |                |
|                                                              | Engenharia de Produção Química                                                                                     | 27/09/2005 |     | 60 | 60  |                |
|                                                              | Engenharia da Produção Civil                                                                                       | 07/12/1999 |     | 50 | 100 |                |
|                                                              | Engenharia de Alimentos                                                                                            | 07/12/1999 |     | 50 | 50  |                |
|                                                              | Engenharia de Automação e Controle                                                                                 | 07/12/1999 |     | 50 | 100 |                |
|                                                              | Sistemas de Informação                                                                                             | 14/12/2001 |     |    | 80  |                |
|                                                              | Turismo                                                                                                            | 14/12/2001 |     |    | 100 |                |
| Faculdade<br>do<br>Espírito<br>Santo –<br>UNES               | Administração                                                                                                      | 28/01/2005 | 100 |    | 100 |                |
|                                                              | Biomedicina                                                                                                        | 20/03/2008 |     |    | 120 |                |
|                                                              | Ciência da Computação                                                                                              | 25/02/2002 | 90  |    |     | Em 08 extinção |
|                                                              | Direito                                                                                                            | 24/07/2006 | 100 |    | 100 |                |
|                                                              | Engenharia de Petróleo e Gás                                                                                       | 14/12/2005 | 100 |    | 100 |                |
|                                                              | Psicologia                                                                                                         | 27/10/2005 | 100 |    | 100 |                |
|                                                              | Sistemas de Informação                                                                                             | 18/01/2002 |     |    | 100 |                |
| Faculdade<br>Espírito<br>Santense –<br>UNICAPE               | Administração: Administração de Empresas                                                                           | 29/10/2001 |     |    | 100 |                |
|                                                              | Agronomia (Visão Sistêmica em Agronegócios)                                                                        | 16/07/2001 | 100 |    |     |                |
|                                                              | Direito                                                                                                            | 03/07/2006 | 60  |    | 60  |                |
|                                                              | Engenharia: Engenharia Ambiental                                                                                   | 20/02/2002 | 100 |    | 100 |                |
|                                                              | Química                                                                                                            | 20/02/2002 | 100 |    | 100 |                |
|                                                              | Sistemas de Informação                                                                                             | 24/03/2006 |     |    | 100 |                |

|                                                                   |                                                                                   |            |     |  |     |                |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|--|-----|----------------|
| Faculdade Espírito Santense de Ciências Jurídicas - PIO XII - DIR | Direito                                                                           | 23/07/2004 | 40  |  | 110 |                |
| Faculdade Espírito Santense de Ensino Tecnológico - FAESTE        | Curso Superior de Tecnologia em Gestão Mercadológica (Área Profissional: Gestão)  | 06/11/2001 |     |  | 100 |                |
| Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha – FESVV                     | Administração                                                                     | 05/05/2000 | 50  |  | 100 |                |
|                                                                   | Administração: Comércio Exterior                                                  | 05/05/2000 | 50  |  | 100 | Em 09 extinção |
|                                                                   | Administração: Marketing                                                          | 05/05/2000 | 50  |  | 100 | Em 10 extinção |
|                                                                   | Direito                                                                           | 10/09/2004 | 100 |  | 100 |                |
|                                                                   | Turismo                                                                           | 27/06/2000 | 100 |  | 200 |                |
| Faculdade Estácio de Sá de Vitória – FESV                         | Administração                                                                     | 05/05/2000 | 150 |  | 150 |                |
|                                                                   | Comércio Exterior                                                                 | 05/05/2000 | 150 |  | 150 | Em 11 extinção |
|                                                                   | Marketing                                                                         | 05/05/2000 | 150 |  | 150 | Em 12 extinção |
|                                                                   | Comunicação Social: Jornalismo                                                    | 27/10/2003 | 100 |  | 100 |                |
|                                                                   | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                      | 27/10/2003 | 100 |  | 100 |                |
|                                                                   | Direito                                                                           | 10/06/2002 | 100 |  | 100 |                |
|                                                                   | Educação Física                                                                   | 11/09/2003 | 100 |  | 100 |                |
|                                                                   | Fisioterapia                                                                      | 21/01/2004 | 100 |  |     |                |
|                                                                   | Turismo                                                                           | 31/03/2000 | 100 |  | 200 |                |
| Faculdade Fucape – FUCAPE                                         | Administração                                                                     | 19/02/2008 | 100 |  | 100 |                |
|                                                                   | Ciências Contábeis                                                                | 09/09/2004 | 100 |  |     |                |
|                                                                   | Ciências Econômicas                                                               | 21/09/2007 | 75  |  | 75  |                |
| Faculdade Grande Vitória - UNFGV                                  | Não existem cursos/habilitações oferecidos por esta instituição                   |            |     |  |     |                |
| Faculdade Ítalo Brasileira - FIB                                  | Administração: Finanças                                                           | 03/07/2000 |     |  | 50  |                |
|                                                                   | Administração: Gestão de Sistemas de Informação                                   | 03/07/2000 |     |  | 50  |                |
| Faculdade J. Simões Ensino Superior – FABAVI                      | Comunicação Social: Jornalismo                                                    | 12/02/2001 |     |  | 50  |                |
|                                                                   | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                      | 12/02/2001 |     |  | 50  |                |
|                                                                   | História                                                                          | 16/09/2004 | 120 |  | 120 |                |
|                                                                   | Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa                              | 17/01/2005 | 120 |  | 120 |                |
|                                                                   | Pedagogia: Magistério das Disciplinas Pedagógica do Ensino Médio e Gestão Escolar | 24/08/2001 |     |  | 120 |                |
| Faculdade Nacional –                                              | Administração                                                                     | 24/02/2000 |     |  | 100 |                |
|                                                                   | Arquitetura e Urbanismo                                                           | 26/03/2001 |     |  | 100 |                |

|                               |                                                                                            |            |     |    |     |            |
|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|----|-----|------------|
| FINAC                         | Comunicação Social: Jornalismo                                                             | 09/04/2001 |     |    | 100 |            |
|                               | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                               | 09/04/2001 |     |    | 100 |            |
|                               | Comunicação Social: Relações Públicas                                                      | 09/04/2001 |     |    | 100 |            |
|                               | Direito                                                                                    | 25/02/2000 |     |    | 150 |            |
| Faculdade Novo Milênio – FNM  | Administração                                                                              | 18/05/1999 |     |    | 100 |            |
|                               | Administração: Comércio Exterior                                                           | 18/05/1999 |     |    | 100 |            |
|                               | Administração: Marketing                                                                   | 21/07/2000 |     |    | 100 |            |
|                               | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                               | 30/05/2000 | 50  |    | 100 |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior (Área Profissional: Comércio)            | 05/04/2004 | 50  |    | 100 |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores (Área Profissional: Design)           | 07/07/2004 | 50  |    | 50  |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia (Área Profissional : Turismo e Hospitalidade)  | 15/07/2002 | 40  | 40 | 40  |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação                         | 05/04/2004 | 50  |    | 100 |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Área Profissional: Gestão)     | 20/12/2002 | 50  |    | 100 |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Gestão em Rochas Ornamentais (Área Profissional: Gestão)   | 06/06/2005 |     |    | 100 |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira (Área Profissional: Gestão)              | 05/04/2004 | 50  |    | 100 |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)     | 12/08/2004 | 50  |    | 50  |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Petróleo e Gás(Eixo Tecnológico de Produção Industrial)    | 13/12/2005 |     |    | 150 |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Pilotagem Profissional de Aeronaves                        | 20/01/2005 |     |    | 100 |            |
|                               | Curso Superior de Tecnologia em Planejamento de Coleção de Moda (Área Profissional:Design) | 05/04/2004 | 50  |    | 50  |            |
|                               | Design: Moda                                                                               | 09/07/2001 | 100 |    | 100 |            |
|                               | Direito                                                                                    | 02/02/2001 | 80  |    | 160 |            |
|                               | Enfermagem                                                                                 | 29/10/2001 | 150 |    |     |            |
|                               | Engenharia Elétrica: Engenharia da Computação                                              | 02/04/2001 | 100 |    | 100 |            |
|                               | Engenharia Elétrica: Engenharia de Telecomunicações                                        | 02/04/2001 | 100 |    | 100 |            |
|                               | Fisioterapia                                                                               | 21/12/2001 | 120 |    | 120 |            |
|                               | Fonoaudiologia                                                                             | 18/12/2001 |     |    | 100 |            |
|                               | Pedagogia: Administração Escolar                                                           | 03/08/1999 | 50  |    | 50  |            |
|                               | Pedagogia: Orientação Educacional                                                          | 03/08/1999 | 50  |    | 50  |            |
|                               | Psicologia, Modalidade Formação de Psicólogo                                               | 08/05/2003 | 75  | 75 |     |            |
|                               | Serviço Social                                                                             | 19/07/2002 | 80  |    | 80  |            |
|                               | Turismo                                                                                    | 21/07/2000 |     |    | 100 |            |
| Faculdade Porto Seguro - FAPS | Administração: Gestão de Negócios                                                          | 29/08/2003 |     |    | 100 | Iuna       |
| Faculdade Regional            | Administração: Administração Rural                                                         | 20/07/2001 |     |    | 40  | Venda Nova |

|                                              |                                                                                                                    |            |     |  |     |                |
|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|--|-----|----------------|
| Serrana – UNIVENET O                         |                                                                                                                    |            |     |  |     | do Imigrante   |
|                                              | Administração: Gestão Turística                                                                                    | 20/07/2001 |     |  | 40  |                |
| Faculdade Saberes – Saberes                  | História                                                                                                           | 14/12/2005 | 100 |  | 100 |                |
|                                              | Letras: Português e Inglês e Respectivas Literaturas                                                               | 13/11/2001 | 100 |  | 100 |                |
|                                              | Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa                                                               | 13/11/2001 | 100 |  | 100 |                |
| Faculdade Salesiana de Vitória – UNISALES    | Administração: Logística em Negócios                                                                               | 26/08/2004 |     |  | 200 |                |
|                                              | Ciências Biológicas                                                                                                | 26/08/2004 | 80  |  | 80  |                |
|                                              | Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação) | 20/09/2004 | 100 |  | 100 |                |
|                                              | Educação Física                                                                                                    | 05/05/2000 | 100 |  | 100 |                |
|                                              | Enfermagem                                                                                                         | 20/11/2003 | 100 |  |     |                |
|                                              | Farmácia                                                                                                           | 14/12/2004 | 100 |  |     |                |
|                                              | Filosofia                                                                                                          | 12/08/2004 | 100 |  | 100 |                |
|                                              | Fisioterapia                                                                                                       | 05/05/2000 | 100 |  |     |                |
|                                              | Nutrição                                                                                                           | 05/05/2000 | 100 |  | 100 |                |
|                                              | Psicologia                                                                                                         | 12/01/2005 | 100 |  |     |                |
|                                              | Serviço Social                                                                                                     | 21/07/2000 | 100 |  | 100 |                |
|                                              | Sistemas de Informação                                                                                             | 09/11/2004 | 100 |  | 100 |                |
| Faculdade São Geraldo – FSG                  | Administração: Comércio Exterior                                                                                   | 14/12/2001 |     |  | 150 |                |
|                                              | Direito                                                                                                            | 27/03/2006 | 50  |  | 150 |                |
|                                              | Normal Superior                                                                                                    | 04/03/2005 |     |  | 200 |                |
|                                              | Magistério da Educação Infantil                                                                                    | 04/03/2005 |     |  | 100 |                |
|                                              | Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                                                 | 04/03/2005 |     |  | 100 |                |
|                                              | Pedagogia                                                                                                          | 21/06/2002 |     |  | 150 |                |
|                                              | Pedagogia: Administração e Inspeção Escolar                                                                        | 21/06/2002 |     |  | 100 |                |
|                                              | Pedagogia: Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio                                                  | 21/06/2002 |     |  | 100 |                |
|                                              | Pedagogia: Orientação Educacional                                                                                  | 21/06/2002 |     |  | 100 |                |
|                                              | Pedagogia: Supervisão Escolar                                                                                      | 21/06/2002 |     |  | 100 |                |
|                                              | Sistemas de Informação                                                                                             | 04/03/2005 |     |  | 100 |                |
| Faculdade Unida de Vitória - FACULDADE UNIDA | Teologia                                                                                                           | 16/11/2005 | 100 |  | 100 |                |
| Faculdade Vale do Cricaré – F.V.C.           | Administração: Administração de Empresas                                                                           | 30/05/2000 |     |  | 100 |                |
|                                              | Administração: Análise de Sistemas                                                                                 | 30/05/2000 |     |  | 100 |                |
|                                              | Administração: Comércio Exterior                                                                                   | 30/05/2000 |     |  | 100 |                |
|                                              | Ciências Contábeis                                                                                                 | 30/05/2000 |     |  | 100 |                |
|                                              | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                                       | 11/02/2008 | 80  |  | 80  |                |
|                                              | Direito                                                                                                            | 23/05/2002 | 50  |  | 50  |                |
|                                              | Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                                               | 07/10/2002 | 50  |  | 50  | Em 13 extinção |
|                                              | Normal Superior: Educação Infantil                                                                                 | 07/10/2002 | 50  |  | 50  | Em 14 extinção |
|                                              | Pedagogia                                                                                                          | 07/10/2002 | 100 |  | 100 |                |

|                                                  |                                                                                  |            |    |  |     |                 |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------|----|--|-----|-----------------|
|                                                  | Turismo                                                                          | 17/12/2001 |    |  | 100 |                 |
| Faculdade Vasconcellos & Souza                   | Pedagogia                                                                        | 11/01/2007 |    |  | 100 | Anchie ta       |
| Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI       | Administração                                                                    | 26/08/2002 |    |  | 100 |                 |
|                                                  | Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental                             | 30/09/2002 |    |  | 100 | Em 15 extinçã o |
|                                                  | Pedagogia                                                                        | 23/11/2006 |    |  | 100 |                 |
| Faculdade Vitoriana de Ciências Contábeis - FAVI | Ciências Contábeis                                                               | 05/10/2001 |    |  | 120 |                 |
| Faculdade Vitoriana de Tecnologia - FAVI         | Sistemas de Informação                                                           | 20/07/1993 | 25 |  | 100 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão Empresarial                   | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão Financeira de Empresas        | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão Hospitalar                    | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão Hoteleira                     | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão Mercadológica                 | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão de Comércio Varejista         | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão de Eventos                    | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão de Logística Empresarial      | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão de Pequenas e Médias Empresas | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão de Serviços Turísticos        | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão em Comércio Exterior          | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão em Serviços de Saúde          | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão em Sistemas de Informação     | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Gestão em Tecnologia da Informação   | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Marketing Estratégico                | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Marketing de Serviços                | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
|                                                  | Cursos Superiores de Formação Específica de Recursos Humanos Estratégicos        | 21/02/2006 |    |  | 200 |                 |
| Faculdade Castelo Branco - FICAB                 | Administração                                                                    | 12/03/1970 |    |  | 125 |                 |
|                                                  | Ciências Contábeis                                                               | 12/03/1970 |    |  | 125 |                 |
|                                                  | Ciências Econômicas                                                              | 18/04/1989 |    |  | 100 |                 |
|                                                  | Direito                                                                          | 24/07/2006 |    |  | 160 |                 |
|                                                  | Geografia                                                                        | 27/04/1965 |    |  | 60  |                 |
|                                                  | História                                                                         | 27/04/1965 |    |  | 60  |                 |
|                                                  | Letras                                                                           | 27/04/1965 |    |  | 112 |                 |
|                                                  | Português e Francês e Respectivas Literaturas                                    | 27/04/1965 |    |  | 37  |                 |

|                                                    |                                                                                             |            |     |     |     |                |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|-----|-----|----------------|
|                                                    | Português e Inglês e Respectivas Literaturas                                                | 27/04/1965 |     |     | 37  |                |
|                                                    | Português e Literaturas da Língua Portuguesa                                                | 27/04/1965 |     |     | 38  |                |
|                                                    | Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                        | 12/06/2003 |     |     | 100 |                |
|                                                    | Normal Superior: Educação Infantil                                                          | 12/06/2003 |     |     | 100 |                |
|                                                    | Pedagogia: Administração Escolar                                                            | 27/04/1965 |     | 100 | 100 | Em 16 extinção |
|                                                    | Pedagogia: Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus                                                | 27/04/1965 |     | 100 | 100 | Em 17 extinção |
|                                                    | Pedagogia: Magistério das Matérias Pedagógicas 2º Grau                                      | 27/04/1965 |     | 100 | 100 | Em 18 extinção |
|                                                    | Pedagogia: Orientação Educacional                                                           | 27/04/1965 |     | 100 | 100 | Em 19 extinção |
|                                                    | Pedagogia                                                                                   | 18/06/1970 |     | 100 | 100 |                |
|                                                    | Supervisão Escolar                                                                          | 27/04/1965 |     | 100 | 100 | Em 20 extinção |
| Faculdades Integradas de Vitória - FDV             | Administração                                                                               | 21/11/1997 | 150 |     | 150 |                |
|                                                    | Direito                                                                                     | 26/07/1995 | 150 |     | 50  |                |
| Faculdades Integradas Espírito Santenses – FAESA I | Administração                                                                               | 18/07/1972 | 100 |     | 150 |                |
|                                                    | Ciências Contábeis                                                                          | 21/04/1989 | 50  |     | 50  |                |
|                                                    | Ciência da Computação                                                                       | 29/09/1998 | 50  |     | 50  |                |
|                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Agronegócios (Área Profissional: Gestão)          | 16/03/2005 |     |     | 100 |                |
|                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação) | 26/03/2008 | 100 |     | 100 |                |
|                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)  | 16/03/2005 | 100 |     | 100 |                |
|                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores (Área Profissional: Informática)      | 16/03/2005 |     |     | 100 |                |
|                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação (Área Profissional: Informática)     | 16/03/2005 |     |     | 100 |                |
|                                                    | Design de Interiores                                                                        | 09/07/2001 | 50  |     | 50  |                |
|                                                    | Design de Moda e Vestuário                                                                  | 09/07/2001 | 50  |     | 50  |                |
|                                                    | Direito                                                                                     | 24/12/2007 | 80  |     | 80  |                |
|                                                    | Engenharia de Produção                                                                      | 14/07/2003 | 100 |     |     |                |
|                                                    | Sistemas de Informação                                                                      | 26/01/2006 |     |     | 100 |                |
|                                                    | Curso Superior de Formação Específica em Gestão de Marketing e Vendas                       | 23/10/2000 |     |     | 100 |                |
|                                                    | Curso Superior de Formação Específica em Gestão de Redes Locais                             | 20/07/2004 |     |     | 100 |                |
| Faculdades Integradas Padre Anchieta de            | Administração                                                                               | 26/09/1997 |     |     | 150 |                |
|                                                    | Ciências Contábeis                                                                          | 07/12/1999 |     |     | 150 |                |
|                                                    | Pedagogia                                                                                   | 02/06/2000 |     |     | 150 |                |
|                                                    | Magistério dos Anos Iniciais do                                                             | 02/06/2000 |     |     | 150 |                |

|                                                   |                                                                                                    |            |     |    |     |                |
|---------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|----|-----|----------------|
| Guarapari – FIPAG                                 | Ensino Fundamental                                                                                 |            |     |    |     |                |
|                                                   | Turismo                                                                                            | 06/03/1990 | 80  |    | 150 |                |
| Faculdades Integradas São Pedro – FAESA           | Ciências Biológicas                                                                                | 24/08/2000 | 90  |    |     |                |
|                                                   | Comunicação Social: Jornalismo                                                                     | 07/12/1994 | 50  | 50 | 50  |                |
|                                                   | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                       | 14/09/2000 | 50  |    | 50  |                |
|                                                   | Comunicação Social: Radialismo                                                                     | 07/12/1994 | 50  |    | 50  |                |
|                                                   | Comunicação Social: Relações Públicas                                                              | 14/09/2000 | 50  |    | 50  |                |
|                                                   | Curso Superior de Tecnologia em Produção Multimídia (Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design) | 04/04/2008 | 40  |    | 40  |                |
|                                                   | Direito                                                                                            | 18/01/2002 | 80  |    | 80  |                |
|                                                   | Educação Física                                                                                    | 21/07/2000 | 50  | 50 | 100 |                |
|                                                   | Enfermagem                                                                                         | 26/05/2000 | 75  | 75 | 50  |                |
|                                                   | Farmácia                                                                                           | 08/03/2002 | 60  | 60 | 120 |                |
|                                                   | Fonoaudiologia                                                                                     | 28/09/2000 | 80  |    |     |                |
|                                                   | Nutrição                                                                                           | 09/07/2001 | 100 |    |     |                |
|                                                   | Odontologia                                                                                        | 27/07/1998 | 60  |    |     |                |
|                                                   | Pedagogia                                                                                          | 02/12/1994 | 220 |    | 280 |                |
|                                                   | Administração Escolar                                                                              | 02/12/1994 | 50  |    | 50  |                |
|                                                   | Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                                                | 19/06/2000 |     |    |     | Em 21 extinção |
|                                                   | Magistério da Educação Infantil                                                                    | 19/06/2000 | 50  |    | 50  | Em 22 extinção |
|                                                   | Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil                             | 08/11/2001 | 70  |    | 80  |                |
|                                                   | Orientação Educacional                                                                             | 08/11/2001 |     |    | 50  |                |
|                                                   | Supervisão Escolar                                                                                 | 08/11/2001 | 50  |    | 50  |                |
|                                                   | Psicologia                                                                                         |            |     |    |     |                |
|                                                   | Formação de Psicólogo                                                                              | 20/02/2002 | 80  |    | 80  |                |
|                                                   | Terapia Ocupacional                                                                                | 31/03/2000 | 50  | 50 | 50  |                |
| Faculdades Unificadas Doctum de Guarapari         | Direito                                                                                            | 10/12/2003 | 40  |    | 60  |                |
|                                                   | Educação Física                                                                                    | 13/01/2006 |     |    | 80  |                |
|                                                   | Enfermagem                                                                                         | 18/03/2004 | 80  |    |     |                |
|                                                   | Normal Superior                                                                                    | 23/12/2003 |     |    | 160 | Em 23 extinção |
|                                                   | Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                                                | 23/12/2003 |     |    | 80  | Em 24 extinção |
|                                                   | Educação Infantil                                                                                  | 23/12/2003 |     |    | 80  | Em 25 extinção |
|                                                   | Nutrição                                                                                           | 05/12/2005 | 80  |    |     |                |
|                                                   | Pedagogia                                                                                          | 23/12/2003 |     |    | 160 |                |
|                                                   | Sistemas de Informação                                                                             | 19/03/2004 |     |    | 80  |                |
| Faculdades Unificadas Doctum de Iúna - Faculdades | Administração                                                                                      | 14/07/2003 |     |    | 80  |                |
|                                                   | Ciências Contábeis                                                                                 | 14/07/2003 |     |    | 80  |                |
|                                                   | Normal Superior: Magistério da Educação Infantil                                                   | 19/03/2004 |     |    | 40  | Em 26 extinção |

|                                                                    |                                                                                                   |            |     |     |     |                |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|-----|-----|----------------|
| Doctum                                                             | Normal Superior: Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                               | 19/03/2004 |     |     | 40  | Em 27 extinção |
|                                                                    | Pedagogia                                                                                         | 19/03/2004 |     |     | 80  |                |
| Instituto de Educação Superior PIO XII - PIO XII                   | Não existem cursos/habilitações oferecidos por esta instituição                                   |            |     |     |     |                |
| Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos - FASERRA    | Ciências Contábeis                                                                                | 23/10/2000 |     |     | 100 |                |
| Instituto de Ensino Superior de Nova Venécia - INESV               | Administração: Análise de Sistemas                                                                | 09/04/2001 |     |     | 150 |                |
|                                                                    | Administração: Comércio Exterior                                                                  | 09/04/2001 |     |     | 150 |                |
|                                                                    | Direito                                                                                           | 27/10/2003 |     |     | 100 |                |
|                                                                    | Letras: Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Respectivas Literaturas                            | 23/03/2001 |     |     | 150 |                |
|                                                                    | Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas                              | 23/03/2001 |     |     | 150 |                |
|                                                                    | Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                              | 15/12/2003 |     |     | 100 |                |
|                                                                    | Normal Superior: Magistério para a Educação Infantil                                              | 04/07/2005 |     |     | 100 |                |
|                                                                    | Pedagogia: Administração Educacional                                                              | 09/07/2001 |     | 150 | 150 |                |
|                                                                    | Pedagogia: Supervisão Educacional                                                                 | 09/07/2001 |     | 150 | 150 |                |
| Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória - FAVI | Administração                                                                                     | 05/04/2000 | 150 |     | 750 |                |
|                                                                    | Administração                                                                                     | 05/04/2000 |     |     |     |                |
|                                                                    | Administração de Empresas                                                                         | 20/12/2001 |     |     | 150 | Em 28 extinção |
|                                                                    | Comércio Exterior                                                                                 | 05/04/2000 | 50  |     | 100 | Em 29 extinção |
|                                                                    | Ciência da Computação                                                                             | 28/12/2000 | 50  |     | 50  |                |
|                                                                    | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                      | 20/12/2001 |     |     | 150 |                |
|                                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior (Área Profissional: Gestão)                     | 15/01/2004 |     |     | 100 |                |
|                                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Empresarial (Área Profissional: Comunicação)          | 04/10/2004 |     |     | 100 |                |
|                                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Comunicação e Ilustração Digital (Área Profissional: Comunicação) | 23/09/2004 |     |     | 100 |                |
|                                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Comunicação para Web (Área Profissional: Comunicação)             | 14/01/2004 |     |     | 100 |                |
|                                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Eventos (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)              | 06/05/2005 |     |     | 100 |                |
|                                                                    | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de                                                         | 05/04/2004 |     |     | 100 |                |

|                                                     |                                                                                                |            |     |  |     |                |
|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|--|-----|----------------|
|                                                     | Empreendimentos Esportivos (Área Profissional: Gestão)                                         |            |     |  |     |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Marketing (Área Profissional: Gestão)                | 14/01/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Área Profissional: Gestão)         | 14/01/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação (Área Profissional: Gestão)   | 05/04/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empreendedora (Área Profissional: Gestão)               | 05/04/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar (Área Profissional: Gestão)                  | 06/05/2005 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Gestão Mercadológica (Área Profissional: Gestão)               | 05/04/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Multimídia (Área Profissional: Comunicação)                    | 14/01/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Produção Gráfica Digital (Área Profissional: Design)           | 20/09/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores (Área Profissional: Informática)         | 20/08/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Curso Superior de Tecnologia em Turismo Receptivo (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade) | 06/05/2005 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Direito                                                                                        | 27/12/2002 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Fisioterapia                                                                                   | 31/12/2002 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Pedagogia: Administração Educacional                                                           | 06/03/2001 | 50  |  | 100 |                |
|                                                     | Psicologia                                                                                     | 26/04/2002 | 50  |  | 50  |                |
|                                                     | Formação de Psicólogo                                                                          | 26/04/2002 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Turismo                                                                                        | 31/03/2000 | 50  |  | 100 |                |
| Instituto Superior de Educação Ateneu - ISEAT       | Matemática                                                                                     | 10/09/2004 |     |  | 80  |                |
|                                                     | Pedagogia                                                                                      | 10/09/2004 |     |  | 80  |                |
| Instituto Superior de Educação da Serra - FABAVI    | Ciências Biológicas                                                                            | 16/12/2004 |     |  | 100 |                |
|                                                     | Educação Física                                                                                | 16/12/2004 | 50  |  | 50  |                |
|                                                     | Normal Superior: Magistério para a Educação Infantil                                           | 16/12/2004 | 50  |  | 50  |                |
|                                                     | Normal Superior: Magistério para os Anos Iniciais Ensino Fundamental                           | 16/12/2004 | 50  |  | 50  |                |
| Instituto Superior de Educação de Cariacica - ISEC  | Não existem cursos/habilitações oferecidos por esta instituição                                |            |     |  |     |                |
| Instituto Superior de Educação Porto Seguro - ISEPS | Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                           | 11/09/2003 |     |  | 80  | Em 30 extinção |
|                                                     | Normal Superior: Educação Infantil                                                             | 11/09/2003 |     |  | 80  | Em 31 extinção |
|                                                     | Pedagogia                                                                                      | 11/09/2003 |     |  | 160 |                |
| Instituto Vitória de                                | Administração                                                                                  | 27/12/2002 | 200 |  | 400 |                |
|                                                     | Ciências Contábeis                                                                             | 27/12/2002 |     |  | 100 |                |

|                         |                                                                                                                 |            |     |  |     |  |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|--|-----|--|
| Ensino e Cultura - IVEC | Comunicação Social: Publicidade e Propaganda                                                                    | 31/12/2002 |     |  | 100 |  |
|                         | Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                         | 11/03/2008 |     |  | 100 |  |
|                         | Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                          | 30/11/2007 |     |  | 200 |  |
|                         | Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação (Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação) | 15/06/2007 | 100 |  |     |  |
|                         | Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (Eixo Tecnológico: Hospitalidade e Lazer)                     | 15/06/2007 |     |  | 100 |  |
|                         | Curso Superior de Tecnologia em Marketing (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)                                 | 11/03/2008 |     |  | 100 |  |
|                         | Direito                                                                                                         | 24/12/2003 |     |  | 100 |  |
|                         | Pedagogia                                                                                                       | 24/03/2006 |     |  | 200 |  |
|                         | Turismo                                                                                                         | 27/12/2002 |     |  | 100 |  |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Tabela VI: Criação de cursos por período.

| Cursos / ano:                                            | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 | 91/95 | 96/00 | 01/05 | 06/08 | Total: |
|----------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Administração                                            | 2      | 1     | 1     |       | 2     |       | 14    | 9     | 1     | 30     |
| Ênfase em Logística e Serviços                           |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| de Agroindústria                                         |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| de Empresas                                              |        |       |       |       |       |       | 3     | 4     |       | 7      |
| de Produção                                              |        |       |       |       |       |       | 1     | 1     |       | 2      |
| Geral                                                    |        |       |       |       |       |       | 2     | 1     |       | 3      |
| Rural                                                    |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Análise de Sistemas                                      |        |       |       |       | 1     |       | 4     | 2     |       | 7      |
| Comércio Exterior                                        |        |       |       |       |       |       | 9     | 3     |       | 12     |
| Finanças                                                 |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Gestão de Empreendimentos Turísticos                     |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Gestão de Empresas de Saúde                              |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Gestão de Hotelaria e Turismo                            |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       |        |
| Gestão de Negócios                                       |        |       |       |       |       |       | 1     | 1     |       | 2      |
| Gestão de Negócios Internacionais                        |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Gestão de Recursos Humanos                               |        |       |       |       |       |       | 2     |       |       | 2      |
| Gestão de Sistemas de Informação                         |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Gestão Internacional de Negócios                         |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Gestão Turística                                         |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Informática                                              |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Logística em Negócios                                    |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Marketing                                                |        |       |       |       |       |       | 5     | 1     |       | 6      |
| Recursos Humanos                                         |        |       |       |       | 1     |       |       |       |       | 1      |
| Sistema de Informação Gerencial                          |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Agronomia (Visão Sistêmica em Agronegócios)              |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Arquitetura e Urbanismo                                  |        |       |       |       |       |       |       | 2     | 2     | 4      |
| Biblioteconomia                                          |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Biomedicina                                              |        |       |       |       |       |       |       | 1     | 2     | 3      |
| Ciência da Computação                                    |        |       |       |       |       |       | 4     | 1     |       | 5      |
| Ciências Biológicas                                      |        |       |       |       |       |       | 3     | 3     |       | 6      |
| Ciências Contábeis                                       | 2      |       | 1     |       | 3     | 2     | 10    | 6     | 1     | 25     |
| Ciências Econômicas                                      |        |       |       |       | 4     | 1     |       |       | 1     | 6      |
| Ciências Políticas                                       |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Ciências Sociais                                         | 1      |       |       |       |       |       |       |       |       | 1      |
| Ciências: Biologia                                       |        |       | 1     |       |       |       |       |       |       | 1      |
| Ciências: Matemática                                     |        |       | 1     |       |       |       |       |       |       | 1      |
| Comércio Exterior                                        |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Comunicação Social                                       |        |       |       |       |       |       |       | 1     | 1     | 2      |
| Jornalismo                                               |        |       |       |       |       | 1     | 1     | 4     |       | 6      |
| Jornalismo, Publicidade e Propaganda                     |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Publicidade e Propaganda                                 |        |       |       |       |       |       | 3     | 9     | 1     | 13     |

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

|                                                                                |   |  |  |   |  |   |   |   |   |    |
|--------------------------------------------------------------------------------|---|--|--|---|--|---|---|---|---|----|
| Farmácia                                                                       |   |  |  |   |  |   | 2 | 6 |   | 8  |
| Farmacêutico - Bioquímico                                                      |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Farmácia: Farmacêutico                                                         |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Filosofia                                                                      |   |  |  |   |  |   |   | 1 |   | 1  |
| Física                                                                         |   |  |  |   |  |   |   | 1 |   | 1  |
| Fisioterapia                                                                   |   |  |  |   |  |   | 3 | 7 |   | 10 |
| Fonoaudiologia                                                                 |   |  |  |   |  |   | 2 | 1 |   | 3  |
| Geografia                                                                      | 1 |  |  |   |  |   | 1 | 1 |   | 2  |
| História                                                                       | 2 |  |  |   |  |   | 2 | 2 |   | 4  |
| Letras:                                                                        |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Espanhol e Respectivas Literaturas                                             |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Inglês e Respectivas Literaturas                                               |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Língua Port. e Língua Espanhola e Respectivas Literaturas                      |   |  |  |   |  |   |   | 1 |   | 1  |
| Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas                   |   |  |  |   |  |   |   | 1 |   | 1  |
| Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa                           |   |  |  |   |  |   | 1 | 1 |   | 2  |
| Português e Francês e Respectivas Literaturas                                  | 1 |  |  |   |  |   |   |   |   | 1  |
| Português e Inglês e Respectivas Literaturas                                   |   |  |  |   |  |   |   | 1 |   | 1  |
| Português e Literaturas da Língua Portuguesa                                   | 2 |  |  |   |  |   |   | 2 |   | 2  |
| Português e Respect. Literaturas                                               |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Português/Espanhol e Respectivas Literaturas                                   |   |  |  |   |  |   | 2 |   |   | 2  |
| Português/Inglês e Respectivas Literaturas                                     | 1 |  |  |   |  |   | 2 |   |   | 3  |
| Tradutor/Inglês                                                                |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Marketing                                                                      |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Matemática                                                                     |   |  |  |   |  |   |   | 3 |   | 3  |
| Medicina                                                                       | 1 |  |  |   |  |   |   | 2 | 1 | 4  |
| Medicina Veterinária                                                           |   |  |  |   |  |   | 2 |   |   | 2  |
| Normal Superior Magistério da Educação Infantil                                |   |  |  |   |  |   |   | 4 |   | 4  |
| Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                             |   |  |  |   |  |   |   | 5 |   | 5  |
| Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                            |   |  |  |   |  |   |   | 8 |   | 8  |
| Normal Superior: Ed. Infantil                                                  |   |  |  |   |  |   |   | 5 |   | 5  |
| Magistério para a Ed. Infantil                                                 |   |  |  |   |  |   |   | 2 |   | 2  |
| Mag. para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Mag. para Educação Infantil |   |  |  |   |  |   | 1 |   |   | 1  |
| Magistério para os Anos Iniciais Ensino Fundamental                            |   |  |  |   |  |   |   | 1 |   | 1  |
| Nutrição                                                                       |   |  |  |   |  |   | 2 | 5 | 1 | 8  |
| Odontologia                                                                    |   |  |  |   |  |   | 1 |   | 1 | 2  |
| Pedagogia                                                                      | 1 |  |  | 1 |  | 1 | 3 | 7 | 4 | 17 |

|                                                                                              |   |  |  |  |  |   |   |   |  |   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|---|--|--|--|--|---|---|---|--|---|
| Administração e Inspeção Escolar                                                             |   |  |  |  |  |   |   | 1 |  | 1 |
| Administração Educacional                                                                    |   |  |  |  |  |   | 1 | 3 |  | 4 |
| Administração Escolar                                                                        | 1 |  |  |  |  | 1 | 4 | 1 |  | 7 |
| Adm. Escolar de 1º e 2º Graus                                                                | 1 |  |  |  |  |   |   |   |  | 1 |
| Adm. Escolar/Mag. das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                                   |   |  |  |  |  |   | 1 |   |  | 1 |
| Docência das Disciplinas Pedagógicas no Nível Médio                                          |   |  |  |  |  |   |   | 1 |  | 1 |
| Educação Infantil                                                                            |   |  |  |  |  |   | 1 |   |  | 1 |
| Gestão Escolar                                                                               |   |  |  |  |  |   |   | 1 |  | 1 |
| Inspeção Escolar                                                                             |   |  |  |  |  |   | 1 |   |  | 1 |
| Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus                                                            | 1 |  |  |  |  |   |   |   |  | 1 |
| Magistério da Educação Especial                                                              |   |  |  |  |  |   | 1 |   |  | 1 |
| Magistério da Educação Infantil                                                              |   |  |  |  |  |   | 2 |   |  | 2 |
| Mag. das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio e Gestão Escolar                            |   |  |  |  |  |   |   | 1 |  | 1 |
| Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio                                       |   |  |  |  |  |   | 1 | 1 |  | 2 |
| Magistério das Matérias Pedagógicas 2º Grau                                                  | 2 |  |  |  |  |   |   |   |  | 2 |
| Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                                          |   |  |  |  |  |   | 2 |   |  | 2 |
| Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental                                         |   |  |  |  |  |   | 1 |   |  | 1 |
| Mag. das Séries Iniciais do Ensino Fund. Educação para Portadores de Necessidades Especiais  |   |  |  |  |  |   | 1 |   |  | 1 |
| Mag. das Séries Iniciais do Ens. Fund. /Organização do Trabalho Pedagógico                   |   |  |  |  |  |   | 1 |   |  | 1 |
| Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                           |   |  |  |  |  |   | 3 | 1 |  | 4 |
| Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fund. e Educação Infantil                             |   |  |  |  |  |   |   | 1 |  | 1 |
| Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Formação Pedagógica e Gestão Educacional |   |  |  |  |  |   |   | 1 |  | 1 |
| Orientação Educacional                                                                       | 1 |  |  |  |  |   | 2 | 3 |  | 6 |
| Orien Educacional de 1º e 2º Graus                                                           | 1 |  |  |  |  |   |   |   |  | 1 |
| Supervisão Educacional                                                                       |   |  |  |  |  |   | 1 | 1 |  | 2 |
| Supervisão Escolar                                                                           | 1 |  |  |  |  |   | 1 | 4 |  | 6 |
| Super. Escolar de 1º e 2º Graus                                                              | 1 |  |  |  |  |   |   |   |  | 1 |
| Supervisão Escolar e Orientação Educacional                                                  |   |  |  |  |  |   | 1 |   |  | 1 |

|                                                                |        |       |       |       |       |       |       |       |       |        |
|----------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Psicologia                                                     |        |       |       |       |       |       |       | 2     | 1     | 3      |
| Psicologia: Formação de Psicólogo                              |        |       |       |       |       |       |       | 6     |       | 6      |
| Química                                                        |        |       |       |       |       |       |       | 2     |       | 2      |
| Relações Internacionais                                        |        |       |       |       |       |       | 1     | 1     |       | 2      |
| Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês e Espanhol |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Serviço Social                                                 |        |       |       |       |       |       | 1     | 3     | 1     | 5      |
| Sistemas de Informação                                         |        |       |       |       |       | 1     | 2     | 12    | 3     | 18     |
| Teologia                                                       |        |       |       |       |       |       |       | 1     |       | 1      |
| Terapia Ocupacional                                            |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
| Turismo                                                        |        |       |       |       | 1     | 1     | 5     | 4     | 1     | 12     |
| Zootecnia                                                      |        |       |       |       |       |       | 1     |       |       | 1      |
|                                                                | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 | 91/95 | 96/00 | 01/05 | 06/08 | Total: |
| <b>Total:</b>                                                  | 26     | 1     | 5     | 1     | 14    | 12    | 158   | 293   | 69    | 578    |
|                                                                |        | 27    | 32    | 33    | 47    | 59    | 217   | 510   | 579   |        |

Fonte: Inep – MEC /acesso em junho de 2008.

Tabela VII:  
Relação de cursos criados entre 2000 e 2005.

|                                                                                   |   |                                                                        |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---|------------------------------------------------------------------------|----|
| Administração                                                                     | 9 | em Pilotagem Profissional de Aeronaves                                 | 1  |
| com Ênfase em Logística e Serviços                                                | 1 | em Planejamento de Coleção de Moda (Área Profissional: Design)         | 1  |
| de Empresas                                                                       | 4 | em Processos Gerenciais (Eixo Tecnol.: Gestão e Negócios)              | 1  |
| de Produção                                                                       | 1 | Produção Gráfica Digital (Área Prof.: Design)                          | 1  |
| Geral                                                                             | 1 | em Redes de Computadores (Área: Informática)                           | 3  |
| Rural                                                                             | 1 | Rochas Ornamentais (Área Prof.: Mineração)                             | 2  |
| Análise de Sistemas                                                               | 2 | em Segurança do Trabalho                                               | 1  |
| Comércio Exterior                                                                 | 3 | Sistemas de Informação (Área P. Informática)                           | 2  |
| Gestão de Empreendimentos Turísticos                                              | 1 | Turismo Receptivo (Área: Turismo e Hospitalidade)                      | 1  |
| Gestão de Empresas de Saúde                                                       | 1 | Design                                                                 | 1  |
| Gestão de Negócios                                                                | 1 | de Interiores                                                          | 1  |
| Gestão de Negócios Internacionais                                                 | 1 | de Moda e Vestuário                                                    | 1  |
| Gestão Turística                                                                  | 1 | do Produto                                                             | 1  |
| Logística em Negócios                                                             | 1 | Moda                                                                   | 1  |
| Marketing                                                                         | 1 | Direito                                                                | 18 |
| Sistema de Informação Gerencial                                                   | 1 | Educação Física                                                        | 4  |
| Agronomia (Visão Sistêmica em Agronegócios)                                       | 1 | Enfermagem                                                             | 10 |
| Arquitetura e Urbanismo                                                           | 2 | Engenharia                                                             | 1  |
| Biblioteconomia                                                                   | 1 | Ambiental                                                              | 1  |
| Biomedicina                                                                       | 1 | de Petróleo                                                            | 1  |
| Ciência da Computação                                                             | 1 | de Petróleo e Gás                                                      | 1  |
| Ciências Biológicas                                                               | 3 | de Produção                                                            | 1  |
| Ciências Contábeis                                                                | 6 | de Produção Mecânica                                                   | 1  |
| Ciências Políticas                                                                | 1 | de Produção Química                                                    | 1  |
| Comunicação Social                                                                | 1 | Elétrica                                                               | 2  |
| Jornalismo                                                                        | 4 | Mecânica                                                               | 1  |
| Publicidade e Propaganda                                                          | 9 | Metalúrgica e de Materiais                                             | 1  |
| Radialismo                                                                        | 1 | Química                                                                | 1  |
| Relações Públicas                                                                 | 2 | Farmácia                                                               | 6  |
| Curso Superior de Formação Específica                                             |   | Filosofia                                                              | 1  |
| em Gestão de Redes Locais                                                         | 1 | Física                                                                 | 1  |
| Curso Superior de Tecnologia                                                      |   | Fisioterapia                                                           | 7  |
| em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Eixo Tecnol.: Informação e Comunicação) | 1 | Fonoaudiologia                                                         | 1  |
| Comércio Exterior (Área Prof.: Comércio)                                          | 2 | Geografia                                                              | 1  |
| Comércio Exterior (Área Prof.: Gestão)                                            | 1 | História                                                               | 2  |
| Comércio Exterior (Agrupamento de Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)         | 1 | Letras: Língua Portuguesa e Língua Espanhola e Respectivas Literaturas | 1  |
| em Comunicação e Ilustração Digital (Área Profissional: Comunicação)              | 1 | Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas           | 1  |
| em Comunicação Empresarial (Área Prof.: Comunicação)                              | 1 | Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa                   | 1  |
| Comunicação para Web (Área: Comunicação)                                          | 1 | Português e Inglês e Respectivas Literaturas                           | 1  |
| em Design de Interiores (Área Prof.: Design)                                      | 1 | Português e Literaturas da Língua Portuguesa                           | 2  |
| em Design de Moda                                                                 | 1 | Matemática                                                             | 3  |
| Design de Produto (Produção Cultural e Design)                                    | 1 | Medicina                                                               | 2  |
| em Design de Produtos                                                             | 1 | <b>Normal Superior:</b> Mag. da Educação Infantil                      | 4  |
| em Eventos (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)                           | 1 | Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                     | 5  |
| Gastronomia (Área: Turismo e Hospitalidade)                                       | 1 | Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                    | 8  |
| em Gestão da Tecnologia da Informação                                             | 1 | Normal Superior: Educação Infantil                                     | 5  |
| em Gestão de Agronegócios (Área Prof: Gestão)                                     | 1 | Magistério para a Educação Infantil                                    | 2  |

|                                                                                        |    |                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| em Gestão de Empreendimentos Esportivos (Área Prof: Gestão)                            | 1  | Magistério para os Anos Iniciais Ensino Fundamental                                    | 1  |
| em Gestão de Marketing (Área: Gestão)                                                  | 2  | Nutrição                                                                               | 5  |
| em Gestão de Recursos Humanos (Área: Gestão)                                           | 5  | Pedagogia                                                                              | 7  |
| Gestão de Recursos Humanos (Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)                    | 1  | Administração e Inspeção Escolar                                                       | 1  |
| em Gestão de Segurança Privada                                                         | 2  | Administração Educacional                                                              | 3  |
| Gestão de Sistemas de Informação (Área Profissional: Gestão)                           | 1  | Administração Escolar                                                                  | 1  |
| Gestão de Sistemas Informatizados (Área Profissional: Gestão)                          | 1  | Docência das Disciplinas Pedagógicas no Nível Médio                                    | 1  |
| em Gestão de Turismo (Agrupamento de Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)           | 1  | Gestão Escolar                                                                         | 1  |
| Gestão e Marketing Hospitalar (Área: Gestão)                                           | 1  | Magistério das Disciplinas Pedagógica do Ensino Médio e Gestão Escolar                 | 1  |
| Gestão em Rochas Ornamentais (Área: Gestão)                                            | 1  | Mag. das Disciplinas Ped. do Ensino Médio                                              | 1  |
| Gestão Empreendedora (Área: Gestão)                                                    | 1  | Mag. dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental                                           | 1  |
| Gestão Estratégica Comercial (Área: Gestão)                                            | 1  | Mag. dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil                       | 1  |
| em Gestão Financeira (Área: Gestão)                                                    | 2  | Mag. dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Formação Pedagógica e Gestão Educacional | 1  |
| em Gestão Financeira (Agrupamento de Áreas Profissionais: Comércio e Gestão)           | 1  | Orientação Educacional                                                                 | 3  |
| Gestão Hospitalar (Área Profissional: Gestão)                                          | 1  | Supervisão Educacional                                                                 | 1  |
| Gestão Mercadológica (Área Prof: Gestão)                                               | 2  | Supervisão Escolar                                                                     | 4  |
| em Hotelaria                                                                           | 1  | Psicologia                                                                             | 2  |
| em Hotelaria (Área Profissional: Turismo e Hospitalidade)                              | 2  | Psicologia: Formação de Psicólogo                                                      | 6  |
| em Marketing                                                                           | 1  | Química                                                                                | 2  |
| em Marketing (Áreas: Comércio e Gestão)                                                | 1  | Relações Internacionais                                                                | 1  |
| Multimídia (Área Profissional: Comunicação)                                            | 1  | Serviço Social                                                                         | 3  |
| em Petróleo e Gás                                                                      | 1  | Sistemas de Informação                                                                 | 12 |
| Petróleo e Gás (Eixo Tecnol.: Produção Industrial)                                     | 1  | Teologia                                                                               | 1  |
| em Petróleo e Gás (Agrupamento de Áreas Profissionais: Indústria, Química e Mineração) | 1  | Turismo                                                                                | 4  |
| Sub-Total                                                                              | 70 | Sub-Total                                                                              | 70 |
| Total:                                                                                 |    |                                                                                        |    |

Tabela VIII: Total de cursos oferecidos até 2000.

| Cursos / ano:                                            | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 | 91/95 | 96/00 |
|----------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Administração                                            | 2      | 1     | 1     |       | 2     |       | 14    |
| de Agroindústria                                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| de Empresas                                              |        |       |       |       |       |       | 3     |
| de Produção                                              |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Geral                                                    |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Análise de Sistemas                                      |        |       |       |       | 1     |       | 4     |
| Comércio Exterior                                        |        |       |       |       |       |       | 9     |
| Finanças                                                 |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Gestão de Hotelaria e Turismo                            |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Gestão de Negócios                                       |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Gestão de Recursos Humanos                               |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Gestão de Sistemas de Informação                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Gestão Internacional de Negócios                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Informática                                              |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Marketing                                                |        |       |       |       |       |       | 5     |
| Recursos Humanos                                         |        |       |       |       | 1     |       |       |
| Ciência da Computação                                    |        |       |       |       |       |       | 4     |
| Ciências Biológicas                                      |        |       |       |       |       |       | 3     |
| Ciências Contábeis                                       | 2      |       | 1     |       | 3     | 2     | 10    |
| Ciências Econômicas                                      |        |       |       |       | 4     | 1     |       |
| Ciências Sociais                                         | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Ciências: Biologia                                       |        |       | 1     |       |       |       |       |
| Ciências: Matemática                                     |        |       | 1     |       |       |       |       |
| Comércio Exterior                                        |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Jornalismo                                               |        |       |       |       |       | 1     | 1     |
| Jornalismo, Publicidade e Propaganda                     |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Publicidade e Propaganda                                 |        |       |       |       |       |       | 3     |
| Radialismo                                               |        |       |       |       |       | 1     |       |
| Relações Públicas                                        |        |       |       |       |       |       | 1     |
| em Gestão de Marketing e Vendas                          |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Agronegócio                                              |        |       |       |       | 2     |       |       |
| em Análise e Desenv. de Sistemas                         |        |       |       |       |       | 2     |       |
| Secretariado (Eixo: Gestão e Negócios)                   |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Direito                                                  | 3      |       | 1     |       |       | 1     | 3     |
| Educação Física                                          |        |       |       |       |       |       | 4     |
| Enfermagem                                               |        |       |       |       |       |       | 1     |
| de Alimentos                                             |        |       |       |       |       |       | 1     |
| de Automação e Controle                                  |        |       |       |       |       |       | 1     |
| de Produção                                              |        |       |       |       |       |       | 1     |
| de Produção Civil                                        |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Elétrica: Engenharia da Computação                       |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Elétrica: Eng. de Telecomunicações                       |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Farmácia                                                 |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Farmacêutico - Bioquímico                                |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Farmácia: Farmacêutico                                   |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Fisioterapia                                             |        |       |       |       |       |       | 3     |
| Fonoaudiologia                                           |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Geografia                                                | 1      |       |       |       |       |       | 1     |
| História                                                 | 2      |       |       |       |       |       | 2     |
| Letras:                                                  |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Espanhol e Respektivas Literaturas                       |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Inglês e Respektivas Literaturas                         |        |       |       |       |       |       | 1     |

|                                                                                                         |        |       |       |       |       |       |       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa                                                    |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Português e Francês e Respectivas Literaturas                                                           | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Português e Literaturas da Língua Portuguesa                                                            | 2      |       |       |       |       |       |       |
| Português e Respectivas Literaturas                                                                     |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Português/Espanhol e Respectivas Literaturas                                                            |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Português/Inglês e Respectivas Literaturas                                                              | 1      |       |       |       |       |       | 2     |
| Tradutor/Inglês                                                                                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Marketing                                                                                               |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Medicina                                                                                                | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Medicina Veterinária                                                                                    |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Magistério para os Anos Iniciais do Ensino Fund. e Mag. para Ed. Infantil                               |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Nutrição                                                                                                |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Odontologia                                                                                             |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Pedagogia                                                                                               | 1      |       |       | 1     |       | 1     | 3     |
| Administração Educacional                                                                               |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Administração Escolar                                                                                   | 1      |       |       |       |       | 1     | 4     |
| Administração Escolar de 1º e 2º Graus                                                                  | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Administração Escolar/Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                               |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Educação Infantil                                                                                       |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Inspeção Escolar                                                                                        |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus                                                                       | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Magistério da Educação Especial                                                                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Magistério da Educação Infantil                                                                         |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Mag. das Disc. Pedag. do Ens. Médio                                                                     |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Magistério das Matérias Pedag. 2º Grau                                                                  | 2      |       |       |       |       |       |       |
| Mag. das Matérias Ped. do Ens. Médio                                                                    |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental                                                    |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental Educação para Portadores de Necessidades Especiais |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Mag. das Séries Iniciais do Ensino Fund.. /Org. do Trabalho Pedagógico                                  |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Mag. dos Anos Iniciais do Ens. Fund.                                                                    |        |       |       |       |       |       | 3     |
| Orientação Educacional                                                                                  | 1      |       |       |       |       |       | 2     |
| Orientação Educ. de 1º e 2º Graus                                                                       | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Supervisão Educacional                                                                                  |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Supervisão Escolar                                                                                      | 1      |       |       |       |       |       | 1     |
| Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus                                                                     | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Super. Escolar e Orient. Educacional                                                                    |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Relações Internacionais                                                                                 |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês e Espanhol                                          |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Serviço Social                                                                                          |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Sistemas de Informação                                                                                  |        |       |       |       |       | 1     | 2     |
| Terapia Ocupacional                                                                                     |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Turismo                                                                                                 |        |       |       |       | 1     | 1     | 5     |
| Zootecnia                                                                                               |        |       |       |       |       |       | 1     |
|                                                                                                         | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 | 91/95 | 96/00 |
| Total:                                                                                                  | 26     | 1     | 5     | 1     | 14    | 12    | 158   |
|                                                                                                         |        | 27    | 32    | 33    | 47    | 59    | 217   |

Tabela IX: Total de cursos oferecidos até 2000  
já existentes anteriormente e sem abertura de novos cursos no período de 96/00:

| Cursos / ano:                                 | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 | 91/95 | 96/00 |
|-----------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Recursos Humanos                              |        |       |       |       | 1     |       |       |
| Ciências Econômicas                           |        |       |       |       | 4     | 1     |       |
| Ciências Sociais                              | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Ciências: Biologia                            |        |       | 1     |       |       |       |       |
| Ciências: Matemática                          |        |       | 1     |       |       |       |       |
| Radialismo                                    |        |       |       |       |       | 1     |       |
| Agronegócio                                   |        |       |       |       | 2     |       |       |
| em Análise e Desenvolvimento de Sistemas      |        |       |       |       |       | 2     |       |
| Português e Francês e Respectivas Literaturas | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Português e Literaturas da Língua Portuguesa  | 2      |       |       |       |       |       |       |
| Administração Escolar de 1º e 2º Graus        | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Magistério das Matérias Pedagógicas 2º Grau   | 2      |       |       |       |       |       |       |
| Orientação Educacional de 1º e 2º Graus       | 1      |       |       |       |       |       |       |
| Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus           | 1      |       |       |       |       |       |       |
|                                               | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 | 91/95 | 96/00 |
| Total:                                        | 26     | 1     | 5     | 1     | 14    | 12    | 158   |
|                                               |        | 27    | 32    | 33    | 47    | 59    | 217   |

Tabela X: Total de cursos oferecidos até 2000: já existentes anteriormente

| Cursos / ano:                                            | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 | 91/95 | 96/00 |
|----------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Administração                                            | 2      | 1     | 1     |       | 2     |       | 14    |
| de Agroindústria                                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| de Empresas                                              |        |       |       |       |       |       | 3     |
| de Produção                                              |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Geral                                                    |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Análise de Sistemas                                      |        |       |       |       | 1     |       | 4     |
| Comércio Exterior                                        |        |       |       |       |       |       | 9     |
| Finanças                                                 |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Gestão de Hotelaria e Turismo                            |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Gestão de Negócios                                       |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Gestão de Recursos Humanos                               |        |       |       |       |       |       | 2     |
| Gestão de Sistemas de Informação                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Gestão Internacional de Negócios                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Informática                                              |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Marketing                                                |        |       |       |       |       |       | 5     |
| Ciência da Computação                                    |        |       |       |       |       |       | 4     |
| Ciências Biológicas                                      |        |       |       |       |       |       | 3     |
| Ciências Contábeis                                       | 2      |       | 1     |       | 3     | 2     | 10    |
| Comércio Exterior                                        |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Jornalismo                                               |        |       |       |       |       | 1     | 1     |
| Jornalismo, Publicidade e Propaganda                     |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Publicidade e Propaganda                                 |        |       |       |       |       |       | 3     |
| Relações Públicas                                        |        |       |       |       |       |       | 1     |
| em Gestão de Marketing e Vendas                          |        |       |       |       |       |       | 1     |
| em Secretariado (Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios)    |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Direito                                                  | 3      |       | 1     |       |       | 1     | 3     |
| Educação Física                                          |        |       |       |       |       |       | 4     |
| Enfermagem                                               |        |       |       |       |       |       | 1     |
| de Alimentos                                             |        |       |       |       |       |       | 1     |
| de Automação e Controle                                  |        |       |       |       |       |       | 1     |

|                                                                                                         |   |  |  |   |  |   |   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|--|--|---|--|---|---|
| de Produção                                                                                             |   |  |  |   |  |   | 1 |
| de Produção Civil                                                                                       |   |  |  |   |  |   | 2 |
| Elétrica: Engenharia da Computação                                                                      |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Elétrica: Engenharia de Telecomunicações                                                                |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Farmácia                                                                                                |   |  |  |   |  |   | 2 |
| Farmacêutico - Bioquímico                                                                               |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Farmácia: Farmacêutico                                                                                  |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Fisioterapia                                                                                            |   |  |  |   |  |   | 3 |
| Fonoaudiologia                                                                                          |   |  |  |   |  |   | 2 |
| Geografia                                                                                               | 1 |  |  |   |  |   | 1 |
| História                                                                                                | 2 |  |  |   |  |   | 2 |
|                                                                                                         |   |  |  |   |  |   |   |
| Letras:                                                                                                 |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Espanhol e Respectivas Literaturas                                                                      |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Inglês e Respectivas Literaturas                                                                        |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa                                                    |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Português e Respectivas Literaturas                                                                     |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Português/Espanhol e Respectivas Literaturas                                                            |   |  |  |   |  |   | 2 |
| Português/Inglês e Respectivas Literaturas                                                              | 1 |  |  |   |  |   | 2 |
| Tradutor/Inglês                                                                                         |   |  |  |   |  |   | 1 |
|                                                                                                         |   |  |  |   |  |   |   |
| Marketing                                                                                               |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Medicina                                                                                                | 1 |  |  |   |  |   |   |
| Medicina Veterinária                                                                                    |   |  |  |   |  |   | 2 |
|                                                                                                         |   |  |  |   |  |   |   |
| Magistério para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério para Educação Infantil              |   |  |  |   |  |   | 1 |
|                                                                                                         |   |  |  |   |  |   |   |
| Nutrição                                                                                                |   |  |  |   |  |   | 2 |
| Odontologia                                                                                             |   |  |  |   |  |   | 1 |
|                                                                                                         |   |  |  |   |  |   |   |
| Pedagogia                                                                                               | 1 |  |  | 1 |  | 1 | 3 |
| Administração Educacional                                                                               |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Administração Escolar                                                                                   | 1 |  |  |   |  | 1 | 4 |
| Administração Escolar/Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                               |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Educação Infantil                                                                                       |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Inspeção Escolar                                                                                        |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus                                                                       | 1 |  |  |   |  |   |   |
| Magistério da Educação Especial                                                                         |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Magistério da Educação Infantil                                                                         |   |  |  |   |  |   | 2 |
| Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio                                                  |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio                                                     |   |  |  |   |  |   | 2 |
| Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental                                                    |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental Educação para Portadores de Necessidades Especiais |   |  |  |   |  |   | 1 |
| Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental/Organização do                                     |   |  |  |   |  |   | 1 |

|                                                                |        |       |       |       |       |       |       |
|----------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Trabalho Pedagógico                                            |        |       |       |       |       |       |       |
| Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental             |        |       |       |       |       |       | 3     |
| Orientação Educacional                                         | 1      |       |       |       |       |       | 2     |
| Supervisão Educacional                                         |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Supervisão Escolar                                             | 1      |       |       |       |       |       | 1     |
| Supervisão Escolar e Orientação Educacional                    |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Relações Internacionais                                        |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Secretariado Executivo Trilíngüe, Português, Inglês e Espanhol |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Serviço Social                                                 |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Sistemas de Informação                                         |        |       |       |       |       | 1     | 2     |
| Terapia Ocupacional                                            |        |       |       |       |       |       | 1     |
| Turismo                                                        |        |       |       |       | 1     | 1     | 5     |
| Zootecnia                                                      |        |       |       |       |       |       | 1     |
|                                                                | Até 70 | 71/75 | 76/80 | 81/85 | 86/90 | 91/95 | 96/00 |
| <b>Total:</b>                                                  | 26     | 1     | 5     | 1     | 14    | 12    | 158   |
|                                                                |        | 27    | 32    | 33    | 47    | 59    | 217   |

Tabela XI: Criação de cursos, vagas ofertadas por município da UFES - Geral.

| Cursos Da UFES                           | Data de criação | Turnos x vagas |    |    | Cidade       |
|------------------------------------------|-----------------|----------------|----|----|--------------|
|                                          |                 | M              | T  | N  |              |
| Administração                            | 08/08/1969      | 100            |    |    | Vitória      |
| Agronomia                                | 05/01/1975      | 30             | 30 |    | Alegre       |
| Agronomia                                | 07/08/2006      | 25             | 25 |    | São Mateus   |
| Arquitetura e Urbanismo                  | 13/08/1979      | 30             | 30 |    | Vitória      |
| Arquivologia                             | 09/03/2000      |                |    | 40 | Vitória      |
| Artes Plásticas                          | 05/01/1961      | 30             | 30 |    | Vitória      |
| Artes Visuais                            | 02/01/2001      | 30             | 30 |    | Vitória      |
| Biblioteconomia                          | 14/03/1975      |                |    | 40 | Vitória      |
| Ciências Biológicas                      | 15/03/1965      | 70             |    |    | Vitória      |
| Ciências Biológicas                      | 07/08/2006      | 25             | 25 |    | São Mateus   |
| Ciências Biológicas                      | 07/08/2006      | 20             | 20 |    | Alegre       |
| Ciências Contábeis                       | 15/03/1965      |                |    | 90 | Vitória      |
| Ciências Econômicas                      | 02/05/1958      | 45             | 45 |    | Vitória      |
| Ciências Sociais                         | 05/01/1991      |                |    | 80 | Vitória      |
| Ciência da Computação                    | 05/01/1990      | 40             |    |    | Vitória      |
| Sistema de Informação                    | 05/01/1990      | x              | x  |    | Vitória      |
| Software Básico                          | 05/01/1990      | x              | x  |    | Vitória      |
| Comunicação Social                       | 14/03/1975      | 100            |    |    | Vitória      |
| Jornalismo                               | 14/03/1975      | x              |    |    | Vitória      |
| Publicidade e Propaganda                 | 14/03/1975      | x              |    |    | Vitória      |
| Curso Superior de Tecnologia em Mecânica | 05/01/1973      |                |    | 60 | Vitória      |
| Desenho Industrial                       | 19/10/1998      | 60             |    |    | Vitória      |
| Programação Visual                       | 19/10/1998      | x              |    |    | Vitória      |
| Direito                                  | 10/03/1930      | 110            |    |    | Vitória      |
| Educação Artística                       | 05/03/1979      | x              |    |    | Vitória      |
| Artes Plásticas                          | 05/03/1979      | x              |    |    | Vitória      |
| Desenho                                  | 05/03/1979      | x              |    |    | Vitória      |
| Educação Física                          | 05/01/1962      | 40             | 40 |    | Vitória      |
| Educação Física                          | 03/03/1991      | 40             |    |    | Nova Venécia |
| Enfermagem                               | 07/08/2006      |                | 50 |    | São Mateus   |
| Enfermagem e Obstetrícia                 | 05/01/1981      |                | 60 |    | Vitória      |

|                                                                                |            |    |    |    |            |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------|----|----|----|------------|
| Engenharia Ambiental                                                           | 25/10/2003 | 20 |    |    | Vitória    |
| Engenharia Civil                                                               | 14/04/1952 | 40 | 40 |    | Vitória    |
| Engenharia de Alimentos                                                        | 07/08/2006 | 40 |    |    | Alegre     |
| Engenharia de Computação                                                       | 05/01/1990 | 20 | 20 |    | Vitória    |
| Engenharia de Computação                                                       | 07/08/2006 | 25 | 25 |    | São Mateus |
| Engenharia de Petróleo                                                         | 07/08/2006 | 25 | 25 |    | São Mateus |
| Engenharia de Produção                                                         | 07/08/2006 | 20 |    |    | Vitória    |
| Engenharia de Produção                                                         | 07/08/2006 | 25 | 25 |    | São Mateus |
| Engenharia Elétrica                                                            | 19/03/1973 | 40 | 40 |    | Vitória    |
| Engenharia Florestal                                                           | 14/04/1999 | 25 |    |    | Alegre     |
| Engenharia Industrial Madeireira                                               | 07/08/2006 | 25 |    |    | Alegre     |
| Engenharia Mecânica                                                            | 01/05/1975 | 40 | 40 |    | Vitória    |
| Engenharia Química                                                             | 07/08/2006 | 25 | 25 |    | São Mateus |
| Estatística                                                                    | 05/01/1987 | 40 |    |    | Vitória    |
| Farmácia                                                                       | 09/03/1999 | 20 | 20 |    | São Mateus |
| Farmacêutico e Bioquímico                                                      | 09/03/1999 | x  | x  |    | Vitória    |
| Farmácia                                                                       | 09/03/1999 | 20 | 20 |    | Vitória    |
| Farmácia                                                                       | 07/08/2006 | 25 | 25 |    | São Mateus |
| Filosofia                                                                      | 05/01/1988 |    |    | 40 | Vitória    |
| Física                                                                         | 05/01/1976 | 60 |    | 40 | Vitória    |
| Geografia                                                                      | 17/08/1953 | 40 |    | 40 | Vitória    |
| Geologia                                                                       | 07/08/2006 | 40 |    |    | Alegre     |
| História                                                                       | 17/08/1953 | 40 |    | 40 | Vitória    |
| Letras                                                                         | 17/08/1953 | 50 | 50 | 50 | Vitória    |
| Inglês e Respektivas Literaturas                                               | 17/08/1953 | 25 | 25 |    | Vitória    |
| Português e Literat. da Língua Portuguesa                                      | 17/08/1953 | 50 |    | 50 | Vitória    |
| Matemática                                                                     | 05/01/1965 | 25 | 25 |    | Vitória    |
| Matemática                                                                     | 05/01/1991 |    |    | 40 | São Mateus |
| Matemática                                                                     | 07/08/2006 | 25 | 25 |    | São Mateus |
| Medicina                                                                       | 05/01/1961 | 40 | 40 |    | Vitória    |
| Medicina Veterinária                                                           | 09/09/1999 | 30 |    |    | Alegre     |
| Música                                                                         | 14/08/2000 | 30 |    |    | Vitória    |
| Nutrição                                                                       | 07/08/2006 | 40 |    |    | Alegre     |
| Oceanografia                                                                   | 09/03/2000 | 30 |    |    | Vitória    |
| Odontologia                                                                    | 05/01/1950 | 60 |    |    | Vitória    |
| Pedagogia                                                                      | 05/01/1954 | 80 |    | 40 | Vitória    |
| Gestão Educacional (Supervisão, Orientação, Adm. e Inspeção Educacional)       | 01/06/2002 | x  |    | x  | Vitória    |
| Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio (Obrigatória Complementar) | 05/01/1954 | x  | x  | x  | Vitória    |
| Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental                           | 05/01/1954 | x  |    | x  | Vitória    |
| Magistério da Educação de Jovens e Adultos                                     | 02/01/1995 | x  |    | x  | Vitória    |
| Magistério da Educação Especial                                                | 02/01/1995 | x  |    | x  | Vitória    |
| Magistério da Educação Infantil                                                | 02/01/1995 | x  |    | x  | Vitória    |
| Psicologia                                                                     | 05/01/1979 | 30 | 30 |    | Vitória    |
| Formação de Psicólogos                                                         | 05/01/1979 | x  | x  |    | Vitória    |
| Química                                                                        | 05/01/1988 | 20 | 20 |    | Vitória    |
| Serviço Social                                                                 | 05/01/1971 | 45 | 45 |    | Vitória    |
| Zootecnia                                                                      | 09/09/1999 | 25 |    |    | Vitória    |

Tabela XII: Criação de cursos, vagas ofertadas por município da UFES - Vitória.

| Cursos                                               | Data de criação | Turnos x vagas |    |    |
|------------------------------------------------------|-----------------|----------------|----|----|
|                                                      |                 | M              | T  | N  |
| Administração                                        | 08/08/1969      | 100            |    |    |
| Arquitetura e Urbanismo                              | 13/08/1979      | 30             | 30 |    |
| Arquivologia                                         | 09/03/2000      |                |    | 40 |
| Artes Plásticas                                      | 05/01/1961      | 30             | 30 |    |
| Artes Visuais                                        | 02/01/2001      | 30             | 30 |    |
| Biblioteconomia                                      | 14/03/1975      |                |    | 40 |
| Ciências Biológicas                                  | 15/03/1965      | 70             |    |    |
| Ciências Contábeis                                   | 15/03/1965      |                |    | 90 |
| Ciências Econômicas                                  | 02/05/1958      | 45             | 45 |    |
| Ciências Sociais                                     | 05/01/1991      |                |    | 80 |
| Ciência da Computação                                | 05/01/1990      | 40             |    |    |
| Sistema de Informação                                | 05/01/1990      | x              | x  |    |
| Software Básico                                      | 05/01/1990      | x              | x  |    |
| Comunicação Social                                   | 14/03/1975      | 100            |    |    |
| Jornalismo                                           | 14/03/1975      | x              |    |    |
| Publicidade e Propaganda                             | 14/03/1975      | x              |    |    |
| Curso Superior de Tecnologia em Mecânica             | 05/01/1973      |                |    | 60 |
| Desenho Industrial                                   | 19/10/1998      | 60             |    |    |
| Programação Visual                                   | 19/10/1998      | x              |    |    |
| Direito                                              | 10/03/1930      | 110            |    |    |
| Educação Artística                                   | 05/03/1979      | x              |    |    |
| Artes Plásticas                                      | 05/03/1979      | x              |    |    |
| Desenho                                              | 05/03/1979      | x              |    |    |
| Educação Física                                      | 05/01/1962      | 40             | 40 |    |
| Enfermagem e Obstetrícia                             | 05/01/1981      | 60             |    |    |
| Engenharia Ambiental                                 | 25/10/2003      | 20             |    |    |
| Engenharia Civil                                     | 14/04/1952      | 40             | 40 |    |
| Engenharia de Computação                             | 05/01/1990      | 20             | 20 |    |
| Engenharia de Produção                               | 07/08/2006      | 20             |    |    |
| Engenharia Elétrica                                  | 19/03/1973      | 40             | 40 |    |
| Engenharia Mecânica                                  | 01/05/1975      | 40             | 40 |    |
| Estatística                                          | 05/01/1987      | 40             |    |    |
| Farmacêutico e Bioquímico                            | 09/03/1999      | x              | x  |    |
| Farmácia                                             | 09/03/1999      | 20             | 20 |    |
| Filosofia                                            | 05/01/1988      |                |    | 40 |
| Física                                               | 05/01/1976      | 60             |    | 40 |
| Geografia                                            | 17/08/1953      | 40             |    | 40 |
| História                                             | 17/08/1953      | 40             |    | 40 |
| Letras                                               | 17/08/1953      | 50             | 50 | 50 |
| Inglês e Respectivas Literaturas                     | 17/08/1953      | 25             | 25 |    |
| Português e Literaturas da Língua Portuguesa         | 17/08/1953      | 50             |    | 50 |
| Matemática                                           | 05/01/1965      | 25             | 25 |    |
| Medicina                                             | 05/01/1961      | 40             | 40 |    |
| Música                                               | 14/08/2000      | 30             |    |    |
| Oceanografia                                         | 09/03/2000      | 30             |    |    |
| Odontologia                                          | 05/01/1950      | 60             |    |    |
| Pedagogia                                            | 05/01/1954      | 80             |    | 40 |
| Gestão Educacional (Superv. Orient. Admin. Inspeção) | 01/06/2002      | x              |    | x  |
| Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio  | 05/01/1954      | x              | x  | x  |
| Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental | 05/01/1954      | x              |    | x  |
| Magistério da Educação de Jovens e Adultos           | 02/01/1995      | x              |    | x  |
| Magistério da Educação Especial                      | 02/01/1995      | x              |    | x  |
| Magistério da Educação Infantil                      | 02/01/1995      | x              |    | x  |
| Psicologia                                           | 05/01/1979      | 30             | 30 |    |
| Formação de Psicólogos                               | 05/01/1979      | x              | x  |    |
| Química                                              | 05/01/1988      | 20             | 20 |    |
| Serviço Social                                       | 05/01/1971      | 45             | 45 |    |
| Zootecnia                                            | 09/09/1999      | 25             |    |    |

Tabela XIII:  
Criação de cursos, vagas ofertadas por município da UFES – Alegre.

| Cursos                              | Data de criação | Turnos x vagas |    |   |
|-------------------------------------|-----------------|----------------|----|---|
|                                     |                 | M              | T  | N |
| Agronomia                           | 05/01/1975      | 30             | 30 |   |
| Ciências Biológicas                 | 07/08/2006      | 20             | 20 |   |
| Engenharia de Alimentos             | 07/08/2006      | 40             |    |   |
| Engenharia Florestal                | 14/04/1999      | 25             |    |   |
| Engenharia Industrial<br>Madeireira | 07/08/2006      | 25             |    |   |
| Geologia                            | 07/08/2006      | 40             |    |   |
| Medicina Veterinária                | 09/09/1999      | 30             |    |   |
| Nutrição                            | 07/08/2006      | 40             |    |   |

Quadro IV:  
Criação de cursos, vagas ofertadas por município da Ufes – São Mateus.

| Cursos                   | Data de criação | Turnos x vagas |    |    |
|--------------------------|-----------------|----------------|----|----|
|                          |                 | M              | T  | N  |
| Agronomia                | 07/08/2006      | 25             | 25 |    |
| Ciências Biológicas      | 07/08/2006      | 25             | 25 |    |
| Enfermagem               | 07/08/2006      | 50             |    |    |
| Engenharia de Computação | 07/08/2006      | 25             | 25 |    |
| Engenharia de Petróleo   | 07/08/2006      | 25             | 25 |    |
| Engenharia de Produção   | 07/08/2006      | 25             | 25 |    |
| Engenharia Química       | 07/08/2006      | 25             | 25 |    |
| Farmácia                 | 09/03/1999      | 20             | 20 |    |
| Farmácia                 | 07/08/2006      | 25             | 25 |    |
| Matemática               | 05/01/1991      |                |    | 40 |
| Matemática               | 07/08/2006      | 25             | 25 |    |

## Anexos

### Anexo I:

Tabela I

Relação entre o número de candidatos inscritos nos vestibulares e as vagas disponíveis, por categoria administrativa – Brasil, 1960-2003.

| Ano  | Ensino superior | IES públicas | IES privadas |
|------|-----------------|--------------|--------------|
| 1960 | 1,83            | 1,83         | 1,83         |
| 1965 | 1,93            | 1,93         | 1,92         |
| 1970 | 2,27            | 2,45         | 2,09         |
| 1975 | 2,24            | 3,78         | 1,56         |
| 1980 | 3,28            | 4,84         | 2,32         |
| 1985 | 3,52            | 5,51         | 2,54         |
| 1990 | 3,79            | 5,69         | 2,94         |
| 1991 | 3,84            | 6,25         | 2,74         |
| 1992 | 3,43            | 6,11         | 2,18         |
| 1993 | 3,70            | 6,61         | 2,37         |
| 1994 | 3,90            | 7,28         | 2,38         |
| 1995 | 4,35            | 7,85         | 2,90         |
| 1996 | 4,02            | 7,55         | 2,58         |
| 1997 | 3,88            | 7,36         | 2,54         |
| 1998 | 3,68            | 7,74         | 2,22         |
| 1999 | 3,74            | 8,26         | 2,28         |
| 2000 | 3,32            | 8,87         | 1,92         |
| 2001 | 3,02            | 8,67         | 1,77         |
| 2002 | 2,81            | 8,90         | 1,60         |
| 2003 | 2,44            | 8,41         | 1,47         |

Fontes: MEC/INEP/DAES – dados sistematizados pelo IPEA (2003); MEC/INEP, Censo da educação superior (2002/2003).

Tabela II

Percentual de aproveitamento de vagas no ensino superior, por categoria administrativa – Brasil, 1990-2003.

| Ano  | Total | Público | Privado |
|------|-------|---------|---------|
| 1990 | 81,0  | 81,4    | 80,8    |
| 1991 | 82,6  | 87,9    | 80,1    |
| 1992 | 76,8  | 87,5    | 71,8    |
| 1993 | 80,2  | 89,6    | 75,9    |
| 1994 | 80,7  | 90,0    | 76,5    |
| 1995 | 83,6  | 88,7    | 81,5    |
| 1996 | 81,0  | 90,7    | 77,1    |
| 1997 | 82,1  | 93,8    | 77,6    |
| 1998 | 83,9  | 95,5    | 79,8    |
| 1999 | 88,1  | 96,3    | 79,0    |
| 2000 | 73,8  | 94,9    | 68,5    |
| 2001 | 73,6  | 95,4    | 68,8    |
| 2002 | 68,0  | 95,0    | 62,6    |
| 2003 | 63,1  | 94,9    | 57,8    |

Fonte: MEC/INEP/DAES.

Tabela III  
Evolução do déficit\* de vagas no ensino superior com base no ano de 1990, por categoria administrativa – Brasil, 1993-2003.

| Ano  | Público   |               | Privado |               |
|------|-----------|---------------|---------|---------------|
|      | Déficit   | % (base 1990) | Déficit | % (base 1990) |
| 1993 | 963.272   | 32,6          | 517.573 | - 23,5        |
| 1995 | 1.220.947 | 68,0          | 822.551 | 21,6          |
| 1997 | 1.231.961 | 69,6          | 780.617 | 15,4          |
| 1999 | 1.587.619 | 118,5         | 862.264 | 27,5          |
| 2001 | 1.967.627 | 170,8         | 884.142 | 30,8          |
| 2003 | 2.085.652 | 187,1         | 811.056 | 19,9          |

Fonte: MEC/INEP/DAES.

\* indica a relação entre o número de inscritos no vestibular e as vagas disponíveis.

Neste caso ver nota de rodapé nº 48: “Com esta tabela, objetivamos mostrar que a disparidade entre a quantidade de estudantes candidatos às vagas no ensino superior e o número de vagas disponíveis vem aumentando nos anos 1990, ainda que tenha aumentado o total de vagas não desprezamos o fato de que tal “demanda” é meramente quantitativa, não permitindo explicar as causas dessa crescente disparidade, bem como a permanência dos estudantes no ensino. O que a tabela revela é que, mesmo com um “aproveitamento” máximo de todas as vagas disponíveis – o que, demonstramos, não vem ocorrendo -, ainda estaríamos longe de qualquer tipo de satisfação dessa demanda”.

## Anexo II

### Tipos de instituição de educação superior

As instituições de educação superior brasileiras estão organizadas sob as seguintes categorias administrativas (ou formas de natureza jurídica):

- Públicas
- Privadas

#### ***Públicas***

São instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser:

- Federais - mantidas e administradas pelo Governo Federal
- Estaduais - mantidas e administradas pelos governos dos estados
- Municipais - mantidas e administradas pelo poder público municipal

#### ***Privadas***

São as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem se organizar como:

- **Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido estrito** - instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- **Instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser:**

**Comunitárias** - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

**Confessionais** - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

**Filantrópicas** - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.